



JOHN HORVAT II

Onde estávamos,
Como chegamos aqui,
Para onde devemos ir

RETORNO À ORDEM

De uma economia frenética a uma sociedade orgânica cristã

APRECIACÕES SOBRE O LIVRO RETORNO À ORDEM

(Edição americana)

“*Retorno à Ordem* proporciona uma interessante análise de como os Estados Unidos se afastaram dos preceitos espirituais, culturais e econômicos que sustentaram a fundação e a primitiva história de nossa república. Apresenta também valiosas recomendações para a restauração da nossa sociedade, em seu fundamento de liberdade ordeira e valores tradicionais”.

— *Senador Edwin Meese III,
ex-Procurador Geral dos Estados Unidos.*

“Este é um livro oportuno e importante, no momento em que nossa nação enfrenta um dos desafios mais críticos de sua história. A superação do desastre econômico com o qual os EUA se deparam não pode ser resolvida simplesmente através de política econômica. Os norte-americanos e seus líderes devem pôr em prática uma política que restaure valores, éticas de trabalho; e, como o autor indica tão bem, honra. ... Restaurar a honra no nosso panorama econômico colocará a nação no caminho da recuperação”.

— *Tenente-General (R) Benjamin R. Mixon,
ex-Comandante Geral do Exército dos Estados Unidos no Pacífico.*

“A profundidade de conhecimento e a originalidade da análise de Horvat, mais o objetivo e a inspiração de sua visão para uma verdadeira solução da nossa presente crise econômica, fazem *Retorno à Ordem* merecedor de se tornar o livro de cabeceira dos que acreditam valer a pena lutar pelos Estados Unidos”.

— *Joseph M. Scheidler,
Diretor Nacional da Liga de Ação pela Vida.*

“Ao conclamar o leitor a abraçar as virtudes cardeais da temperança, justiça, prudência e fortaleza, *Retorno à Ordem* sugere um caminho prático para se evitar a iminente crise econômica e espiritual; e, através da conversão religiosa, restabelecer uma ordem correta para o florescimento do ser humano. Espero que este livro receba a atenção que tanto merece”.

— *Exmo. Revmo. Dom John C. Nienstedt,
Arcebispo de Saint Paul e Minneapolis.*

“A fabulosa análise de Horvat sobre nossa presente crise pode e deve constituir importantíssimo instrumento para a remodelação dos fundamentos educacionais de nossa juventude, preparando-a para a liderança”.

— *David S. Miller,
Vice-presidente sênior do U.S. Bank.*

“John Horvat faz soar uma clarinada para o retorno à sanidade moral e fiscal. Imperdível!”.

— *Coronel (R) George E. “Bud” Day, da Força Aérea dos EUA,
recipiendário da Medalha de Honra e ex-prisoneiro de guerra.*

“O tema central da intemperança frenética é original, interessante e irresistível. O diagnóstico das doenças sociais contemporâneas deve focalizar as falhas morais, e *Retorno à Ordem* o faz corretamente. Sua penetrante tese merece ampla circulação e consideração”.

— **Kevin E. Schmiesing, Ph. D.,**
Pesquisador-Bolsista do Acton Institute for the Study of
Religion and Liberty; crítico literário do Journal of Markets & Morality.

“Dentro do caos de nossos dias, o livro é um bem-vindo farol que ajuda a nos orientar e nos indicar o caminho da verdadeira ordem. Define a verdadeira liderança e convida todos à virtude e à confiança na Providência. É meu ardente desejo que este livro atraia a atenção que merece, e nesta encruzilhada histórica ajude a realizar os mais altos desígnios de Deus para com o povo norte-americano”.

— **S.A.I.R. Dom Bertrand de Orleans e Bragança,**
Príncipe Imperial do Brasil.

“Se alguma vez nossa nação necessitou retornar aos valores tradicionais, é agora. Estamos cometendo suicídio; mas cada um dos nossos problemas tem em sua raiz uma solução moral encontrável nos princípios da tradição cristã, que está na base do nosso ser. *Retorno à Ordem* faz um grande trabalho ao realçar a fonte e a solução para a nossa morte iminente”.

— **Major-General (R) Patrick H. Brady,**
recipiendário da Medalha de Honra.

“Qualquer um que considere o atual debate público superficial – inclusive a maioria das propostas de reforma, que visam curar meramente os sintomas, mas não corrigir as causas subjacentes – deveria estudar *Retorno à Ordem* do Sr. John Horvat. É de se esperar que este livro atinja um amplo público de leitores, e tenha impacto tanto na política pública e nos debates teóricos, como nas decisões pessoais”.

— **Gregor Hochreiter,**
Diretor do Instituto de Economia Aplicada
e Filosofia Cristã Ocidental, Viena, Áustria

“[Horvat] provavelmente se inseriria na companhia de estudiosos conservadores tradicionais como Russell Kirk ou Richard Weaver. Este é um livro acurado e emocionante, que mostra como esses ensinamentos e princípios tradicionais podem formar hoje o alicerce de nossa filosofia pessoal e corporativa”.

— **G. Daniel Harden, Ph. D.,**
Professor emérito de Educação da Washburn University
e Presidente da Kansas Governmental Ethics Commission.

“Este excelente trabalho é um estudo em profundidade da história e da causa da nossa atual crise econômica e espiritual, e nos dá uma solução sensata também para a nossa situação. Tenho prazer em recomendá-lo”.

— **Exmo. Revmo. Dom James C. Timlin,**
Bispo emérito de Scranton, Pensilvânia.

“Horvat convida para uma ordem de coisas que combina virtudes de tradições comprovadas, com o potencial criativo da economia livre: a combinação de uma ordem estruturada, baseada nos valores tradicionais, com uma ordem espontânea de sistemas econômicos baseados na propriedade privada. Ele usa a expressão ‘intemperança frenética’ para descrever o tipo de vida que não deixa lugar para a família, o lazer criativo e a oração. É um apelo a maior equilíbrio em nossa economia e em nossas vidas”.

— *Alejandro Chafuen, Ph. D.,
Presidente da Atlas Economic Research Foundation.*

“Um estudo fabuloso!”

— *Malcolm S. Morris,
Presidente da Stewart Title Guaranty Company.*

“Neste trabalho muito bem documentado e argumentado, John Horvat demonstra com engenho como as quatro virtudes cardeais constituem a base de uma sociedade livre e próspera. Esta obra deveria estar em cada estante de livros de economia e de ciência social. Ele toca na raiz dos problemas de nossa economia e da sociedade moderna. Recomendo muito este agradável livro”.

— *Prof. Harry C. Veryser,
Autor e ex-Diretor de Estudos de Graduação em Economia,
University Detroit Mercy.*

“A restauração da paz econômica e social em nossa sociedade desordenada é algo que todos os homens de boa vontade anseiam. Em seu excelente livro *Retorno à Ordem*, John Horvat nos deu um catecismo de princípios visando a orientar todos os nossos esforços para restaurar nos Estados Unidos a paz econômica e social”.

— *Exmo. Revmo. Dom René H. Gracida,
Bispo emérito de Corpus Christi.*

“É raro que um livro com esta profundidade seja também tão agradável de ler. A crítica de Horvat à ‘intemperança frenética’ dos Estados Unidos de hoje soa verdadeira, pondo a nu a confusão e a falta de rumos do homem moderno em meio à abundância. Um erudito escultor cultural, Horvat extirpa com o cinzel as falsas premissas do materialismo, e aponta para Deus como a fonte de uma revelação mais alta, que torna visíveis e significativos a beleza, o heroísmo, a nobreza, o sacrifício e a verdadeira vocação”.

— *Robert Knight,
Colunista e autor.*

“*Retorno à Ordem* toca em matérias que se aplicam não só aos Estados Unidos, mas a qualquer lugar. A economia moderna está em dificuldade, e este livro focaliza o problema da intemperança frenética de modo original e convincente. Melhor do que tudo, o autor John Horvat oferece soluções orgânicas católicas, tão necessárias como animadoras. Espero que este livro tenha ampla divulgação, e o recomendo a todos aqueles que desejam verdadeiras respostas para perguntas vitais”.

— *S.A. Duque Paul von Oldenburg,
Diretor do Escritório de Bruxelas da Fédération Pro-Europa Christiana.*

“*Retorno à Ordem* é uma leitura clara e cativante que, ao delinear alguns fundamentos da ordem natural, possibilita descobrir muitas desordens de hoje, inclusive algumas que podem se introduzir inconscientemente dentro de nós. Esta foi a minha experiência ... eu fiquei esclarecido. ... O livro é interessante, claro e esclarecedor”.

— **Patrick F. Fagan, Ph. D.,**
Diretor do Marriage & Religion Research Institute (MARRI).

“Nós abandonamos a moralidade na vida econômica, juntamente com a beleza e o espírito cristão. Em *Retorno à Ordem*, John Horvat argumenta que o retorno aos valores cristãos e a sua observância, tanto por empresários quanto por líderes do governo, é a melhor proteção contra as crises presentes, constantes e recorrentes”.

— **Pawel Tobola-Pertkiewicz,**
Presidente da Polish-American Foundation
for Economic Research & Education.

“A tese de Horvat, de que a intemperança frenética presidiu a muitos, se não a todos os problemas econômicos de hoje, comporta uma atenta consideração ... Este livro deveria ser lido, e suas recomendações seguidas, por aqueles que compreendem que um *Retorno à Ordem* no século XXI é extremamente necessário”.

— **Tenente-Coronel Joseph J. Thomas, USMC (R), Ph. D.,**
Professor de Educação de Líderes da Academia Naval dos EUA.

“Como verdadeiro conservador cultural que é, John Horvat enfrenta os ídolos do poder tecnológico, econômico e político. Esses poderes exacerbam a tendência humana para a intemperança frenética”.

— **Richard Stevers, Ph. D.,**
Professor emérito de Sociologia, Illinois State University.

“De um modo intelectualmente convincente e prático, *Retorno à Ordem* nos lembra que a economia e a religião são profundamente ligadas; e que, com a família no centro, podemos esperar ser libertados do frenesi em que nossa sociedade se encontra. Recomendo muito este livro”.

— **Padre Frank Pavone,**
Diretor Nacional de Priests for Life.

“Este livro propõe uma revitalização das duradouras práticas cristãs como antídoto das oscilações econômicas correntes. Utilizando recomendações práticas para resolver questões societárias maciças e complexas, *Retorno à Ordem* é uma proposta que deveria ser bem-vinda aos que procuram um caminho para a recuperação econômica e uma defesa contra futuras rupturas”.

— **John B. Powers,**
Presidente do Chicago Daily Observer.

* Os títulos e afiliação dos indivíduos acima com empresas, instituições ou organizações são apenas para fins de identificação.

John Horvat II

**Onde estávamos
Como chegamos aqui
Para onde devemos ir**

RETORNO À ORDEM

**De uma economia frenética
a uma sociedade orgânica cristã**

John Horvat II

RETORNO À ORDEM

De uma economia frenética a uma sociedade orgânica cristã

**Onde estávamos
Como chegamos aqui
Para onde devemos ir**

Traduzido por José A Schelini

**The American Society for the Defense of Tradition, Family, and Property—TFP
Spring Grove, Pensilvânia
Estados Unidos da América**

Copyright © 2013 The American Society for the
Defense of Tradition, Family and Property® - TFP®

Copyright da tradução portuguesa © 2017: The American Society
for the Defense of Tradition, Family and Property® - TFP®

Return to Order
P.O. Box 1337,
Hanover, PA 17331
Estados Unidos da América
Tel.: (855) 861-8420
Info@ReturnToOrder.org

Salvo indicação contrária, todas as referências da Escritura são da versão da Boa Nova — Bíblia Católica. Edição digital disponível em: http://www.4shared.com/file/112852105/67b9feca/boa_nova_biblia_catolica.html

Todos os direitos estão reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada em sistema de recuperação ou transmitida, por qualquer forma ou meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informação, sem prévia licença escrita da American Society for the Defense of Tradition, Family and Property—TFP

The American Society for the Defense of Tradition, Family and Property®, e TFP® são nomes registrados da Foundation for a Christian Civilization, Inc., uma organização isenta de imposto 501(c)(3).

ISBN: 978-1-877905-64-3 (ebook)
ISBN: 978-0-9882148-5-9
Library of Congress Control Number: 2024933487

Dedicatória

Ao Professor Plinio Corrêa de Oliveira,

Pensador católico, homem de ação e paladino da causa da Civilização Cristã. Seu exemplo e grande virtude deram coragem a muitos. Sua visão católica inspirou este trabalho.

ÍNDICE

Prefácio edição brasileira

Introdução: Retomando a rota

PARTE I

UMA TEMPESTADE LONGAMENTE PREPARADA

Capítulo 1

O modelo norte-americano dominante: uma união cooperativa

Capítulo 2

Por que esse modelo falhou: uma intemperança frenética

LIVRANDO-SE DOS FREIOS

Capítulo 3

A Revolução Industrial – ponto de definição da intemperança frenética

Capítulo 4

Impulso rumo ao gigantismo

Capítulo 5

O paradoxo da padronização em massa

Capítulo 6

Derrubando barreiras

Capítulo 7

Interdependência e complexidade

UM ESTILO DE VIDA AMEAÇADO

Capítulo 8

Desvanecimento de um modo de vida

Capítulo 9

A frustração da tecnologia

Capítulo 10

Consequências do abuso da tecnologia

Capítulo 11

A implosão do individualismo

Capítulo 12

O individualismo pós-moderno: fragmentando o átomo

Capítulo 13

Exaustão do materialismo

Capítulo 14

A ausência do sublime

Capítulo 15

O regime do dinheiro

NUMA ENCRUZILHADA

Capítulo 16

Rejeitando falsas alternativas na encruzilhada

Capítulo 17

Retornando a uma economia sem intemperança frenética,

PARTE II

O CAMINHO DIANTE DE NÓS: UM RETORNO À ORDEM

Capítulo 18

Debate salvífico: tornar-se uma nação, tornar-se um povo

Capítulo 19

Objecções preliminares: pode a economia medieval ser uma solução?

Capítulo 20

O que poderia ter sido, o que ainda poderia ser

FUNDAMENTOS DE UMA ORDEM ORGÂNICA

Capítulo 21

Sociedade orgânica: um ideal desconhecido

Capítulo 22

Remédios orgânicos e reta espontaneidade

Capítulo 23

Uma ordem virtuosa

Capítulo 24

Uma ordem providencial

O CORAÇÃO E ALMA DE UMA ECONOMIA

Capítulo 25

Revivendo o coração e a alma de uma economia

Capítulo 26

Autonomia, autoridade, fluxo vital e subsidiariedade

Capítulo 27

O espírito de família

Capítulo 28

O incompreendido vínculo feudal

Capítulo 29

Uma nação de heróis

Capítulo 30

Uma noção verdadeira do Estado cristão

Capítulo 31

O papel da Igreja

PAIXÃO PELA JUSTIÇA

Capítulo 32

Uma ordem econômica orgânica: paixão pela justiça

Capítulo 33

“Reencontrando” a lei

Capítulo 34

Os dois tribunais

Capítulo 35

A questão do dinheiro

Capítulo 36

Dinheiro e crédito

Capítulo 37

O lastro do dinheiro

UMA TEMPERANÇA EQUIVALENTE

Capítulo 38

Um conjunto diferente de valores

Capítulo 39

Tendendo à auto-suficiência

Capítulo 40

Comércio protegido e mercados livres

Capítulo 41

A restauração da dependência

Capítulo 42

Discutindo a produção e a padronização

Capítulo 43

Uma economia de escala proporcional

Capítulo 44

A fortaleza ausente

Capítulo 45

Preparando o palco

A BUSCA DE UM SENTIDO

Capítulo 46

Retornando à fonte

Capítulo 47

A busca do sublime

Capítulo 48

Quando os homens sonham

Capítulo 49

Uma sociedade segundo a *Via Sacra*

Capítulo 50

O segredo da Idade Média

Capítulo 51

Aplicando os princípios deste livro

Conclusão

O grande retorno à casa paterna

Agradecimentos

Glossário

Bibliografia

Prefácio

Pro Príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança



Tenho a satisfação de apresentar, ao público brasileiro e, de forma mais ampla, aos que lerão este livro em português, o bestseller “*Return to Order: From a Frenzied Economy to an Organic Christian Society—Where We’ve Been, How We Got Here and Where We Need to Go*” (“Retorno à Ordem: de uma economia frenética a uma sociedade orgânica cristã. Por onde andamos, onde estamos, e qual deve ser nosso destino”).

Durante muito tempo, senti falta de um livro como este, capaz de sintetizar, em suas páginas, a necessidade de uma verdadeira restauração social, não mais baseada em utopias revolucionárias, mas na experiência histórica iluminada e fundamentada por seus aspectos metafísicos e religiosos. Não é a imaginação de uma falsa ordem tão comum em nossos dias, mas um retorno à ordem que já existiu e pode nos inspirar.

Um ponto a salientar nessa presente obra é seu firme fundamento na doutrina social católica. Com sua exaustiva pesquisa, o autor mostra como a Igreja possui soluções surpreendentes para os problemas modernos.

O Brasil, assim como as demais nações do Ocidente, nasceu sob o influxo desses valores que, com o tempo, foram paulatinamente deixados de lado, quando não frontalmente combatidos. Como consequência, vê-se hoje uma desagregação de nossa sociedade e, ao mesmo tempo, um crescente desejo de ordem.

Sem um referencial claro, esse desejo de ordem pode reeditar erros do passado recente e colaborar para aumentar ainda mais essa frustração que se sente em parcela ponderável da Opinião Pública.

Por outro lado, acentua, ao menos para a maioria dos brasileiros, que a solução da crise atual requer algo muito mais profundo do que promessas de campanha política ou programas econômicos.

Isso se fazia notar nas multidões que encheram as ruas do Brasil desde 2013 e que, entre outros desejos, expressavam a saudade de um país fiel a si mesmo. A frase “*queremos o nosso Brasil de volta*” ecoou pelos quatro cantos deste imenso território.

No entanto, essas vozes também sentiam insegurança por não saberem onde buscar inspiração. Não raramente, sabemos o que não queremos, mas não temos uma ideia clara do que queremos e precisamos. Este livro responde a essa necessidade e consegue traçar uma meta clara.

Disso resulta o grande prazer que tenho em apresentar o livro “*Retorno à Ordem: de uma economia frenética a uma sociedade cristã orgânica. Por onde andamos, onde estamos, e qual deve ser nosso destino*”.

Esta oportuna obra descreve o tipo de sociedade que os brasileiros almejam em nossos dias. Em termos do filho pródigo do Evangelho, ajuda-nos a compreender melhor como podemos regressar à casa paterna.

O autor americano John Horvat apresenta um panorama válido não só para os Estados Unidos, como também para o Brasil e para o mundo. Membro veterano da **Sociedade Americana de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)**, conheceu de perto o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, com quem trabalhou na elaboração deste tratado sobre economia e cultura católicas.

Ao apresentar a noção de “intemperança frenética”, descreve o fermento revolucionário que mina e destrói uma sociedade e uma economia saudável.

O autor apresenta a economia não como fim ou causa em si mesma. Argumenta que a situação econômica reflete um problema humano muito mais profundo, com raízes na sociedade vista não como uma aglomeração de átomos, mas um conjunto de seres humanos capazes de escolher entre o certo e o errado e, com isso, definir o futuro.

Descreve as soluções orgânicas que se encontram nas instituições da família, da comunidade e da Igreja, equilibradas e orientadas ao bem comum. O autor descobriu, nos recônditos tesouros da Igreja, muitas pérolas que nos ajudam a dar glória a Deus no nosso dia-a-dia e a reedificar a sociedade conforme princípios sadios.

Muitos se perguntam qual é a solução para o mundo de hoje. Essa solução é dada neste livro que ora é apresentado aos leitores do Brasil. Ele expõe princípios perenes da civilização cristã que possibilitam um retorno à ordem.

Esta obra apresenta a solução que todos esperam e que é tão necessária em nossos dias. O brado, “*quero o meu Brasil de volta*”, não expressa um simples saudosismo do passado, mas sobretudo o desejo de um futuro fiel ao passado que marcou o nascimento de nosso País.

O livro do Sr. John Horvat já é um best-seller no mundo inteiro, com 385,000 exemplares em circulação, publicado em 6 idiomas, e merece sem dúvida um grande

lançamento em língua portuguesa e ser divulgado por todos que almejam o bem do Brasil e sobretudo da civilização cristã.

Diante do caos em que vivemos, devemos voltar os olhos para os princípios e valores que se encontram na origem do nascimento do nosso Brasil.

Não se trata de um nacionalismo tacanho que nos leve a não vermos os pontos positivos de outros povos, mas de um patriotismo que nos insere dentro de uma constelação de nações nascidas sob o signo da Cruz de Cristo e da Cristandade, cuja restauração se faz mais necessária do que nunca.

No grandioso congresso Eucarístico Nacional de 1942, o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, comentando a vocação do Brasil, dizia:

“E hoje, que o Brasil emerge de sua adolescência para a maturidade, e titubeia nas mãos da velha Europa o cetro da cultura cristã que o totalitarismo quereria destruir, aos olhos de todos se patenteia que os países católicos da América são na realidade o grande celeiro da Igreja e da Civilização, o terreno fecundo onde poderão reflorir, com brilho maior do que nunca, as plantas que a barbárie devasta no velho mundo. A América inteira é uma constelação de povos irmãos. Nessa constelação, inútil é dizer que as dimensões materiais do Brasil são uma figura da magnitude de seu papel providencial.(...)”

“A missão providencial do Brasil consiste em crescer dentro de suas próprias fronteiras, em desdobrar aqui os esplendores de uma civilização genuinamente católica, apostólica, romana, e em iluminar amorosamente todo o mundo com o facho desta grande luz, que será verdadeiramente o “lumen Christi” que a Igreja irradia. Nossa índole meiga e hospitaleira, a pluralidade das raças que aqui vivem em fraternal harmonia, o concurso providencial dos imigrantes que tão intimamente se inseriram na vida nacional, e mais do que tudo as normas do Santo Evangelho, jamais farão de nossos anseios de grandeza um pretexto para jacobinismos tacanhos, para racismos estultos, para imperialismos criminosos. Se algum dia o Brasil for grande, sê-lo-á para bem do mundo inteiro”.

Esta obra ajudará seus leitores a entender o que é preciso fazer para trazer o nosso Brasil de volta. Ela apresenta verdadeiras soluções para as inúmeras crises pelas quais passamos e evita que percamos a bússola.

Sua mensagem é vital sobretudo neste momento em que somos colocados diante da falsa alternativa entre um Ocidente corrompido pela Revolução Cultural, de um lado, e, de outro, uma agressão militar anti-Ocidental, falsamente apresentada como defendendo valores cristãos.

Confiante na intercessão de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, convido a todos a esta leitura na esperança de despertar o desejo de uma volta à casa paterna e a Maria Santíssima. O incerto futuro que se avizinha nos relembra desta solução tão urgente quanto necessária: um retorno à ordem.

Introdução

Retomando a rota

Se houvesse uma analogia para o estado atual da nação americana, esta seria a de um navio de passageiros em um cruzeiro sem fim. Em cada convés, todo o conforto moderno e entretenimentos. As bandas tocam, os cinemas estão cheios, os restaurantes lotados e as *boutiques* bem abastecidas.

A atmosfera é exteriormente marcada por diversão e risada. Por toda parte há espetáculos deslumbrantes, jogos divertidos e aparelhos eletrônicos. Sempre surge mais uma brincadeira ou dança para manter a festa. O navio dá a impressão quase surreal de fantasia, sensualidade e prazer.

Cruzeiros normalmente se destinam a celebrações especiais, mas este é diferente. Ao longo das décadas, muitos passaram a vê-lo não como férias, mas como um direito; não mais como um evento excepcional, mas como a norma. Ao invés de deixar o navio, muitos procuram prolongar a festa a bordo, sem se preocupar com o destino final ou sobre quem vai pagar a conta.

Quebra de um sistema

Até mesmo o melhor dos cruzeiros chega a um ponto de exaustão; e a certa altura, mesmo a melhor das festas acaba. Por trás do verniz festivo, as coisas começam a desgastar-se. Saem brigas e desentendimentos entre os passageiros. Os membros da tripulação discutem e cortam gastos. Os problemas financeiros reduzem as festividades. No entanto, ninguém tem a coragem de sugerir que a festa não deve continuar.

Essa imagem serve bem para explicar a crise atual. Como nação, vemo-nos diante do mesmo dilema dos passageiros do cruzeiro em sua festa interminável. Economicamente, atingimos uma situação de insustentabilidade, com déficits de trilhões de dólares, crises econômicas e quebras financeiras. Politicamente, chegamos a um ponto de imobilidade, com a polarização e conflitos que tornam difícil fazer qualquer coisa. Moralmente, caímos tão fundo com o colapso de nossos códigos morais, que nos perguntamos como a sociedade poderá sobreviver. O curso está traçado para nos levar à ruína, mas o tempo todo as bandas continuam a tocar.

Ao invés de encarar de frente esses problemas, muitos procuram maneiras de prolongar a festa. Ninguém se atreve a declarar que ela acabou.

Mal equipados para enfrentar a tempestade

Os problemas internos do nosso navio são agravados pelos problemas externos. Estamos diante de um colapso econômico iminente, o qual surge no horizonte como uma tempestade próxima, mas cuja existência poucos querem admitir. É difícil prever quando ela se desencadeará por inteiro, o que pode ocorrer dentro de alguns meses ou de muitos anos. Não sabemos exatamente como ela vai se dar, nem por que meios evitá-la.

Só sabemos que uma tempestade está vindo. E não é uma tempestade qualquer, pois seus ventos fortes já se fazem sentir. Pela sua magnitude, percebemos na presente crise algo que atinge o próprio cerne da nossa ordem americana. Ela terá consequências políticas, sociais, até mesmo militares. O que a torna especialmente grave é que, neste

momento em que nos aproximamos da tempestade cada vez mais ameaçadora, nosso navio parece tão mal equipado, e sua tripulação tão dividida.

Tivemos no passado uma união e uma projeção que nos ajudaram a manter o rumo certo em tempestades como estas. Éramos um povo solidamente unido em torno de Deus, da bandeira e da família, mas agora tudo parece fragmentado e polarizado. Por causa de nossa grande riqueza e poder, éramos objeto do respeito e admiração das nações. Agora somos inesperadamente atacados por inimigos imprevisíveis, abandonados por amigos e aliados. Nossas certezas estão abaladas, nossa unidade posta em dúvida. Há ansiedade e um sombrio pessimismo quanto ao futuro.

Nosso propósito

A Sociedade Americana de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é um grupo de católicos preocupados com o estado da nação. Esta preocupação nos levou a formar uma comissão de estudos, dedicada a compreender em profundidade as causas da atual crise econômica. Motivados pelo amor de Deus e da Pátria, entramos agora no debate apresentando as conclusões a que chegou essa comissão. Explicaremos qual foi nosso equívoco enquanto nação. É chegada a hora de declarar que a festa acabou, e nosso objetivo é juntar-nos a todos os americanos com senso prático, que veem a inutilidade de prolongar a festa. O momento é de fechar as escotilhas e traçar um curso em face da tempestade furiosa que avança.

Embora a tempestade seja traiçoeira, não precisamos navegar em mares desconhecidos. Isto porque estas considerações decorrem de nossas profundas convicções católicas, inspiradas fortemente nos ensinamentos sociais e econômicos da Igreja, os quais deram origem à civilização cristã. Acreditamos que esses ensinamentos podem nos servir de farol, pois contêm informações valiosas e esclarecedoras que beneficiarão a todos os americanos, porquanto se baseiam não apenas em questões de fé, mas também na razão e nos princípios da ordem natural.

Dispor desse farol é da mais alta urgência, pois estamos navegando em águas perigosas. Não podemos tomar os rumos socialistas da anarquia e da revolução, que causaram o naufrágio de tantas nações na História. Em face da tempestade que se aproxima, só evitaremos o desastre e chegaremos ao porto seguro se tivermos a coragem de utilizar a nossa rica tradição cristã e de colocar a nossa confiança na Providência.

Uma vez que a natureza da tempestade é principalmente econômica, faremos da economia o nosso foco principal. No entanto, este não é um tratado de economia, mas uma análise baseada em observações sobre a evolução de fatos econômicos na História. A partir dela elaboramos uma série de teses, aqui apresentadas de forma sucinta, sem provas ou exemplos excessivos.

Desenvolver plenamente cada tese constitui tarefa cuja vastidão ultrapassa o escopo deste trabalho. Limitamo-nos a fornecer uma plataforma para debate e apontar na direção geral de uma solução. Aos que entrarem no debate, convidamos que apliquem às circunstâncias concretas os princípios gerais aqui enunciados.

Um grande desequilíbrio na economia

Nossa tese principal está centrada no grande desequilíbrio que penetrou em nossa economia. Não achamos que sua causa seja o nosso vibrante sistema de propriedade privada e livre iniciativa, ao contrário do que tantos socialistas costumam afirmar. O problema se encontra numa profundidade muito maior, difícil de definir.

Não negando outros fatores, e a partir de uma perspectiva que adiante se tornará clara, pensamos que o principal problema reside em um irrequieto espírito de *intemperança*, que está constantemente desequilibrando a nossa economia. Agrava-o um impulso *frenético*, gerado por uma forte corrente na economia moderna, o qual procura livrar-se de restrições e satisfazer as paixões desordenadas. Esta mentalidade, que denominamos “*intemperança frenética*,” está mergulhando o País numa crise sem precedentes.

No decorrer de nossas considerações, analisaremos primeiro essa intemperança frenética e sua manifestação em nossa economia industrializada. Consideraremos seu desequilibrado movimento, voltado a atingir proporções gigantescas na indústria e maciça padronização de produtos e mercados. Analisaremos seu ímpeto em destruir instituições e quebrar barreiras restritivas, que servem normalmente para manter as economias em equilíbrio.

Mostraremos então como essa intemperança frenética tem facilitado certos erros, que se estendem além da economia, moldando nosso modo de vida. Para ilustrá-lo, discutiremos as frustrações causadas por uma confiança exagerada em nossa *sociedade tecnológica*, o isolamento espantoso de nosso *individualismo* e o pesado fardo de nosso *materialismo*. Destacaremos o secularismo insípido, o qual admite poucos elementos heróicos, sublimes ou sagrados que dariam sentido a nossas vidas. Longe de promover o mercado livre, a intemperança frenética mina-o e desequilibra-o; e ainda prepara o caminho para o socialismo. O efeito trágico de tudo isso é que parece termos perdido o elemento humano, tão essencial à economia, que no entanto tornou-se fria e impessoal, rápida e frenética, mecânica e inflexível.

Ausência do elemento humano

Muitos americanos, em seu esforço por máxima eficiência e produção, romperam com a influência naturalmente restritiva de instituições humanas, como o costume, a moral, a família e a comunidade. Cortaram seus vínculos com a tradição, na qual os costumes, os hábitos e os modos de ser passam de geração em geração. E perderam as âncoras das virtudes cardeais, que constituem o ancoradouro de toda economia verdadeira.

O resultado é uma sociedade onde o dinheiro é a regra. Os homens puseram de lado os valores sociais, culturais e morais, para adotar um conjunto de valores que atribui excessiva importância à quantidade sobre a qualidade, à utilidade sobre a beleza e à matéria sobre o espírito. Livre dos empecilhos tradicionais, os que se submetem a esta regra favorecem as negociações frenéticas, a especulação e os riscos exagerados, com os quais lançaram a nossa economia na crise.

Definindo a crise econômica atual

Ao nos referirmos à *crise econômica atual*, não temos em mente qualquer bolha especulativa ou *crash* financeiro específico. Estamos falando de modo geral sobre o efeito cumulativo da enorme dívida, dos gastos desenfreados do governo, da instabilidade econômica e de outros fatores que já ameaçam torná-la uma só crise global, que provavelmente levará a um grande colapso econômico.

À procura de remédios

Se a intemperança frenética é a principal causa desse desequilíbrio econômico, suprimi-la deve constituir parte da solução. Para isso precisamos conectar-nos novamente com aquele elemento humano que tempera os mercados e os mantém livres.

O modelo que apresentamos é o da ordem sócio-econômica desenvolvida na Cristandade, em cujo quadro orgânico encontramos os princípios perenes que a tornaram maravilhosamente adaptada à natureza humana. Orientados por esses princípios, os mercados tornaram-se cheios de exuberante vitalidade e refrescante espontaneidade, tudo sob a influência apaziguadora das instituições naturais de contenção – costumes, família, Estado cristão e Igreja – que constituem o coração e a alma de uma economia equilibrada.

Sob essa orientação, a economia permanece ancorada nas virtudes, especialmente nas virtudes cardeais. Dentro desta ordem, o regime do dinheiro é substituído por outro que favorece a honra, a beleza e a qualidade.

Devemos salientar que essa ordem cristã, adaptada à natureza humana, é adaptada também à realidade de natureza decaída em que estamos; e é bem adequada aos sofrimentos e alegrias que este vale de lágrimas nos proporciona. Lembramos que ela nasceu sob a sombra constante da cruz, tendo a Cristo como seu divino modelo.

Estudando os princípios dessa ordem, teremos uma noção de qual deve ser o nosso ideal e como obtê-lo.

Com a tempestade ameaçadora despontando no horizonte, o palco está pronto para um grande debate sobre onde nos encontramos e que rumo devemos tomar. Nossa principal preocupação deverá consistir em compreender a natureza da tempestade que enfrentamos e o porto que buscamos. Só então poderemos traçar um caminho para o futuro.

PARTE I

UMA TEMPESTADE LONGAMENTE PREPARADA

Capítulo 1

O modelo norte-americano dominante: uma união cooperativa

Ao longo de nossa história, sempre dependemos de um modelo sócio-econômico dominante que nos ajudou a navegar em meio às tempestades e moldou nosso modo de vida. Esse modelo sobreviveu a sucessos e fracassos econômicos, à grande depressão, a guerras mundiais, recessões e tempos de agitação. Encontramo-lo refletido na nossa literatura e nos nossos filmes. Ele influencia o nosso modo de viver, e a tal ponto interpreta a realidade, que custa imaginar a vida fora desse modelo.



Diante da nossa crise atual, esse modelo não mais funciona como no passado. Ele está quebrando, e portanto a nossa primeira tarefa consiste em compreendê-lo e ver onde ele falhou.

Uma descrição desse modelo

Podemos identificar dois elementos principais nesse modelo dominante. O primeiro é um sistema econômico vibrante, com um grande dinamo de produção que proporciona conforto e bem-estar material. Com um saudável respeito pela propriedade privada e livre empresa, dentro do estado de direito, esse modelo deu-nos uma grande abundância e prosperidade.

O segundo elemento é um correspondente estilo de vida americano (*American way of life*), em que desfrutamos dessa produção. Acima de tudo, esse modelo ampara um

sonho: a ideia de que todos devem ter a máxima liberdade de buscar sua própria felicidade, desde que não interfira no sonho de outrem. O resultado é uma forma prática de vida possibilitando a todos perseguir seus sonhos e celebrar as pequenas alegrias da vida, da virtude doméstica e do sucesso financeiro. Esse estilo de vida comporta uma atmosfera de cooperação mútua, pela qual os indivíduos e as famílias têm um bom convívio em suas comunidades, ao mesmo tempo que buscam atingir seus interesses individuais. Este sistema promove e premia o trabalho árduo, o espírito de iniciativa e uma mentalidade otimista e confiante.

Componentes de um consenso

A chave do sucesso desse modelo encontra-se em um grande consenso universal, uma espécie de *cola* espiritual que mantém todos unidos, e por meio do qual todos concordam em relacionar-se bem. É um consenso flexível e deliberadamente vago, tendente a deixar de lado quaisquer vínculos robustos com tradições religiosas, ideológicas ou universais capazes de revelar divisão ou interpor-se no caminho de cada um, na busca constante e sempre esquivada da felicidade perfeita.

Esse consenso se reflete em nosso discurso político normal, o qual não questiona o modelo dominante, preferindo debater sobre a melhor forma de realizar nosso sonho americano. Todos os partidos na arena política usam os mesmos conceitos, imagens e retórica para chegar a um consenso: Deus, a liberdade, a bandeira americana, a família e a torta de maçã. O domínio desse modelo é tão grande, que quase sufoca o grupinho de comunistas e socialistas radicais ou os partidos marginais que se atrevam a desafiá-lo.

Podemos ver esse mesmo consenso refletido numa atitude semelhante em relação à religião. Ao contrário do modelo europeu moderno, que procura cortar qualquer ligação entre a religião e a vida pública, o modelo norte-americano recebe as religiões de braços abertos, contanto que todas se dêem bem. É como se o governo americano tivesse um acordo tácito estabelecendo aquilo que muitos têm chamado de “religião civil” – um conjunto de regras operativas em que certas coisas contra Deus são proibidas. Embora legalmente separado, o Estado mantém reverência por um vago Deus judaico-cristão em quem confia, embora o deixe indefinido. O presidente Dwight Eisenhower observou certa vez: “Nossa forma de governo não faz sentido, a menos que seja fundada em uma profunda fé religiosa, e não me importa qual seja”.¹

A religião funciona como uma espécie de fiador da boa ordem, que age através de um código moral cristão consensual vagamente baseado nos Dez Mandamentos. É adotado pelo Estado, incorporado em nossas leis e gravado em nossos edifícios públicos. Idealmente, esse modelo defende que todos devem ter algum tipo de religião, de preferência bíblica, de modo a manter um ambiente propício à prosperidade e ao bem-estar geral. Esta parte do nosso consenso teve o bom efeito de imprimir em profundidade, no caráter nacional, um senso de moralidade, piedade, patriotismo e devoção à família. Seu código moral também tem uma saudável influência moderadora sobre a economia.

Uma nação-cooperativa

Esse modelo americano apresenta uma fórmula de governar a nação, que podemos comparar com a usada em uma próspera fazenda cooperativa ou em uma sociedade anônima.²

Essa mentalidade cooperativista leva os cidadãos a agir como se o país funcionasse à maneira de uma sociedade cooperativa cheia de benefícios legítimos, com riscos distribuídos, privilégios de voto, poucos encargos e muitas oportunidades de lazer. Enquanto existir uma atmosfera de bem-estar e felicidade, os membros renovam com grande entusiasmo sua associação. Muitos veem sua participação na cooperativa como lhes conferindo uma espécie de direito inalienável aos benefícios que fornece. Esse entusiasmo é auxiliado por uma forte base econômica, que praticamente garante certo grau de prosperidade.

Como resultado, esta união cooperativa é notavelmente resistente à crise. Cassandras têm frequentemente previsto a sua ruína. No entanto, enquanto este modelo econômico mantiver a aparência de prosperidade e conferir benefícios, liberdades e os direitos sobre os seus cidadãos, teremos o consenso necessário para manter a nossa união, mesmo em tempos de grande decadência moral como o nosso. Em teoria, pode-se argumentar que a nossa união cooperativa pode durar indefinidamente.

Apesar de sua natureza voltada intensamente para o interesse próprio, esse modelo encantou inúmeros americanos, uma vez que sempre proporcionou crescimento, prosperidade e relativa paz, fazendo com que todos parecessem dar-se bem. Muitos até consideraram esse plano prático de sucesso uma fórmula redentora a ser imitada por toda a humanidade, e pregaram com zelo quase missionário a sua adoção pelas demais nações.

Definindo a união cooperativa americana

A união cooperativa americana pode ser definida como o nosso modelo sócio-econômico dominante, consistindo num sistema econômico vibrante que produz em grande abundância e nos proporciona um estilo de vida que apreciamos. Os que aderem a este modelo veem o funcionamento de nosso país como o de uma fazenda cooperativa ou empresa acionista cheia de benefícios legítimos, privilégios de voto e benesses.

Os Estados Unidos em crise

Esse modelo só pode funcionar na medida em que todos concordarem em conviver e cooperar. Quando o dínamo econômico encrenca ou perde força, surge a discórdia. Quando o vago código moral do consenso começa a desmoronar, a confiança desaparece. Em períodos de crise prolongada como a atual, esse modelo de cooperativa se quebra.

Vemos então formarem-se facções. Debates polarizados irrompem, cada um querendo culpar o outro pelo fracasso da cooperativa. As eleições lembram brigas de acionistas, que conduzem à troca frequente dos diretores da empresa. As oportunidades de lucro diminuem, e então a cooperativa parece funcionar contra os interesses dos membros. Por assim dizer, ela deixa de pagar dividendos para distribuir incertezas, que por sua vez causam ansiedade, depressão e estresse. Isto levanta questões sobre se a nossa fórmula é realmente redentora para toda a humanidade.

Ao apresentar esse modelo americano, não queremos insinuar que todos os americanos têm a mesma adesão a esse modelo. Também não afirmamos que os “americanos cooperativistas” carecem de sentimentos patrióticos, ou que não existem

outros modelos concorrentes. O que estamos afirmando é que, de modo geral, esse modelo de cooperativa tem dominado o estilo de vida americano, e agora está em crise.

O impensável começa a acontecer: nossa união cooperativa está se desfazendo, nosso consenso se desintegrando, e o dínamo da nossa produção desacelerando. Devemos agora enfrentar essa perspectiva assustadora.

¹ Patrick Henry, “‘And I Don't Care What It Is’: The Tradition-History of a Civil Religion Proof-Text,” – *The Journal of the American Academy of Religion*, 49 (Março 1981): 41.

² Encontramos já na literatura dos Pais da Pátria referências à nação como uma “república comercial,” uma união de interesses próprios legítimos, proporcionando prosperidade e segurança. Matthew Spalding e Patrick J. Garrity, *A Sacred Union of Citizens: George Washington's Farewell Address and the American Character* (Lanham, Md.: Rowman e Littlefield, 1996), 65.

Capítulo 2

Por que esse modelo falhou: uma intemperança frenética

Para entendermos a crise atual, precisamos ver agora por que a nossa união cooperativa está falhando. Acreditamos que a causa resida num elemento de desequilíbrio que entrou no dinâmico sistema econômico – peça central do nosso modelo – o qual, por sua vez, gerou um efeito sobre o nosso correspondente estilo de vida.

O uso do termo “capitalismo”

Quando se fala de desequilíbrio em nossa economia, muitos são sôfregos em atribuir a culpa ao capitalismo enquanto sistema, pois há muito nos orgulhamos de ser a nação capitalista por excelência. Não concordamos com essa avaliação. Em seu sentido puramente popular, tal como o entende a maioria dos americanos, o capitalismo é um sistema de produção e consumo que protege o direito de propriedade privada e a livre iniciativa dentro de um Estado de direito. Neste sentido é um sistema útil, que produziu prosperidade geral para a nação, não podendo assim ser alvo de nossas críticas.

No entanto, o capitalismo também não pode constituir a linha de batalha de nossa defesa, pois a palavra comporta outros significados que não podemos endossar. A esquerda, por exemplo, tem se referido muito ao capitalismo para descrever deficiências ou excessos do sistema, enquanto alguns libertários utilizam essa palavra para promover uma agenda anárquica radical.

Capitalismo: uma palavra ambígua

A ambivalência do termo “capitalismo” está muito bem expressa na encíclica *Centesimus Annus*, do Papa João Paulo II. Ao responder à questão sobre se o “capitalismo” triunfou sobre o comunismo, ele escreve:

“Se por ‘capitalismo’ se indica um sistema económico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da consequente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no sector da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de ‘economia de empresa’, ou de ‘economia de mercado’, ou simplesmente de ‘economia livre’. Mas se por ‘capitalismo’ se entende um sistema onde a liberdade no sector da economia não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque ao serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão desta liberdade, cujo centro seja ético e religioso, então a resposta é sem dúvida negativa” (Encíclica *Centesimus Annus*, 1º de Maio de 1991, nº 42.)

Por isso devemos evitar cuidadosamente a armadilha de usá-la de forma indiscriminada. Devido aos abusos que ela tem ensejado, é mais sensato seguir o conselho de Bernard Dempsey, economista e sacerdote jesuíta, segundo o qual a palavra capitalismo não é suscetível de definição científica, só devendo ser usada com grande relutância e cuidado: “Somente um general muito tolo aceita batalha em terreno

escolhido pelo adversário”.³ De agora em diante usaremos este termo vago com moderação.

O foco de nossa crítica

Em nosso zelo por encontrar a causa da atual crise, julgamos que também incorreríamos em grande erro se fizéssemos um amplo ataque contra todo o nosso sistema de livre mercado. De fato, neste devemos distinguir duas influências. A primeira é de um enorme setor responsável pela operação normal de milhões de empresas dinâmicas de porte pequeno, grande e gigante, o qual fornece amplamente bens e serviços à nação, numa concorrência saudável.

Este primeiro setor básico, que abrange uma parte muito importante de nossa vida diária, cultiva aquelas robustas virtudes americanas – diligência, moderação, parcimônia e honestidade – essenciais ao bom funcionamento de qualquer mercado livre. Embora, sem dúvida, importantes e declaradamente "capitalistas", as atividades deste vasto sector não podem ser consideradas a causa da nossa crise..

Intemperança frenética

Uma segunda influência menos regulamentada deve atrair mais a nossa atenção. Ela não constitui propriamente um setor formal, mas sim uma tendência difusa, com efeito desestabilizador na economia. Inclui aquilo que chamaremos de *intemperança frenética* – um espírito irrequieto e irresponsável dentro da economia moderna, que favorece um movimento visando a eliminar qualquer freio legítimo e satisfazer as paixões desordenadas.

Esta intemperança frenética não é especificamente um problema econômico mas uma questão moral e psicológica um profunda dentro da alma de homem moderno, que se manifesta na economia. Ela tende a formar uma subcorrente que se manifesta em todos lugares em graus variados. Pode ser observada nos indivíduos e grupos de indivíduos. Opera em ambientes que não incluem todas as grandes corporações nem excluem todas as empresas pequenas. Nem é a riqueza a sua característica definidora uma vez que este espírito inquieto pode existir em simples lojista ou um multi-bilionário. Nós temos que insistir e insistiremos repetidamente, que a menos que a intemperança frenética seja abordada, qualquer solução, por perfeita que possa parecer, será considerada falha.

Nossas primeiras tarefas serão muito específicas: traçar as origens desta subcorrente e, em seguida, definir e caracterizar seu espírito. Esta é também a chave para entender a atual crise econômica que é, acima de tudo, uma crise espiritual.

Definindo a intemperança frenética

Podemos definir a intemperança frenética como um movimento inquieto, explosivo e implacável dentro do homem, que se manifesta na economia moderna por: 1) buscar livrar-se das restrições legítimas; e 2) gratificar paixões desordenadas. Ela tende a formar uma subcorrente econômica cuja ação pode ser comparada à de um acelerador ou regulador defeituoso que lança fora de equilíbrio uma máquina que funcionaria bem sem essa interferência.

Um fenômeno que se nota frequentemente

Não somos os únicos a suspeitar que esse espírito irrequieto de intemperança frenética vem trabalhando há muito tempo para corroer as entranhas da economia ocidental.

Ele aparece tão claramente, que muitos têm observado seus misteriosos efeitos e tentado identificá-lo. Pio XI o associa com a força das “paixões desenfreadas”.⁴ Outros, como Max Weber, referem-se a atividades de “caráter irracional e especulativo”.⁵ O sociólogo Robert Nisbet queixa-se de um “estado mental febril,”⁶ enquanto na outra extremidade do espectro o economista Robert Heilbroner fala de um “movimento irrequieto e insaciável”.⁷ Hyman Minsky refere-se a uma instabilidade “inerente e inevitável”.⁸ Estes são alguns dos muitos que têm procurado rotular essa força, sem dizer a sua causa.

Afirmamos que a causa dessa terrível força tem um nome, e se chama *Revolução*.⁹

A origem de nossa crise econômica

Formulando de modo simples, a intemperança frenética é a manifestação de uma revolução maior, muito mais do que um mero defeito na economia.

A História registra mudanças dramáticas na mentalidade geral dos homens. Uma delas foi uma explosão de orgulho e sensualidade, que abalou a Cristandade medieval e deu origem a um processo histórico único, denominado Revolução pelo pensador católico Plínio Corrêa de Oliveira. Esta foi uma revolta contra a própria ideia de restrição, impulsionada por um desejo imoderado de prazeres e novidades; uma explosão de apetites desordenados e um abandono gradual das forças estabilizadoras dos valores espirituais, religiosos, morais e culturais. Podemos traçar as quatro fases desse processo: 1 – A Renascença, que preparou o espírito de revolta da Revolução Protestante (1517); 2 – A Revolução Francesa (1789); 3 – A Revolução Comunista (1917); 4 – A Revolução Cultural dos anos sessenta (1968).¹⁰

Ao longo dos séculos, essa Revolução penetrou lentamente em todos os campos da vida, gerando efeitos desestabilizadores. Neste contexto, podemos afirmar que a intemperança frenética é a sua manifestação na economia.

Mapeando a intemperança frenética

Podemos rastrear historicamente os altos e baixos dessa intemperança frenética, no seu movimento ao lado das economias ocidentais. Ela pode ser rastreada desde as suas origens modestas, nos mercados renascentistas protocapitalistas, até a Revolução Industrial e a globalização de nossos dias. Embora possa variar de intensidade, em cada nova fase o seu dinamismo desordenado cresce em alcance.

Em suas formas mais extremadas e claras, a intemperança frenética pode ser encontrada na crista de empreendimentos especulativos, seja na “tulipomania” na Holanda (1633-1637), seja nas principais quedas do mercado de ações ou na bolha hipotecária de empréstimos *subprime* [empréstimos de risco] de 2008.

Vemos com mais frequência esse espírito irrequieto nas crises financeiras menores, que pontuam amiúde a história da economia moderna. Na verdade, a nossa literatura de negócios está repleta de expressões dramáticas, que incluem manias, paixões cegas, frenesis, especulações febris, caprichos ou correrias, todos descrevendo o nosso estado precário de frequentes quebras financeiras, crises e ciclos envolvendo quantidades cada vez maiores de capital.¹¹

Na vanguarda dessa tendência encontramos sempre um implacável movimento visando banir o comedimento e buscar o prazer, e este passa como um trator por cima de qualquer vizinhança, costume ou valor cultural que se interpuser em seu caminho. Em pessoas envolvidas nessa tendência, encontramos até quem trabalha contra seus

próprios interesses. Por exemplo, maximizando lucros através da colaboração com governos socialistas ou comunistas, que no entanto destroem os mercados livres; ou então minando a ética do mercado e da concorrência, pela participação em capitalismo de compadrio ou em *lobbies* de poder.

Em nossa vida diária de consumidores, a influência dessa tendência pode se manifestar sob a forma de viver predominante além das próprias possibilidades, tomando dinheiro emprestado sem pensar no futuro. Isso promove um tipo de consumo que ultrapassa a mera aquisição de dinheiro e bens. Muitos têm adotado um ritmo de vida acelerado facilitado pelo crédito, projetando assim uma impressão de sucesso. Escreve o professor de marketing James A. Roberts: “O trabalho duro e o sacrifício, que eram partes integrantes do sonho [americano] original, foram substituídos por um desejo ingênuo de sucesso material, sem vontade de pagar a conta devida pela criação de tal riqueza”.¹²

Em um nível mais popular, conhecemos bem esta tendência porque Hollywood (que a influencia e propaga) populariza e torna atraentes em toda a nossa cultura os seus arquétipos frenéticos de aproveitadores. A maioria das empresas não se envolve plenamente nessas práticas, mas a tal ponto essa tendência influi, que dá o tom para toda a nossa cultura empresarial, pela criação de uma certa eletricidade frenética no ar.

Uma natureza frenética

Para entender inteiramente essa tendência desenfreada, cumpre destacar a sua *natureza frenética*. Não estamos falando da intemperança que conduz ao lucro excessivo, ou da ambição que sempre atormentou o homem ao longo da História. Também não devemos confundir intemperança frenética com a legítima e enérgica prática de negócios com a disposição de assumir riscos, que leva à verdadeira prosperidade.

Pelo contrário, a intemperança frenética é uma expansão explosiva dos desejos humanos além dos limites tradicionais e morais. Sua natureza frenética leva a rejeitar a própria ideia de contenção, e também a desprezar os valores espirituais, religiosos, morais e culturais que normalmente servem para ordenar e moderar a atividade econômica. O escritor financeiro Edward Chancellor observa com acerto a existência de um espírito “anárquico, irreverente e anti-hierárquico,” cuja essência não é simplesmente a ganância, mas “um desejo utópico de liberdade e igualdade que contrabalança o insípido materialismo racionalista do sistema econômico moderno”.¹³

À medida que a intemperança frenética prevalecer, seu caráter autodestrutivo acabará por destruir o livre mercado e os valores morais. Sobre essa tendência desenfreada, podemos repetir as palavras duras que Marshall Berman aplicou a um dinamismo inato da economia moderna, afirmando que, se ela estivesse completamente livre de suas rédeas, aniquilaria “tudo o que ela cria – ambientes físicos, instituições sociais, ideias metafísicas, visões artísticas, valores morais – a fim de criar mais, e assim continuar incessantemente a criar o mundo de novo”.¹⁴

Uma grande intemperança

A natureza frenética da atividade dessa tendência só agrava os efeitos de sua intemperança.

A temperança é a virtude pela qual o homem governa e modera seus apetites e suas paixões naturais, de acordo com as normas prescritas pela razão. Quando esse elemento frenético entra na economia, a intemperança dele resultante pode levar a períodos de

“exuberância irracional,”¹⁵ dando lugar a atividades frenéticas, fortunas fabulosas e fracassos espetaculares.

Essa intemperança na economia pode ser comparada a um carro desprovido de freios adequados, correndo em grande velocidade: com frequência haverá colisões, para reduzir a velocidade ou parar. Podemos também compará-la à dependência de drogas, com períodos cada vez mais frequentes alternando frenesi e depressão à medida que o vício cresce. Ela pode trazer energia e recursos incríveis aos mercados. Entretanto, se a economia moderna trouxe grande prosperidade não foi por causa da intemperança frenética, mas apesar dela.

As marcas que revelam essa intemperança frenética podem ser vistas na crise econômica atual. Cabe-nos agora aprofundar o estudo dessa doença, a fim de melhor entender o seu funcionamento. Nós o faremos discutindo primeiro como ela prejudica o nosso sistema econômico, e em seguida como afeta o nosso modo de vida.

Acima de tudo, devemos perceber que ela não pode ser interrompida por meio da imposição de leis draconianas sobre a economia, pois isso acabaria estrangulando todo o comércio. A única solução para essa intemperança é uma correspondente temperança.

Observa Edmund Burke: “Os homens de mente intemperante não podem ser livres. Suas paixões forjam os seus grilhões”.¹⁶

³ Bernard W. Dempsey, *The Functional Economy: The Bases of Economic Organization* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1958), 162.

⁴ Pio XI, Encíclica *Quadragesimo Anno*, 15 de maio de 1931. Obtido em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html

⁵ Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trans. Talcott Parsons (New York: Charles Scribner's Sons, 1958), 20-21.

⁶ Robert A. Nisbet, *Twilight of Authority* (Indianápolis: Liberty Fund, 2000), 90.

⁷ Robert Heilbroner, *The Nature and Logic of Capitalism* (New York: W. W. Norton, 1985), 42.

⁸ Hyman P. Minsky, *Stabilizing an Unstable Economy* (New York: McGraw Hill Companies, 2008), 134.

⁹ Ver Plínio Corrêa de Oliveira, [Revolução e Contra-Revolução](#) (São Paulo: Artpress, 1982, 2ª edição – II Edição).

¹⁰ Uma ligação entre as três primeiras Revoluções pode ser encontrada na carta apostólica *Annum Ingressi*, de Leão XIII, de 19 de março de 1902. Outros historiadores juntam-se a Leão XIII e estabelecem conexões semelhantes entre as três primeiras revoluções, sem delinear todo o processo histórico.

¹¹ Esta é apenas uma lista parcial de termos. Para uma relação mais ampla, seguida de um relato de pânico e falências maiores, ver Charles P. Kindleberger e Robert Z. Aliber, *Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises* (Hoboken, N.J.: John Wiley and Sons, 2005), 40.

¹² James A. Roberts, *Shiny Objects: Why We Spend Money We Don't Have in Search of Happiness We Can't Buy* (New York: HarperOne, 2011), 66.

¹³ Edward Chancellor, *Devil Take the Hindmost: A History of Financial Speculation* (New York: Plume, 2000), 29.

¹⁴ Marshall Berman, *All That Is Solid Melts into Air: The Experience of Modernity* (New York: Simon and Schuster, 1982), 288. Esta libertação de todo freio ajuda a explicar o paradoxo pelo qual alguns indivíduos extremamente ricos apoiam agendas socialistas, permissivas ou esquerdistas, apesar de terem tudo a perder opondo-se a uma ordem moral.

¹⁵ Esta expressão foi utilizada para descrever tais períodos. Ver Alan Greenspan, “Remarks at the Annual Dinner and Francis Boyer Lecture of The American Enterprise Institute for Public Policy Research,” Washington, DC, 5 de dezembro de 1996, acessado em 14 outubro de 2012, <http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/1996/19961205.htm>.

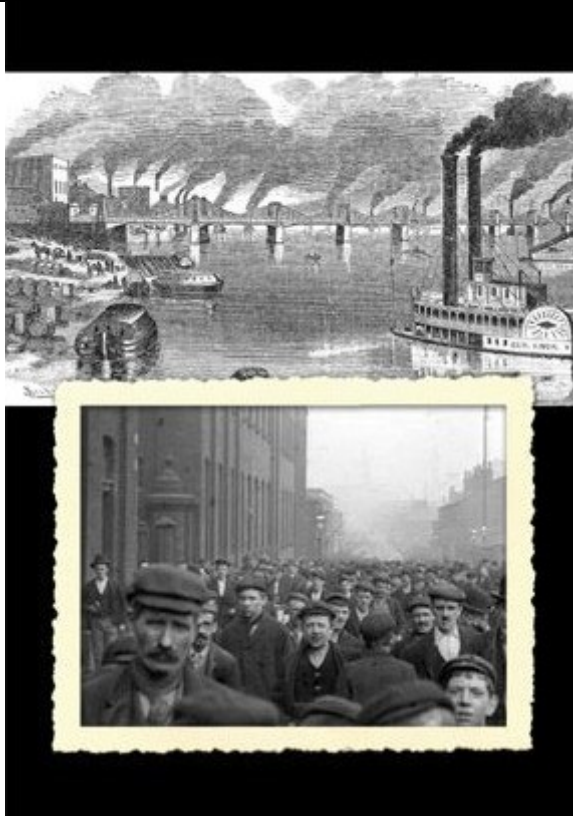
[16](#) Edmund Burke, “A letter from Mr. Burke to a Member of the National Assembly: In answer to some objections to his book on French Affairs 1791,” em *The Works of Edmund Burke, With a Memoir* (New York: Harper and Brothers, 1846), 1:583.

LIVRANDO-SE DOS FREIOS

Capítulo 3

A Revolução Industrial, ponto de definição da intemperança frenética

Compreenderemos melhor a intemperança frenética na economia indo diretamente ao período da História no qual podemos observar claramente essa tendência começando a exercer sua grande influência. Acreditamos que esse ponto de definição foi o das grandes transformações trazidas pela primeira Revolução Industrial (1760-1840) e seus subsequentes ciclos de mudança tecnológica.



Photo/American TFP Archive

A Revolução Industrial do século XIX foi uma revolução de grande alcance com conseqüências culturais, sociais e políticas. Ela ajudou a criar nossas grandes cidades e as massas modernas.

Uma enorme transformação

A Revolução Industrial foi um momento definidor que o historiador Carlo Cipolla chama de “uma revolução sem precedentes e de longo alcance,” com “implicações econômicas, culturais, sociais e políticas”.¹⁷

Não se pode negar que ela resultou em grande progresso material e riqueza, com muito benefício para a sociedade. No entanto, boa parte desse progresso pode ser atribuída a fatores saudáveis já existentes no Ocidente antes da Revolução Industrial,

como a expansão do comércio, a abundância de capitais, o desenvolvimento da tecnologia e a existência de vasta infraestrutura de instituições sociais.¹⁸ O que criticamos é o caráter agressivo da irrequieta tendência de intemperança frenética que, ao facilitar uma mudança agitada de ritmo, desencadeou as tendências e os processos econômicos causadores da grande agitação financeira e social.

A marca da Revolução Industrial

Não pretendemos criticar aspectos tecnológicos ou econômicos específicos da Revolução Industrial. Vamos cingir-nos a listar as dramáticas mudanças de atitude e mentalidade trazidas pela sua intemperança frenética, as quais diminuíram a influência moderadora das instituições familiares, culturais e religiosas. Elas podem ser vistas, por exemplo:

- Na preeminência da economia sobre as atividades sociais, políticas, culturais e religiosas, ou até adaptações dessas atividades para se conformarem à economia.
- Na mudança de atitude em relação ao capital e ao crédito, levando à expansão maciça deste e ajudando a entronizar, como elite governante *de facto*, um regime de banqueiros, empresários e tecnocratas com poderes, fortunas e privilégios superiores aos dos reis e príncipes do passado.
- No desencadeamento de uma transformação na sociedade pela implantação de uma colossal infra-estrutura industrial, necessária para a produção em massa, padronização e economia de escala, com o consequente abandono do campo e a criação de grandes cidades que centralizaram a indústria, o comércio e as finanças.
- Na promoção de uma atitude laicista, materialista e pragmática em relação à vida. Esta visão materialista do progresso científico e tecnológico avançou o sonho de um “paraíso” material que redimiria a humanidade e relegaria as questões religiosas e morais a um plano secundário.¹⁹
- Na introdução de novas tecnologias, horários de trabalho e ritmos de vida, que se mostraram despersonalizantes, brutalizantes e estressantes.
- Nas mudanças desestabilizadoras com as quais a Revolução Industrial preparou o terreno para a teoria da luta de classes de Karl Marx, estabelecendo uma relação conflituosa entre proprietários e trabalhadores.²⁰

Assim, nosso objetivo não são as tecnologias envolvidas no processo, mas o modo como a Revolução Industrial e cada um de seus sucessivos ciclos tecnológicos – vapor, eletricidade, energia nuclear ou especialmente a tecnologia de computação – adiantaram na economia moderna o papel dominante da intemperança frenética.

Impulsionada por esta, a referida revolução desencadeou um dramático desfazimento dos freios da economia, presente ainda em nossos dias. Nossa tese é de que a economia atual seria muito mais avançada e próspera sem a intemperança frenética.

[17](#) Carlo M. Cipolla, *Before the Industrial Revolution: European Society and Economy, 1000-1700* (New York: WW Norton, 1976), 274.

[18](#) Robert Nisbet afirma que a família, a Igreja e os laços da comunidade tiveram o seu papel: “A liberdade de contrato, a fluidez do capital, a mobilidade de mão-de-obra e todo o sistema de fábrica foram capazes de prosperar e dar a aparência de estabilidade interna, apenas por causa da contínua existência de alianças institucionais e culturais, que eram pré-capitalistas em todos os sentidos. Apesar de os racionalistas crerem em harmonias econômicas naturais, as verdadeiras raízes da estabilidade econômica estavam em grupos e associações que não eram de forma alguma essencialmente econômicos”. Robert A. Nisbet, *The Quest for Community: A Study in the Ethics of Order and Freedom* (San Francisco: ICS Press, 1990), 212. Sobre a abundância de capital antes da Revolução Industrial, ver Fernand Braudel, *The Wheels of Commerce*, vol. 2 of *Civilization and Capitalism 15th -18th Century* (Berkeley, Califórnia: University of California Press, 1992), 398-99.

[19](#) Nossa tecnologia e sua ênfase no físico, técnico e empírico levou ao que Sabino S. Acquaviva chamou “processo de dessacralização,” que afeta todas as instituições formais e informais da sociedade, onde “a própria organização moderna da vida diária tornou-se um obstáculo para a religiosidade, expulsando a experiência religiosa”. Sabino S. Acquaviva, *The Decline of the Sacred in Industrial Society*, trans. Patricia Lipscomb (Oxford: Basil Blackwell, 1979), 137.

[20](#) Marx comemorou o triunfo da industrialização sobre a velha ordem. Ele credita à burguesia o papel de principal agente dessa destruição. Escreve ele: “A burguesia tem desempenhado um papel muito revolucionário na História”. Karl Marx e Friedrich Engels, “Manifesto do Partido Comunista,” in *Marx*, vol. 50, *Great Books of the Western World*, ed. Robert Maynard Hutchins (Chicago: University of Chicago, 1952), 420.

Capítulo 4

Impulso rumo ao gigantismo

Talvez não haja melhor exemplo de intemperança frenética atuante do que a tendência à expansão gigantesca. É claro que não criticamos a ideia de crescimento ou produção em larga escala pelos setores que constituem o alicerce de nossa economia, e que muitas vezes se empenham na grande indústria. Não vemos culpa nos que desejam melhorar a si próprios e às suas comunidades por meio da expansão normal do comércio.

Limitamos nossa crítica àqueles envolvidos em intemperança frenética com ímpeto explosivo e consumista em todas as áreas de negócios e da indústria, e em proporções cada vez mais gigantescas. Estes são movidos por um desejo inebriante de eliminar todos os freios e empregar quaisquer meios, lícitos ou ilícitos, para dominar os mercados e sufocar a concorrência. Esse avanço destrutivo rumo ao que chamaremos de gigantismo desequilibrado encontra-se no cerne da crise atual.

Por outro lado, qualquer crítica ao gigantismo deve ser feita com muita cautela. Desde o início da Revolução Industrial, desencadeou-se uma grande polêmica em torno da questão, especialmente quanto ao aspecto desumano de seus processos industriais maciços. Essa discussão tem sido muitas vezes exagerada e explorada pela esquerda (incluindo o próprio Marx). Devemos reconhecer que os problemas existem, e precisam ser tratados sem viés esquerdistas.²¹ Acreditamos que a melhor maneira de fazê-lo é destrinchando a questão central da intemperança frenética.

Expansão frenética da Revolução Industrial

Podemos remontar o impulso ao gigantismo à época da Revolução Industrial do século XIX, quando o desenvolvimento industrial se ampliou em escala e velocidade nunca vistas.

Tudo se juntou com vistas a desencadear um círculo vicioso voltado para o gigantismo. Para competir nos grandes mercados, as empresas tiveram que construir enormes fábricas para produzir em massa bens padronizados. A construção dessas usinas pressupôs infusões colossais de capital de giro e empréstimos. Para que as fábricas pudessem funcionar, as empresas ampliaram sua mão-de-obra, dando origem a grandes cidades que esvaziaram o campo. Para vender seus produtos, as empresas tiveram que visar mercados concentrados através do *marketing* de massa e da publicidade. E para minar todo o processo, dinâmicos capitães da indústria, com fabulosas fortunas, habilidades excepcionais e métodos muitas vezes inescrupulosos, varreram os obstáculos e a concorrência.

Dentro desta produção gigantesca, setores impulsionados pela intemperança frenética provocaram grande desequilíbrio na economia moderna. Em seu frenesi de expansão, estes sectores desencadearam bolhas especulativas, quebras financeiras e deslocamentos gigantescos que trouxeram grande destruição sobre a sociedade e a economia na turbulenta transição para a era industrial.

Formação de blocos comerciais maciços

Esse impulso rumo ao gigantismo não se deteve com as primeiras fábricas da Revolução Industrial, mas continuou com a formação de blocos de empresas, *holdings*

e conglomerados que acumularam ainda mais recursos. Deu-se também uma proliferação de fusões, que culminou com as “manias de fusão” no início e no final do século XX.²² Quando essas consolidações foram impulsionadas pela intemperança frenética (nem todas o eram), mostraram o mesmo desprezo pela contenção e empregaram meios de expansão igualmente destrutivos, como pode ser visto em manipulações no mercado de ações, estratégias de fusão/aquisição hostil, concorrência acirrada e formação de poderosos cartéis e monopólios.

Atualmente a globalização amplia o âmbito desses blocos e dos instrumentos destrutivos, permitindo-lhes expandir-se de modo intemperante. Quando essas empresas globais entram em crise, como resultado de suas ações intempestivas, podem puxar economias inteiras para baixo, como foi visto, por exemplo, na crise de 2008 devida a hipotecas inidôneas. Chegamos desse modo a situações em que as empresas são grandes demais e demasiado interdependentes para que as deixemos falir, o que torna toda a sociedade refém das suas necessidades.

Ataque à propriedade privada e à livre iniciativa?

Alguns poderiam interpretar essa descrição do gigantismo como um ataque à propriedade privada e à livre iniciativa. Muito pelo contrário. Somos a favor da expansão da produção e do comércio, quando não impulsionados pela intemperança frenética.

O que estamos criticando é o dinamismo desordenado pelo qual empresas, cartéis e blocos comerciais se expandem, concentram-se e manipulam a indústria e o capital, a ponto de perturbar o mercado. Condenamos a mentalidade generalizada de perpétuas disputas e embates, que transforma as empresas em peças de xadrez, numa guerra implacável para controlar os mercados, contornar a regulação e obter vantagens injustas.

Na verdade, afirmamos que o impulso rumo ao gigantismo desequilibrado perturba os mercados, ao invés de estimulá-los. Se a intemperança frenética não tivesse entrado nesse processo, a economia moderna seria mais equilibrada, mais proporcional... e ainda mais eficiente.

Examinando a “eficiência” do gigantismo

Muitos defendem, quase como um dogma, a ideia de que o gigantismo de grandes empresas é necessário e inevitável, pois garante o uso mais eficiente dos recursos disponíveis. Acreditam que só empresas gigantes podem manter a produção e a pesquisa necessárias ao progresso e ao crescimento, e isto deve ser feito em detrimento de empresas menores.

O economista F.A. Hayek critica como falha a lógica dos que afirmam que “as grandes empresas estão por toda parte vendendo mais barato e expulsando as pequenas, e esse processo deve continuar até que em cada setor permaneçam apenas uma ou no máximo algumas empresas gigantes”. Hayek afirma ainda que esse argumento de que os mercados livres conduzem inevitavelmente à concentração de capital “recebe pouco apoio de um estudo sério dos fatos”.²³

Sua posição é semelhante à dos economistas Walter Adams e James Brock, segundo os quais as evidências “repudiam o mito de que a sociedade enfrenta uma agonizante escolha entre bom desempenho econômico, de um lado, e mercados e indústrias descentralizados e competitivamente estruturados, de outro”²⁴

Além dos limites normais

É um fato que o gigantismo desequilibrado nem sempre é eficiente. Podemos compará-lo a um homem que come freneticamente, tornando-se obeso; ou a um fisiculturista que se exercita de modo constante e adquire músculos salientes. Em ambos os casos, o corpo é levado além de seus limites normais, e a consequência é falta de foco e eficiência. No primeiro caso, por perder a mobilidade, e no outro por perder a agilidade.

Na medida que movimentações frenéticas induzem empresas e conglomerados a fusões e ao gigantismo intemperante, também estes tendem a perder o foco e a eficiência. De um lado, podem ganhar peso em sua posição de monopólio no mercado e atolar-se na burocracia; de outro, suas estruturas super-racionalizadas e mecanizadas podem tornar-se difíceis de gerir. Precisamente devido ao seu tamanho gigantesco, os dois tipos de super-empresas ou blocos comerciais sofrem com a falta de agilidade e adaptabilidade. Muito frequentemente, empresas menores e mais ágeis superam essas firmas gigantescas, se lhes forem dadas igualdade de condições.²⁵

Minando o livre mercado

Em mercados normais, poderíamos esperar a substituição dessas empresas gigantescas por outras mais eficientes. No entanto, assim como uma pessoa excessivamente gorda pode recorrer a remédios caros para manter-se viva e engordar ainda mais, e o fisiculturista pode usar esteroides para se tornar ainda mais musculoso, assim também essas empresas impulsionadas pela intemperança frenética podem muitas vezes sobreviver e crescer ainda mais, pelo uso de certas práticas facilitadas por seus imensos recursos, para sufocar a concorrência, aumentar os lucros de curto prazo e garantir vantagens. Assim, podemos citar como exemplos:

- Formação de blocos monopolistas de empresas, que combinam entre si para exercer controle sobre certas indústrias, de forma a restringir gravemente os proprietários das pequenas empresas sobreviventes.
- Construção de instalações gigantescas de produção em países com mão-de-obra de baixo custo, mas práticas questionáveis de trabalho, Estado de direito limitado, padrões ambientais nocivos, ficha suja em matéria de direitos humanos, especialmente como se vê na China ainda comunista.
- Uso de *lobbies* poderosos, visando garantir contratos, subsídios e benefícios governamentais, e mesmo usar de influência para criar regulamentações favorecedoras de seu próprio status de monopólio industrial.
- Dependência de vantagens competitivas obtidas através de tarifas comerciais, incentivos fiscais especiais, ajuda governamental e negociatas.
- Emprego de processos e de imensos recursos legais, que tornam as ações antimonopólio manifestamente insuficientes ou ineficazes.

Essas e outras práticas levam ao desequilíbrio dos mercados e ajudam a intensificar o movimento rumo ao gigantismo. Não favorecem uma economia saudável, pois um corpo obeso ou repleto de esteroides acabará adoecendo devido aos excessos, e da mesma forma essas empresas se tornam suscetíveis ao colapso.

Ao analisar o problema do gigantismo desequilibrado em geral, Adams e Brock concluem: “Seja em sua forma horizontal, vertical ou conglomerada, seja quando exercido por empresas, trabalhadores, governos, ou por todos os três em coalizão, [o gigantismo] tende a minar a eficiência e obstruir o progresso tecnológico”.²⁶

Concentrar para conquistar

Essa tendência torna-se ainda mais crítica pelo fato de os blocos gigantescos, estando nas mãos de uns poucos, se tornarem alvos vulneráveis, suscetíveis de serem confiscados ou controlados por governos intrusivos.

Ao suprimir todos os líderes intermediários que poderiam vir em sua defesa, o rei absolutista prepara o seu próprio caminho para a guilhotina. De maneira similar, quando enormes blocos comerciais devoram a indústria menor, preparam seu próprio caminho para o confisco socialista, uma vez que é muito mais difícil confiscar milhares de empresas de médio porte do que uma única empresa enorme.

Quando esses blocos vacilarem, serão considerados “grandes demais para falir,” e o governo será o único parceiro suficientemente grande para salvar a indústria em perigo, colocando-a sob o seu controle. Desta forma, a propriedade privada torna-se facilmente propriedade coletiva. Como alertou Pio XI, o liberalismo prepara o caminho para o socialismo.²⁷

Propriedade diluída e remota

Longe de preservar o sentido da propriedade privada, o gigantismo desequilibrado tende a diluí-la. Isto é especialmente verdadeiro no interior das empresas gigantes de capital aberto impulsionadas pela intemperança frenética. Nelas, o próprio sentido de propriedade é diluído e remoto, pois seus enormes ativos pertencem juridicamente aos acionistas, tornados impotentes e anônimos com suas participações pequenas.

Os professores Adolph A. Berle e Gardiner C. Means, da Universidade de Columbia, analisaram essa propriedade corporativa diluída na época da grande depressão de 1929-1933, e concluíram:

- (1) “A posição do proprietário mudou, passando de agente ativo para passivo. O proprietário agora detém um pedaço de papel, que representa um conjunto de direitos e expectativas com relação a uma empresa, mas pouco controle sobre ela. O proprietário é praticamente impotente para afetar a propriedade subjacente através de seus próprios esforços.
- (2) “Os valores espirituais que antigamente acompanhavam a propriedade foram separados dela”.²⁸

Nesses casos, a substância da propriedade de uma empresa é transferida para gestores altamente remunerados, que não entram com nenhum capital, mas podem conduzi-la a riscos para aumentar os próprios bônus. Não conseguimos sentir nesse gerente aquela animada “vontade de lutar – econômica, física e politicamente – por ‘sua’ fábrica e pelo seu controle sobre ela, a ponto de morrer defendendo-a, se necessário”.²⁹ De modo similar se evapora a lealdade das massas de trabalhadores anônimos, meros números em “sua” enorme empresa. Mesmo os acionistas demonstram pouca lealdade, como muitos que vendem suas ações para acompanhar os

últimos modismos da bolsa de valores. Facilmente prevalece uma atitude apática, destituída de real interesse pela propriedade.

Em outras palavras, essa superconcentração da indústria e do capital prepara a mentalidade dos executivos para se comportarem como funcionários públicos. A empresa se torna semelhante às burocracias governamentais, e os trabalhadores se transformam em massa. Isso prepara o caminho para o capitalismo de Estado, onde esse credor de última instância acaba possuindo ou controlando a maior parte dos meios de produção e outros capitais.

Gigantismo e cultura global

Finalmente, o gigantismo desequilibrado favorece uma cultura global que suplanta o nosso próprio modo de vida. No clima desse gigantismo incontido, encontramos uma forma de expansão que atropela ou absorve as culturas e tradições locais. Seus mercados internacionais oferecem um mundo de bens e luxos, que muitas vezes não têm nenhuma proporção com a riqueza de um determinado país, nem ligação com a sua cultura.

O gigantismo favorece o surgimento de figuras de uma pseudo-elite – superempresários, membros do *jet-set*, estrelas do entretenimento e outras –, que são apresentadas como modelos, com *glamour* para promover essa cultura global.³⁰ É o curioso fenômeno dos que querem todos os benefícios das elites, mas que se recusam a comportar-se como tais por meio do contato com as suas comunidades. O historiador Christopher Lasch descreve essas pseudo-elites como aquelas que, “virando as costas para o país, cultivam laços com o mercado internacional numa corrida de dinheiro, *glamour*, moda e cultura popular”.³¹

O comentarista social David Rothkopf explica como essas figuras “globalmente orientadas, globalmente dependentes e globalmente ativas” estão moldando a sociedade inteira à sua imagem global.³² Rothkopf afirma que na verdade as favas já estão contadas, e que não faz sentido opor-se ao destino. Como advertência, indica ser bom que “nos conformássemos com a redefinição de ideias fundamentais como soberania, comunidade, identidade local e estrangeira”.³³

Vemos assim que a tendência desordenada ao gigantismo é uma expressão de intemperança frenética, com graves consequências. Contrariamente à crença popular, ela não tornará o mercado livre mais eficiente, mas o prejudicará pela promoção de uma mentalidade socialista e uma cultura global.

A chave para deter esse gigantismo desequilibrado não é o estabelecimento de limites à propriedade ou a promulgação de regulamentos estatais, mas procurar sanar as desordens fundamentais da alma humana, que tanto nos desviaram da rota.

²¹ Para uma discussão do problema como ele se apresenta no momento, ver George Ritzer, *The McDonaldization of Society* 5 (Los Angeles: Pine Forge Press, 2008), ou Nelson Lichtenstein, ed., *Wal-Mart: The Face of Twenty-First Century Capitalism* (New York: New Press, 2006).

²² “Cerca de 3.000 empresas desapareceram através de fusões durante a década 1895-1904. Três quartos delas foram absorvidos em fusões, combinando cinco ou mais empresas ao mesmo tempo. (...) Somente durante o governo Clinton foram realizadas cerca de setenta mil fusões e aquisições, com um valor combinado de \$ 6 trilhões de dólares” (Walter Adams e James W. Brock, *The Bigness Complex: Industry, Labor, and Government in the American Economy* (Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 2004, 24, 144).

[23](#) F.A. Hayek, “The Road to Serfdom,” em *The Road to Serfdom: Texts and Documents, The Definitive Edition*, vol. 2 of *The Collected Works of F. A. Hayek*, ed. Bruce Caldwell (Routledge, London: University of Chicago Press, 2007), 92. Além disso, Hayek reclama de como essas grandes empresas muitas vezes alcançam essa posição superior evadindo os mercados e formando monopólios e cartéis, em conjunto com políticas de Estado deliberadas, que favorecem a eliminação da concorrência como parte do planejamento estatal. Hayek também se destaca por sua defesa brilhante e corajosa do mercado livre, num momento em que o socialismo o tornara impopular.

[24](#) Adams e Brock, *Bigness Complex*, 61-62.

[25](#) Adams e Brock prosseguem: “A validade desta avaliação é reforçada não só por dezenas de estudos de casos individuais e grande número de análises estatísticas generalizadas, mas talvez, de modo igualmente convincente, pelo ressurgimento do empreendedorismo, pela vibração inovadora das pequenas empresas na era de uma avançada *high-tech*, e não menos pelos poderes inestimáveis de descoberta que a revolução do computador e a era da informação têm colocado à sua disposição” (ibid., 62).

[26](#) Ibid., 317.

[27](#) Ver Pio XI, *Quadragesimo Anno*, especialmente nº 122. Marx também notou a crescente concentração do capital em detrimento das empresas menores, e usa esse fato como justificativa para uma desordem maior — a sua revolução comunista.

[28](#) Adolph A. Berle and Gardiner C. Means, *The Modern Corporation and Private Property* (New Brunswick, N.J.: Transaction, 2002), 64-65, citado no livro de John C. Bogle, *The Battle for the Soul of Capitalism* (New Haven.: Yale University Press, 2005), 31.

[29](#) Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy* (New York: Harper Perennial Modern Thought, 2008), 142.

[30](#) Ver Plínio Corrêa de Oliveira, [*Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*](#) (Livraria Civilização Editora, Porto, 1993).

[31](#) Christopher Lasch, *The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy* (New York: W. W. Norton, 1996), 6.

[32](#) David Rothkopf, *Superclass: The Global Power Elite and the World They Are Making* (New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008), 320.

[33](#) Ibid., 321.

Capítulo 5

O paradoxo da padronização em massa

Pode-se ver melhor a força propulsora da intemperança frenética na padronização em massa dos produtos. O gigantismo desequilibrado só é possível se houver um consumo desequilibrado, capaz de absorver sua produção maciça.

Admitimos desde já que se faça normalmente uma padronização em todas as economias, a fim de garantir produção adequada. Não é razoável esperar que todos os produtos sejam artesanais e diferentes, e a padronização comum proporciona estabilidade aos mercados, pois ajuda a manter a regularidade e a unidade da produção. Os diversos tipos de gasolina padrão, por exemplo, asseguram o fornecimento uniforme e eficiente do combustível.

Dentro da unidade dessa padronização existe também um grande desejo de diversidade, pelo qual o homem pode exprimir a sua individualidade. Por esta razão ele procura maneiras de personalizar, individualizar e produzir sob medida, para satisfazer às necessidades específicas essenciais ao seu desenvolvimento pessoal e limitar o efeito nivelador da padronização. As modas sem graça e padronizadas dos países comunistas foram justamente criticadas por seu flagrante desrespeito ao homem e à sua dignidade.

Uma economia saudável equilibra a padronização com a individualidade, e a unidade com a diversidade. Esse equilíbrio é perdido quando entra a intemperança frenética, tornando-se norma o que chamamos de *padronização em massa*.

Uma troca de prioridades

Os mercados tradicionais tendem a unir produtor e consumidor, como meio de trazer esse equilíbrio. Em um verdadeiro mercado consumidor, a principal preocupação do produtor é adaptar o produto ao gosto do cliente. O mesmo produtor pode utilizar processos padronizados para atingir essa satisfação, mas o resultado final será uma mútua cooperação de consumidores e produtores no refinamento do produto. Um alfaiate tradicional, por exemplo, veria como sua principal tarefa produzir a roupa de acordo com os gostos e as medidas do cliente, e por um preço razoável. Essa cooperação sutil conecta os mercados à cultura, porque torna a produção de bens uma verdadeira expressão de um povo.

A intemperança frenética elimina as restrições desse processo de refinamento. Ao erigir em principal preocupação a busca febril de expansão da produção e dos lucros, acaba por suprimir a cooperação entre consumidor e produtor, ocorrendo necessariamente uma padronização em massa. É verdade que tal padronização oferece comodidades e preços baixos, no entanto o consumidor deve sacrificar qualidade, conforto e gostos específicos em troca de um equivalente tosco. Quando a padronização em massa domina uma determinada indústria, produtos feitos sob medida ou encomenda ainda podem existir, mas tornam-se exceções caras, e não a regra.

Na realidade, a padronização em massa reduz o processo criativo a um exercício estatístico, pelo qual o consumidor decide, com milhões de outros consumidores, qual dos muitos produtos padronizados irá comprar. Assim o consumidor torna-se “padronizado,” e perde-se o importante toque humano, que desenvolve a cultura e confere temperança aos mercados.

Um processo de separação

Essa padronização em massa foi largamente alcançada por meio da separação que se operou entre a produção e o consumo. Notamos que o papel dos comerciantes foi sempre unir produtor e consumidor, trazendo para o mercado produtos que eles percebem como adequados às necessidades dos clientes. O fornecimento desses bens, mesmo em grandes quantidades e a grandes distâncias, presta um verdadeiro serviço à sociedade ao satisfazer as necessidades individuais.

Esse tradicional papel de unir consumidores e produtores foi suplantado no século XVI por uma classe pré-industrial de comerciantes, que começou a separá-los por sua atuação à margem dos costumes de auto-regulação dos mercados locais, que protegiam a independência do produtor. Em seu lugar, dita classe desenvolveu cadeias privadas de abastecimento, comprando mercadorias ou matérias-primas locais diretamente, em grandes quantidades e a baixos preços, especialmente nas indústrias de lã e de roupas, para vendê-las em mercados distantes.

Tal separação colocou o produtor local à mercê das flutuações do mercado internacional e dos termos da nova classe de comerciantes. A decisão sobre o que produzir, de que maneira e em que quantidade passou do produtor ao comerciante, que também podia ditar os termos do consumo. Livres da concorrência em igualdade de condições, imposta pelos mercados locais, esses comerciantes podiam então formar monopólios e cartéis.

Peter Kriedte e outros escrevem: “Esta intervenção do comércio entre a produção e o consumo foi mais do que uma simples divisão de funções. Deu origem a uma dependência econômica, que gradualmente minou a independência formal do pequeno produtor de mercadorias, e finalmente a destruiu”. Mais adiante eles explicam: “Em tempos de crise e de dificuldade pessoal, [o comerciante] tinha condições para oferecer crédito ao produtor, pagando antecipadamente o produto a ser produzido, e desta forma obrigando-o a não vendê-lo para mais ninguém”.³⁴

Mantendo separados e distantes o produtor e o consumidor, essa nova classe de comerciantes conseguiu livrar-se da transparência dos mercados locais, regionais ou até mesmo nacionais, e ditar os termos do comércio em ambas as extremidades do mercado, o que lhes permitia auferir lucros enormes. Daquele ponto em diante, as imensas reservas de caixa dos grandes comerciantes tenderam a *controlar*, e não a unir produtores e consumidores. Mais tarde, tais práticas empresariais tornaram a intemperança frenética praticamente inevitável.³⁵

A economia de massa

Embora o comércio representasse apenas uma pequena parte do mercado pré-industrial, a Revolução Industrial generalizou essa separação. De um lado, suas enormes fábricas produziam imensas quantidades de bens, desenvolvidos pelos produtores para atrair um mercado de massa; e de outro um exército de profissionais em marketing, publicitários, corretores, varejistas e intermediários convergia para criar e moldar esses mesmos mercados.

O globalismo não faz senão levar essa separação a um clímax frenético, com longínquas redes de produtores terceirizados e massas de consumidores anônimos, que abrangem todo o globo. Tal como no caso dos comerciantes pré-industriais acima mencionados, as oportunidades de controle e lucro são enormes. As ocasiões de cooperação entre produtores e consumidores são minimizadas, porque os mercados

globais estão desvinculadas das necessidades específicas do indivíduo ou das culturas locais.

Padronizar tanto os produtos como os consumidores

O simples fato é que a padronização em massa só pode ser rentável à medida que conseguir agrupar também os consumidores em grandes blocos.

Assim, os mercados globais devem impor a padronização universal dos produtos, pois se este tipo de economia deve sobreviver como uma ciência dedutiva exata para interpretar os mercados, tudo deve ser quantificado. Não há espaço para variações fora do código de barras. Da mesma forma, os mercados de massa impõem a padronização dos consumidores, que também devem ser quantificados uma vez que a comercialização deve identificar as maiores possíveis mercados gerais e de nicho. Os consumidores são, desta forma, reduzidos a conjuntos de categorias estatísticas frias, onde "o indivíduo é despojado de suas qualidades e, em seguida reconstituídos em termos de quantidades."³⁶

Consumo imoderado

A padronização em massa não só permite produzir sem restrição, mas cria a ilusão de que podemos consumir sem moderação. Assim, também participa da intemperança frenética o consumidor compulsivo, que satisfaz suas paixões desordenadas comprando desenfreadamente, procurando superar as restrições legítimas que o levariam a manter a demanda dentro de seus limites e viver de acordo com os próprios meios.

A economia moderna estimula esse consumo desenfreado ao criar, estimular e ampliar constantemente os mercados, induzindo-os a consumir a torrente avassaladora de seus produtos. Pelo volume da sua produção, pode oferecer mais barato produtos feitos a baixo custo. Com técnicas de marketing de massa, a mídia moderna pode moldar as preferências dos consumidores para esses mercados.

Além disso, a economia moderna dá origem a modas e modismos, incentivando os consumidores a comprar não com base em suas necessidades reais, mas no que percebem que os outros estão comprando. Finalmente, o super-consumo, auxiliado pela publicidade, propaganda agressiva e crédito fácil, pode induzir a demanda por produtos que os consumidores não necessitam nem realmente querem, comprado com um dinheiro que não têm.

A proliferação de escolhas

A padronização em massa pode unificar os mercados, mas é incapaz de resolver o problema da individualidade, pela qual desejamos que os produtos sejam adequados para exprimir a nossa personalidade. Os comerciantes tentam em vão compensar essa deficiência, oferecendo uma vasta proliferação de escolhas de seus produtos padronizados.

Nesse sentido, o mercado de massa é utópico e aparentemente sem limites. Qualquer produto padronizado pode ser comercializado em qualquer loja padronizada (e comprado por qualquer "comprador padronizado"). Impulsionado pela intemperança frenética, esse mercado único cria um clima psicológico em que uma infinidade de bens ao nosso alcance pode satisfazer todos os nossos desejos. Essa impressão é ainda mais disseminada pelo fato de os comerciantes ajustarem a cor, o tamanho, a embalagem ou o sabor de seus produtos padronizados, de modo a criar o espetáculo deslumbrante de escolhas, que no entanto são cada vez mais superficiais.

A realidade é diferente. O mercado de massa é um grande universo, porém limitado, pois a atividade da indústria de massa só compensa se puder oferecer bens em quantidades comercializáveis. Assim ele exclui o universo muito maior de bens que não podem ser produzidos em grandes quantidades.

Os mercados de massa podem fazer proliferar as escolhas, mas o que prolifera é a mesma variedade de opções em todos os lugares. Assim, os *shopping centers* parecem os mesmos onde quer que se encontrem. Onde havia antes uma grande variedade de produtos exclusivos, com preços acessíveis adaptados aos gostos de determinado mercado, existem agora inúmeros pontos de venda padronizados, que exibem prateleiras notavelmente semelhantes, com produtos globais desvinculados de qualquer característica local. Cada categoria de produto é geralmente dominada por poucas indústrias gigantes, que controlam o mercado em todos os lugares.

Não são similares apenas as prateleiras dos produtos, mas os próprios produtos. Em *shopping centers* e supermercados de todo o mundo, o triste espírito de igualdade abateu-se sobre o mercado, na medida em que esses produtos têm de cumprir uma regulamentação global uniforme, com padrões de transporte e exigências de uma economia de escala maciça. Essa mesmice torna-se ainda mais sombria quando o Estado entra no mercado, emitindo miríades de regulamentos e especificações que controlam os mínimos detalhes da produção, do processamento e da comercialização dos produtos.

Embora a padronização em massa ofereça escolhas, comodidades e preços baixos, tudo assume um ar de monótona uniformidade. Mas uma coisa é comprar um pacote de tomates de casca fina quimicamente tratados, outra é comprar uma cesta de tomates frescos e saborosos.

O paradoxo da escolha

Apesar dessas deficiências, há quem sustente a ideia inebriante de uma escolha ilimitada, como sendo a própria expressão de uma maravilhosa cultura de consumo. Estes celebram as infinitas possibilidades que lhes são abertas, apesar da evidente impossibilidade de exercer sequer uma fração dessas opções..

Tal escolha “ilimitada” não maximiza a satisfação. Sem limites razoáveis, a proliferação de opções torna-se uma tirania, sobrecarregando o indivíduo com muitas decisões superficiais. O sobrecarregado consumidor torna-se mais suscetível a comprar com base em modismos e manias que todo mundo parece estar seguindo. A escolha “ilimitada” pode facilmente conduzir a expectativas irreais e à frustração.

Escreve Barry Schwartz: “Como cultura, somos apaixonados pela liberdade, pela autodeterminação e pela variedade, e relutamos em desistir de qualquer das nossas opções. Mas o fato de ficarmos agarrados tenazmente a todas as opções disponíveis contribui para más decisões, ansiedade, estresse e insatisfação, e até mesmo de depressão clínica”.³⁷

A complexidade dos mercados atuais

Descrevemos a padronização em massa como uma força propulsora da economia atual. Fazendo-o, não queremos dizer que todo o consumo moderno é igualmente dominado por essa padronização. Tal regime seria insuportável.

O desejo do homem de expressar a sua individualidade é tal, que os mercados estão sempre recebendo explosões de criatividade e inovações contrárias à padronização em massa. Até os que se envolvem nessa padronização sentem-se impelidos a respeitar a

individualidade, seja por suas constantes tentativas de imitar o aspecto personalizado da produção tradicional, seja por incentivarem um modo mais pessoal e personalizado de fazer negócios.

Houve também um recuo considerável em relação aos produtos padronizados, e um esforço concertado para diversificar de algum modo certa produção. O crescimento recente de determinados nichos de mercado de produtos de qualidade, tais como vinhos locais ou micro-cervejarias, mostra como modelos contrários podem ser atraentes e competitivos. No entanto, devemos notar que essas tendências positivas sobrevivem em constante tensão com os mercados de massa. As empresas de sucesso são muito frequentemente compradas e absorvidas por grandes companhias. O tom geral da economia moderna continua sendo dado pela padronização em massa.

À medida que os mercados globais continuarem a se expandir, a padronização em massa só intensificará a intemperança frenética que mina nossa economia e nossa cultura. Ela só aumentará a monótona mesmice dos mercados e a frustração dos consumidores. Nosso desafio é afastar de nós as ilusões dos mercados de massa, que prometiam felicidade e consumo desenfreado. Na medida do possível, precisamos explorar maneiras de reunir mais uma vez o produtor e o consumidor, focalizando novamente a produção para *satisfazer* as necessidades individuais, ao invés de *moldá-las* de acordo com os mercados de massa. Isso só poderá ser feito enfrentando o problema da intemperança frenética. Só então a economia voltará ao bom caminho.

³⁴ Peter Kriedte, Hans Medick e Jurgen Schlumbohm, *Industrialization before Industrialization: Rural Industry in the Genesis of Capitalism*, trans. Beate Schempp (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), 99.

³⁵ Um exemplo recente dessa separação pode ser visto na crise das hipotecas *subprime* de 2008. Enquanto credor e devedor eram unidos no processo da hipoteca, esses empréstimos eram geralmente estáveis. Quando os comerciantes de hipotecas separaram os dois, agregando hipotecas ruins e vendendo-as a investidores ávidos, libertaram-se de toda restrição, colhendo grandes lucros na venda frenética de ativos tóxicos, levando à crise do *subprime*.

³⁶ Richard Stivers, *Technology as Magic: The Triumph of the Irrational* (New York: Continuum Publishing, 2001), 104.

³⁷ Barry Schwartz, *The Paradox of Choice: Why More Is Less* (New York: Harper Perennial, 2004), 3.

Capítulo 6

Derrubando barreiras

Discutimos até aqui as forças motrizes que constroem e produzem em ritmo furioso. Veremos agora o desígnio fundamental que tem a intemperança frenética, de destruir através da quebra de barreiras.

Mais um estado temperamental do que uma doutrina econômica ou filosófica, esse desejo de destruir é uma agitação impaciente, que leva constantemente o homem moderno a derrubar e construir de novo. Cria uma excitação elétrica no ar, reforçando o mito de que as economias são como máquinas, que espontânea e ininterruptamente derrubam todas as barreiras em seu caminho, para fazer prevalecer um progresso libertador.

Opor-se a esse impulso irrequieto equivale a contrariar a modernidade e o progresso. Assim, os homens de mentalidade mais moderna exultam ainda hoje com a emoção inebriante desse movimento para frente, em cujas promessas de tecnologias sempre “novas e melhoradas” confiam, ainda que à custa da destruição de monumentos, tradições e instituições do passado que encontrem pelo caminho.

Uma revolução imposta

Devemos enfatizar que essa foi sempre uma revolução imposta. Por mais que alguns economistas gostem de apresentar as economias modernas de mercado como sendo a interação espontânea e irrestrita de forças econômicas, o Estado sempre desempenhou um papel importante nesta transformação. A ação da benevolente “mão invisível,” mencionada por Adam Smith, só foi possível pela força bem visível do punho de ferro do Estado.

O sociólogo Robert Nisbet registra que o *laissez-faire* capitalista “foi trazido à existência pela destruição planejada de velhos costumes, associações, aldeias e outros fatores de segurança, pela força do Estado jogando o peso de seu sistema administrativo em rápido desenvolvimento, a favor de novos elementos econômicos da população”.³⁸

Essa destruição das instituições moderadoras foi considerada necessária, pois a economia moderna precisava do que Adam Smith chamou de “um sistema de liberdade natural,” em que os mercados seriam liberados de todas essas restrições.³⁹

Laissez-faire seletivo

É revelador notar que uma das instituições consideradas por Smith como a mais restritiva era a Igreja.⁴⁰ O professor de teologia D. Stephen Long explica que de fato “o mercado livre não buscou primeiro a liberdade em relação ao Estado, mas em relação à Igreja Católica. Quando Adam Smith publicou *A riqueza das nações*, afirmou que a Igreja de Roma representava a maior ameaça à ordem civil, à liberdade e à felicidade que o mercado livre poderia garantir à humanidade. Para assegurar um mercado livre, a caridade da igreja deve primeiramente ser contida, para não ‘perturbar o estado’”.⁴¹

A razão dessa hostilidade deveu-se a que os liberais econômicos viam como um obstáculo ao seu “sistema de liberdade natural” a insistência da Igreja sobre uma ordem econômica baseada na justiça e na caridade. Sustentavam que “a perfeita liberdade requeria uma redução da interferência no mercado, seja política, baseada na justiça, seja

eclesiástica, baseada na caridade. Na lógica do sistema de Smith, a virtude central necessária é a prudência de buscar a sua própria vantagem”.⁴²

A liberdade da Igreja foi atacada em nome da “liberdade natural”. Sua caridade “opressiva” supostamente desencorajava os pobres a trabalhar ou entrar nos mercados. A ideia liberal era de que os mercados livres iriam disciplinar e regular as necessidades dos pobres, até mesmo impedindo-os de ter muitos filhos.

Assim, ao longo do século XIX o Estado aumentou seus poderes, cerceou a caridade da Igreja e confiscou seus bens.⁴³ Demoliu grande parte da sua infra-estrutura educacional e caritativa, construída a duras penas ao longo dos séculos para ajudar os pobres, deixando-os entregues à própria sorte ou obrigados a recorrer à assistência relutante e sem compaixão do Estado.



Photo/Felipe Barandiarán — Charity, de Uranie Colin-Libour (1833-1916).

Alguns economistas sustentavam que a caridade da Igreja era "opressiva" e precisava ser reprimida. Afirmavam que ela desestimulava os pobres de trabalhar e participar do mercado.

Uma completa destruição

Podemos ver esse mesmo tipo de ação na emancipação repentina em relação a costumes seculares e regulamentos internos – reconhecidamente necessitados de reforma – que regeram por longo tempo a sociedade pré-industrial. O Estado moderno suprimiu, por exemplo, as corporações de ofício, o direito consuetudinário, a primogenitura, o morgadio e os costumes locais, que haviam estabilizado por longo tempo a sociedade pré-industrial. Importa notar que essas instituições não foram criações de burocratas anônimos, mas soluções práticas da população, adaptadas ao longo do tempo às circunstâncias locais.

Essa “libertação” em relação ao costume foi feita em nome da remoção de quaisquer grilhões que dificultassem o comércio. No entanto, eliminou também aquelas estruturas e associações que protegiam e abrigavam tanto o produtor quanto o consumidor. Os costumes locais, os regulamentos internos e as tradições artesanais, que poderiam ter servido muito bem para temperar a economia, foram descartados para dar lugar ao avanço rápido da intemperança frenética.

Com efeito, observa o economista Joseph Schumpeter: “Ao derrubar a estrutura pré-capitalista da sociedade, o capitalismo quebrou não só as barreiras que impediam seu progresso, mas também os arcobotantes que impediam seu colapso”.⁴⁴

A ordem pré-industrial entrou de fato em colapso, e o resultado foi a “perda de certezas morais, uma confusão de significados culturais e uma ruptura de contextos sociais estabelecidos,”⁴⁵ que tanto caracterizaram a Revolução Industrial em seu início.

“Destruição criativa”

O alvorecer da era industrial não só derrubou os arcobotantes das tradições locais do passado, mas também colocou em seu lugar as vigas de aço da nossa união cooperativa do século XX.

A era industrial pôs em marcha um dínamo de produção que elaborava constantemente novos bens de consumo, métodos de produção, mercados e tecnologias. Ao mesmo tempo, vemos o ímpeto irrequieto de intemperança frenética já procurando livrar-se dessas estruturas e criar novas em seu lugar. De modo muito expressivo, Schumpeter o denomina “processo de destruição criativa,” que “incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir *de seu interior*, destruindo sem cessar a velha, criando sem cessar uma nova”.⁴⁶

Como mencionado antes, nossa união cooperativa formou alguns de seus próprios mecanismos de freio e restrições morais, visando assegurar que todos se dessem bem, e funcionou de modo eficiente. Parte de nossa crise atual reside no fato de que, segundo a lógica do processo, os “grilhões” mais queridos da nossa união cooperativa – nosso consenso político e religioso em torno de Deus e da pátria – estão sendo postos de lado.

Os cabos que ligam

No globalismo febril de hoje, as vigas de aço enferrujadas da era industrial já se tornaram barreiras, e estão sendo desmanteladas e sucateadas. Das ruínas de nossos “cinturões de ferrugem” [regiões antigamente industrializadas dos EUA, que foram desindustrializadas], cabos de fibra ótica estão tecendo a rede de uma nova sociedade globalizada, radicalmente diferente da nossa.

Como a transformação anterior, também esta avança, derrubando não o comércio local, mas o nacional. Derruba também as barreiras políticas e econômicas, criando redes e estruturas globais cada vez maiores. Ao mesmo tempo, os cabos que as conectam também as amarram, pois todo mundo está preso a essas redes gigantescas e sujeito às suas regras.

Assistimos assim à construção de uma nova estrutura econômica global em que grandes mercados são abertos, mas na qual se impõem às nações os regulamentos das novas estruturas supranacionais, como pode ser visto nas regras globais de comércio e nas uniões monetárias, ou nos protocolos e tratados das Nações Unidas. De modo análogo, as mesmas tecnologias que supostamente capacitam o indivíduo a buscar a sua própria felicidade dão origem também a grandes bancos de dados de governos, que se

intrinsecamente na vida privada das pessoas, documentam todos os seus movimentos e monitoram o funcionamento dos mercados.

Um elemento humano

Mas a parte mais destrutiva dessa nova transformação é a força com que ela varre as instituições nacionais restantes, que poderiam servir para mitigar a intemperança frenética. Até mesmo os propugnadores mais otimistas do achatamento de todas as barreiras são forçados a admitir os desafios perturbadores que ameaçam as “culturas particulares, valores, identidades nacionais, tradições democráticas e vínculos restritivos, que historicamente forneciam alguma proteção e alívio aos trabalhadores e às comunidades”.⁴⁷

À medida que essas barreiras vão sendo derrubadas, promove-se a erosão do elemento humano que não se encaixa nos ambientes acelerados e estéreis das grandes redes. Russell Kirk se referiu a esse elemento humano como “coisas permanentes” – essas normas de coragem, dever, cortesia, justiça e caridade – que devem sua existência e autoridade a um poder maior que o mercado, de fato a um Deus transcendente.⁴⁸

Ao fazer essas observações, não estamos criticando a tecnologia, o mercado livre ou a mudança inovadora. O que temos em vista é a força frenética através da qual a tecnologia moderna, apoiada pelo Estado, efetuou alterações substanciais em detrimento desse elemento humano essencial que protege o indivíduo. Se não reagirmos, o mesmo dinamismo e lógica com que a industrialização desenfreada destruiu a ordem pré-industrial destruirá também a presente ordem e o seu próprio substrato, ou seja, o pouco que resta da civilização cristã.

³⁸ Nisbet, *Quest for Community*, 247.

³⁹ Adam Smith, “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations,” em *Adam Smith*, vol. 39 de *Great Books of the Western World*, 300. Smith defendeu que esse sistema de perfeita liberdade, funcionando sob as restrições naturais e o impulso competitivo da natureza humana, daria origem a uma sociedade ordenada e auto-reguladora, como que dirigida por uma “mão invisível”.

⁴⁰ “A constituição da Igreja de Roma pode ser considerada a mais formidável combinação jamais formada contra (...) a liberdade, a razão e a felicidade do gênero humano” (ibid., 350-51).

⁴¹ D. Stephen Long, *Divine Economy: Theology and the Market* (New York: Routledge, 2000), 74. O Prof. Long declara mais adiante que “isto é claro nos escritos de Adam Smith, e constitui uma narrativa compartilhada pelos historiadores econômicos” (ibid.).

⁴² Ibid., 189.

⁴³ É sabido que os movimentos anticlericais do século XIX, especialmente na França, saquearam as propriedades das ordens e congregações religiosas, muitas vezes para o enriquecimento de oportunistas. Podemos também citar a espoliação maciça de propriedades da Igreja, levada a cabo por Napoleão e suas tropas. Relata a *Catholic Encyclopedia*: “A história do século XIX revela uma constante oposição à Igreja. Sua influência tem sido limitada por legislação adversa, as Ordens monásticas foram expulsas e seus bens confiscados. O que talvez seja o mais característico da perseguição moderna é que a religião tem sido excluída das escolas e universidades” (*The Catholic Encyclopedia* [1911], s.v. “persecution”).

⁴⁴ Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, 139.

⁴⁵ Nisbet, *Quest for Community*, 70.

⁴⁶ Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, 83. Embora acreditemos que o termo “destruição criativa” possa se aplicar à renovação normal dos produtos, pode também ser interpretada como servindo para descrever o espírito irrequieto de intemperança frenética.

[47](#) Thomas L. Friedman, *The World Is Flat: A Brief History of the Twenty-first Century* (New York: Picador, 2005), 237.

[48](#) As referências de Russell Kirk às “coisas permanentes” podem ser encontradas em muitos de seus trabalhos, como *Enemies of the Permanent Things: Observations of Abnormity in Literature and Politics* (New Rochelle, N.Y.: Arlington House, 1969).

Capítulo 7

Interdependência e complexidade

Vamos considerar brevemente mais um elemento de propulsão, que facilita o avanço da intemperança frenética e o abandono de qualquer restrição. Referimo-nos ao grande avanço da interdependência e complexidade, presente nas enormes redes globais interdependentes – comunicações, Internet, transporte, expedição, finanças, e tantos outros campos. Essas redes interdependentes facilitam a entrega de quantidades prodigiosas de bens, que inundam os nossos mercados. E geram também a necessidade de instituições, redes e agências reguladoras estatais, que tendem a exercer controle sobre tudo.

Isto pode ser visto hoje nas enormes redes globais interdependentes — nas comunicações, na Internet, transportes, distribuição, finança e tantos outros campos. Admitamos que essas redes interdependentes facilitam a distribuição de prodigiosas quantidades de bens que inundam nossos mercados. Muitos as consideram como a base de nossa riqueza, a causa de nosso progresso, o pilar de nossa estabilidade e a garantia de nossa segurança.

No entanto, elas constituem também uma fonte de enorme fragilidade.

“Gargalos” nevrálgicos

Essas imensas redes são frágeis porque nós as fizemos tão necessárias e complexas. Todos se tornaram totalmente dependentes delas. Mas por serem tão imensas e tão interdependes, elas são imensamente frágeis. As coisas tornaram-se tão entrelaçadas, operam tão fortemente acopladas e se movem tão rapidamente, que há pouca margem para erro. Pequenos desajustes, desastres naturais, erros humanos ou regulamentos socializantes podem ter efeitos terríveis sobre o conjunto. Criamos assim um mundo de “gargalos” nevrálgicos vulneráveis, que vão de acidentes geográficos a cadeias de fornecimento de petróleo, de provedores de Internet a redes elétricas.

Além disso, quanto mais complexo o sistema usado, tanto mais a vida se torna imprevisível. O número de consequências não intencionais é multiplicado, e a própria tecnologia torna-se inadequada para lidar com elas. Richard Stivers observa: “Nenhum modelo matemático é suficiente para obter todas as variáveis. Muitas das mais importantes não podem ser quantificadas. Mais ainda, a utilização de sistemas de análise (como acontece nos sistemas informáticos) milita de fato contra a flexibilidade necessária para lidar com o inesperado”.⁴⁹

“Gargalos” nevrálgicos

“Gargalos” nevrálgicos estão presentes em todo o nosso mundo interconectado. Podem ser lugares físicos, como o Estreito de Ormuz, o Canal do Panamá ou aeroportos internacionais. Nossas comunicações, as redes de Internet e a rede elétrica são grandes gargalos nevrálgicos. O controle dos mercados ou de matérias-primas, como petróleo, gás, minerais, e também do crédito, são pontos de risco frágeis. Mesmo certas práticas, como o sistema de produção *just-in-time* ou a compra e venda de ações em alta frequência, podem facilmente desequilibrar sistemas e colocar toda a sociedade em risco.

Isso é especialmente verdadeiro em relação aos mercados financeiros de todo o mundo, dos quais o analista Richard Bookstaber diz que “são tão complexos, e a velocidade das transações tão rápida, que ações aparentemente isoladas, e até mesmo eventos menores, podem ter consequências catastróficas”.⁵⁰

Desaparecimento da responsabilidade moral

Em épocas normais, essa vulnerabilidade já seria alarmante. No entanto, neste nosso tempo em que a responsabilidade moral está em via de desaparecimento, qualquer ataque organizado de um grupo terrorista, ato irresponsável de um político, risco mal calculado por algum corretor desonesto, pode comprometer seriamente essas grandes redes. Aquilo que parece tão forte pode ficar de repente à mercê de alguns poucos.

Já não é remota a probabilidade de ações irresponsáveis assim. Com utensílios relativamente simples, como estiletes, os terroristas de hoje – lembre-se dos ataques de 11 de setembro de 2001 – infligem enormes danos à nossa infraestrutura interdependente. Da mesma forma, já sabemos que ações antiéticas de alguns poucos, nos mercados financeiros, podem resultar em enormes perdas monetárias, que atingem muito além de uma única instituição financeira.

Todos esses danos podem ser multiplicados pelos efeitos psicológicos de um noticiário sensacionalista na mídia – outra rede que pode ser explorada e manipulada por um punhado de inescrupulosos, para causar grandes danos.

Atos imprevisíveis de homens sem escrúpulos, juntamente com a crescente complexidade e interdependência dos nossos sistemas integrados, tornam extremamente difícil empregar todas as salvaguardas possíveis para evitar desastres e falhas no sistema.

Assim, à medida que a crise atual se aprofunda, enfrentamos a perspectiva de nossos próprios sistemas se voltarem contra nós. Ao ceder à intemperança frenética, desencadeamos o que Bookstaber denomina, no título de seu livro, “demônio que nós mesmos criamos”. Como veremos, nossa tarefa consiste em confinar esse demônio, voltar aos freios morais, e desta forma assumir o controle do nosso futuro.

⁴⁹ Richard Stivers, *Shades of Loneliness: Pathologies of a Technological* (Lanham, Md.: Rowman and Littlefield, 2004), 115.

⁵⁰ Richard Bookstaber, *A Demon of Our Own Design: Markets, Hedge Funds, and the Perils of Financial Innovation* (Hoboken, N.J.: John Wiley and Sons, 2007), 1.

UM ESTILO DE VIDA AMEAÇADO

Capítulo 8

Desvanecimento de um modo de vida

Nossa união cooperativa americana consiste em um dínamo econômico de produção e um estilo de vida correspondente. Descrevemos como a intemperança frenética tem desequilibrado esse dínamo, e veremos a seguir os efeitos dela sobre o nosso *American way of life*.



Photo/American TFP Archive

Há uma frustração crescente à medida que nosso modo de vida parece se desfazer. Na ordem prática, as coisas parecem congestionadas. Uma cena em aeroporto com vôos cancelados. Nosso discurso político (meio) se tornou polarizado, amargo e mal-educado. O consenso religioso em torno dos Dez Mandamentos vai se deteriorando à medida que a controvérsia sobre monumentos públicos requer cercá-los como se fossem uma fonte de possíveis danos (em baixo).



Photo/American TFP Archive

Ampliando assim nossa visão para além do campo dos processos econômicos, evitamos o erro de acreditar que a prosperidade pode ser restaurada simplesmente fazendo ajustes — grandes, e até mesmo dolorosos — em nossa economia. Outras questões também devem ser consideradas.

Uma única revolução com muitas facetas

A intemperança frenética ajudou a gerar transformações profundas que contribuíram para a crise atual. Isso, por sua vez, ameaça a estabilidade do nosso modo de vida americano.

O estadista, o filósofo e o teólogo, trabalhando em paralelo nas respectivas esferas — política, intelectual e religiosa — juntaram-se ao empresário para operar mudanças profundas na sociedade como um todo. Assim como uma sub-corrente dominada pela intemperança frenética produziu processos desenfreados na economia, sub-correntes similares no mundo acadêmico, nas artes, na religião e na vida política desencadearam seus próprios processos destrutivos. Juntas, todas elas operaram enormes transformações. Elas constituem, como vimos, uma única Revolução, que tem como alvo a destruição do pouco que resta de nossa civilização cristã.

Assim, do mesmo modo que na nossa economia, o nosso modo de vida tornou-se desequilibrado e insustentável. Como consequência, a *cola* do consenso, que mantinha coesa a nossa união cooperativa, não consegue mais segurá-la.

Trataremos agora das mudanças profundas, inextricavelmente entrelaçadas com o nosso atual modelo econômico. E vamos entender assim a extensão da crise que está afetando o nosso estilo de vida, que acreditávamos inabalável; o progresso, que julgávamos inevitável; e o consenso, que supúnhamos indestrutível.

Capítulo 9

A frustração da tecnologia

Nenhum dos processos pelos quais nossa economia moderna se livrou dos freios teria sido possível se não nos tivéssemos transformado em uma sociedade tecnológica.

Na verdade, estamos imersos na tecnologia. Especialmente com a tecnologia informática, tornada hoje parte inquestionável das nossas vidas, pois todas as nossas necessidades práticas dependem dela.

Nosso objetivo não é condenar a tecnologia, uma vez que ela existe precisamente para servir ao homem, e é legítimo que o conhecimento científico seja aplicado aos objetivos práticos de melhorar a vida humana. O que criticamos é a forma intemperante de aplicação da tecnologia moderna na sociedade, como também o clima exagerado de grandes expectativas que prometem um futuro cada vez melhor e mais brilhante.

Promessas e grandes expectativas

Essas expectativas foram abraçadas com grande entusiasmo na época da Revolução Industrial do século XIX. A perspectiva de uma espécie de utopia tecnológica eletrizava o ar. Havia uma confiança subconsciente, mas ilimitada, na tecnologia, vagamente análoga à confiança absoluta que o homem medieval colocava na Divina Providência.

Richard Stivers constata: “Junto com a dominação material pela tecnologia, veio também o seu domínio espiritual. Ela assumiu a forma de um valor absoluto e sagrado; as sociedades ocidentais a olhavam como o motor do progresso, a solução para todos os problemas”.⁵¹ Em uma perspectiva similar, Lewis Mumford refere-se às exigências do progresso tecnológico como tendo “o efeito de um decreto divino, que seria sacrílego desafiar, impossível desobedecer”.⁵²

Tão grande era a esperança de expulsar o infortúnio do nosso caminho, que até o banimento da morte foi considerado possível através das maravilhas da tecnologia.⁵³

Escusado será dizer que, enquanto se credita à nossa tecnologia o fornecimento de enorme abundância material, ela falhou na sua promessa de felicidade permanente. Embora ainda possa exercer seu fascínio, o entusiasmo festivo e otimista de outros tempos não existe mais. Na verdade, ela tem produzido muitas consequências indesejadas e involuntárias.

O surgimento das massas

A massificação, que reduziu os homens a executores insignificantes de tarefas mecânicas, foi uma de suas consequências. Nossa sociedade tecnológica facilitou a ascensão das “massas,” essas multidões amorfas que inicialmente trabalhavam nas fábricas e lotavam as cidades industriais do século XIX. Alguns afirmam justamente que a sociedade de massas nasceu quando, naquela altura da industrialização, a maioria das funções econômicas foi tirada do âmbito da família.⁵⁴

Os efeitos dessa mudança foram devastadores. Isto pode ser visto claramente nas alocações em que Pio XII denuncia a formação de “massas” igualitárias, nas quais os homens são reduzidos “a não ser mais que uma simples máquina”. Afirma ele que tais massas podem se tornar, por um “impulso de fora, fácil joguete nas mãos de quem quer que desfrute seus instintos ou impressões, pronta a seguir, vez por vez, hoje esta,

amanhã aquela bandeira”. A industrialização muito contribuiu para produzir o que o Papa descreve como “nivelamento mecânico, numa uniformidade monocroma”. Ele explica ainda como um sentimento de verdadeira honra e “o respeito pela tradição, pela dignidade – em uma palavra, por tudo aquilo que dá à vida o seu valor – gradualmente se desvanece, e desaparece”.⁵⁵

As massas de hoje

A massificação prossegue em nossos dias. De um modo ou de outro, todos são classificados em categorias padronizadas, identificados através de etiquetas com código de barras, ou simplesmente reduzidos a números estatísticos. Os avanços tecnológicos só têm servido para facilitar e aumentar enormemente a extensão da nossa massificação. A própria sociedade se define em termos de transporte de massa, meios de comunicação de massa, produção em massa, que agora se estendem aos mercados globais.

Bens de baixo preço, produzidos maciçamente em escala global, desempenham um papel na criação de massas globais. Comenta Lawrence Friedman: “Você não iria se referir a camponeses de uma aldeia medieval como massa, nem mesmo a todos os camponeses da Alemanha ou França, por exemplo. *Massa* é uma forma de descrever as pessoas que vivem em um mundo onde uma lata de sopa é exatamente como um bilhão de outras”.⁵⁶

Assim, a tecnologia – a qual permite a padronização, globalização e interdependência – muito tem feito para ampliar o nivelamento, a uniformidade e a falta de respeito pela tradição e pela dignidade, conforme referiu Pio XII. Por mais que tentássemos defender a nossa individualidade pessoal, os efeitos desumanizantes e massificantes da tecnologia tendem a dominar e agravar essa ofensiva contra a alma.

Pessoas funcionando como máquinas

Podemos citar a mecanização da sociedade como um corolário dessa massificação. Talvez uma das manifestações mais brutais da nossa sociedade tecnológica seja o seu sistema, que transforma o homem de *organismo* em *mecanismo*. Contra a nossa natureza biológica, somos impelidos a funcionar como máquinas. Tornamo-nos tão enredados no processo de produção, que ficamos reduzidos à condição de recursos humanos.

A vitória da máquina foi ter-se tornado nosso modelo. Ela executa seu trabalho monótono com aparente perfeição e obediência, tendendo a fazer-se imitar automaticamente. Mas a máquina não deve ser nosso modelo, pois não pode criar, somente copiar. O computador não pensa, apenas processa. A tecnologia de massa não pode ser definida em termos humanos. Não admite exceções ou nuances, uma vez que a máquina trata a todos com estrita igualdade e velocidade.

Tecnologia por toda parte

Notamos que a tecnologia não se refere apenas às máquinas e aos computadores que compõem a nossa indústria. Refere-se também aos métodos, procedimentos e práticas idênticos que os homens empregam entre si, imitando dessa forma a ação de máquinas eficientes. Isto pode ser visto no desenvolvimento da burocracia, em métodos de ensino, na publicidade e nas práticas de relações públicas. Todas essas técnicas tendem a imitar os processos de uma máquina ou de um computador.

Quanto a nós, tendemos a organizar a vida com base em técnicas e processos semelhantes aos da máquina. O sociólogo Robert Nisbet adverte: “Seria um grande erro limitar a tecnologia à mera máquina e à cultura material como tal. A tecnologia não está menos presente nas estruturas racionalizadas – orientadas para a eficiência da organização – na educação, entretenimento e governo, tanto quanto nas igrejas de nossos dias, e até mesmo na vida familiar”.⁵⁷ Por exemplo, a família delega com frequência suas funções a especialistas a ela extrínsecos, os quais fornecem um serviço uniforme de creche, educação, entretenimento e aconselhamento a seus membros.

Não existe hoje campo de ação que não esteja modificado em alguns aspectos, de modo a impelir os homens a agir como máquina ou computador. Tudo nesses sistemas deve ser simplificado, planejado e projetado para se adaptar à máquina, e subsequentemente minimizar a individualidade e maximizar a eficiência. Em nossas franquias tipo “*chave-na-mão*,” por exemplo, cada procedimento é planejado em detalhes para garantir “disciplina, ordem, sistematização, formalização, rotina, coerência e operação metódica”.⁵⁸ Nesse regime, o indivíduo é reduzido a uma “unidade” despersonalizada, para ser inserido, substituído ou excluído à vontade nos processos industriais.

Um universo ininteligível

Nossa transformação em uma sociedade tecnológica nos deu uma visão mecanicista e racionalizada do mundo. O universo é percebido como uma enorme máquina. Na melhor das hipóteses, Deus é visto como um mero relojoeiro, que dá corda no relógio que construiu, deixando o mundo entregue aos seus caprichos.

Sobre essa perspectiva, pode-se concordar com Gilbert Simondon, quando escreve: “Ao reduzir o objeto à sua estrita dimensão, a tecnologia não reconhece nele qualquer significado interno ou simbólico, ou qualquer significado além de sua utilidade puramente funcional”. E mais adiante conclui: “Por esta razão, pode-se dizer que ‘a tecnologia dessacraliza o mundo’ à medida que progressivamente aprisiona o homem estritamente em objetos, sem lhe permitir o vislumbre de uma realidade superior”.⁵⁹

Na verdade, a modernidade adota não oficialmente, como explicação do mundo, o materialismo “científico”. O filósofo William Barrett descreve essa visão do mundo como a crença de que “os fatos últimos da natureza são fragmentos de matéria no espaço, e todos os variados fenômenos da experiência devem ser explicados pelo movimento e configuração dessa matéria”. Este conceito de matéria em movimento é *de facto* a mentalidade dominante ainda hoje no Ocidente, não necessariamente como uma filosofia formal, mas como “uma inconfessada atitude, um hábito e preconceito da mente”.⁶⁰

Ao reduzir tudo a propriedades mecânicas de massa e movimento no espaço, essa percepção priva o universo de todo o seu significado metafísico e de sua finalidade. De acordo com essa visão aleatória da natureza e do próprio homem, tudo se torna incompreensível, uma vez que tudo aparece como um “fluxo de causalidade cega e sem propósito”.⁶¹

O resultado de tal visão é que, não sendo possível atribuir significado à natureza, ficamos limitados a compreender apenas o que nós mesmos fazemos. Assim, a única maneira de tratarmos a natureza não é compreendendo-a, mas conquistando-a e controlando-a através de nossa tecnologia. Impomo-nos ao universo a ponto de abusar da natureza, tendo sido criados para viver em harmonia com ela.

Dentro desse universo incompreensível, duvidamos de todas as certezas e narrativas do passado, e até mesmo de nossa própria tecnologia. Tornamo-nos vítimas de um ceticismo cínico, que nas palavras de Leo Strauss é “o resultado inevitável do caráter ininteligível do universo ou da crença infundada em sua inteligibilidade”.⁶²

A desesperada cosmovisão de Bertrand Russell

Em 1903, Bertrand Russell exprimiu de modo sombrio essa visão ininteligível do universo:

*“Que o homem seja o produto de causas que não tenham nenhuma previsão do fim que estavam atingindo; que sua origem, seu crescimento, suas esperanças e seus temores, seus amores e suas crenças são apenas o resultado da colocação acidental de átomos; que nenhum fogo, nenhum heroísmo, nenhuma intensidade de pensamento e sentimento pode preservar a vida individual para além da sepultura; que todos os trabalhos de eras, toda a devoção, toda a inspiração, todo o brilho do gênio humano estão destinados à extinção na imensa morte do sistema solar; e que todo o templo das realizações do homem deve inevitavelmente ser enterrado sob os escombros de um universo em ruínas — todas essas coisas, se não completamente fora de questão, são entretanto tão certas que nenhuma filosofia que as rejeite pode esperar permanecer de pé. Só dentro do arcabouço dessas verdades, somente sobre a base firme do irresistível desespero, pode a morada da alma ser doravante construída de forma segura (“A Free Man’s Worship” in *Mysticism and Logic and Other Essays*) (London: George Allen and Unwin, 1959), 47-48).*

A tecnologia, que tanto parecia prometer na época da Revolução Industrial, não cumpriu as suas promessas. Pelo contrário, as consequências não intencionais da massificação e da mecanização acabaram se enraizando. Se a intemperança frenética não tivesse entrado no avanço da tecnologia, o homem poderia muito bem ter desfrutado as vantagens dela no contexto de um universo inteligível.

⁵¹ Richard Stivers, *The Culture of Cynicism: American Morality in Decline* (Cambridge, Mass.: Blackwell, 1994), 162.

⁵² Lewis Mumford, *The Pentagon of Power*, vol. 2 of *The Myth of the Machine* (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1970), 158.

⁵³ Um exemplo de tais esperanças foi o desenvolvimento da ciência da criogenia, na qual os corpos e cérebros são congelados e preservados em temperaturas extremamente baixas, na esperança de que avanços tecnológicos futuros serão capazes de fazê-los reviver.

⁵⁴ Esta é a posição de Peter Laslett, que escreve sobre os efeitos devastadores da economia fora do contexto da família e do lar. Ver Peter Laslett, *The World We Have Lost—Further Explored*, 3rd ed. (London: Routledge, 1983), 18.

⁵⁵ Pio XII, Radiomensagem de Natal de 1944 – “Discorsi e Radiomessaggi,” vol. VI.

⁵⁶ Lawrence M. Friedman, *The Horizontal Society* (New Haven: Yale University Press, 1999), 70.

⁵⁷ Robert A. Nisbet, *The Social Bond: An Introduction to the Study of Society* (New York: Alfred A. Knopf, 1970), 245.

⁵⁸ Ritzer, *McDonaldization of Society*, 97.

[59](#) Gilbert Simondon, *Du mode d'existence des objets techniques* (Paris: Aubier, 1958), citado em Acquaviva, *Decline of the Sacred in Industrial Society*, 140.

[60](#) William Barrett, *Death of the Soul: From Descartes to the Computer* (New York: Doubleday Anchor Press, 1986), 7.

[61](#) Leo Strauss, *Natural Right and History* (Chicago: University of Chicago Press, 1953), 173. Lembramo-nos também da definição apresentada por John Locke para a identidade do homem: “A identidade do mesmo *homem* consiste em nada mais que a participação da mesma vida contínua, pelo fluxo constante de partículas da matéria, numa sucessão unida vitalmente ao mesmo corpo organizado”. John Locke, “An Essay Concerning Human Understanding,” in *Locke, Berkeley, Hume*, vol. 35 of *Great Books of the Western World*, 220.

[62](#) Strauss, *Natural Right and History*, 174.

Capítulo 10

Consequências do abuso da tecnologia

Quando agimos como nossas máquinas e computadores, adotamos hábitos fora dos ritmos normais de nossa natureza. E quando acreditamos na visão mecanicista de mundo, inspirada pela tecnologia moderna, somos levados ao que Plínio Corrêa de Oliveira chama uma “adoração das novidades, das velocidades e das máquinas” e uma “deplorável tendência a organizar *more mechanico* a sociedade humana”.⁶³

Essa visão tecnológica da sociedade não pode deixar de ter consequências práticas na nossa experiência vivencial. Podemos adicionar à grave crise econômica provocada pela intemperança frenética uma correspondente cultura, que prejudica a nossa capacidade de reagir e afeta negativamente o bem-estar psicológico da nação.

Um ritmo de vida brutal

Uma dura consequência de nossa sociedade tecnológica é a mania de velocidade e novidade. As primeiras invenções da Revolução Industrial, como o trem, o navio a vapor e o telégrafo, enaltecera a velocidade mais do que qualquer outro aspecto.

Esses novos avanços tecnológicos ajudaram a desencadear nas almas paixões desordenadas profundas, até então contidas, as quais explodiram como fogos de artifício e exprimiram-se em um apetite desenfreado de velocidades, sensações e prazeres sempre maiores.

Essa adoração do movimento e da mudança manifesta-se através do desejo de tudo que seja instantâneo, sem a progressão natural das fases intermediárias de velocidade ou de reação. Ela gera impaciência com o tempo e o espaço, com base na ideia de que nada deve interpor-se entre nós e os objetos que nos gratificam. Ela estimula no homem um desejo irrequieto de sair de si mesmo e de seu ambiente normal, em busca de novas sensações. Isso pode ser visto, por exemplo, naqueles que usam uma panóplia de aparelhos e dispositivos eletrônicos para multiplicar sua conectividade instantânea mas superficial com outras pessoas, ou a intensa dependência daqueles que encontram rápida gratificação em video games.

Assim, somos vítimas de um ritmo de vida brutal e exaustivo. Este culto da velocidade é facilitado por uma tecnologia que nos permite fazer nossas máquinas, dispositivos de computação e, portanto, nossas vidas irem cada vez mais rápido.

Náusea pela reflexão

Somos realmente vítimas da velocidade? Sim, mas notamos que muitos homens modernos não rejeitam esse duro ritmo de vida, antes o abraçam.

Inebriados pela intemperança frenética do nosso progresso econômico, muitos vieram a apreciar as redes cujas respostas se dão em nanossegundos, fornecendo sensação imediata e novidades no entretenimento, comunicação, publicidade ou esportes. A velocidade se torna uma “forma de êxtase que a revolução tecnológica concedeu ao homem,”⁶⁴ um meio pelo qual os homens modernos “escapam da razão subjetiva e perdem-se na sensação do momento”.⁶⁵

Em meio às distrações ruidosas, as pessoas dispõem de pouco tempo para o verdadeiro lazer tão necessário à alma humana. Lazer não é “libertação do trabalho,” mas, como escreve Lewis Mumford, é “liberdade *dentro* do trabalho; e com isso, tempo

para conversar, refletir, contemplar o sentido da vida”.⁶⁶ A falta de procurar, ou até mesmo desejar, esse repouso psicológico leva a muita ansiedade e estresse.

Como resultado, muitos passaram a desprezar a tranquilidade, o recolhimento, o verdadeiro lazer em favor do esgotamento da atividade constante. A mania de velocidade leva a uma náusea da reflexão. Aqueles prazeres espirituais proporcionais – alegrias como a conversa, a arte, o silêncio – exercem cada vez menos atração. “Em vez de contemplação – escreve Daniel Bell – encontramos-a substituída por *sensação, simultaneidade, imediatismo e impacto*”.⁶⁷

Superficialidade de pensamento

Como parte dessa aceleração do ritmo de vida, podemos mencionar especialmente a que ponto a tecnologia da informação, as redes sociais e a Internet estão afetando nossos processos de pensamento com uma mania de procurar tudo que é superficial e frívolo. Somos bombardeados por estímulos externos de aparelhos que nos conectam instantaneamente com o mundo virtual, por meio da explosão de informações cada vez mais breves. Estudiosos notam que tais distrações esgotam nossa capacidade de concentração e de conhecer profundamente as coisas. A mente fica impedida de descontraí-la e de refletir sobre significado ou nuance, reduzindo-nos assim a uma superficialidade de pensamento que inibe a nossa capacidade de comunicação pessoal com os outros.

“Quanto mais nos tornamos distraídos, tanto menos capazes somos de experimentar as formas mais sutis e mais caracteristicamente humanas de empatia, compaixão e outras emoções,” adverte o jornalista Nicholas Carr. Este assalto aos nossos processos mentais leva a uma erosão da nossa humanidade, que “diminui a nossa capacidade de contemplação” e está “alterando a profundidade de nossas emoções, assim como a dos nossos pensamentos”.⁶⁸

A esterilização do tempo

Dentro desse ritmo acelerado de vida, o próprio tempo perde significado. Em nossas programações apressadas, experimentamos a dupla sensação de não ter tempo para fazer nada e de não conseguir fazer nada com o nosso tempo.

Sem o uso do tempo para refletir e interpretar as experiências, mesmo a vida mais organizada pode se tornar um amontoado de acontecimentos insignificantes, entretenimentos passivos e rotinas mecânicas. “Esterilização do tempo,” é como Richard Stivers denomina esse processo: “Quando o tempo perde o seu significado – a memória de eventos significativos e das transformações dentro de um quadro narrativo – ele se torna o espaço no qual produzimos e consumimos tanto quanto possível”.⁶⁹

Dentro desse paradoxo em que não temos tempo, no entanto perdemos tanto tempo, somos afetados pelo tédio, o cansaço e o estresse psicológico, levando muitos a concluir que nada existe além do fluxo sem objetivo da experiência imediata.

Destruição do lugar

A mania de movimento e mudança contribui para um estado de espírito irrequieto, manifestado por uma perda generalizada do sentido do lugar. Facilitados pela tecnologia, nós nos tornamos um povo agitado, em constante movimento no ritmo apressado da vida; uma nação de estranhos, sem ancoragem em nenhum lugar e desligados da comunidade. Nas expressivas palavras de Plínio Corrêa de Oliveira, construímos uma vasta rede de viadutos e pontes – com números em vez de nomes –

que se tornaram “caminhos anônimos para pessoas anônimas irem a lugares desconhecidos”.⁷⁰

O resultado é que essa mobilidade tende a fazer todos os locais parecerem iguais. Como observa Richard Weaver, o fato de podermos viajar para qualquer lugar a qualquer momento, nesses “caminhos anônimos,” diminui “a separação de lugares” que antes eram protegidos e pareciam diferentes, por causa de seu “isolamento, privacidade e... identidade”.⁷¹

Na verdade, nossas redes eletrônicas a tal ponto contribuíram para a destruição do lugar, que este já não importa: estamos inseridos naquilo que tem sido chamado tão apropriadamente multidão solitária, e agora virtual.⁷² Em nossa sociedade em rede, pode-se trabalhar, viver e comunicar em qualquer lugar. Um lugar público, como um aeroporto ou o parque de uma cidade, “não é mais um espaço comunal, mas um local de reunião: as pessoas estão juntas, mas não falam umas com as outras. Cada qual está presa a um dispositivo móvel e às pessoas e lugares para os quais esse dispositivo serve como canal”.⁷³

Sem dúvida, nossas tecnologias facilitam certamente o contato com os outros a grandes distâncias e com grande comodidade. No entanto, podem também contribuir para tornar nossas mensagens mais superficiais, aumentando o seu volume, brevidade e velocidade. Ao mesmo tempo que a conectividade instantânea pode complementar as relações pessoais, pode também torná-las mais distantes, quando mediadas ou escondidas por uma tela ou em curtas mensagens. O perigo real é permitir que essas tecnologias substituam os contatos pessoais e o senso de comunidade, que torna o lugar físico tão importante em nossas vidas.

Ao permitirmos que as comunicações instantâneas arranquem de nós as âncoras de lugar, perdemos mais do que a mera localização física; perdemos o palco para nossas relações dentro de nossas comunidades, o *locus* da lenda e do mito, o lugar onde nossas vidas ganham contexto e significado. O resultado é um mundo que, para usar as duras palavras de Charles Reich, “apagou o espaço, a localidade e a vizinhança, e deu-nos a separação anônima de nossa existência”.⁷⁴

Uma desproporção esmagadora

Mencionemos de passagem o quanto somos também afetados pela desproporção esmagadora com a qual a sociedade tecnológica afirma constantemente seu triunfo arrogante. Onde antes somente campanários se erguiam ao céu, sobem hoje enormes edifícios, relegando à quase insignificância a tradição do passado e reduzindo os homens a seres minúsculos, aparentemente incapazes de afirmar sua individualidade.

Podemos também citar a desproporção contrária, por onde a miniaturização tecnológica se afirma de modo brutal uma vez que, em seu processamento em *terahertz* (raios-T) e nanossegundos, introduz uma desproporção incompreensível à mente humana entre tamanho minúsculo e enorme função.

O culto da feiura

A proliferação de estruturas maciças, frias e sem ornato, erguendo-se sobre as nossas cidades, representa não apenas o triunfo do progresso tecnológico, mas uma exaltação quantitativa da matéria, que tem sido chamada com acerto de “culto da feiura”. O Pe. Anthony Brankin afirma que tais estruturas são “impressionantes e incríveis em sua

desumanidade absoluta, em sua completa falta de escala, em sua completa e total esterilidade e em suas proporções terríveis”.⁷⁵

A isso se pode acrescentar a promoção generalizada da arte moderna, que ostenta uma feiura esotérica e desproporcionada, e que padece ao mesmo tempo da falta de compreensão de um público que, em grande medida, a rejeita. Tudo isso transmite a implacável mensagem pós-moderna do niilismo, do vazio, do nada, que o Pe. Brankin descreve como a crença de que não há “nem natureza, nem beleza, nem Deus”.

Uma cultura universal

A tecnologia de massa estabelece uma cultura universal única em face da produção e mercados globalizados. Por um lado assimila as culturas locais, tirando-lhes o pouco de próprio que pode ser globalizado ou comercializado, enquanto transforma o resto em folclore. Por exemplo, uma cadeia gigante de restaurantes italianos pode reduzir a cultura italiana a uma coleção de receitas e a “um punhado de velhos costumes pitorescos, preservados como ossos em um museu”.⁷⁶

Por outro lado, essa sociedade criada pela tecnologia impõe sua própria cultura universal comum, sem referências ao lugar, onde a música, a comida, o cinema, a moda, o entretenimento, são nela cada vez mais os mesmos.

Desgaste de tudo quanto é mais humano

Essas são algumas das consequências não intencionais da nossa transformação em sociedade tecnológica. Deram-nos máquinas, das quais fazemos uso inadequado para a realização dos desígnios de nossa intemperança, e essas mesmas máquinas têm servido para nos alienar de nós mesmos.

Basta dizer que está se formando a crise de uma utopia fracassada, porque as nossas relações mecânicas e virtuais estão desgastando o elemento humano que nos faz ansiar pelo calor e pela segurança das coisas pessoais e inteligíveis, tão próprias à nossa natureza racional.

Longe de nós condenar a tecnologia. Só queremos libertá-la daquilo que a torna desumana. Só queremos que ela volte ao seu papel de servir ampla e livremente à humanidade. Alfred North Whitehead escreve: “A maior invenção do século XIX foi inventar o método da invenção”.⁷⁷ Ele credita justamente a esse método frenético a destruição dos alicerces do mundo pré-moderno. Por causa de uma intemperança explosiva, esse turbilhão de invenções deslumbrou o homem e aguçou seus apetites de velocidades, sensações e prazeres sempre maiores.

Para usar a metáfora de Plínio Corrêa de Oliveira, a tecnologia pré-moderna costumava servir ao homem como o cavalo ao seu cavaleiro. Mas a tecnologia moderna tornou-se um cavalo a galope, que arrasta o cavaleiro pendurado pelo estribo. O cavaleiro caiu, porque não teve suficiente zelo pelo seu próprio desenvolvimento individual, por não ter rejeitado a padronização e os elementos desumanizantes da tecnologia.⁷⁸

⁶³ Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, Parte II, Cap. III, 3.

⁶⁴ Milan Kundera, *Slowness*, (New York: HarperCollins, 1996), 2, citado em Stivers, *Shades of Loneliness*, 38.

[65](#) Stivers, *Culture of Cynicism*, 146.

[66](#) Mumford, *Pentagon of Power*, 2,138. Ver também Josef Pieper, *Leisure: The Basis of Culture*, trans. Gerald Malsbary (South Bend, Ind.: St. Augustine's Press, 1998).

[67](#) Daniel Bell, *The Cultural Contradictions of Capitalism* (New York: Basic Books, 1976), 111.

[68](#) Nicholas Carr, *The Shallows: What the Internet Is Doing to Our Brains* (New York: W. W. Norton, 2010), 221.

[69](#) Stivers, *Culture of Cynicism*, 172.

[70](#) Ver Plínio Corrêa de Oliveira, Reunião do MNF, 21 de agosto de 1986, Documentos de Plínio Corrêa de Oliveira, Biblioteca de Pesquisa da TFP americana, Spring Grove, Pensilvânia. (Esta coleção é composta de transcrições de gravações, citadas doravante como Documentos Corrêa de Oliveira).

Os urbanistas do século XX, como Le Corbusier, conceberam um novo tipo de rua, que se tornaria uma “máquina para o tráfego”. Nela o pedestre não poderia obstruir o seu fluxo. Para facilitar a saída das cidades, planejaram também auto-estradas que inadvertidamente ajudou a transformar as cidades em conchas vazias, enviando as pessoas para os subúrbios.

[71](#) Richard Weaver, *Visions of Order: The Cultural Crisis of Our Time* (Wilmington, Del.: Intercollegiate Studies Institute, 1995), 37.

[72](#) Cf. David Riesman, Nathan Glazer and Reuel Denney, *The Lonely Crowd: A Study of the Changing American Character* (New Haven: Yale University Press, 1989).

[73](#) Sherry Turkle, *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other* (New York: Basic Books, 2011), 155.

[74](#) Charles A. Reich, *The Greening of America* (New York: Crown Trade Paperbacks, 1970), 7.

[75](#) Anthony J. Brankin, “The Cult of Ugliness in America,” *Crusade Magazine*, May-June 2001, 12.

[76](#) Friedman, *Horizontal Society*, 62.

[77](#) Alfred North Whitehead, *Science and the Modern World* (New York: The Free Press, 1967), 96.

[78](#) Ver Plínio Corrêa de Oliveira, Reunião da Comissão de Estudos Americanos, 21 de dezembro de 1987, Documentos Corrêa de Oliveira.

Capítulo 11

A implosão do individualismo

Talvez nenhuma outra concepção de vida tenha desempenhado papel tão importante na construção da sociedade moderna quanto a ascensão do individualismo. Na verdade, muitos economistas trabalham com a premissa de que a economia moderna pressupõe um individualismo extremo.

Inicialmente expressos nos escritos de Thomas Hobbes (1588-1679), os conceitos que mais tarde deram origem ao individualismo mudaram radicalmente a nossa ideia de sociedade, não mais considerada uma comunidade de indivíduos ordenados à perfeição da natureza do homem. Hobbes via a sociedade como um “monte de areia” de indivíduos, cada qual guiado pelo próprio interesse e mantido em ordem por um forte estado de direito.

O individualismo é parte fundamental da nossa própria cultura e identidade americana. Ela é a base da união cooperativa que nos serve de modelo dominante. O individualismo é popularizado como uma crença na dignidade e sacralidade do indivíduo, pela qual cada um pensa e faz o que quiser. Como a tecnologia, também o individualismo está inscrito como sagrado em nosso panteão laico, pois qualquer violação desse direito de cada um fazer o que lhe apraz é visto como “não só moralmente errado, [mas] um sacrilégio”.⁷⁹

Esse individualismo tem agora seus próprios pontos de tensão e contradição, que o colocam em estado de crise.

O homem autônomo

Vamos analisar inicialmente a substância do individualismo, de modo a distingui-lo de seus mitos e simplificações.

Individualidade versus individualismo

Fazemos uma distinção entre individualidade e individualismo. O homem manifesta a sua individualidade quando desenvolve plenamente a própria personalidade e os talentos pelos quais é diferente dos demais. Ao mesmo tempo, a individualidade o incentiva a desenvolver seu caráter intensamente social, pela participação na vida em comunidade, reconhecendo a lei moral e promovendo o bem comum. Quanto mais específica, rica e forte for sua vida pessoal, tanto mais intensa será a vida social. Assim, a individualidade resulta em uma comunidade mais forte.

O individualismo é uma deformação da individualidade, pela qual o homem se coloca como centro de um mundo fechado em seu próprio interesse e tendente a ignorar seu caráter social e seu papel na comunidade.

O individualismo é muito mais do que simplesmente cada um fazer o que lhe agrada. Ele é uma filosofia de vida que declara a autoconservação – e seu corolário, o interesse próprio – como sendo o mais comum e inalienável de todos os direitos e a raiz de toda moralidade e justiça. Sobre esse sistema, escreve Leo Strauss: “Não existem, portanto, deveres absolutos ou incondicionais. Os deveres são vinculativos apenas na medida em

que seu desempenho não ponha em perigo a nossa autoconservação. Só o direito de autoconservação é incondicional ou absoluto”.⁸⁰

Assim, de acordo com essa visão, todos estamos envolvidos na busca inebriante do interesse próprio. Cada um é um *self-made man* totalmente autônomo, o único arquiteto de sua liberdade e de seu próprio destino. Cada um é um ser de infinita possibilidade, completamente livre para construir eternamente um novo ele mesmo.⁸¹

Nessa concepção grandiosa de si mesmo, este *self-made man* se vê a si mesmo como o produto de seu próprio engenho e força pessoal. Ele é o juiz último do que é certo e errado. Esta opinião pode ser encontrada na decisão da Suprema Corte dos EUA, *Planned Parenthood of Southeastern Pennsylvania v. Casey*: “No cerne da liberdade está o direito de definir o próprio conceito de existência, o significado do universo e o mistério da vida humana”.⁸² Segundo Daniel Bell, nessa busca “há uma negação de quaisquer limites ou fronteiras a se experimentar. É um estender a mão para toda experiência, nada é proibido, tudo deve ser explorado”.⁸³

Esse conceito defende que o indivíduo se torna um ser perfeito e completo quando “desonerado” dos fortes laços com a tradição, a família, o costume ou a lei moral. Tal visão considera a todos como sendo igual e inteiramente livres de obrigações especiais entre si. Ao trabalhar com outros, ou mesmo subordinados a outros, nos engajamos em um “contrato social” ou parceria, na qual cada um busca seu próprio proveito ou prazer. Até mesmo o Estado é visto como mero mecanismo para facilitar esses contratos na busca do interesse próprio.

Notamos que, como a tecnologia, a liberdade estonteante prometida pelo individualismo também tem consequências práticas indesejáveis, que levaram à desilusão e à crise. Ora, o homem é um ser por demais social para suportar o individualismo na sua forma pura. Sua natureza humana anseia pela riqueza do próprio vínculo social, do qual ele é “liberado” pelo individualismo. Ele percebe os limites de sua busca solitária do próprio destino; ele constata que esse ego aliviado facilmente se torna um ego pobre e vazio. Ele sente dificuldade em se engajar no que Hobbes considera “guerra de todos contra todos,”⁸⁴ a qual leva à atitude tensionante de olhar os outros com desconfiança e como concorrentes.

A sociedade “atomizada”

O individualismo produz assim dois movimentos contrários: um de isolamento, o outro de conformidade.

Escrevem o sociólogo Robert Bellah e outros: “Na ausência de qualquer critério objetivo de certo e errado, de bem ou de mal, a própria pessoa e seus sentimentos se tornam o único guia moral”.⁸⁵ Longe de aliviar esse *self-made man*, o individualismo de fato o isola como um átomo. Sua busca solitária de auto-realização acaba encapsulando-o dentro de seu próprio micromundo, fechado sobre si mesmo, onde ele se torna inteiramente livre, dentro de seus domínios limitados, “em um glorioso mas terrível isolamento”.⁸⁶

Viver como um átomo isolado na realidade provoca uma sensação de vazio, anonimato e solidão, que é profundamente antinatural. Tão social é a natureza do homem, que – frustrado, asfixiado pelo seu fechamento, não podendo viver de acordo com seu imaginado auto-engrandecimento – ele precisa procurar consolo fora de si.

Chegamos assim a um grande paradoxo. Não tendo mais tradição, vida comunitária ou costumes sociais para sancionar seus juízos ou avaliar suas realizações, o *self-made*

man procura a validá-los na conformidade com os “átomos” semelhantes que o circundam. Afirmo o economista Wilhelm Röpke: “Jogados na sociedade como seres humanos isolados – literalmente *individua* e átomos humanos –, as pessoas têm fome de ‘integração’, e elas aliviam essa fome por meio das emoções intoxicantese e das multidões da sociedade de massa”.⁸⁷

Quer dizer, o grande individualista, que muito se orgulha de ser livre para fazer tudo, acaba geralmente por fazer o mesmo que os outros estão fazendo. E assim que se formam as massas. O individualista torna-se um “maria-vai-com-as-outras,” avaliando-se constantemente por aquilo que percebe serem as reações dos outros átomos anônimos que compõem as massas.⁸⁸ Como essas percepções nem sempre são claras, ele sente a insegurança de nunca saber exatamente qual é a sua posição.

As mensagens implícitas contidas na publicidade da mídia e nos programas de televisão exploram essencialmente essa insegurança dos individualistas. Todos são levados a acreditar que a segurança se encontra em produtos fabricados em massa e em seus correspondentes estilos de vida, através dos quais podem se tornar como as celebridades sorridentes. Pior ainda, crêem estar construindo para si vidas inteiramente originais de sucesso e felicidade, graças à sua própria escolha. Na realidade, estão meramente se integrando em nossa sociedade de massa, de acordo com o que pensam todos os outros “átomos”.

Em tal ambiente, a vida, o trabalho, até mesmo a política, são moldados pelo que é espetacular e teatral, como sendo a única maneira de tirar as pessoas de seu isolamento e transmitir-lhes a sensação de felicidade universal, a ser encontrada na integração às massas.

Com poucas estruturas sociais mediadoras, o individualista deixa-se agregar às massas anônimas como um grão de areia, passando a ser dirigido pela mídia de massa, cultura de massa, mercados de massa, ou mesmo por um governo gigantesco. Ao prometer o individualismo, a modernidade paradoxalmente fornece a sua própria marca de sufocante coletivismo.

Liberdade não se confunde com escolha

Existem aqueles que confundem liberdade com escolha. Eles não se dão conta de que a liberdade é a capacidade de escolher os meios para um fim determinado, percebido como bom e de acordo com a nossa natureza. Isso não é o mesmo que escolha. Quando uma pessoa faz uma escolha ruim ou escolhe um objetivo ruim, o resultado não é a liberdade, mas um tipo de escravidão às paixões. Uma pessoa que come em excesso para satisfazer a fome, ou que bebe um bom vinho com a intenção de embriagar-se, não exerce a verdadeira liberdade, mas abusa dela. Quanto mais dominamos a nossa natureza, tanto mais temos liberdade. A virtude sobrenatural nos dá ainda mais liberdade, porque não apenas dominamos a nossa natureza, mas a superamos.

São Tomás ensina: “Ora, segundo a natureza, o homem é racional. Por isso quando se move segundo a razão, é por um movimento próprio que ele se move, e opera por si mesmo, o que é essência da liberdade; mas, quando peca, procede contra a razão, e então é como se fosse posto em movimento por um outro e sujeito a uma dominação estranha. É por isto que ‘aquele que comete o pecado é escravo do pecado’” (citado em Leão XIII, encíclica *Libertas Praestantissimum*, 20 de junho de 1888, nº 7.).

Consequências práticas: desaparecimento da comunidade

Uma das principais consequências da nossa cultura de massa é que já não nos vemos como seres sociais, e sim como o centro de um pequeno mundo separado, sem necessidade essencial de melhora através da sociedade. O filósofo Alasdair MacIntyre observa que em tal visão “o mundo social nada mais é que um lugar de encontro de vontades individuais, cada um com seu próprio conjunto de atitudes e preferências, entendendo aquele mundo apenas como uma arena para a realização de sua própria satisfação, e interpretando a realidade como uma série de oportunidades para a sua fruição”.⁸⁹

É por isso que o individualismo extremo leva ao desaparecimento da comunidade. Isto pode ser visto, por exemplo, no rescaldo dos anos sessenta, quando fortes correntes varreram os restantes vínculos tradicionais que outrora mantinham o tecido social tão coeso. O resultado agora é evidente. De modo silencioso e imperceptível, a vida das comunidades está se dissolvendo com uma rapidez chocante, à medida que a maioria dos americanos se retira do envolvimento cívico e comunitário e torna-se menos engajada com a família, os amigos e os vizinhos.

Esse processo é facilitado pelas megalópoles modernas, cujo anonimato torna as relações sociais mais difíceis e impede a formação natural de lideranças locais. Não obstante, observa Robert Putnam: “Nenhuma parte dos Estados Unidos, desde o menor povoado, ficou imune a esta epidemia”. E assinala que esse “contágio anticívico” é encontrado em cada classe social, grupo étnico, categoria racial e estado civil.⁹⁰

Tipos de grupos sociais

Não estamos dizendo que o individualista seja uma pessoa necessariamente solitária, sem relações sociais. Pensadores individualistas admitem e mesmo encorajam a associação com outros, com um círculo de familiares e de amigos adequados ao seu gosto. De fato, nosso mundo moderno está cheio de organizações de todos os tipos, que oferecem inúmeras oportunidades para interagir socialmente. Porém, o que estamos dizendo é que tais associações e relacionamentos tendem à superficialidade.

Essas relações são muitas vezes deliberadamente superficiais e casuais. Como resultado, são bem adequadas ao individualista, que se vincula ou desvincula de outros de acordo com seus caprichos e interesses pessoais imediatos. Há um grande número de organizações legítimas e úteis que engajam frouxamente o indivíduo em torno de interesses específicos. Podem ser, por exemplo, centradas em auto-ajuda, esportes, educação, filatelia. Embora essas associações livres e voluntárias sirvam a um propósito, elas são criadas sem maiores compromissos ou lealdades e não procuram definir ou formar a pessoa.

Richard Stivers afirma que a sociedade de massa torna essas organizações superficiais e voluntárias especialmente necessárias. E observa: “Com o desaparecimento da família ampliada e da comunidade, o indivíduo requer alguma identidade e segurança em relação ao poder centralizado do Estado e da empresa”.⁹¹

Essas organizações diferem da família e dos grupos tradicionais da comunidade ou da paróquia, os quais ajudam a definir a pessoa e são deliberadamente formativos. A participação nesses grupos sociais coesivos desempenha um papel importante no aperfeiçoamento da natureza social da pessoa, conferindo-lhe status, identidade, significado e estrutura, sem destruir a sua individualidade. Isto também pode ser observado, por exemplo, nas universidades, nos serviços militares ou nas organizações eclesiais, que melhoram o indivíduo sem absorvê-lo.

Conquanto os individualistas possam admitir a utilidade da família e dos grupos intermediários, eles o fazem na busca do interesse próprio e tendem a negar esse intenso contexto social.

Guerra às comunidades coesivas

Não constitui surpresa que pensadores individualistas modernos e políticos venham travando uma verdadeira guerra contra esses grupos coesivos de mediação. Tais ideólogos celebram seu desaparecimento como “libertador,” e insistem em que o indivíduo deve reinar soberanamente. Na realidade, ninguém a não ser o Estado acaba finalmente reinando, pois é a única entidade capaz de absorver (e realizar mal) as funções dos grupos menores.

O ódio da Revolução às associações intermediárias

A desconfiança em relação aos corpos sociais intermediários já pode ser vista no apoio de Hobbes ao Estado forte, em seu livro *Leviatã*. Rousseau não escondeu a sua antipatia pelas “associações parciais” (ver Jean Jacques Rousseau, “O Contrato Social”). Em 1791, a Revolução Francesa aboliu as corporações de ofício e de comércio. Mais tarde, impôs a infame lei *Le Chapelier*, a qual, sob o pretexto de que nenhuma organização deveria ficar entre o indivíduo e o Estado, proibiu a criação de associações intermediárias. Napoleão ampliou e sistematizou tais leis, em 1810, ao estender a proibição para incluir nela qualquer associação com mais de vinte pessoas. Protestos levaram a um progressivo relaxamento dessas restrições. A controvérsia prosseguiu, até que as leis foram revogadas no final do século XIX.

Mesmo quando essas sociedades coesivas conseguem sobreviver, as forças alienantes da modernidade têm exercido um papel importante no sentido de privá-las de suas funções e reduzir quase ao status de folclore as antigas instituições comunais do clã, da aldeia ou da igreja. Os individualistas mais conservadores podem até transformar tragicamente essas mesmas sociedades coesivas em sociedades voluntárias que visam ao interesse próprio.

A família despojada de suas funções, por exemplo, passa a ser considerada uma simples unidade social voluntária, como outra associação qualquer, a ser utilizada para favorecer a busca individual da felicidade. Isto pode ser visto na proliferação do divórcio ou na demanda por “casamento” entre pessoas do mesmo sexo. Como mencionamos anteriormente, muitos veem a nação, que deve ser o corpo coesivo supremo, como uma união cooperativa da qual se pode tirar grande vantagem.

Hostilidade em relação ao Estado

O individualismo conduz, por fim, à hostilidade em relação ao Estado, visto como um mero guardião da ordem, necessário na medida em que a propriedade se acumula.⁹² Para John Locke, “o governo não tem outro fim senão a preservação da propriedade”.⁹³ Sua finalidade é reduzida à salvaguarda desses direitos individuais associados ao interesse próprio. Nas palavras de Adam Smith, “o governo civil, *enquanto instituído para a segurança da propriedade*, existe de fato para a defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade contra os que nada possuem”.⁹⁴

Assim, o individualista vê o Estado como o regulador dos contratos sociais, que mantém a sociedade em funcionamento. Na sua crítica a esse modelo, Heinrich Rommen escreve: “O Estado é um aparato mecânico ou uma sociedade mútua de

seguros. Os impostos são o preço dos seguros, o Estado e seu governo são uma espécie de associação protetora dos proprietários de imóveis”.⁹⁵

Qualquer conjunto de valores morais objetivos não tem validade fora deste quadro. Os libertários mais radicais se recusam a ver o Estado como uma fonte de união social, e desejam até mesmo a sua completa abolição e a transferência de todas as suas funções reguladoras ao setor privado. O socialista, por seu lado, vê o Estado como o regulador supremo que deve planejar todas as coisas.

O Estado moderno se apressa ciosamente a cumprir seu papel de regulador, estabelecendo sua presença intrusiva por toda a parte. Ele se arroga grande número de tarefas que outrora cabiam à família e a outras associações intermediárias. O Estado estabelece uma crescente presença nas atividades econômicas do país, promovendo assim uma mentalidade socialista. Recorre com frequência a um exército de burocratas sem rosto, incumbidos da pesada tarefa de regular a ação de seus cidadãos. Para este fim, o Estado também deve tributar e gastar, até mesmo ao ponto de incorrer em grande dívida.

Assim, o Estado não é mais visto como a mais elevada união social, o titular da autoridade legal ou o promotor do bem comum. Pelo contrário, desempenha o papel de regulador intrusivo dos interesses individuais, devendo ser encarado com extrema desconfiança.

Destruindo a Lei superior

Observamos também que o conceito individualista de direito tende a negar a obrigação de seguir uma lei superior ou eterna. Esse conceito simplifica a lei moral baseada na natureza humana, limitando-a apenas ao direito natural de autoconservação.⁹⁶ Tal lei é rigorosamente limitada, tanto em seu alcance quanto em seu conteúdo, uma vez que ignora o papel do direito e da justiça no aperfeiçoamento de nossa natureza.

“Se o único fato moral incondicional é o direito natural de cada um à sua autoconservação, e portanto todas as suas obrigações para com outros decorrem de contrato, a justiça torna-se idêntica ao hábito de cumprir nossos contratos,” explica o filósofo Leo Strauss. “A justiça não mais consiste em cumprir normas independentes da vontade humana”.⁹⁷

Assim, a lei fica reduzida a mero regulamento, que atende ao interesse individual, à salvaguarda da propriedade e dos contratos e à manutenção da ordem pública. Sem referências a quaisquer princípios universais, o direito civil abraça facilmente o positivismo, filosofia segundo a qual o fundamento da lei não mais se encontra na lei natural, mas no próprio Estado.

A ordem individualista vai além de simplesmente fazer o que se quer. Tende a desenvolver associações superficiais e frouxas favoráveis ao interesse próprio, mas que dissolvem todos os laços fortes que levam à coesão social, tão necessária nos nossos tempos conturbados. As imensas liberdades de que gozamos como americanos ganhariam muito, se pudéssemos reconhecer as instituições sociais naturais que temperam e dão sentido e contexto a essa liberdade. Sem esse reconhecimento, longe de promover a verdadeira liberdade, o individualismo só tem servido para destruí-la.

- [79](#) Robert N. Bellah et al., *Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life* (Berkeley: University of California Press, 1985), 142.
- [80](#) Strauss, *Natural Right and History*, 181.
- [81](#) Os individualistas estão divididos sobre o verdadeiro significado de individualismo. A escola inglesa tende a tomar uma atitude mais natural, menos racionalizada e mais espontânea em relação à ação humana. A escola francesa é racionalista e rousseauiana. Ambas contêm a ideia de auto-interesse e autodeterminação.
- [82](#) *Planned Parenthood of Southeastern Pa. v Casey*, 505 EUA 833 (1992). [N.T.: Trata-se de um caso julgado em 1992 pela Corte Suprema norte-americana, tendo de um lado uma seção da organização abortista *Planned Parenthood*, do sudeste da Pensilvânia, versus *Casey*]. O ministro da Corte Suprema Anthony Kennedy citou depois essa passagem, que ele havia escrito, como suporte para a sua tese central, visando derrubar todas as leis contra a sodomia em *Lawrence versus Texas*, 539 EUA 558 (2003).
- [83](#) Bell, *Cultural Contradictions of Capitalism*, 14.
- [84](#) Thomas Hobbes, “Leviathan,” ed. Nelle Fuller, in *Machiavelli, Hobbes*, vol. 23 of *Great Books of the Western World*, 86.
- [85](#) Bellah et al., *Habits of the Heart*, 76.
- [86](#) *Ibid.*, 6.
- [87](#) Wilhelm Röpke, *A Humane Economy: The Social Framework of the Free Market* (Chicago: Henry Regnery, 1960), 57.
- [88](#) Ver Riesman, Glazer and Denney, *The Lonely Crowd*.
- [89](#) Alasdair MacIntyre, *After Virtue: A Study in Moral Theory*, 3rd ed. (Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press, 2007), 25.
- [90](#) Robert D. Putnam, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community* (New York: Simon and Schuster, 2000), 208, 247.
- [91](#) Richard Stivers, *The Illusion of Freedom and Equality* (Albany, N.Y.: State University of New York Press, 2008), 53.
- [92](#) “Portanto, a aquisição de propriedade valiosa e extensa requer necessariamente o estabelecimento de um governo civil. Onde não há propriedade, ou pelo menos alguma que exceda o valor de dois ou três dias de trabalho, o governo civil não é tão necessário”. Smith, *Wealth of Nations*, 309.
- [93](#) John Locke, “Concerning Civil Government, Second Essay,” in *Locke, Berkeley, Hume*, vol. 35 of *Great Books of the Western World*, 46.
- [94](#) Smith, *Wealth of Nations*, 311. (destaque nosso)
- [95](#) Heinrich A. Rommen, *The State in Catholic Thought: A Treatise in Political Philosophy* (St. Louis: B. Herder, 1947), 128.
- [96](#) Hobbes e outros tentaram deduzir uma lei da natureza (*lex naturalis*) baseada não na natureza humana, mas na autopreservação, “um preceito ou regra geral descoberta pela razão, através da qual o homem é proibido de fazer o que é destrutivo para a sua vida”. Hobbes, *Leviathan*, 86.
- [97](#) Strauss, *Natural Right and History*, 187.

Capítulo 12

O individualismo pós-moderno: fragmentando o átomo

Resta ainda mais um aspecto da individualismo a ser considerado.

Temos vivido durante décadas em uma sociedade muito influenciada pelo individualismo clássico. Isto tem criado uma tensão interna em incontáveis americanos que anseiam por uma comunidade, mas ao mesmo tempo procuram a própria realização individual. O individualismo não proporciona nem uma coisa nem outra.

De um lado, há uma esmagadora pressão para se conformar com a falsa “comunidade” encontrada na mídia, nos mercados e na cultura que dominam a nossa sociedade de massa; de outro lado existe a experiência decepcionante do nosso isolamento “atomizado,” que continuamente nos persegue em nossa busca de significado.

Ruptura de uma paz pouco confortável: o individualismo pós-moderno

Nosso estilo de vida americano encontrou uma maneira de fazer uma paz pouco confortável entre esses dois impulsos. Nossa cultura exalta em teoria a conveniência do puro individualismo, embora muitas vezes esse ideal seja adulterado na prática para se ajustar a uma realidade mais humana.

Muitos americanos encontram significado e identidade em sua vida privada, apegando-se ao pouco que resta da família, da igreja e de outras estruturas sociais. Ao mesmo tempo, como alternativa, suportam e abraçam essas estruturas de massa (como a mídia e o marketing de massa), que parecem tão fora de seu controle e compreensão.

Essa paz desconfortável foi rompida na década de sessenta. Houve então uma revolta contra essa acomodação ao individualismo clássico, e um novo e mais radical individualismo pós-moderno explodiu na cena.⁹⁸

O individualista clássico consagrou a autoconservação como o único padrão de ordem. Pela mesma lógica o individualismo pós-moderno tornou o “direito” à autogratificação o único e absoluto direito, ainda quando tal comportamento seja autodestrutivo. Se o individualismo transformou os indivíduos em átomos isolados, sua variante pós-moderna fragmenta o átomo.

Esse novo individualismo é uma extensão e radicalização do que veio antes. A diferença é que o individualismo moderno destruiu as estruturas externas – a tradição, o costume, a comunidade – que atrapalhavam o interesse próprio; já o individualista pós-moderno procura destruir as estruturas internas – a lógica, a identidade, a unidade – que impedem a gratificação instantânea.

Ao contrário das revoluções violentas dos tempos passados, esse silencioso mas implacável movimento golpeia o cerne da nossa cultura e sua moralidade. É um exemplo do que Edmund Burke denomina “a mais importante de todas as revoluções(...)”, uma revolução nos sentimentos, maneiras e opiniões morais.⁹⁹ Quando essa revolução entra em decadência, como acontece agora, ela se espalha lentamente, imperceptivelmente, e contagiando pela decadência, a inércia, e torpor. Para usar uma metáfora de Plínio Corrêa de Oliveira, ela “vence e derruba tudo com a indiferença de um Buda sorridente”.¹⁰⁰

Manifestações do individualismo pós-moderno

Esse individualismo pós-moderno se manifesta em toda parte, nas seguintes maneiras:

- “Libertação” das amarras da lógica, através da fragmentação da unidade de pensamento e do obscurecimento e confusão de todas as distinções. Existe um esforço concentrado para evitar definições e aceitar as contradições mais flagrantes. Quase tudo pode ser misturado e turvado conjuntamente: religiões, nações, economias, “gêneros,” redes de computadores.
- Desconstrução da identidade, pelo questionamento da nacionalidade, da sexualidade, do nome pessoal ou de qualquer aspecto considerado “identidade imposta”. Com base no capricho ou na imaginação do momento, chegam alguns ao ponto de se fragmentar em várias identidades, “gêneros” ou avatares *online*.
- Aversão a tudo quanto seja fundamentado, estruturado ou sistematizado; e, como resultado, uma “necessidade de fugir para a fantasia, os sonhos e o êxtase”.¹⁰¹ Daí a obsessão de nossa cultura pela espontaneidade encontrada na experiência das drogas, na promiscuidade sexual e nas fantasias da Internet.

Ilusão de maior liberdade

Tudo isso é feito em nome de maior liberdade. Contudo, o homem pós-moderno não é mais livre das estruturas de massa que tanto escravizavam o individualista anterior a ele. Na verdade, ele se isola ainda mais à medida que se desvencilha das restrições da lógica e da identidade que o ligam à sua cultura. Ele procura integrar-se ainda mais, atirando-se nas massas agora globalizadas das redes do vasto mundo virtual, distantes de qualquer ordem social concreta. E isso tudo em ritmo e volume esmagadores.

Russell Kirk observa: “Sempre que as pessoas deixam de estar cientes de sua participação em uma ordem – uma ordem que une os mortos, os vivos e os nascituros, bem como conecta o indivíduo com a família, a família com a comunidade, a comunidade com a nação –, essas pessoas passam a formar uma ‘multidão solitária’, alienada do mundo em que vagam. E as consequências de tal alienação serão funestas para a pessoa e a república”.¹⁰²

A respeito desse individualismo extremo, escreve Robert Nisbet: “Enquanto existia uma forte herança cultural, e consequentemente um sentimento de participação, a ética moderna do individualismo era tolerável”. E prossegue, citando Paul Tillich: “Mas, quando os restos de um mundo comum desmoronaram, o indivíduo foi jogado na completa solidão e no desespero inerente a ela”.¹⁰³

Chegamos assim a uma situação terrivelmente irônica, cheia de emoção e tragédia. A liberdade ou autonomia prometida pelo individualismo clássico ou pela sua versão pós-moderna não se concretizou em nossos dias. Nestes tempos em que todos falam de diversidade, nunca houve menos diversidade nem mais conformidade. Nunca tantos usaram as mesmas roupas, comeram os mesmos *fast foods* ou escutaram a mesma música popular, como as massas globalizadas de hoje. Conquanto todos se achem livres e autônomos, nunca tantos foram obrigados a pensar e agir da mesma forma politicamente correta.

Em nossas cidades superpovoadas, muitos são solitários. Em nosso mundo interconectado, existem os que se sentem totalmente isolados e atormentados pela apatia, pelo tédio e pela inquietação. É de admirar que não consigam se unir, para encontrar soluções? Espanta que tantos se sintam abandonados e cheios de ansiedade?

[98](#) Charles Reich escreveu sobre esta revolução em 1970, em seu clássico livro da contracultura *The Greening of America*. Ele afirma que foi uma revolução diferente de qualquer outra do passado. “Ela terá origem com o indivíduo e a cultura, e mudará a estrutura política somente como seu ato final (...). Esta é a revolução da nova geração”. Reich, *The Greening of America*, 2.

[99](#) Edmund Burke, “Reflections on the Revolution in France,” in *The Works of Edmund Burke, With a Memoir*, 1:490.

[100](#) Plínio Corrêa de Oliveira, Reunião da Comissão Médica, 12 de maio de 1991, Documentos Corrêa de Oliveira.

[101](#) Stivers, *Technology as Magic*, 203.

[102](#) Russell Kirk, *The Roots of American Order*, 3rd ed. (Washington, D.C.: Regnery Gateway, 1991), 473.

[103](#) Nisbet, *Quest for Community*, 11.

Capítulo 13

Exaustão do materialismo

Somos um povo prático e impaciente, abençoado com uma terra de grande generosidade. Ao longo de nossa história, temos procurado com grande otimismo e incansável dinamismo um progresso ilimitado. A prosperidade material resultante parece apoiar a ideia de que somos um povo à parte, inatingível pelos infortúnios que outros sofreram na História.

Na verdade, construímos essa ordem material robusta com trabalho duro, espírito prático, generosidade e boa vontade para com os outros. Com zelo quase missionário, temos espalhado para outras partes do mundo esse espírito de grandes empreendimentos, na esperança sincera de que poderia dar frutos similares. Entretanto, vemos muitas vezes esses esforços rejeitados.

Não estamos criticando esse extraordinário dinamismo, ou o desejo de melhorar materialmente as nossas vidas. No entanto criticamos o espírito materialista, muitas vezes ligado à chamada sociedade de consumo, o qual motiva muitas das ações nesse processo. E criticamos também a sua incapacidade de lidar com a natureza espiritual do homem e suas necessidades.

Adeus à perfeição

Uma sociedade materialista cultiva a fixação excessiva nos prazeres e confortos corporais da vida cotidiana. Até mesmo o progresso e o desenvolvimento mental ou intelectual são feitos em função do avanço material. Como resultado, tal sociedade não trata suficientemente dos anseios especificamente espirituais, que são uma parte muito importante da natureza humana; não cuida de nada metafísico, uma vez que não trata do bom, do verdadeiro, do belo, mas apenas do útil. Esse materialismo deixa pouco espaço para uma resposta adequada a qualquer grande anseio de perfeição, heroísmo ou santidade.

Na verdade, essa ordem materialista nascida da Revolução Industrial rejeitou explicitamente os altos ideais que motivaram a era cristã. As virtudes cristãs foram substituídas por virtudes cívicas, que favorecem uma cultura comercial. Os ideais de perfeição cristã, que tanto inspiraram as maravilhas da Cristandade, foram considerados impraticáveis, arrogantes, até mesmo empobrecedores.¹⁰⁴

Descrevendo o espírito da época, Michael Novak se estende sobre o convite para rejeitar aqueles “ideais humanos que são elevados demais para os assuntos prosaicos da vida”. O filósofo francês Montesquieu denuncia a “glorificação de ideais perfeccionistas demais para a vida ordinária”. Novak explica essa nova ética do comércio, que submete tudo ao senso comum, como sendo “proporcionada ao homem como ele é, não como sonhos o fariam”. Assim, os fundadores dessa nova ordem abraçaram “o comum, o útil, o prosaico” como a melhor expressão do que consideravam um sistema natural de justiça e liberdade.¹⁰⁵

As qualidades morais mais acessíveis (e menos exigentes) dos negócios e do comércio foram empurradas de repente para a ribalta, como virtudes que deveriam governar toda a sociedade. Na verdade, as virtudes só eram consideradas virtudes na medida em que favoreciam o interesse próprio. Virtudes “inúteis,” como humildade, modéstia e castidade foram substituídas por honestidade, equidade, moderação,

parcimônia e utilidade. É uma visão puramente naturalista da sociedade, que exclui a noção de virtude heróica (santidade) e rejeita o sobrenatural.

Perigos do novo sistema

No entanto, mesmo os defensores e os comentaristas otimistas dessa nova civilização viram os grandes perigos que poderiam sobrevir para a humanidade, se a busca da perfeição fosse abandonada. Montesquieu, Tocqueville e Adam Smith perceberam os perigos que essa mudança de valores poderia acarretar.

Assim, Tocqueville previu situações que poderiam degenerar em servidão, barbárie e miséria.¹⁰⁶ O próprio Adam Smith acreditava que “a nova ordem estreitaria e aviltaria o espírito humano, de tal forma que ‘o espírito heróico’ seria ‘quase totalmente extinto’”.¹⁰⁷

O resultado foi uma ordem moral-cultural que evita tudo quanto tenha traços de ideais. Pelo contrário, orgulha-se de sua virtude “mediana” ordinária, prazeres comuns e sabedoria prática.

Tal sociedade materialista impõe padrões errados. Ela gera infelicidade, ao substituir uma visão metafísica de ordem, consoante com a nossa natureza, por outra que a frustra. Na verdade, fomos criados para perseguir um paraíso espiritual; e abandonando isto, tentamos construir um paraíso terrestre.

Como resultado, o materialismo deixa de satisfazer, apesar de maximizar o conforto material e minimizar todo sofrimento físico. É uma sociedade secular insípida, oficialmente despojada de seus elementos espirituais, da qual não se pode esperar “nenhuma alta nobreza de propósito, nenhuma dedicação desinteressada a fins transcendentais, nenhum heroísmo inspirador”.¹⁰⁸

Além disso, impomos as nossas expectativas ilimitadas de ordem espiritual ao nosso paraíso terrestre consumidor. Quando os bens materiais não conseguem satisfazer tais expectativas espirituais, isso conduz a exigências cada vez mais irracionais e insaciáveis à sociedade, para ainda mais bens ou direitos. Daí, naturalmente, experimentarmos expectativas frustradas e envidarmos esforços exaustivos para encontrar a felicidade no consumo; pelo qual, como nota Richard Stivers, todos nos tornamos “livres e iguais em nossa busca do prazer banal”.¹⁰⁹

Consequências práticas: a “institucionalização da inveja”

Essa frustração se manifesta de muitas maneiras. Uma consequência prática é a frustração da compra de status. Isto se dá, por exemplo, quando certas linhas de produtos e marcas especializadas – sapatos, alimentos, carros – são comercializadas e percebidas como as melhores e mais *avant-garde* em seu campo. Quando os poderosos motores da mídia são empregados para apoiar essa percepção universal, os consumidores são induzidos a pensar que obterão o status e a felicidade imaginados, se comprarem tais produtos.

Quando o consumo se baseia exclusivamente nesse status imaginário, a pessoa sente-se pressionada a comprar determinado produto, não por corresponder a uma necessidade ou aspiração sua, mas pelo desejo de algo que outro possui. Tal cobiça é uma deformação moral, pois convence a pessoa a adquirir aquilo que não é adequado para ela. Cada qual deseja parecer-se inautenticamente com os outros, ao invés de ser o que realmente é. As intensas expectativas criadas por tal demanda bem poderiam ser etiquetadas com a definição de Daniel Bell: “institucionalização da inveja”.¹¹⁰

Publicidade: vendendo insatisfação

Analogamente, não podemos deixar de mencionar a publicidade moderna como importante mecanismo de nossa cultura materialista. Através de suas imagens e mensagens, a publicidade emprega técnicas avançadas, que só aumentam as expectativas e prometem felicidade por meio do consumo. Apóia-se mais nos instintos das pessoas do que em seu intelecto. E apresenta os novos produtos sob uma luz artificial, por onde o consumidor se sente muito pressionado a seguir a moda, e até mesmo a contrair dívidas para evitar o estigma de ser deixado para trás.

Ironicamente, a publicidade não maximiza a satisfação, mas apenas a insatisfação. A função da publicidade – observa o sociólogo Robert Lane – “é aumentar a insatisfação das pessoas com o atual estado de coisas, a fim de criar carências e explorar as insatisfações do presente. A publicidade precisa usar a insatisfação para atingir o seu objetivo”.¹¹¹

De fato, a propaganda moderna é uma verdadeira máquina de pressão psicológica, para nos fazer sair do mundo real e procurar a felicidade no mundo maravilhoso do consumo. Richard Stivers escreve sobre essa observância quase religiosa: “Essa terra prometida é também um mundo de consumo total, onde as pessoas possuem perfeita saúde, beleza e eterna juventude . São livres de fazer tudo que seja agradável, e assim experimentar a felicidade completa. O mito da utopia tecnológica é promulgado através da liturgia da publicidade”.¹¹²

Na verdade, a publicidade cria um mundo de irrealidade, um “mundo mitológico,” existente fora do tempo e do espaço, onde parece que “os nossos desejos ilimitados são perfeitamente cumpridos”.¹¹³ Nas palavras de Daniel Bell, “é um mundo de faz-de-conta, no qual se vive de expectativas em relação ao que virá, e não ao que é. E aquele mundo irreal deve vir sem esforço”.¹¹⁴

Mas essas expectativas são muitas vezes frustrantes. A cultura do consumo exulta com o fato de oferecer uma proliferação de escolhas. Embora seja verdade que temos a liberdade de escolher entre milhares de itens, o fato de podermos escolher entre cinquenta marcas diferentes de cereais ou de refrigerante não confere felicidade ou sentido à vida. A publicidade faz-se necessária para criar a ilusão de que, através da variedade, podemos alcançar a felicidade completa. Para este fim ela recorre ao espetáculo, a fim de criar produtos concorrentes mais chamativos, evitando assim o tédio do consumidor.

Evitando o sofrimento

Assistimos a um esforço semelhante para banir da vida o sofrimento. Parece haver uma regra não escrita, segundo a qual o sofrimento deve ser evitado a todo custo, uma ideia implícita de que qualquer sofrimento é uma anomalia, um erro ou uma injustiça. De acordo com esse ponto de vista materialista, devemos fazer todos os esforços para organizar nossa vida sem aparências de sofrimento e tragédia.

Uma aplicação dessa regra não escrita é rotular qualquer exigência de empenho ou esforço como causa de sofrimento. De acordo com esse ponto de vista, os pais que disciplinam seus filhos os fazem sofrer. Da mesma forma, os professores que corrigem seus alunos causam-lhes sofrimento. Em vez do esforço, somos encorajados a adiar o sofrimento, mergulhando nos prazeres do “aqui e agora”. Tal atitude leva a juventude a abraçar a imaturidade pelo maior tempo possível, recusando-se a crescer. Tragicamente,

essa perspectiva não nos livra dos sofrimentos da vida, mas muitas vezes só os aumenta, expondo-nos às consequências das nossas procrastinações.

Uma segunda aplicação é uma visão otimista da vida, ativamente promovida pela cultura de Hollywood e pela sociedade de consumo. É o que Richard Stivers apresenta como “presunção pela mídia de uma felicidade universal,”¹¹⁵ por onde todos devem assumir uma aparência de grande felicidade, mesmo quando dilacerados pela solidão e por uma grande tragédia pessoal. Tal aparência torna-se necessária, pois nossa cultura promete a todos grande sucesso, mas obviamente não pode atender a essas expectativas. Para que não nos vejamos como fracassados, devemos mascarar todo e qualquer sofrimento com sorrisos e gargalhadas, pois “admitir que não somos felizes equivale a dizer que há algo errado conosco”.¹¹⁶

A negação da tragédia

Uma consequência terrível do materialismo é que ele introduz na mentalidade a negação de uma grande realidade espiritual, que é a existência da tragédia.

Não conseguindo o homem materialista explicar a realidade espiritual da tragédia, resolve o problema alegando uma ignorância quase voluntária de nossa natureza limitada e decaída. Adota a errônea ideia iluminista de um mundo ilimitado e perfectível, isento de pecado original, no qual um dia estaremos todos unidos numa fraternidade universal.

Assim, o homem materialista tenta excluir qualquer coisa que possa ameaçar o que ele imagina ser um paraíso terrestre. Por exemplo, tem a crença de que, no fundo, ninguém é realmente ruim, todo mundo é basicamente bom. Essa visão transpira um otimismo natural, com final feliz para cada história. Doce ilusão, repetida à saciedade nos filmes clássicos de Hollywood, na publicidade e na literatura.

Claro está que não podemos viver sempre de acordo com essas expectativas otimistas. Nem toda história tem um final feliz. Por causa do pecado original, todo mundo é capaz de malícia, maldade e vício, todos têm de enfrentar a tragédia da morte. Na verdade, a tragédia é a matéria normal e corrente que constitui o grande cortejo da História, onde se decide o destino das almas.

Contudo, em vez de enfrentar a realidade da tragédia e do mal, o materialista continua firme em sua crença na bondade natural do homem, atribuindo a existência do mal a simples ignorância, incompreensão ou desajuste psicológico. Ao invés de confrontar o desastre quando atingido por ele, procura disfarçá-lo, ignorar suas causas reais e começar tudo de novo, na esperança de sair-se melhor da próxima vez.

Deixando os problemas para trás

“O filósofo George Santayana observou que os americanos não resolvem os problemas; eles os deixam para trás. Quando não gostam de uma ideia, não se incomodam em refutá-la, simplesmente falam de outra coisa, e a ideia original morre pela desatenção. Se uma situação os incomoda, eles a deixam no passado” (David Brooks, *On Paradise Drive: How We Live Now (And Always Have) in the Future Tense* (New York: Simon and Schuster, 2004), p. 47).

Hollywood: sonho por procuração

Hollywood tem tido um papel muito especial no sentido de incentivar a fuga do sofrimento e a negação da tragédia – visão que essa indústria cinematográfica realmente leva ao extremo. Suas estrelas irradiam saúde, juventude e vitalidade. O

filme padrão de Hollywood tem configurações que são idealizações do nosso paraíso material, inexistente na vida real. Seus enredos incluem aventuras incríveis com finais felizes, das quais um público adorador é convidado a imaginar-se protagonista.

É um mundo tão irreal, que nem mesmo as escandalosas estrelas de cinema conseguem imitar as vidas felizes dos personagens que interpretam. No entanto, Hollywood propõe uma espécie de sonho por procuração, por onde cada um se imagina levando uma vida que não é a sua. É uma situação trágica, comparável ao incômodo de viver com um órgão de outra pessoa, aceito apenas parcialmente pelo organismo, e fingir que está tudo bem.

Concluimos assim que a nossa sociedade materialista proporciona apenas uma felicidade superficial, que esconde as frustrações de um povo triste e melancólico.

Muitos propõem como solução a rejeição dos bens materiais ou a adoção de estilos de vida mais simples e idílicos. Mas tais “soluções” apenas agravariam o problema, adicionando empobrecimento material ao espiritual.

Tais propostas pecam por ignorar a premissa que está na base do materialismo: sua negação da realidade metafísica, espiritual e sobrenatural. Para resolver esse problema, devemos satisfazer nossos grandes anseios metafísicos de coisas de significado transcendental. Devemos desmascarar as promessas frustrantes de uma felicidade material, que nunca poderia satisfazer o lado espiritual de nossa natureza. Devemos também encarar a realidade da tragédia e do sofrimento, a qual se torna cada vez mais difícil de negar.

Infelizmente, em decorrência da verdadeira crise econômica que nos afeta, até mesmo a abundância material está nos faltando. Nosso materialismo, incapaz de cumprir suas promessas, está desgastado. Sentimos uma espécie de exaustão, como a proveniente de uma festa que nunca termina.

[104](#) Michael Novak observa que os fundadores da nova ordem econômica industrial rejeitaram os maravilhosos monumentos, obras de arte, palácios e edifícios da era cristã, como produtos de um “orgulho aristocrático” que não produziu verdadeira riqueza, corrompeu a sabedoria prática e empobreceu a sociedade. Ver Michael Novak, *The Spirit of Democratic Capitalism* (New York: Touchstone, 1983), 117.

[105](#) Ibid., 117-118.

[106](#) Ver Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, trans. Henry Reeve (Cambridge: Sever and Francis, 1863), 2:412.

[107](#) Novak, *Spirit of Democratic Capitalism*, 120. Smith achava ainda que “a divisão do trabalho forçaria alguns a tarefas que mutilariam suas mentes, encorajariam grande ignorância e estupidez, e corromperiam ‘as partes mais nobres do caráter humano’” (ibid).

[108](#) Irving Kristol, *Two Cheers for Capitalism* (New York: Basic Books, 1978), 178.

[109](#) Stivers, *Illusion of Freedom*, 94.

[110](#) Bell, *Cultural Contradictions of Capitalism*, 22.

[111](#) Robert E. Lane, *The Loss of Happiness in Market Democracies* (New Haven: Yale University Press, 2000), 179.

[112](#) Stivers, *Shades of Loneliness*, 108.

[113](#) Stivers, *Culture of Cynicism*, 67.

[114](#) Bell, *Cultural Contradictions of Capitalism*, 70.

[115](#) Stivers, *Shades of Loneliness*, 1.

[116](#) Stivers, *Culture of Cynicism*, 171.

Capítulo 14

A ausência do sublime

A sociedade laica é a consequência lógica de uma sociedade predominantemente materialista. Ao falar em “sociedade laica” não queremos afirmar que Deus seja negado. Pelo contrário, a crença *pessoal* em Deus é permitida e até incentivada, desde que se limite à esfera pessoal não oficial. A sociedade laica em geral é aquela que é oficialmente expurgada de todas as referências a uma realidade para além do nosso mundo naturalista e materialista. Há uma indiferença ou confusão em relação ao que constitui o sentido da vida.

Plínio Corrêa de Oliveira sustenta que o laicismo é uma curiosa forma de ateísmo, a qual “afirma a impossibilidade de se ter certeza da existência de Deus. De onde, na esfera temporal, o homem deve agir como se Deus não existisse. Ou seja, como pessoa que destronou a Deus”.¹¹⁷ Harvey Cox é um dos muitos “teólogos” modernos a exultar com esse destronamento, considerando-o uma experiência libertadora: “A secularização é a libertação do homem da tutela religiosa e metafísica, o desvio de sua atenção de outros mundos para este”.¹¹⁸

Cansaço das coisas espirituais

Essa sociedade laica “libertadora” deixa inevitavelmente um profundo vazio na alma do homem moderno, criando uma frustração e desolação que muitos têm chamado de deserto espiritual.

Essa atitude lembra a condição que São Tomás de Aquino denomina *acedia*, definindo-a como um cansaço das coisas sagradas e espirituais e uma consequente tristeza de vida.¹¹⁹ Sendo um ser espiritual, o homem acometido por *acedia* rejeita seus apetites espirituais. “Ele não quer ser o que Deus quer que ele seja,” observa Josef Pieper, acrescentando: “Isso significa que ele não quer ser aquilo que, em última análise, ele *realmente é*”.¹²⁰ Esta recusa não pode deixar de trazer tristeza, e até mesmo desespero.

A versão moderna da *acedia* inclui o cansaço e a desconfiança com relação a todas as coisas espirituais. Há um afastamento consciente das coisas sagradas e espirituais, bem como um regime cultural onde os objetivos sublimes ou os ideais religiosos são vistos com desconfiança, e simplesmente considerados uma parte sem importância de nossas vidas. A atividade intensa e febril da vida moderna constitui muitas vezes uma tentativa de esconder efeitos da *acedia*, tais como apatia, desânimo e falta de alegria.

A fuga da felicidade

De fato, uma grande tristeza se abateu sobre a terra.

Escreve o sociólogo Robert E. Lane: “Em meio à satisfação que as pessoas sentem com o seu progresso material, há um espírito de infelicidade e depressão assombrando as avançadas democracias de mercado em todo o mundo. Esse espírito zomba da ideia de que os mercados maximizam o bem-estar, assim como da promessa do século XVIII de um direito a buscar a felicidade sob governos benignos escolhidos pelo povo”.¹²¹

Apesar das enormes oportunidades de entretenimento, prazer e excitação, a felicidade nos escapa. Resultado tanto mais incompreensível porquanto a infelicidade

persiste, mesmo entre as pessoas cercadas de riquezas, bens de consumo, progresso tecnológico e boa saúde.

Lane observa ainda: “Quanto mais ricos a sociedade e seus indivíduos se tornam, menos compráveis serão os objetivos que lhes trazem felicidade”.¹²² Essa infelicidade gera frustração, e pode ser uma das principais causas da tristeza e depressão generalizadas que nos afligem.

Há uma insatisfação generalizada com a vida, diferente da que havia em outros tempos. Antes dos anos sessenta, pesquisas concluíram que a exuberância e o otimismo dos jovens os tornavam geralmente mais felizes do que as pessoas de idade. Pelo fim do século, tais resultados se inverteram. As pessoas mais jovens são agora geralmente mais infelizes do que as gerações mais velhas. Este fato pode ser verificado pelo seu impacto “em termos de dores de cabeça, indigestão, insônia, bem como de insatisfação geral com a vida, e até mesmo a probabilidade de tirar a própria vida”.¹²³

Uma grande tristeza se estende sobre a nação

O grande número de profissionais que tratam dos que sofrem de infelicidade mental e de depressão reflete a crescente tristeza que se estende sobre a nação.

“Como Ronald Dworkin indicou em um artigo de 2010 para a Instituição Hoover, no final dos anos 40 os Estados Unidos tinham 2.500 psicólogos clínicos, 30 mil assistentes sociais e menos de 500 conselheiros matrimoniais e familiares. Em 2010, tinha 77 mil psicólogos clínicos, 192 mil assistentes sociais clínicos, 400 mil assistentes sociais não clínicos, 50 mil conselheiros matrimoniais e familiares, 105 mil conselheiros de saúde mental, 220 mil conselheiros de abuso de drogas, 17 mil enfermeiros psicoterapeutas e 30 mil orientadores de vida” (Stephen Marche, “Is facebook making us lonely?,” *The Atlantic*, May 2012).

Um estudo realizado pela Professora Myrna Weismann e associados constatou que “cerca de um quarto da população experimenta alguns dos sintomas clínicos de depressão durante alguma parte de sua vida. Outro estudo relata que quase metade da população (48%) sofreu depressão suficientemente grave para inibir seu funcionamento por duas semanas ou mais, e quase 20% podem ser diagnosticados como pacientes crônicos de depressão maior ou distímia” (Lane, *Loss of Happiness*, 22).

É evidente que a felicidade procurada pelas pessoas vai além da mera satisfação pessoal, bens materiais e consumo. Estudos mostram que as pessoas expressam seus desejos em termos espirituais de paz de alma, equilíbrio ou tranquilidade.¹²⁴ Isto sugere que a nossa versão atual de *acedia* tem muito a ver com o descontentamento que assim escarnece e assombra a civilização moderna.

Rejeição do sublime

Esse aspecto da nossa crise tem sido atribuído a várias causas. Nós o atribuiríamos à ausência do sublime.

O sublime consiste naquelas coisas de excelência transcendente, cuja magnificência causa nos homens uma espécie de temor reverencial. O sublime convida homens e nações a voltar-se para além do interesse pessoal e da própria satisfação e olhar para os princípios mais elevados, para o bem comum – em última análise, para Deus, dando assim sentido e finalidade a suas vidas. Manifestando-se através de obras de arte,

fabulosas realizações culturais, grandes feitos humanos ou da piedade religiosa, o sublime tem a capacidade de suscitar em nós sentimentos de lealdade, dedicação e devoção que podem preencher o vazio de nosso deserto moderno.

Infelizmente nossa sociedade secularizada rejeita fortemente a opção pelo sublime. Apresenta geralmente apenas o bem físico ou econômico, levando os indivíduos e as nações a perderem a noção do sublime. O sublime se torna um assunto abstrato ou poético, enquanto as coisas concretas são apresentadas como a única realidade.

Definindo o sublime

Algo pode ser chamado sublime se for de uma excelência tal que provoque grande emoção, fazendo com que os homens se sintam intimidados por sua magnificência ou grandeza. O sublime pode ser encontrado em panoramas extraordinários, obras de arte, ideias, atos virtuosos, ou nos feitos heróicos dos homens.

Duas opções abertas

Esse grande conflito entre os polos do prático e do sublime muitas vezes põe em marcha uma grande crise interna nas almas, e de modo análogo nas civilizações. Ou seja, somos frequentemente chamados a fazer uma escolha entre o interesse pessoal e os princípios sublimes, como se pode ver no dilema de uma pessoa colocada entre simplesmente gozar a vida ou escolher a devoção abnegada de um soldado para com o país ou a vocação sacerdotal.

A mesma situação pode por vezes levar a uma atração pelos dois polos opostos. Por exemplo, um político pode sentir tanto o nobre desejo de servir ao bem comum, como também a tentação de enriquecer à custa do bem público. Uma imagem dessa atração bipolar pode ser vista na apreciação de vinhos. Há pessoas capazes de auferir do vinho grande satisfação espiritual, enquanto outros só conseguem embriagar-se com ele.

Tocqueville adverte sobre o perigo da ausência do sublime, ao comentar sobre “um gosto pela satisfação física: esse gosto, se ele se torna excessivo, dispõe os homens a acreditar que tudo é apenas matéria, e o materialismo os empurra com louca impaciência de volta para os mesmos prazeres”.^{[125](#)}

O reino da normalidade

O período de expansão econômica após a Segunda Guerra Mundial introduziu igualmente um período de satisfação. Não foi apenas um período de prosperidade sem precedentes, mas também de excessivo materialismo, que persiste até os nossos dias.

Nosso mundo é oficialmente laico, simplificado e expurgado de qualquer transcendência que não esteja na experiência comum da vida diária. Esse mundo é dominado pelo dinheiro, pela ciência e pela tecnologia, colocando ênfase opressiva em tudo quanto é pragmático, organizado e “razoável”.

Essa rejeição do sublime se nota especialmente em nossa cultura atual, que favorece o superficial e o agradável. Hollywood e a mídia nos convidam a celebrar o cômico, o sentimental e o sensual. Nossa cultura glorifica o conforto e a saúde, transpira um otimismo despreocupado, dando-nos a impressão equivocada de que obtivemos de algum modo uma *felicidade material* perfeita neste vale de lágrimas.

Assim, esse regime tão superficial de materialismo excessivo vem sendo de há muito considerado “normal,” enquanto a opção pelo sublime e pelo espiritual fica relegada às arriscadas e obsoletas aventuras dos santos, heróis e poetas, que devem ser evitadas por todas as pessoas sensatas.

A desforra do sublime

Muitos ficaram surpresos pelo fato de a normalidade do pós-guerra dos anos cinquenta não ter gerado ainda mais normalidade. E ficaram chocados ao ver que, em vez disso, ela trouxe frustração e revolta.

A explosão dos anos sessenta foi uma expressão da ausência do sublime. Escreve Irving Kristol: “Elas [as crianças nascidas no pós-guerra] descobriram então que uma vida destituída de finalidade cria uma experiência de aguda ansiedade, a qual por sua vez transforma o universo em um ambiente hostil, um lugar repressivo”.¹²⁶

E, no entanto, a nossa busca do sublime não pode ser suprimida. O homem não pode permanecer muito tempo sem os bens do espírito. Nossa tendência natural ao sublime precisa encontrar uma maneira de expressar-se, ainda que de forma distorcida.

Nossa cultura materialista sufocou os desejos espirituais das gerações mais jovens. À medida que cresciam, as crianças “normais” nascidas no pós-guerra encontravam saídas cada vez mais “anormais” para a sua fome espiritual: drogas, seitas religiosas, estilos de vida bizarros, que tanto destruíram suas vidas.

Desde os anos sessenta, temos vivido em meio às ruínas dessa normalidade, que ainda mantém sua fachada materialista. Por trás da fachada, no entanto, a frustração só se aprofundou. Em nossa pós-modernidade, vemos a “normalidade” fragmentada em mil subculturas, desvios e estilos de vida alternativos. Mas também vemos uma fome de coisas maravilhosas, sublimes e heróicas entre aqueles que nunca conheceram o esplendor da civilização cristã.

Assim, um mal-estar paira sobre a nossa normalidade. Desiludidos com as promessas do materialismo, os segmentos descontentes da sociedade aparecem agora em busca das névoas da nossa tradição passada, perguntando sobre o sublime tão brutalmente rejeitado.

¹¹⁷ Corrêa de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução*, Parte I, Cap. VII, 3, A, a.

¹¹⁸ Harvey Cox, *The Secular City: Secularization and Urbanization in Theological Perspective*, (New York: Macmillan, 1966), 15. Cox vai tão longe, que chega a recomendar uma religião secular sem a menção de Deus.

¹¹⁹ Ver São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, II-II, q. 35, a. 1.

¹²⁰ Pieper, *Leisure*, 28.

¹²¹ Lane, *Loss of Happiness*, 3.

¹²² Ibid., 63.

¹²³ Putnam, *Bowling Alone*, 263.

¹²⁴ “Auto-satisfação e equilíbrio,” “satisfazendo-me,” “sentindo-me contente comigo mesmo,” “sentindo-me realizado e valorizado” – são algumas das outras expressões citadas por Robert Lane em sua revisão dos estudos nesse campo. Lane, *Loss of Happiness*, 15.

¹²⁵ Tocqueville, *Democracy in America*, 2:175.

¹²⁶ Kristol, *Two Cheers for Capitalism*, 179.

Capítulo 15

O regime do dinheiro

Focalizamos as forças motrizes da intemperança frenética e seus efeitos sobre o nosso estilo de vida. Se tivéssemos que sintetizar em poucas palavras todas essas considerações, diríamos que se estabeleceu um *regime do dinheiro*, o qual agora está em crise.

Por regime do dinheiro queremos dizer, é claro, o *mau uso* do dinheiro. O regime do dinheiro transforma esse meio comum de troca na principal medida de todas as relações e valores. Tudo fica reduzido a termos de uma troca comercial. É um estado de coisas em que o elemento humano, tão essencial ao bom funcionamento da sociedade e da economia, é diminuído. A atividade econômica moderna torna-se fria e impessoal, mecânica e inflexível. Nesse contexto, o dinheiro torna-se a consideração mais importante. Ele governa.

O dinheiro é de fato um senhor ciumento, que tolera pouca oposição. Mal utilizado, domina facilmente, e com eficiência impiedosa, quaisquer valores concorrentes. O sociólogo alemão Georg Simmel constata: O dinheiro não se contenta em ser apenas um dos objetivos da vida, ao lado de sabedoria e arte, significado pessoal e força, beleza e amor. Mas à medida que adquire posição, consegue reduzir os outros objetivos à situação de simples meios”.¹²⁷

Um conjunto de valores

Tragicamente, sob esse regime do dinheiro, os homens adotam um conjunto correspondente de valores, que deita raízes na sociedade. Presenciamos uma forma totalmente diferente de encarar a vida, por onde os valores sociais, culturais e morais são postos de lado. Em seu lugar prevalece um conjunto de valores que dá mais importância à quantidade que à qualidade, à utilidade que à beleza, à matéria que ao espírito.

Com tal conjunto de valores, o regime do dinheiro corrói a sociedade, como observa Lewis Mumford: “Como nexos de todas as relações humanas e principal motivação em todos os esforços sociais, o dinheiro substituiu as obrigações e os deveres recíprocos de famílias, vizinhos, cidadãos, amigos”.¹²⁸

Separados da vida social

Podemos citar como exemplo desta separação da vida social a perspectiva moderna para com o trabalho. Nos tempos pré-industriais, as atividades produtivas eram encaixadas na organização social, cultural e religiosa da sociedade. Os empregadores assumiam com seus empregados laços semelhantes aos familiares, como no sistema das corporações de ofício. Em muitos casos as obrigações sociais recíprocas e a afeição entre empregador e empregado se estendiam por gerações.

A tendência da economia moderna é transformar o trabalho em uma mera relação comercial e abstracta, na qual o trabalho representa uma unidade de esforço a ser colocada no mercado. O historiador econômico Karl Polanyi observa: “Separar o trabalho de outras atividades da vida, e sujeitá-lo às leis do mercado, era aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, atomística e individualista”.¹²⁹

Da mesma forma, no regime do dinheiro a propriedade perde o seu significado social. Também ela se torna uma mercadoria comprada e vendida com indiferença no mercado, sem levar em conta qualquer conexão que possa ter tido com a família, a história ou a sociedade. No conjunto de valores do regime do dinheiro, tais sentimentos humanos têm pouco valor comercial.

Quando tais valores se implantam em uma sociedade, tudo pode ser comercializado. Isto pode ser visto, por exemplo, na triste comercialização do Natal, na qual o grande mistério da Encarnação é ofuscado por gastos festivos, mas sem alma.

Os mercados e o regime do dinheiro

O regime do dinheiro tem também suas consequências na economia. Não podemos acusá-lo de desrespeitar diretamente o direito de propriedade privada e a livre iniciativa. Muito pelo contrário, sob o regime do dinheiro os homens se envolvem ativamente e freneticamente no comércio, o que leva muitas vezes a altos níveis de prosperidade.



*Photo/Felipe Barandiarán — The Accountant's Bank Note Office,
Bank of England (1870).*

O domínio do dinheiro reorganizou a sociedade, tornando-o a principal medida de relações entre as pessoas, prestígio e valores.

No entanto, este regime do dinheiro pode também mudar mentalidades e, indirectamente, solapar os mercados. Quando a regra de dinheiro domina, vemos o desaparecimento do mercado transparente onde as mercadorias mudam de mãos entre compradores e vendedores que transacionam negócios usando as mesmas normas morais em condição mais ou menos equitativas. Tais mercados transparentes favorecem a estabilidade, segurança e equidade dentro do contexto das relações sociais. Eles são verdadeiramente livres, uma vez que são regulados pela justiça.

Em seu lugar surgem mercados cada vez mais abstratos, onde muitas vezes os bens e serviços mudam de mãos entre compradores e vendedores desconhecidos, com ausência de normas morais e em condições claramente desiguais (como pode ser visto na China). Vemos também o aumento da participação do Estado na determinação de grandes segmentos do comércio.. Embora esses fatores possam facilitar o volume de comércio e liberar capital, por sua opacidade eles também criam condições que favorecem a especulação, o risco exagerado e a intemperança frenética. E podem finalmente levar a situações injustas, que solapam o livre mercado.

Regime carregado de riscos

É por isso que o regime do dinheiro é carregado de vulnerabilidade e riscos. Quando o dinheiro se torna a principal preocupação, cria uma dinâmica própria, capacitando os bancos e outras instituições financeiras a expandir a oferta de moeda.¹³⁰ Esse regime constitui um incentivo para que muitas instituições financeiras desenvolvam novos produtos complexos, inovações de crédito e instrumentos especulativos, que lhes permitam beneficiar-se de um clima tenso de expansão ou quebra. Um banco central, como emprestador de última instância, pode reforçar essa tomada de risco, porquanto muitas vezes lhe incumbe a tarefa de salvar o que resta dos escombros e resgatar instituições que se arriscaram mais do que podiam, popularmente consideradas “grandes (ou importantes) demais para falir”.

A criação de dinheiro fácil conduz a uma situação em que o suprimento de dinheiro já não corresponde ao que é necessário para a troca normal de bens e serviços, que deve caracterizar uma economia sólida. Ao contrário, isso leva a que enormes volumes de dinheiro sejam usados para especulação, riscos de alavancagem e bolhas de investimento, tornando a intemperança frenética possível, se não inevitável.

Tal sistema é um convite às crises. Com efeito, Mervyn King, presidente do Banco da Inglaterra, observou em 2010: “As crises bancárias são endêmicas na economia de mercado, que vem evoluindo desde a Revolução Industrial. As palavras ‘banco’ e ‘crise’ são companheiras naturais”.¹³¹

Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff constataam: “Embora muitas economias atualmente avançadas tenham se ‘diplomado’ em um histórico de inadimplência em série da dívida soberana, ou de inflação muito alta, até agora a diplomação em crises bancárias têm se mostrado elusiva. Com efeito, o quadro que se apresenta de 1800 a 2008, nas economias avançadas, é de crises bancárias em série”.¹³²

Uma cultura do crédito

Quando o regime do dinheiro prevalece, não constitui surpresa encontrar uma cultura fortemente condicionada pelas finanças e pelo crédito.

Diante da rápida expansão dos processos industriais e do consumo, a sociedade confere extrema importância e prestígio à instituição financeira, responsável por levantar e emprestar fundos enormes. Isto cria uma cultura empresarial na qual o que realmente importa são os instrumentos de crédito, os quais exploram todas as oportunidades possíveis de lucro. Cada dólar é alavancado muitas vezes além de seu valor, todas as dívidas são exploradas e negociadas, toda especulação é promovida e disputada. Edward Chancellor observa que “o crédito era o irmão siamês da especulação, pois nasceram ao mesmo tempo e exibiram a mesma natureza; indissociavelmente ligada, nunca se conseguiu separá-los totalmente”.¹³³

Esse regime, no qual os bancos se tornam facilmente pequenas casas da moeda, faz da concessão de crédito rápido e fácil um mecanismo da sociedade moderna. Todos os esforços são empregados para tornar esse crédito instantaneamente disponível e utilizado. A publicidade muitas vezes induz ao desejo de comprar imediatamente o automóvel ou o equipamento eletrônico mais recente; e os cartões de crédito e os financiamentos são facilmente fornecidos. Como resultado, os consumidores frequentemente compram além de seus recursos.

Em suma, o problema não reside no crédito em si, mas no clima de alta pressão exercida sobre as empresas e a sociedade para pensarem em termos de dinheiro e

crédito instantaneamente disponíveis. Nouriel Roubini e Stephen Mihm notam que a maioria das crises financeiras tem a ver com “uma acumulação excessiva de dívida, com os investidores pedindo dinheiro emprestado para comprar durante o *boom*,” e “um crescimento excessivo da oferta de crédito”. As crises também se tornam possíveis graças “à criação de instrumentos e instituições ultramodernos para investir em tudo quanto seja foco de febre especulativa”.¹³⁴

Embora esse mundo das finanças pareça ter conduzido a uma prosperidade material sem precedentes, ninguém pode negar que ele também criou uma sociedade endividada, uma economia baseada no crédito, um governo hipertrofiado e deficitário, onde as pessoas vivem habitualmente além de suas possibilidades. Não se pode negar que o regime do dinheiro se encontra em crise por força de seu próprio dinamismo interno.

Essa crise constitui para nós motivo de grande preocupação, pois o vácuo deixado pela queda desse regime pode ter consequências catastróficas. O regime do dinheiro serviu ao menos para unificar a nossa união cooperativa. Sem esses fatores de interesse material individual a nossa cultura de massa bem poderia fragmentar a nação. Surgem agora no horizonte alternativas falsas e perigosas, que devem ser a todo custo evitadas.

¹²⁷ Georg Simmel, *The Philosophy of Money*, trans. Tom Bottomore and David Frisby, 2nd ed. (London: Routledge, 1990), 241.

¹²⁸ Lewis Mumford, *Technics and Human Development*, vol. 1 of *The Myth of the Machine* (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1967), 281.

¹²⁹ Karl Polanyi, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Times*, 2nd ed. (Boston: Beacon Press, 2001), 171.

¹³⁰ Uma maneira de fazer isso é através do sistema bancário de reservas fracionárias, que permite aos bancos conceder empréstimos com apenas uma fração das reservas em dinheiro para apoiá-los.

¹³¹ Mervyn King, “Banking – from Bagehot to Basel, and back again,” *IS Review* 140 (2010): 1.

¹³² Carmen M. Reinhart and Kenneth S. Rogoff, *This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly* (Princeton: Princeton University Press, 2009), 141.

¹³³ Chancellor, *Devil Take the Hindmost*, 32.

¹³⁴ Nouriel Roubini and Stephen Mihm, *Crisis Economics: A Crash Course in the Future of Finance* (New York: Penguin Books, 2010), 17.

NUMA ENCRUZILHADA

Capítulo 16

Rejeitando falsas alternativas na encruzilhada

Com o regime do dinheiro em crise, não falta quem proponha falsas alternativas que põem em grande risco o país, uma vez que incluem sistemas socialistas falidos, modelos ecológicos ou demagogia populista.



Photo/American TFP Archive — Manifestantes anárquicos do movimento Occupy Wall Street na cidade de Nova York.

Falsas alternativas radicais devem ser rejeitadas, ou irão fragmentar a nação.



Photo/American TFP Archive

Enquanto houve um consenso em torno da nossa união cooperativa, o risco de que essas alternativas pudessem ter alguma chance de sucesso era pequeno. Ao contrário,

pois geralmente formavam correntes marginais distantes da tendência principal.

Desconfiança temperamental

Essa situação poderia mudar, se houvesse uma frustração geral com o atual sistema. Poderia originar uma desconfiança temperamental em relação às instituições modernas, estruturas governamentais ou sistemas econômicos. Isto, por sua vez, poderia contribuir para maior fragmentação da sociedade, pois essa desconfiança corrói facilmente a unidade social.

Poderíamos citar como exemplo a marcante hostilidade atual em relação ao Estado moderno e às elites. Em tempos de crise, uma hostilidade assim pode conduzir a uma desconfiança em relação a toda autoridade, gerando a ideia de que a única solução é cada qual se tornar sua própria autoridade. Poderá também dar lugar a noções confusas de liberdade, que levem os indivíduos a ignorar os restos ainda existentes de moral ou de lei natural, e a cada um declarar a sua própria lei.

Postos assim na presente encruzilhada, algumas dessas posições – consideradas antes tão extremas – são apresentadas como opções reais. À falta de melhor solução, por desespero elas poderão ser erroneamente adotadas.

Um perigo real

Acreditamos que tais alternativas são falsas e perigosas, por não se basearem na lei natural e na realidade objetiva. Representam de fato posições subjetivas, que não se apóiam em nenhum princípio e com poucos vínculos com a nossa história. Num tempo em que a situação exige princípios firmes, ação decisiva e unidade, poderíamos encontrar-nos dispersos em um emaranhado confuso. Um clima psicológico poderia reinar onde há uma dúvida de todas as certezas, uma supremacia das emoções, e um regime do relativismo. O que caracteriza essas falsas soluções é uma perda geral de fé em soluções políticas e uma correspondente tendência a não acreditar em nada. Corremos assim o risco de uma reação dirigida não por convicções, mas apenas por frustração, capricho e raiva.

Convocadas por redes de computadores agressivas, novas massas volúveis podem facilmente erguer-se contra uma determinada ordem estabelecida e adquirir importância desproporcional. Isso se viu, por exemplo, na encenação do movimento anárquico *Ocupar Wall Street*, que reuniu no outono de 2011 uma mistura variada de descontentes. Se um espírito de descontentamento mais grave tomasse conta, poderia dar origem a um surto de protestos e de instabilidade, podendo comprometer nossa capacidade de enfrentar a atual crise.

Alternativas radicais

Os descontentamentos fragmentados de hoje se aglutinam em torno de algumas alternativas falsas e subculturas. Embora não seja possível descrevê-las todas, podemos classificar algumas delas da seguinte maneira:

- Alternativas ecológicas que defendem um retorno a estilos de vida mais primitivos, juntamente com uma veneração quase mística à Terra. Seus elementos mais benignos introduzem em nossa cultura paradigmas mágicos, tribais e indígenas; e os radicais condenam a existência do homem e da civilização como destrutivos, pedem reduções maciças da população e a imposição de limites draconianos ao nosso impacto sobre o meio ambiente.

- Revolta contra a sociedade de consumo, resultando em modelos subconsumistas que incluem muitas vezes visões distorcidas da pobreza cristã. Tais estilos de vida simplificados, destituídos de ornato, lutam para que haja pouco ou nenhum impacto sobre o meio ambiente.
- Liberação da sociedade de todas as estruturas morais nela remanescentes, defesa das expressões mais radicais da liberdade sexual e de estilos de vida aberrantes. Estes encontram sua expressão em uma miríade de subculturas, como pode ser visto em grupos de *cyber-punks*, *góticos* ou certos movimentos sócio-políticos.
- Várias reencarnações do socialismo, incluindo aqueles elementos que, diante do fracasso dos modelos socialistas, pedem como solução regulamentos ainda mais extensos e estruturas globais; ou os que se empenham na busca sempre esquivada de uma “terceira via” entre o capitalismo e o socialismo.
- Hostilidade declarada em relação ao Estado e um vago populismo impulsionado pela frustração, o qual introduz elementos de anarquia libertária. Seus elementos mais extremos tendem a prescindir de qualquer governo e a promover individualismo e isolacionismo radicais.

Construindo um admirável mundo novo

Essas e outras correntes já estão se manifestando. Conquanto possam parecer fragmentos isolados, podemos discernir nelas traços comuns de união. Podemos imaginar o admirável mundo novo que poderiam gerar.

O principal traço de união dos que propõem essas falsas alternativas é o seu descontentamento com o atual sistema. Eles exibem um ceticismo generalizado em relação ao passado e ao presente dos Estados Unidos. Há uma rejeição do patrimônio e da moralidade que foi confiada a nós e veio até nós através da civilização cristã.

Esses descontentes não são destituídos de influência. Embora desconectados da nossa cultura atual, permanecem ligados às nossas redes de computadores, através das quais espalham a sua mensagem. E podem contar com poderosos aliados – no governo, nas universidades e em outras instâncias – que já clamam por “estruturas globais” para implementar reformas ecológicas e financeiras. Apesar de seu pequeno número, a maioria dos descontentes pode contar com a mídia esquerdista, sempre pronta a ampliar sua real projeção.

Dentro dessas alternativas, vemos ainda o espírito irrequieto de intemperança frenética, tentando destruir barreiras e eliminar os freios morais. Longe de resolver a crise atual, essas novas alternativas só farão incrementar a expansão explosiva das paixões humanas.

O resultado desse novo mundo desordenado poderia ser semelhante ao dos individualistas modernos, que observam as massas para formar suas opiniões. Neste caso, os descontentes pós-modernos de hoje praticariam um individualismo extremo, olhando para além das estruturas de massa do passado e mergulhando em novas massas globais, coordenadas e controladas por grandes redes de computadores, por outras estruturas globais ou por meios místicos ainda desconhecidos. [135](#)

Uma coisa é clara. As alternativas propostas não resolveriam a crise atual, pelo contrário a agravariam. Nossa resposta à presente crise deve ser diferente de todas essas correntes alternativas falsas. Precisamos buscar soluções que unifiquem, ao invés de dispersar. Precisamos de um futuro construído sobre o nosso rico passado cristão. Nosso amor à Pátria nos convida a lhe sermos fiéis e buscar com urgência soluções que preservem nossa identidade, nossa unidade e nossa história.

[135](#) Tal possibilidade não é de nenhum modo imprevisível. Teóricos marxistas falam há muito tempo de uma época na qual o Estado iria definhar e ser substituído por uma sociedade sem estruturas, utópica e igualitária.

Capítulo 17

Retornando a uma economia sem intemperança frenética

Acreditamos que a solução para a atual crise econômica seja o retorno puro e simples a uma economia sem intemperança frenética.

É por isso que fomos tão longe no apontar todos os problemas decorrentes da intemperança frenética. Nosso objetivo foi mostrar, quase em excesso, como esse grande desequilíbrio está destruindo a nossa economia, a grande força propulsora da nossa prosperidade. Procuramos não deixar nenhuma dúvida de que essa fuga da temperança está causando desequilíbrio no nosso modo de vida e destruindo a nossa sociedade. A intemperança frenética já se espalhou como um câncer, causando angústia e forçando-nos a tomar posição contra ela.

Nosso retorno à ordem pressupõe quatro elementos.

Não devemos ter ilusões

O primeiro elemento é convencer-nos de que a intemperança frenética está nos conduzindo à ruína. Não podemos ter ilusões. Alguns pensam que basta regenerar o sistema atual para os Estados Unidos prosperarem. Neste sentido, argumentam: retornemos aos fortes fundamentos econômicos do passado, e veremos novos benefícios e liberdades serem concedidos aos nossos cidadãos. Se pudéssemos voltar a praticar nossas virtudes comuns e práticas, poderíamos de novo procurar o nosso interesse pessoal, reconstruindo assim o consenso perdido e a união cooperativa.

Mas tais medidas não bastam. A nossa união cooperativa está em crise porque abrigou em si durante muito tempo a tendência desequilibrada de intemperança frenética, agora dominante. Enquanto a intemperança frenética for livre para agir, não podemos confiar em nenhum tipo de regeneração para restaurar a saúde desse modelo. Qualquer tentativa de fazer o motor arrancar aos solavancos só servirá para adiar a solução com medidas paliativas, falsos estímulos ou correções rápidas, que dêem aparência saudável a um corpo tomado pelo câncer. A solução consiste em nos livrarmos dessa intemperança frenética, pois do contrário nada se fará.

Resistir à tentação do isolamento

A segunda coisa que importa fazer é resistir à tentação de simplesmente eliminar o sistema atual, com todos os seus problemas. Devemos evitar a atitude derrotista dos que propugnam isolar-se da sociedade e aguardar dias melhores. De modo tipicamente individualista, os derrotistas passariam a cuidar de seus próprios pequenos mundos e a ignorar a causa do bem comum.

Nada poderia ser mais contrário ao nosso modo de pensar. Não podemos abandonar a Pátria, na hora em que ela necessita de nós. É em momentos como estes que todos os americanos devem mostrar a sua verdadeira coragem e resistir à opção egoística do isolamento. A política de fragmentação sempre acaba em derrota. Nossa meta deve ser unir o maior número possível, e não a de estilhaçar o País em mil pedaços.

Defender o que é bom nos Estados Unidos

É certo que devemos matar o câncer, mas cumpre também defender o organismo. Por esta razão, a terceira coisa que importa fazer é defender vigorosamente os inúmeros valores excelentes que ainda existem nos Estados Unidos. Na ordem da economia, devemos defender princípios saudáveis como a propriedade privada e a livre empresa, que constituem a base da nossa prosperidade e são conformes à lei natural. Eles não são as causas da nossa grande crise. É por isso que devemos nos opor vigorosamente aos que, como os socialistas, atacam injustamente esses princípios econômicos saudáveis e legítimos como se fossem a causa de nossa crise.

Além disso, esses princípios econômicos saudáveis — ainda quando contaminados pela intemperança frenética — escoram o que resta de ordem natural na sociedade. Apesar de suas muitas falhas, nossa civilização industrial ainda é construída sobre bases racionais, que exigem disciplina, lógica, hierarquia e estado de direito, em boa parte heranças da civilização cristã.

Devemos defender essa ordem racional, uma vez que nossos inimigos nos atacam porque a consideram odiosa e restritiva de suas agendas. Organizações terroristas do mundo todo veem essa ordem como instrumento opressivo da hegemonia ocidental. Não hesitamos em afirmar que os Estados Unidos, como a única superpotência mundial, ainda constituem um baluarte da ordem que deve ser defendido, inclusive militarmente, num mundo caótico. Neste sentido, os ataques de 11 de setembro de 2001 constituíram agressões não só ao País, mas à ordem unificada, racional e universal que sustenta a prosperidade ocidental. Um isolacionismo extraviado não é opção, pura e simplesmente.

Além desses restos econômicos saudáveis de uma ordem cristã, fomos atacados também por outra razão: nossa adesão ao que nessa ordem resta de moral. Como já foi mencionado, nosso consenso americano teve o bom efeito de imprimir em amplos setores do público grande respeito por um código moral consensual, baseado vagamente nos Dez Mandamentos. O resultado foi o que podemos chamar de “Estados Unidos dos Dez Mandamentos,” que ainda preservam saudável apego aos valores morais. Tal apego está longe de ser uma conversão, pois muitas vezes é falho em sua aplicação, da mesma forma que ocorre com nossos princípios econômicos. No entanto, essa adesão imperfeita à família, ao casamento tradicional, à propriedade, à religião, à moral e ao País é suficiente para representar um obstáculo à agenda revolucionária da esquerda, que procura derrubar esses remanescentes.

É por isso que a *guerra cultural* dos Estados Unidos sobre valores morais ocupa o centro do palco. O apego de tantos americanos aos valores conservadores e morais “atrasados” serve de ponto de encontro para todos os que defendem a moral cristã no mundo inteiro. E também torna o País alvo dos que se opõem virulentamente a qualquer tipo de ordem cristã. Hoje os Estados Unidos são vistos por muitos como uma força conservadora que deve ser destruída, por constituírem um obstáculo ao tipo de sociedade igualitária e amoral almejada pela esquerda.

Os Estados Unidos são odiados pelos seus inimigos anticristãos, não por causa de seus defeitos (que são muitos), mas pelo que eles representam de bom. E é isso o que agora devemos defender.

Olhar para além do status quo

Finalmente, devemos olhar para além desses bons elementos do *status quo*, que devemos defender com vigor. Embora esses pobres restos da civilização cristã sejam o objeto do ataque contra nós, eles não podem constituir a única base de nossa defesa.

Princípios aplicados parcialmente, ou mal aplicados, são a matéria de que se fazem as ações de retaguarda e as retiradas. Eles não levam à vitória.

O que devemos fazer é ampliar o nosso horizonte e articular uma grande visão de uma ordem econômica sem intemperança frenética. Isso exigiria um retorno às nossas raízes distantes e uma mudança em nossas premissas frenéticas. Os elementos-chave dessa visão encontram-se nos princípios e instituições perenes que serviram de base à ordem sócio-econômica orgânica existente na Cristandade medieval.

Se tivermos a coragem de olhar sem preconceitos para além do *status quo*, isto nos permitirá explorar um universo de aplicações reanimadoras e originais desses princípios, que poderiam resolver os nossos problemas. Ao expandir assim os nossos horizontes, abríamos as comportas da sabedoria cristã para saciar a sede da nossa época laica, árida e tacanha.

A crise atual mostra-nos claramente como a intemperança frenética está levando a nação à ruína. Há muitos americanos preocupados, desejosos de defender vigorosamente os Estados Unidos e seus bons valores. O que lhes falta é a visão de uma ordem sócio-econômica sem intemperança frenética, que vamos agora apresentar.

Se esta visão for aplicada aos nossos tempos com sabedoria e coragem, acreditamos que a ordem econômica resultante restauraria o equilíbrio e a calma, permanecendo ao mesmo tempo aberta ao progresso e à tecnologia. Produziria grande abundância, mas também com grande qualidade. Tal visão seria a base de uma verdadeira regeneração, tanto da sociedade como da economia, conformes com a natureza do homem e a lei de Deus. Se tudo isso for feito, teremos os elementos para a vitória. Assistiremos a um grande retorno à ordem.

PARTE II

O CAMINHO DIANTE DE NÓS: UM RETORNO À ORDEM

Capítulo 18

Debate salvífico: tornar-se uma nação, tornar-se um povo

Nossa busca de soluções se torna tanto mais urgente quanto mais cresce no país a polarização a propósito da nossa decadente união cooperativa. Como resultado, temos a sensação de paralisia no governo da nação. Há uma falta de direção e objetivo.



Photo/American TFP Archive — Memorial Iwo Jima, Cemitério Nacional de Arlington.

Muitos vêem a América, não como uma cooperativa mas como nação formada em união com Deus, família e pátria, pela qual estão dispostos a se sacrificar, especialmente em tempos de crise.

A formação de um novo consenso se impõe. O palco está pronto para um grande debate interno, que até poderíamos chamar de salvador, uma vez que as questões fundamentais a discutir determinarão o nosso futuro. Não mais se trata de saber se devemos mudar de rumo, mas como e quando isso vai se dar.

Um grande divisor: os dois Estados Unidos

Tal debate tem sido objeto de longa preparação, uma vez que nem todos são apaixonados pela nossa união cooperativa. Seria um erro generalizar e concluir que todos adotam a mentalidade individualista, impulsionada pela intemperança frenética que vimos criticando. Admitimos como indubitável que nossa união cooperativa entusiasma a muitos pelo seu progresso materialista. Eles ficam inebriados pelas suas velocidades e sensações, e deleitados pela sua excitação frenética.

Por outro lado, sempre houve um número significativo de americanos que se opuseram aos duros aspectos mecanicistas dessa civilização super-industrializada. Não se sentindo confortáveis nesse mundo estressante e inorgânico, anseiam por um ritmo

de vida mais calmo e refletido. E admiram, com desejos distantes, os restos de uma civilização cristã que nunca conheceram.

Assim, embora esse fato não seja perceptível de modo imediato, os Estados Unidos há muito tempo vêm sendo divididos, a tal ponto que podemos questionar se realmente formamos uma nação coesa. Na verdade, muitos analistas políticos têm identificado em nosso país um divisor, que caracterizam de muitos modos.¹³⁶ A crescente polarização torna cada vez mais difícil esconder esse divisor.

Acreditamos que esse divisor é definido por um descontentamento crescente com a nossa modernidade e com a sua intemperança frenética. É um divisor no qual ambos os lados encontram adeptos surpreendentes, pertencentes a todas as categorias clássicas de partido, classe, etnia e religião. Na verdade, podemos dizer que nosso país está há muito tempo envolvido em uma luta entre duas nações espirituais, que vivem mescladas fisicamente.

Um outro Estados Unidos: uma nação abnegada

Já definimos a primeira dessas nações: os Estados Unidos como um modelo centrado num poderio econômico, unido por um consenso e gerando um modo de vida. Esse modelo, organizado como uma união cooperativa, dominou a nossa cultura durante a maior parte da nossa história. Ele tem adeptos nos dois lados do espectro político, tanto liberais quanto conservadores.

Há um segundo Estados Unidos, bastante diferente, que nunca dominou a nossa cultura. Na superfície, os que o compõem se sentem muitas vezes pressionados a se conformar com as regras da união cooperativa. Podem até apreciar e valorizar os benefícios do nosso modo de vida, mas não veem o país como uma união cooperativa, e sim como uma nação formada em torno de vagas noções cristãs de Deus, família e pátria, pela qual estão dispostos a se sacrificar. Reconhecem as bênçãos de Deus e nutrem amor pela pátria, que os impele a ultrapassar o próprio interesse e sacrificar-se pelo bem comum, especialmente em tempos de crise.

Este segundo Estados Unidos pode ser visto, por exemplo, na reação anticomunista iniciada nos anos cinquenta, quando numerosos americanos adotaram o slogan da era da Guerra Fria – “melhor morto do que vermelho” – colocando o sacrifício pelo país acima do interesse econômico da união cooperativa. Esta segunda nação é generosa, disposta ao sacrifício, ao risco e à bravura. E de fato muitos foram muito longe, a ponto de dar suas vidas pela Pátria. Assim fazendo, esses americanos caminharam no sentido de forjar o que chamaremos, não uma cooperativa, e sim como nação unificada.

Outro exemplo pode ser observado nas reações à revolução sexual dos anos sessenta, quando americanos em grande número passaram a colocar a sua preocupação com as questões morais acima de seus próprios interesses e prazeres. Tendo confrontado a mídia e a opinião pública, travam agora uma verdadeira guerra cultural. Este segmento do público americano abarca uma seleção mais ampla de questões. Inclui os que questionam a mediocridade, o materialismo e a vulgaridade de nossa civilização industrial, e se sacrificam para fazer uma opção preferencial pela qualidade e pela beleza.¹³⁷

Mudança no debate

Embora os dois Estados Unidos venham travando durante muito tempo uma luta, o foco desse debate interno mudou com a crise atual. De um lado, o modelo de cooperativa, que representa o primeiro Estados Unidos, está falhando. De outro lado, as

formulações vagas do segundo Estados Unidos não possuem definição suficiente para provocar a necessária transformação na sociedade.

O foco do debate gira agora em torno de como esses dois Estados Unidos irão responder às seguintes perguntas: Em face da crise atual, o que irá substituir a nossa união cooperativa? Será que a nossa união vai despedaçar-se, e seus membros gravitar em torno de perigosas alternativas socialistas, ecológicas, ou outras que ameçam fragmentar o país? Ou colocaremos o país acima de nosso interesse pessoal, unificando-o em torno da nossa tradição de abnegação a fim de forjar um novo consenso?

Favorecemos evidentemente esta última opção, e trabalhamos nesse sentido.

Forjando um novo consenso

Propomos assim a articulação de um conjunto claro de princípios básicos em torno dos quais possamos nos reunir. A partir desses princípios podemos definir uma ordem sócio-econômica orgânica *tomada do nosso passado distante e adaptada ao futuro*. Propomos apelar para esse espírito de sacrifício, que tantos serviços nos tem prestado, a fim de convocar os heróis que o momento exige.

Ao contrário da mentalidade cooperativista, que em tempos de crise abandona o País, devemos por amor a este adotar um caminho que abrace os sacrifícios e os sofrimentos que temos pela frente. Poderemos assim ajudar a forjar novo consenso, que fará de nós não uma cooperativa de acionistas, mas um povo corajoso, uma nação de verdadeiros heróis.

Um novo elemento a ser considerado

Há nesse cenário um elemento-surpresa que deve ser mencionado.

Podemos observar como americanos de ambas as correntes, agredidos pela realidade terrível da crise, sentem o vazio social e psicológico do curso atual das coisas e procuram outras opções. De modo surpreendente, muitos vêm manifestando anseios, saudades e admiração em relação a tradições outrora rejeitadas. Do canto gregoriano às cervejas artesanais, e destas à arquitetura gótica, eles manifestam uma abertura surpreendente para os maravilhosos frutos da civilização cristã.

Em outras palavras, a presente crise tem servido para remover grande parte do preconceito contra a civilização cristã, que a modernidade nos impôs desde longa data. Ela serve para trazer à luz anseios que podem nos ajudar a escolher as opções banidas há tanto tempo da discussão aberta.

Nossa proposta é simples e direta. Buscamos um retorno aos princípios geradores de uma ordem cristã. Usamos o termo “ordem,” não no sentido de um conjunto de princípios impostos sobre uma determinada sociedade, mas antes no de uma *sociedade orgânica*, resultante do desenvolvimento natural do homem e da sociedade, a qual por sua vez levará a uma economia sem intemperança frenética.

Essa ordem cristã tem a vantagem de oferecer uma alternativa com histórico comprovado. Ela já funcionou antes, quando as civilizações estavam em declínio e reinava o caos. Nosso apelo aos princípios cristãos é o mesmo que ecoou entre as ruínas do Império Romano. É o mesmo que trouxe ordem a terras e povos primitivos.

Não pretendemos reviver uma época histórica ou voltar no tempo, mas retornar aos princípios atemporais – válidos para todos os povos, em todos os tempos – que deram

origem espontaneamente a soluções orgânicas.

Ordem: a primeira necessidade da alma

Ordem é o estado de coisas onde tudo funciona de acordo com sua natureza e fim. Há ordem quando tudo está fazendo aquilo que deve fazer, “porque a natureza é uma causa de ordem,” e “tudo aquilo que não possui ordem não está de acordo com a natureza” (Santo Tomás de Aquino, *Comentário à Física de Aristóteles*, Livro 8, lição 3, nº 3).

A ordem decorre dos princípios da lei natural pelos quais nos orientamos. Todo o mundo precisa pelo menos de alguma semelhança de ordem para funcionar corretamente. É uma necessidade primária, que nos orienta como uma bússola. Escreve Russell Kirk: “A ordem é a primeira necessidade da alma” (Kirk, *Roots of American Order*, 6).

Pode-se afirmar que a sociedade tem esta mesma necessidade de ordem. Ela é o primeiro fator de que o país necessita para que a sociedade não caia no caos. Liberdade, justiça, lei, virtude, são todas muito importantes, mas a ordem é a necessidade primeira e mais básica. Um retorno à ordem é, portanto, um retorno aos princípios da lei natural.

Esse retorno será naturalmente muito difamado pelos que se encontram apegados à nossa modernidade frenética. Muitos dos princípios aos quais queremos voltar estão de tal modo apagados da memória, que só conseguimos vislumbrá-los nas antigas proezas de santos e heróis ou na grandiosidade dos monumentos históricos.

Assim, tal retorno assemelha-se à viagem de regresso a uma antiga casa paterna, a qual conhecemos apenas através de fotos desbotadas que despertam em nossos corações algumas saudades vagas. Assemelha-se também à volta dos descendentes de um filho pródigo, que é também um ato de confiança na expectativa de obter grande perdão por um passado lamentável. Essa “volta à casa paterna” constitui a base do modelo orgânico que adiante descrevemos. É a base para um debate interno verdadeiramente salvífico, que nos facultará entrar nesses problemas primordiais que estão na raiz da atual crise, e que moldam agora o nosso futuro.

[136](#) Todos estamos familiarizados com a divisão entre ‘estados vermelhos’ e ‘estados azuis’, “retro versus metro,” conservadores versus liberais, e ainda outras formulações. Achamos que tais classificações são demasiadamente genéricas, e que a verdadeira causa dessa divisão é muito mais profunda, como será mostrado.

[137](#) Uma lista dos inúmeros assuntos envolvidos nessa guerra cultural inclui questões sensíveis, como a defesa da família tradicional, a luta em defesa do nascituro, os que lutam pela castidade e pela abstinência, as famílias que promovem o ensino em casa ou em escolas privadas, e tantas outras causas nas quais os americanos enfrentam a terrível pressão da opinião pública. Podemos também mencionar certos movimentos que se esforçam no sentido de um estilo de vida mais saudável e orgânico, de acordo com esses princípios morais. Registramos ainda a odisseia espiritual de muitos americanos, cujos resultados são, por exemplo, as mais de 100 mil conversões anuais à Igreja Católica.

Capítulo 19

Objecções preliminares: pode a economia medieval ser uma solução?

Alguns poderiam objetar que parecemos estar propondo uma ordem econômica medieval como solução para a atual crise econômica. E protestariam, alegando que as diferenças entre as economias medieval e moderna são tão grandes, que tornam impossível qualquer retorno a uma antiga ordem.



Photo/Felipe Barandiarán — Os Cervejeiros. Vitral do século XV, Catedral de Tournai, França.

Não propomos um retorno à economia da época medieval, mas aos princípios cristãos básicos e atemporais que podem ser aplicados a qualquer economia.

Obviamente, não pretendemos retornar à economia medieval como ela existiu. No entanto, não é demasiado supor que se poderia voltar à estrutura básica e aos princípios cristãos eternos que embasaram a ordem econômica medieval. Poderíamos beneficiar-nos da ordem, calma e equilíbrio existentes naqueles tempos. Qualquer observador da História deve reconhecer que tais princípios já são parte da presente ordem, porquanto muitos conceitos e instituições econômicos e jurídicos modernos têm raízes medievais.¹³⁸ Não há nenhuma razão para que as premissas básicas do pensamento econômico medieval não possam ser adaptadas aos nossos tempos, como meio de suprimir a intemperança frenética que nos atormenta.

O papel próprio da economia

A primeira premissa envolve o próprio papel da economia em si. Podemos começar por rejeitar a obsessão moderna de ver tudo pelo prisma único da economia, com exclusão de todos os outros.

Admitimos desde logo que a economia constitui uma prática e uma ciência necessárias ao manejo daquela atividade humana pela qual, através da produção, administração e troca de bens e serviços, criamos os meios materiais para que a sociedade exista. Ela possui seu próprio conjunto de princípios (como a propriedade privada e a livre iniciativa) e suas leis (como a de oferta e procura). Não negamos que seja um campo importante da atividade humana, sem o qual os demais seriam impossíveis ou extremamente difíceis.

No entanto, devemos também admitir que *a economia não é o campo humano mais importante*. O homem não vive só de pão (Lc 4, 4). O homem tem uma outra dimensão, que é espiritual e superior, reconhecido pela nossa própria tradição ocidental, a qual ainda hoje afirma com razão que cada homem é uma “criatura espiritual única, com necessidades e desejos espirituais”.¹³⁹

Esse lado superior da natureza do homem é o que o torna único e estabelece a sua dignidade. Dá origem a atividades políticas, sociais, culturais e religiosas, e às ciências que se elevam acima do mero sustento econômico material; ocupa-se mais diretamente com as nossas necessidades espirituais, e finalmente com a nossa salvação eterna.

Quando a economia predomina, o próprio homem é diminuído. “O espetáculo da História tornou-se assim redutível aos empreendimentos econômicos de indivíduos e classes,” escreve Richard Weaver sobre essa obsessão, acrescentando: “O homem criado à imagem de Deus, protagonista de um grande drama no qual sua alma estava em jogo, foi substituído pelo homem visto como um animal, ávido de riqueza e consumo”.¹⁴⁰

A economia é limitada

A segunda premissa da ordem econômica medieval leva essa ideia ainda mais longe, afirmando que *a economia por si só é limitada*, devendo recorrer a outras ciências.

O foco da economia limita-se a uma parte muito específica da atividade humana. Ela descreve o processo de criação de riqueza, aquisição, produção e consumo. Mas esses processos econômicos envolvem muitas vezes ações morais. Está fora da competência dos economistas julgar, ordenar e interpretar essas ações morais, enquanto tais. Ao contrário, a economia deve estar sujeita às ciências normativas superiores, como a ética, que lida com todas as ações humanas.

A ordem econômica medieval estabelece esse nexos sem sobressaltos. Ciências normativas como a ética, a lógica e a estética têm como foco a atividade humana em toda a sua amplitude, e definem as normas que servem de orientação geral para todas as ciências empíricas e sociais. A ética, por exemplo, trata do certo ou errado de todos os atos humanos, sejam eles econômicos, culturais ou sociais. Na verdade, cientistas pré-modernos não viram nenhum problema em apelar para as ciências normativas, era parte de sua formação. Não foi por acaso que Adam Smith ensinou filosofia moral.¹⁴¹

Por exemplo, uma compra pode constituir verdadeira pechincha, mas caso se constatar que ela foi injusta (como no caso em que se negocia com regimes marxistas ou totalitários, violadores sistemáticos dos direitos humanos), então deve ser rejeitada, pois viola o código moral que obriga todos os homens à prática da justiça. Já o senso comum medieval diria que, se uma compra for justa, mas não fizer sentido do ponto de

vista econômico, a pessoa seria insensata em fazê-la. Na mentalidade medieval, a economia sem ética era considerada autodestrutiva, pois minava a sociedade em geral.

Respeitando o aspecto humano

Talvez a premissa mais importante da ordem econômica medieval seja a sua insistência em considerar a atividade econômica no contexto de uma ordem social unida por *regras gerais de sociabilidade, caridade ou justiça, que devem reger as relações humanas*.

Para usar uma analogia, um médico deve conhecer bem a ciência médica, apesar de ela ser fria e objetiva. No entanto, quando estiver lidando com pacientes, deve ir além do nível técnico e tratá-los com carinho, caridade e compaixão, devido à sua dignidade de seres humanos. É por isso que os médicos fazem há muito tempo o Juramento de Hipócrates, um código de ética médica válido para todos os tempos e lugares.

Em nível de organização, essa abordagem abrangente podia ser observada nas corporações medievais. Com efeito, explica Georg Simmel: “A corporação de tecelões não era uma associação representativa apenas dos interesses dos fabricantes de tecidos, mas uma comunidade viva nos aspectos técnicos, sociais, religiosos, políticos e muitos outros. Embora se centrasse em interesses objetivos, ela repousava diretamente sobre os seus membros, que eram absorvidos nela”.¹⁴²

Dentro desse quadro, muitos problemas econômicos modernos ficam até superados. Tal era a coesão social dos membros da sociedade medieval, que Joseph Schumpeter afirma: “A sua concepção estrutural excluía o desemprego e a miséria”. Como todos tinham um lugar na sociedade, o desemprego era de modo geral “quantitativamente sem importância,” e “a caridade ordenada e organizada pela Igreja Católica era perfeitamente capaz de cuidar” das pessoas que enfrentavam dificuldades fora das estruturas sociais estabelecidas. Schumpeter conclui: “Lembre-mo-nos em particular de que o desemprego em massa, definitivamente não relacionado com qualquer falha pessoal dos desempregados, era desconhecido na Idade Média, exceto como consequência de catástrofes sociais, como a devastação causada por guerras, rixas e pestes”.¹⁴³

O erro da economia moderna

Nosso grande erro é que convertemos a atividade econômica em um fim em si mesma. Separamos a economia da influência daquelas ciências humanas e normas que deviam orientar os homens em todas as suas ações. A economia, que deveria ser uma serva fiel para ajudar o homem a alcançar sua finalidade na vida, torna-se assim um amo dominador.

Ao insistir em que a economia trabalhe em harmonia com as outras ciências e esteja sujeita às que são mais altas, não fugimos do debate econômico, mas o abraçamos.

Baseamo-nos numa compreensão da realidade que foi abandonada há muito tempo. Fazemo-lo notando que, a partir do momento em que o pensamento econômico cortou suas amarras com a filosofia moral e na ética, houve quem procurasse manter tais considerações fora desse debate. Chegou o momento de trazê-las de volta.

A necessidade desse grande retorno tornou-se evidente pelo fato de termos sido postos de repente diante da terrível ameaça de que o progresso material e o dinheiro

não resolverão por si sós a nossa crise, o que lembra as palavras das Escrituras: “Que aproveita ao tolo ter riquezas, se não pode comprar sabedoria?” (Pr 17,16).

O que devemos buscar agora é um retorno a essa sabedoria.

[138](#) Tão forte é esta influência sobre a modernidade, que tendemos a concordar com a generalização de Lord Acton: “A história moderna conta como os últimos 400 anos modificaram as condições de vida e o pensamento medievais”. Citado em Nisbet, *Quest for Community*, 73.

[139](#) Barry Goldwater, *The Conscience of a Conservative* (Np: Bottom of the Hill Publishing, 2010), 11. Esta afirmação chegou a definir a tradição conservadora, e é a tese central deste livro de Goldwater.

[140](#) Richard M. Weaver, *Ideas Have Consequences* (Chicago: University of Chicago Press, 1984), 6.

[141](#) As perspectivas religiosas e morais ajudaram a ampliar os horizontes dos cientistas, levando-os a pensar além de suas disciplinas estreitas, fazendo ao mesmo tempo avanços prodigiosos na ciência. Escrevendo sobre um período de grande progresso tecnológico, Lynn White Jr. observa: “Todo grande cientista de mais ou menos 1250 a 1650 – quatrocentos anos durante os quais o nosso atual movimento científico foi tomando forma – considerava-se também um teólogo: Leibnitz e Newton são exemplos notáveis. Não se pode exagerar a importância que teve para a ciência a devoção religiosa que esses homens deram ao seu trabalho” (Lynn White, Jr., *Machina Ex Deo: Essays in the Dynamism of Western Culture* (Cambridge: MIT Press, 1968), 101. (Cambridge: MIT Press, 1968), 101.

[142](#) Simmel, *Philosophy of Money*, 343.

[143](#) Joseph A. Schumpeter, *History of Economic Analysis*, Elizabeth Boody Schumpeter (New York: Oxford University Press, 1986), 270.

Capítulo 20

O que poderia ter sido, o que ainda poderia ser

Alguns poderiam objetar que a nossa sugestão de adotar um quadro de princípios cristãos perenes, encontrados na ordem econômica medieval, na melhor das hipóteses é uma proposta antiquada e nostálgica, com pouca conexão com a realidade ou com a teoria econômica. Segundo esta objeção preliminar, parecemos ignorar os avanços da Revolução Industrial, seu progresso técnico e de produção sem precedentes. Enfrentamos assim a acusação de que estaríamos defendendo ideias atrasadas, que nos lançariam numa primitiva Idade das Trevas.

Negamos categoricamente tal acusação. O testemunho da História vem em nossa defesa. Os princípios atemporais a que nos referimos constituíram e podem voltar a constituir a base de um incrível progresso material e de produção. Nossos objetores são incapazes de reconhecer que a Idade Média foi um período pré-industrial de incrível dinamismo e enormes avanços tecnológicos. Relata o historiador Samuel Lilley: “As mudanças tecnológicas da Idade Média foram de longe muito maiores em escala, e de natureza mais radical do que quaisquer outras desde o início da civilização”.¹⁴⁴ Nunca na História o homem havia avançado tanto – material e também espiritualmente.

A Revolução Industrial medieval

Essa sociedade não era inimiga da tecnologia. Os homens dos tempos medievais “introduziram máquinas na Europa em uma escala que nenhuma civilização havia conhecido antes”.¹⁴⁵ Mesmo a Revolução Industrial, que tanto transformou o mundo, não pode ser vista como um radical afastamento da tecnologia medieval. Muitos historiadores afirmam que os aspectos tecnológicos da Revolução Industrial foram considerados mais como uma “enorme aceleração” dos processos concebidos e iniciados na Alta Idade Média.¹⁴⁶

O historiador Joel Mokyr afirma que, já nos séculos VIII e IX, a sociedade medieval começou a mostrar sinais do que ele chama “uma torrente de criatividade tecnológica”.¹⁴⁷ O historiador Lynn White comenta que a Europa medieval desenvolveu uma sociedade tecnológica que, pela primeira vez na História, construiu “uma civilização complexa mantida não com base no suor dos escravos e dos trabalhadores sub-remunerados, mas principalmente na energia não humana. O século que atingiu a mais alta expressão do culto à Virgem Maria também concebeu pela primeira vez o conceito de uma tecnologia de energia economizadora de trabalho, que tem desempenhado uma parte tão importante na formação do mundo moderno”.¹⁴⁸

Nem poderia ser de outra forma. Com efeito, afirma M. Stanton Evans: “*Uma ordem objetiva harmoniosa inteligível ao homem* é um pré-requisito óbvio da ciência moderna”. Contrariamente às ideias pagãs que inibiam o progresso, a cosmovisão cristã o favoreceu, oferecendo “ensinamentos bíblicos relativos ao domínio do homem sobre a natureza, a rejeição da magia panteísta, a ideia de progresso ao longo do tempo linear, e um cosmos contingente ao invés de eterno”.¹⁴⁹

Por falta dessa cosmovisão objetiva, os impulsos iniciais das civilizações da China, Japão e nações árabes acabaram por exaurir-se, perderam o impulso criativo para o avanço tecnológico, e até regrediram. A civilização cristã não sofreu tais limitações. Na

verdade, não apenas desenvolveu sua própria tecnologia, como adotou as ideias de outros, “aplicando-as em novas combinações, adaptando-as a usos novos, e às vezes superando as ideias originais, a ponto de a sociedade que as inventou precisar tomar emprestadas de volta suas próprias ideias, muitas vezes alteradas e melhoradas, a ponto de se tornarem irreconhecíveis”.¹⁵⁰

Respeitando a dignidade do homem

Não por acaso a Idade Média foi a primeira civilização da História a abolir a escravidão. Também não foi por acaso que a Igreja enobreceu e facilitou o trabalho manual, a ponto de a Ordem Beneditina afirmar que a oração e o trabalho se complementam. Havia uma razão para isso.

Explica Lynn White: “As máquinas para economizar trabalho do final da Idade Média estavam em harmonia com a convicção religiosa do infinito valor até mesmo do mais degradado dos homens, e com uma repugnância instintiva em submeter qualquer pessoa a um trabalho pesado e monótono, que parece menos humano por não requerer o exercício da inteligência nem da escolha” (White, *Machina Ex Deo*, 73).

Podemos contrastar essa consideração para com a natureza humana com a citação atribuída ao industrial Henry Ford: “Por que é que, cada vez que eu peço um par de mãos, elas vêm com um cérebro junto?” (Matthew Stewart, *The Management Myth: Why the Experts Keep Getting it Wrong?* (New York: WW Norton, 2009), 57).

A tecnologia não dominava a cultura

Devemos ressaltar finalmente que, não obstante o seu grande desenvolvimento tecnológico, o homem medieval não perdeu a capacidade de criar produtos personalizados e altamente regionalizados. Ao contrário, soube desenvolver suas ferramentas para que fossem “integradas na cultura, de modo a não apresentarem contradições significativas com a sua visão do mundo”.¹⁵¹

Richard Stivers afirma: “As técnicas do passado se preocuparam tanto com a expressão estética quanto com a eficácia. Além disso, foram integradas à cultura mais ampla, e assim simbolicamente relacionadas a outras atividades. Por estarem imbuídas de significado moral e religioso, essas técnicas não dominavam a cultura”.¹⁵²

Em outras palavras, se tivesse sido permitido à tecnologia desenvolver-se normalmente – sem intemperança frenética – *poderia perfeitamente ter surgido* uma civilização cristã muito mais esplendorosa e avançada, sem a abrupta convulsão social e econômica provocada pela Revolução Industrial. O progresso, que poderia ter sido elevado suavemente nas asas da virtude da Fé, foi arremessado para a frente pela explosão de intemperança.

Uma estrutura econômica que poderia ter-se desenvolvido

Mesmo no campo da economia houve avanços teóricos substanciais. Contrariamente ao mito popular, a ciência econômica não foi inventada por Adam Smith. Podemos encontrar seus fundamentos iniciais nos escritos de figuras medievais como São Bernardo, Santo Antonino, São Tomás de Aquino e outros primeiros escolásticos. Eles prepararam o caminho para a escola espanhola de Salamanca (1500-1650), a qual começou a moldar os “marcos conceituais, como a teoria subjetiva da utilidade, a teoria quantitativa da moeda, o custo de oportunidade e a preferência pela liquidez,” em

termos muitas vezes mais claros do que os dos economistas modernos que os seguiram.¹⁵³

Ou seja, muitos princípios econômicos elementares, reivindicados como modernos, podem ser rastreados até os tempos medievais ou escolásticos. Como o historiador econômico Raymond de Roover aponta, o "estrondoso ataque" de Adam Smith "contra os monopólios pode ser rastreado até Aristóteles e o Direito Romano, e especialmente na Idade Média, quando uma teoria do monopólio foi realmente formulada. A aversão dos escolásticos ao monopólio vem de sua doutrina sobre o justo preço".¹⁵⁴

Regida por princípios

Encontramos novamente aqui uma posição que não contradiz a visão medieval do mundo, mas que, ao contrário, trabalha dentro de sua estrutura. As questões econômicas eram julgadas não apenas segundo o funcionamento eficiente dos mercados, mas acima de tudo pela sua justeza, por beneficiarem ou não a *cura animarum* – o cuidado das almas.

Uma característica muito importante da escola escolástica de economia era a uniformidade universal de seus princípios. Os escolásticos concordavam entre si quanto aos métodos e princípios gerais, discordando em alguns pontos de aplicação concreta. Seu estilo geral e sua lógica eram coerentes e centrados na virtude. Lidavam com os princípios econômicos da justiça comutativa que, como todos os princípios gerais da moral, são os mesmos em todos os tempos e lugares.

Já as escolas mercantilistas e outras, que vieram depois dos escolásticos, não tinham uniformidade nem método. Não diferentemente do espírito protestante do livre exame, cada um se tornou seu próprio economista, desvinculado de precedentes e guiado por inspiração própria e por interesse pessoal.

Em outras palavras, se a ciência econômica escolástica tivesse se desenvolvido livremente, poderia ter-se adaptado à complexidade crescente dos sistemas econômicos, resolvendo com um corpo de princípios coerentes os problemas difíceis da usura, produção em massa ou condições de trabalho. Mesmo assim, o pensamento econômico medieval lançou as bases de muitos conceitos modernos. Afirma Raymond de Roover: "O abismo intransponível que separa a teoria econômica moderna das doutrinas econômicas escolásticas foi uma ilusão criada por apologistas, polemistas e ideólogos".¹⁵⁵ O economista Joseph Schumpeter, referindo-se à economia moderna, observa: "Um dito favorito de [Alfred] Marshall era 'está tudo em [Adam] Smith'. Mas também podemos dizer: 'Está tudo nos escolásticos'".¹⁵⁶

Podemos estender o mesmo argumento a diversos outros domínios onde houve grande progresso. Em todos os campos da atividade humana, o medieval avançou devido ao que Rodney Stark chama "compromisso cristão para progredir de modo racional".¹⁵⁷

Todas essas múltiplas realizações ocorreram em uma ordem orgânica caracterizada por saudável localismo, comércio intenso e impressionante dinamismo. Se o desenvolvimento dessa ordem de coisas tivesse ocorrido sem intemperança frenética, ou sem as forças da Revolução conspirarem contra ela, não seria despropositado imaginar a maravilhosa civilização a que teria dado origem. Da mesma forma não seria

despropositado concluir que os mesmos princípios fundamentais dessa ordem podem novamente dar origem a uma civilização ainda possível.

[144](#) Samuel Lilley, “Technological Progress and the Industrial Revolution 1700-1914,” in *The Industrial Revolution 1700-1914*, ed. Carlo M. Cipolla (New York: Harvester Press, Barnes and Noble, 1976), 214.

[145](#) Jean Gimpel, *The Medieval Machine: The Industrial Revolution of the Middle Ages* (New York: Penguin Books, 1977), 1.

[146](#) Lilley, “Technological Progress,” 187.

[147](#) Joel Mokyr, *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress* (New York: Oxford University Press, 1992), 31.

[148](#) White, *Machina Ex Deo*, 71.

[149](#) M. Stanton Evans, *The Theme Is Freedom: Religion, Politics, and the American Tradition* (Washington, D.C.: Regnery Publishing, 1994), 305.

[150](#) Mokyr, *Lever of Riches*, 44.

[151](#) Neil Postman, *Technopoly: The Surrender of Culture to Technology* [Tecnópolis: a rendição da cultura à tecnologia] (New York: Vintage Books, 1993), 25.

[152](#) Stivers, *Culture of Cynicism*, 72.

[153](#) Julius Kirshner, ed., *Business, Banking and Economic Thought in Late Medieval and Early Modern Europe: Selected Studies of Raymond de Roover* (Chicago: University of Chicago Press, 1976), 20.

[154](#) Ibid., 21. Note-se que Adam Smith não reconhece tais fontes, embora a condenação antiga de monopólios fosse a herança comum da civilização ocidental, amplamente ensinada em seu tempo.

[155](#) Ibid., 19.

[156](#) Schumpeter, *History of Economic Analysis*, 309.

[157](#) Rodney Stark, *The Victory of Reason: How Christianity Led to Freedom, Capitalism, and Western Success* [A vitória da razão: como o Cristianismo conduziu à liberdade, ao capitalismo e ao sucesso ocidental] (Nova York: Random House, 2005), 10. O livro de Rodney Stark narra muitas das realizações da época medieval. O homem medieval concebeu, por exemplo, a música polifônica; e os “instrumentos necessários para explorar inteiramente as harmonias foram aperfeiçoados: órgão de tubos, clavicórdio e cravo, violino, contrabaixo, entre outros” (ibid., 51). Ele atribui especialmente essas e muitas outras realizações a uma teologia flexível e racional que correspondia à realidade. Compara o cristianismo com outros sistemas mais rígidos, especialmente os dos tempos pagãos. Comparações semelhantes podem ser encontradas em Mokyr, *Lever of Riches*.

FUNDAMENTOS DE UMA ORDEM ORGÂNICA

Capítulo 21

Sociedade orgânica: um ideal desconhecido

Estamos tão acostumados com a vida numa sociedade mecanicista industrial, que as noções de sociedade orgânica e de sua correspondente economia não são amplamente conhecidas. Assim, começaremos por explicar o que queremos dizer com esta expressão.



Photo/American TFP Archive — Uma placa de circuito de computador.

A melhor maneira de mostrar a diferença entre a sociedade inorgânica e a orgânica é comparar uma máquina com um ser vivo.

Empregamos o conceito “sociedade orgânica” para significar uma ordem social orientada para o bem comum, que se desenvolve natural e espontaneamente sob a guia dos princípios da lei natural e do Evangelho, permitindo assim ao homem buscar a perfeição de sua natureza essencialmente social.

Adolpho Lindenberg explica: “O termo ‘orgânico’ provém da semelhança de uma sociedade com organismos vivos. Assim como num ser vivo encontramos células, tecidos, órgãos e sistemas, numa sociedade orgânica encontramos famílias, linhagens e associações de todos os tipos, cada qual com seu âmbito de atividade e função próprios, todas interligadas e trabalhando em conjunto para o bem comum”. [158](#)

A diferença mais fundamental

Dessa definição descritiva podemos deduzir dois princípios. Em primeiro lugar, reconhecemos a natureza viva e orgânica de tal sociedade, substancialmente diferente da sociedade moderna, com sua concepção mecanicista. Em segundo lugar, sendo seres sociais que normalmente nos aperfeiçoamos pela vida em comunidade, nossa natureza social se alegra em podermos estar ao lado de outros, complementando assim nossas qualidades e contrabalançando nossos defeitos. Rejeitamos assim fundamentalmente o conceito individualista de Thomas Hobbes, segundo o qual a vida é uma “guerra de todos contra todos”.

Contrastando os seres vivos com as máquinas

A fim de ressaltar os contrastes existentes entre uma sociedade orgânica e uma sociedade individualista ou mecanicista, muitos autores têm comparado a primeira com um ser vivo e a segunda com uma máquina.¹⁵⁹

Definindo a sociedade orgânica

Sociedade orgânica é uma ordem social orientada para o bem comum, que se desenvolve de modo natural e espontâneo, permitindo ao homem buscar a perfeição de sua natureza essencialmente social. Nela a família atinge a plenitude da sua ação e influência, como célula mãe ou unidade fundamental da sociedade. Grupos profissionais, sociais e outros, intermediários entre o indivíduo e o Estado, exercem livremente suas atividades conforme seus próprios costumes e direitos.

O Estado respeita a autonomia das regiões e dos grupos intermediários, reconhecendo a cada um o direito de se organizar de acordo com a sua estrutura econômica e social, seu caráter e suas tradições. Supremo dentro de sua órbita, o Estado exerce o seu poder soberano com honra, vigor e eficiência. A Igreja exerce uma influência santificadora sobre a sociedade, guiando, ensinando e santificando.

Com efeito, façamos a comparação. Um ser vivo cresce e se desenvolve em sua própria velocidade, de acordo com o seu dinamismo interno e a força proveniente da vida de cada célula. A máquina é inerte, opera em uma velocidade determinada, e necessita sempre de uma força externa ou motor para fazer cada peça mover-se ou funcionar. Por ser parte de um organismo vivo, cada membro ou órgão cresce, muda e se renova continuamente em união com ele. Um braço cortado, por exemplo, não pode sobreviver por longo tempo separado do resto do corpo. Em contraste, as peças avulsas podem existir fora da máquina e ser trocadas por outras. Nenhuma parte da máquina pode renovar-se dentro do mecanismo, e as peças defeituosas devem ser substituídas.

Colocando a comparação em termos sociais: numa sociedade orgânica, cada pessoa é tratada como parte integrante da sociedade; numa sociedade mecanicista, o indivíduo é uma peça intercambiável de uma organização.

Descrevendo a sociedade orgânica

Em outras palavras, *os processos vitais são muito diferentes dos mecânicos*. Uma sociedade mecanicista é uma distorção da nossa natureza, pois representa apenas uma aplicação estreita da racionalidade humana. Como seres racionais, podemos compreender os processos puramente lógicos das máquinas por nós concebidas e colocadas em movimento.

No entanto, somos também seres vivos e únicos, e quando o elemento *vida* entra na equação, tudo se torna mais complexo. A vida traz consigo opções ponderadas, criatividade inesgotáveis e ritmos variados. A espontaneidade, a imprevisibilidade e a individualidade da vida introduzem a dificuldade de lidar com a vitalidade e o humor, as nuances e as tendências, a poesia e a paixão.

Uma sociedade orgânica está em sincronia com a nossa natureza. Isso significa que ela é fortemente regulada pela razão, mas também aberta à variedade imensa de possíveis ações humanas, provenientes do fato de sermos seres vivos e racionais. Do elemento exuberante da vida brotam sistemas únicos de arte, modos de ser, instituições

sócio-políticas e modelos econômicos que diferem do planejamento central rígido, sem alma e padronizador de soluções, tão valorizado pelos socialistas e burocratas.

Espelhando processos vitais

Somos também seres sociais. Mais uma vez, ressaltamos que a sociedade orgânica reflete os processos da vida. Podemos assim estender ainda mais a mesma metáfora do organismo vivo comparando as nossas relações sociais, ainda que imperfeitamente, com a forma como as células e os órgãos se integram num corpo vivo.

Quanto maior for o desenvolvimento da vida, mais a célula tende a associar-se. A célula de um organismo vivo complexo não é como um individualista, que se acha totalmente auto-suficiente, autônomo e perfeito. Pelo contrário, ela mantém sua “individualidade,” compartilhando ao mesmo tempo plenamente o objetivo comum do corpo.

Assim, cada célula segue os princípios ordenadores internos próprios, presentes em seu código genético, o qual rege o seu funcionamento normal e estabelece os critérios pelos quais ela se relaciona com outras células e órgãos. Podemos dizer que a célula encontra sua perfeição ou propósito integrando-se em um tecido ou órgão, o qual tem seus próprios princípios ordenadores e, por sua vez, encontra sua perfeição em união com um órgão ou sistema maior. Além disso, um organismo só funciona bem quando os órgãos subordinados trabalham em harmonia, e não em rebelião contra os que executam funções mais amplas ou elevadas. Juntos, todos formam uma sinfonia de órgãos e tecidos, ao mesmo tempo grandiosa e humilde, insondável e simples, que denominamos ser vivo.

O funcionamento da sociedade se assemelha ao das células

Uma verdadeira sociedade orgânica funciona de modo semelhante ao que descrevemos no ser vivo. Quanto mais desenvolvidos nos tornamos, mais nossa natureza social nos leva a procurar a perfeição na associação com outros, no ajudar e ser ajudado por outros. Uma sociedade orgânica é uma *verdadeira sociedade* orientada para o bem comum, e não apenas uma simples coleção de vontades individuais. O bem comum envolve o bem-estar de toda a sociedade, permitindo que cada pessoa e cada grupo alcance a própria perfeição.

Nesse sentido, escreve Heinrich A. Rommen: “A vida em comunidade amplia, exalta e aperfeiçoa a pessoa, cura as deficiências e carências relacionadas com a mera individualidade e com o isolamento”.^{[160](#)}

Como a célula, cada pessoa tende a encontrar expressão autônoma, significado e finalidade em famílias e grupos com os mesmos princípios ordenativos internos que os seus. Esta forma de expressão em conjunto com a sociedade contribui muito para explicar a razão pela qual a civilização cristã produziu tantos santos, pensadores, artistas e outras personalidades proeminentes, que encontraram sentido e prosperaram nessa atmosfera orgânica.

Uma analogia imperfeita

Fazemos notar que a analogia do homem com a célula não é perfeita; do fato de a célula possuir funções definidas e inalteráveis no corpo, não se pode concluir que o lugar do homem na sociedade seja da mesma forma inalterável. Daí enfatizarmos o papel essencial da razão e do livre arbítrio na sociedade orgânica, evitando assim os erros das visões românticas, biológicas ou evolutivas de organicidade, segundo as quais

a sociedade seria dirigida por poderes irracionais ou por processos históricos subconscientes. Importa reconhecer que qualquer modelo orgânico deve ter como premissa o fato de que podemos melhorar ou piorar as nossas condições, devido ao nosso livre arbítrio, e pela maneira como assumimos nossas responsabilidades. Feita esta ressalva, pode-se utilizar com cautela a comparação entre a sociedade e o organismo do corpo humano, pois ela é muito elucidativa.

A noção de desigualdade nos acidentes

As comparações da sociedade com seres vivos circulam desde Platão e Aristóteles, tendo sido abandonadas somente com o Iluminismo, que trouxe à baila concepções mecanicistas do universo. Essas comparações empregam sistematicamente a metáfora orgânica, para transmitir a ideia de que a sociedade deve se adaptar às nossas necessidades como seres vivos, individuais e sociais.



Photo/American TFP Archive
Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995)

Iguais na humana natureza, desiguais nos acidentes

“Os homens são todos iguais por natureza, e diversos apenas em seus acidentes. Os direitos que lhes vêm do simples fato de serem homens são iguais para todos: direito à vida, à honra, a condições de existência suficientes. Portanto, direito ao trabalho, à propriedade, à constituição de família, e sobretudo ao conhecimento e prática da verdadeira Religião. As desigualdades que atentem contra estes direitos são contrárias à ordem da Providência. Porém, dentro destes limites, as desigualdades provenientes de acidentes como virtude, talento, beleza, força, família, tradição, etc., são justas e conformes à ordem do universo” (Plínio Corrêa de Oliveira, [Revolução e Contra-Revolução](#), Parte I, Cap. VII, nº 3, A).

Isso pode ser ainda mais bem observado, por exemplo, no reconhecimento das desigualdades existentes na sociedade humana, pois somos todos iguais pela natureza, embora desiguais nos acidentes. Estas desigualdades de talentos, habilidades e circunstâncias dão lugar a uma sociedade ordenada e hierárquica, na qual os indivíduos ou grupos exercem funções específicas de liderança análogas ao papel-chave que os membros de um corpo ocupam na nossa metáfora orgânica.

Leão XIII, empregando esta metáfora, afirma na encíclica *Quod Apostolici Muneris*: “[Deus] estabeleceu que haveria na sociedade civil várias ordens diferentes em dignidade, em direitos e em poder, a fim de que a sociedade fosse, como a Igreja, um só corpo compreendendo um grande número de membros, uns mais nobres que os outros, mas todos reciprocamente necessários e preocupados com o bem comum.”¹⁶¹

Da mesma forma, citando esta encíclica de seu antecessor, afirma o Papa São Pio X em seu *Motu proprio Fin Dalla Prima*: “A sociedade humana, tal qual Deus a estabeleceu, é formada de elementos desiguais, como desiguais são os membros do corpo humano; torná-los a todos iguais é impossível; resultaria disso a própria destruição da sociedade”.¹⁶²

Aplicação à Igreja

Essa relação orgânica é tão natural, que nela encontramos analogias para descrever os laços espirituais existentes na Igreja. Embora seja uma instituição de natureza inteiramente diferente da sociedade temporal, Ela entretanto se adapta à natureza orgânica do homem. Assim, os fiéis são membros vivos de um Corpo Místico, cuja cabeça é Cristo. São Paulo se refere aos membros unidos a um corpo.¹⁶³ Nosso Senhor usa a imagem da videira e dos ramos.¹⁶⁴

Vemos as mesmas estruturas orgânicas onde a célula individual sente-se parte integrante do conjunto. Da mesma forma, cada órgão social “possuiria uma ulterior relação e responsabilidade para com a sociedade espiritual mais ampla da qual também fazem parte,” como escreve o historiador Christopher Dawson.¹⁶⁵ O historiador Lewis Mumford comenta como a Igreja uniu todos com vistas a um fim comum, sem perda da individualidade. Constatou este fato refletido nas cidades medievais: “Nas atividades mais importantes da vida, a mais insignificante aldeia estava no nível de uma metrópole. A Igreja universal [Católica] deu um propósito comum a todas as comunidades, grandes e pequenas; e a unidade assim adquirida promoveu a sua diversidade e individualidade, ao invés de reprimi-las”.¹⁶⁶

Assim, uma sociedade orgânica respeita o fato de sermos seres vivos e sociais. A sociedade e a economia que almejamos devem dar livre curso a uma interação saudável entre máxima individualidade e sociabilidade. Esta sociedade orgânica constitui a base de uma saudável economia de mercado livre. Quando os modelos sociais e econômicos refletem esses princípios orgânicos básicos, como outrora, surgem naturalmente soluções adequadas à perfeição de nossa natureza como seres humanos.

Quanto à sociedade orgânica, podemos concluir:

É orgânica, não mecanicista;
É social, não individualista;
É hierárquica, não igualitária;

[158](#) Adolpho Lindenberg, *O Mercado Livre numa Sociedade Cristã* (Livraria Civilização Editora, Porto, 1999), 200-201.

[159](#) Tais comparações podem ser vistas em Rommen, *State in Catholic Thought* e em Wilhelm Schwer, *Catholic Social Theory*, trans. Bartholomew Landheer (St. Louis: B. Herder, 1940).

[160](#) Rommen, *State in Catholic Thought*, 136.

[161](#) Leão XIII, encíclica *Quod Apostolici Muneris* (1878), n° 18. Obtido em <http://depositop.blogspot.com/2011/02/enciclica-quod-apostolici-muneris-leao.html>

[162](#) São Pio X, Motu proprio *Fin Dalla Prima*, Sobre a Ação Popular Católica, 18 de dezembro de 1903, Petrópolis: Vozes, p. 22.

[163](#) Ver Col. 1,18, Ef. 1,22-23, 1 Cor. 12,12-27.

[164](#) Ver Jo. 15,1-6.

[165](#) Christopher Dawson, *Religion and the Rise of Western Culture* (New York: Sheed e Ward, 1950), 212. Na verdade, o Pe. Wilhelm Schwer vai tão longe a ponto de afirmar que a maior parte da ordem social da Idade Média “tomou emprestados da organização eclesiástica (...) seus princípios sociais de comunidade, estrutura orgânica, autoridade e funções” (Schwer, *Catholic Social Theory*, 85).

[166](#) Lewis Mumford, *The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects* (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1961), 266.

Capítulo 22

Remédios orgânicos e reta espontaneidade

Um segundo elemento da sociedade orgânica envolve a maneira como os remédios são encontrados. Na busca de soluções, devemos observar cuidadosamente o fato de que *as soluções orgânicas não podem ser impostas a um povo, como se lidássemos com máquinas*. Devemos evitar os modernos sistemas mecanicistas de ordem e o planejamento rígido. Em vez disso, contando com a graça de Deus, cumpre reconhecer e respeitar a natureza orgânica do homem, cheia de vivacidade, espontaneidade e imprevisibilidade. Esta é a essência de uma sociedade verdadeiramente orgânica, isto é, viva.



Photo/Felipe Barandiarán — Mercado Les Halles, Victor Gabriel Gilbert (1847-1933).

Uma sociedade orgânica evita um planejamento mecanicista e rígido. Contando com a graça de Deus, e baseada em sólidos princípios racionais, ela reconhece e respeita a natureza orgânica do homem, repleta de vivacidade, espontaneidade e criatividade, como se pode ver neste vibrante mercado.

É por isso que *propomos* um modelo, sem querer *impô-lo*. Apresentamos apenas um esboço, um esquema, um rascunho de projeto cuja formulação exata e final não é possível devido à natureza orgânica do homem e da sociedade.

Nossa intenção é como a de pais amorosos que, seguindo certos princípios morais, orientam, nutrem, protegem e educam com vigor e de forma diferenciada o crescimento de seus filhos, de acordo com as aptidões destes e as circunstâncias. Os pais não devem determinar, forçar ou programar o livre arbítrio de seus filhos, pois isso seria contrário à natureza deles. E assim deve ser quando procuramos soluções orgânicas.

A natureza das soluções orgânicas

Devemos procurar descobrir os princípios básicos associados com a natureza das coisas e conformes ao Evangelho, e então permitir uma grande liberdade na sua aplicação às necessidades das pessoas e da sociedade. Além disso, não devemos nos limitar a um único sistema; devemos permitir enorme variedade de soluções legítimas,

que se adaptem às desigualdades existente entre os homens, os povos e as diferentes circunstâncias da vida.

Ou seja, não existe um sistema único e mágico que possamos colocar em prática para resolver todos os nossos problemas atuais. Podemos apenas discernir os princípios básicos de uma economia e de uma sociedade sadias (os quais são sempre os mesmos), e deixar à criatividade de cada indivíduo ou grupo social o desenvolvimento das aplicações que melhor atendam às suas necessidades. Essa criatividade é algo muito arraigado na tradição americana, e contrário ao socialismo que sempre impõe um sistema único com regulamentos rígidos, para garantir que tudo funcione conforme o planejamento central.

A sociedade orgânica nos proporciona algumas regras gerais, das quais decorrem milhares de sistemas. Já o socialismo fornece um só sistema, com milhares de regras e regulamentos. A partir disso, pode-se concluir que é muito mais importante ter regras e princípios gerais certos do que projetar um sistema rígido e padronizado.

Ao contrário do socialismo, o modelo orgânico da civilização cristã aplicava princípios de acordo com as circunstâncias concretas e a natureza das coisas. A partir da unidade de seus princípios morais básicos originou-se impressionante variedade de costumes, sistemas e soluções, maravilhosamente adaptados à natureza das pessoas, lugares e coisas. Tais soluções orgânicas deram origem ao desenvolvimento de um regionalismo saudável, cujos habitantes concebiam sua própria maneira de fazer as coisas.

Reta espontaneidade

Um segundo aspecto das soluções orgânicas é relativo ao modo como os seres vivos se desenvolvem natural e espontaneamente, sem planejamento rígido. Essa forma de desenvolvimento natural pode ser chamada de *reta espontaneidade*.

Por reta espontaneidade não queremos significar uma vida sem rumo; ela deve ser cheia de propósito. Não aceitamos a “espontaneidade” caprichosa ou irracional dos *hippies* dos anos sessenta ou suas posteriores encarnações. Ao mesmo tempo, não aprovamos a espontaneidade cegamente evolucionista e determinista de alguns economistas modernos, que evocam a ideia de uma “ordem espontânea”.¹⁶⁷

Ao contrário, nossa espontaneidade é reta, racional, propositada e moral, de acordo com a lei natural e a Lei de Deus. Ela se funda em princípios firmes e não exclui o planejamento, o método ou sistemas adaptativos. Sempre atenta à natureza racional e exuberante do homem, essa espontaneidade lhe permite adaptar-se à medida que tateia à frente, na direção geral de um objetivo que muitas vezes não lhe é totalmente claro.

No desenvolvimento de tradições saudáveis, por exemplo, um gesto espontâneo de vago patriotismo em relação à bandeira poderá depois solidificar-se em tradição. Isso também pode ser visto no desenvolvimento natural das escolas originais de arte. Ou seja, esse desenvolvimento espontâneo envolve uma ação intencional rumo a uma meta ou perfeição *percebida*, embora *não preconcebida*.

Esse processo de adaptação é muito bem descrito pelo historiador Lewis Mumford em relação às cidades medievais: “O planejamento orgânico não começa com um objetivo preconcebido: ele se move de necessidade em necessidade, de oportunidade em oportunidade, em uma série de adaptações que se tornam cada vez mais coerentes e cheias de propósito, de modo a gerar um projeto final complexo e, quase tão unificado quanto um modelo geométrico preconcebido”.¹⁶⁸

De modo semelhante, a formação de uma sociedade espontânea se dá quando cada pessoa se adapta, de oportunidade em oportunidade, de necessidade em necessidade, na direção geral de uma perfeição percebida. No caso de um indivíduo, este processo corresponde à sua finalidade, vocação ou chamado na vida. Assim, a reta espontaneidade é um modo de agir de acordo com princípios, com a lei natural e com o Evangelho, respeitando o desenvolvimento não planejado da vida e promovendo o exercício do livre arbítrio, da criatividade e da adaptação.

Múltiplas manifestações

Como a vida é complexa e cheia de nuances, a reta espontaneidade pode manifestar-se de muitas maneiras. Ora a encontramos em atos decisivos de liderança, cheios de energia e de iniciativa, ora em atos de elevada contemplação ou de ponderada deliberação. Há também momentos em que a reta espontaneidade é marcada por forte sentimento de determinação e ordem profunda, como pode ser visto na construção de uma catedral gótica. Tal espontaneidade pode ainda se manifestar através da explosão de atividades exuberantes de aspecto caótico, como as encontradas na aparente desordem de uma vibrante feira livre.

Acima de tudo, vemos o desenvolvimento gradual de coisas cheias de nuances encantadoras e de fases intermediárias, sem transições brutais. Assim como uma criança progride rumo à vida adulta de forma natural e quase imperceptível, assim também os processos orgânicos avançam cheios de variedade e unidade.

O triunfo do bom senso

O que torna esse princípio tão atraente é que ele representa o triunfo do bom senso. A reta espontaneidade nasce da aplicação dos princípios à realidade concreta do dia-a-dia. É sempre orientada em função da realidade, sentindo o pulsar do seu coração e avaliando constantemente se uma situação é legítima, virtuosa, digna de apoio e pronta para mudar, se necessário.

Quando a alma é reta e imbuída das quatro virtudes cardeais – prudência, justiça, fortaleza e temperança – tal maneira de agir mostra uma incrível capacidade de encontrar soluções duradouras e tradições cheias de significado. Quando essa espontaneidade é exercida em cooperação com a graça de Deus, dá origem a grandes feitos e civilizações.

Uma perfeição percebida

Em uma sociedade com reta espontaneidade, cada pessoa constrói gradualmente um futuro. Isso pressupõe certa introspecção, através da qual a pessoa procura discernir um propósito ou posição na vida. Cada um é guiado por princípios, instintos, tendências interiores e inclinações, os quais a razão deve julgar. No silêncio do próprio lazer (tão raro em nossos dias), cada um se recolhe discretamente e percebe um chamado único – o plano de Deus específico para ele. Este é um conceito desprezado pelos laicistas, que negam quaisquer desígnios de Deus na História.

No entanto, esse chamado – que não é uma revelação divina direta, mas um discreto discernimento do significado e propósito de si mesmo e da sociedade – é exatamente o que falta em nosso barulhento deserto existencial, no qual nos ensinam que não temos nenhum lugar nem propósito na vida, senão obter o nosso próprio prazer.

“Um chamado vincula a pessoa a uma comunidade maior, a um todo em que a vocação de cada um é uma contribuição para o bem de todos,”¹⁶⁹ escrevem Robert

Bellah e outros. Esse chamado estabelece lugar e propósito, por onde a pessoa percebe a sua parte no todo. Ao mesmo tempo, não é uma ordem tirânica imposta rigorosamente sobre uma pessoa, como em uma casta. Pelo contrário, é uma situação em que a pessoa tem enorme liberdade para perseguir as inúmeras opções que aparecem ao longo do caminho, para o desenvolvimento cada vez mais coerente da sua vocação.

Espontaneidade na sociedade

De modo semelhante, as famílias, instituições e nações podem livremente formar-se, aglutinar-se e praticar essa mesma espontaneidade. Regidos por princípios cristãos e costumes retos, tais grupos humanos também podem, por assim dizer, discernir coletivamente uma vocação ou propósito na História. Ao longo desta, inúmeras instituições nasceram de forma orgânica “espontânea” – sem planejamento rígido.

O historiador Léon Gautier explica, por exemplo, que a cavalaria não foi uma instituição criada por decreto, e sim pelo discernimento coletivo de um ideal. E observa:

“Ela nasceu em todos os lugares simultaneamente; e em todos os lugares ela foi ao mesmo tempo o efeito natural das mesmas aspirações e das mesmas necessidades. Houve um momento (...) em que as pessoas em todos os lugares sentiram a necessidade de moderar o ardor do velho sangue germânico e dar um ideal às suas paixões desregradas. Daí surgiu a cavalaria!”¹⁷⁰

Foi o que aconteceu com as inúmeras famílias, associações locais e Ordens religiosas, todas maravilhosamente unidas em função daquela perfeição percebida, que se tornou mais tarde a Cristandade. Em contato com circunstâncias imprevistas, a virtude deu origem a um modelo inesperado de sociedade verdadeiramente orgânica, sem intemperança frenética. Devemos considerar também a ação da graça, que moveu os homens a cooperar com a Providência amorosa de Deus e moldar uma nova civilização. E assim deve ser para nós, se quisermos encontrar soluções verdadeiramente orgânicas para a crise atual.

¹⁶⁷ Naturalmente, nós nos dissociamo das teorias de “ordem espontânea” ou “ordem emergente,” postas em circulação por figuras como David Hume, Adam Smith e outros economistas modernos. Embora tais teorias possam parecer semelhantes à nossa expressão de “reta espontaneidade,” um exame mais atento mostra que elas tendem a diminuir o papel da razão e do livre arbítrio. Nenhuma dessas teorias evolutivas, amorais e individualistas cabem em nossa proposta.

¹⁶⁸ Mumford, *City in History*, 302. Com efeito, Mumford explica como as cidades medievais seguiram esse processo, de tal forma que, embora cada uma delas fosse singularmente diferente, havia uma direção percebida que criou um consenso em torno do qual todas as cidades se formaram. “O consenso é tão completo em relação às finalidades da vida cidadina, que as variações dos pormenores só confirmam a regra. Esse consenso faz com que, quando se vê uma centena de planos medievais em sucessão, se tenha a impressão de que houve uma teoria consciente que norteou este planejamento das cidades” (ibid., 303).

¹⁶⁹ Bellah et al., *Habits of the Heart*, 66. Importa notar que a natureza geral desse chamado é claramente diversa dos “chamados” rígidos e fatalistas propostos por Lutero ou Calvino.

¹⁷⁰ Léon Gautier, *Chivalry*, trans. Henry Frith (New York: Crescent Books, 1989), 1.

Capítulo 23

Uma ordem virtuosa

Um terceiro elemento na fundamentação de uma sociedade orgânica corresponde a agir em conformidade com a lei natural. Exige, portanto, uma ordem social em que a virtude seja praticada.



Photo/American TFP Archive — Vista noturna das muralhas de Ávila, Espanha.

Uma sociedade orgânica é uma sociedade virtuosa. As quatro virtudes cardeais são como baluartes que defendem indivíduos, famílias e a sociedade contra as paixões desordenadas.

Com efeito, Santo Tomás de Aquino observa que a lei natural prescreve “todos os atos de virtude”. E explica: “Há em cada homem uma inclinação natural para agir segundo a razão, o que significa agir de acordo com a virtude”. Embora a fraqueza de nossa natureza decaída torne muitas vezes difícil a prática da virtude, “a razão de cada um naturalmente lhe impõe agir virtuosamente”.^{[171](#)}

Assim, *uma sociedade orgânica deve ser uma sociedade virtuosa*, e isso deve ser parte dos fundamentos da nossa proposta.

Sistemas opostos de vício

Esse princípio deveria ser uma conclusão óbvia para qualquer sociedade, mas corre na contramão das teorias econômicas liberais e dos sistemas modernos. Tais teorias sustentam que o homem é motivado principalmente pelo próprio interesse. Ao invés de insistir na virtude integral, essas teorias constroem sistemas de freios e contrapesos, tidos como perfeitamente seguros, pelos quais os vícios egoístas dos homens – ganância, prodigalidade, orgulho – poderiam ser canalizados para trabalhar pelo bem comum. E sustentam que alimentando cuidadosamente a ganância dos homens, por exemplo, o crescimento econômico pode ser estimulado.

Essa aliança ímpia entre a virtude e o vício abandona o ideal de perfeição ou de santidade pessoal, como sendo impraticável ou inatingível. E cria a ilusão de que a virtude reside nos sistemas governamentais ou nos mercados concebidos por homens, não nos próprios homens. Daí o antigo estadista americano John Taylor concluir que as

instituições e “os princípios de uma sociedade podem ser virtuosos, embora os indivíduos que a compõem sejam viciosos”.¹⁷²

Convém citar também Leo Strauss, que assim sintetiza a lógica dos defensores dessa posição: “Ao se construir a sociedade civil sobre o ‘terreno baixo, mas sólido’ do egoísmo ou de certos ‘vícios privados’, conseguir-se-á um número muito maior de ‘benefícios públicos’ do que apelando inutilmente para a virtude, que por natureza é ‘noiva sem dote’. Devemos orientar-nos, não pela forma como os homens devem viver, mas como eles vivem”.¹⁷³

Não existe substituto para a prática da virtude, pois o vício dá provas de ser um parceiro relutante em empresas virtuosas. Infelizmente a nossa triste experiência tem mostrado que, quando tentamos canalizar o vício para fins virtuosos, ele não conhece limites. Ficamos então condenados a impor pilhas de regras para impedir as espertezas abusivas do vicioso e sobrecarregar os esforços honestos do virtuoso. Quando ataçamos as paixões do egoísmo, na esperança de ver a sociedade prosperar, despertamos também aqueles devastadores frenesis que deram origem ao espírito irrequieto da intemperança frenética.

Torreões das virtudes cardeais

É por isso que devemos uma vez mais construir a nossa sociedade e sua economia no terreno moral sólido contudo elevado da virtude e da perfeição cristã. Devemos basear nossa ordem nas quatro virtudes cardeais – prudência, justiça, fortaleza e temperança – uma vez que elas são as virtudes morais sobre as quais todas as demais virtudes se articulam. Elas regulam especificamente o uso das coisas materiais pelo homem.

Ao contrário de “virtudes egoístas,” as virtudes cardeais mantêm-se firmes sobre esse terreno elevado, como quatro torreões de um castelo. Quando essas virtudes são praticadas por toda a sociedade, tudo entra em equilíbrio e em ritmo adequado, posto que agimos em conformidade com a nossa natureza. Esta é a verdadeira base da prosperidade.

Se os torreões das virtudes cardeais se encontram indefesos e abandonados como em nossos dias, as paixões desordenadas triunfam. As muralhas do castelo são rompidas, e esse delicado equilíbrio é perturbado. Então, só podemos esperar a turbulência financeira e a intemperança frenética, tão características da economia moderna.

Virtude não mecânica

Devemos enfatizar que é insuficiente qualquer prática mecânica dos Dez Mandamentos, se não levar em conta o espírito da lei. O sopro de vida que deve regenerar nossa sociedade e nossa economia deve provir de uma prática ardente e enérgica da virtude.

Cumprir especialmente pela prática apaixonada do Primeiro Mandamento, que é a alma do Decálogo e contém todos os seus preceitos. Aquele que ama profundamente a Deus de todo o coração e com toda a sua alma, instintivamente ama a ordem colocada por Ele no universo. Esse instinto dá à pessoa a capacidade de ordenar bem a sociedade, inclusive a economia.

Longe de inibir suas ações, esse amor proporciona ao homem enorme liberdade e facilidade para agir, maravilhosamente expressa no conselho de Santo Agostinho para a perfeição: “Ama [a Deus] e faz o que queres”.¹⁷⁴

O papel da graça

Devemos sentir-nos reconfortados pelo fato de não precisarmos trabalhar sozinhos nessa empreitada da virtude. O que conferiu especial vigor à Cristandade foi o maravilhoso papel da graça, através da qual Deus —quer o nosso bem, mais que nós mesmos— estende a sua divina ajuda aos nossos débeis esforços, a fim de podermos realizar a nossa vocação ou propósito na vida.

Através da graça a inteligência é iluminada, a vontade fortalecida, os sentidos temperados, inclinando-nos assim para o bem. Beneficiamo-nos imensamente desta vida sobrenatural, que nos eleva acima das misérias de nossa natureza decaída e até mesmo da própria natureza humana. É principalmente por meio dos sacramentos administrados pela Igreja que os homens podem se regenerar e praticar a virtude sobrenatural, que deu origem aos grandes feitos e verdadeiras maravilhas da civilização cristã.

Devemos ter pena dos que se limitam a pensar em termos de números e fórmulas. Eles não aproveitam esse grande dom de Deus e não entendem que maravilhas — inclusive econômicas — podem ser realizadas pela graça. Em vez disso, limitam-se a uma ordem de coisas sem a graça, recusando assim abrir-se a um mundo que esse grande dom torna possível. Sem alterar as leis econômicas, a graça ajuda os homens a aplicá-las com mais sabedoria, quando confrontados com problemas complexos.

Como vimos, não se pode impor a virtude a um povo. Em vez disso, uma ordem orgânica cria todas as condições que incentivam os homens a praticá-la; e estabelece os costumes, os hábitos e as instituições que permitem guarnecer os torreões das virtudes cardeais que mantêm as coisas em equilíbrio. Acima de tudo, a virtude introduz um apaixonado amor de Deus e o recurso à sua graça, a qual poderá nos fornecer os elementos para realizar verdadeiras maravilhas.

¹⁷¹ S. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, I-II, q. 94, a. 3.

¹⁷² Lasch, *Revolt of the Elites*, 94.

¹⁷³ Strauss, *Natural Right and History*, 247.

¹⁷⁴ Santo Agostinho, *In epistulam Ioannis ad Parthos* (Homilia 7 sobre a primeira epístola de João), no. 8. Obtido em <http://www.newadvent.org/fathers/170207.htm>.

Capítulo 24

Uma ordem providencial

O quarto e último elemento na fundamentação de uma ordem orgânica é o papel da Providência. Discorreremos longamente para descrever a natureza vibrante e espontânea de uma ordem resistente ao planejamento rígido. O fato de essa complexa interação de homens e atividades não terminar no caos leva-nos a afirmar que *uma ordem orgânica pressupõe a presença de uma ação ordenadora que se encontra no Criador, a qual chamamos de Providência*.

Providência – um pressuposto necessário

A Providência é uma premissa necessária de qualquer sociedade e a base de qualquer economia, sobretudo de uma sociedade orgânica. A providência humana envolve a previsão, que permite aos homens conhecer a razão prática para adaptar os meios em função do fim. Um exemplo disso é o dos pais que economizam dinheiro para a educação de seus filhos. Mas é na mão da Providência Divina que se encontra a coordenação das condições complexas que possibilitam aos homens viver em sociedade para um fim definido.

Ao longo da História, os homens de todos os tempos e lugares têm acreditado na Divina Providência, sustentando que algum Ser inteligente governa o universo e dirige o curso dos assuntos humanos, com propósito e benevolência. O próprio termo em si reflete essa bondade da Providência, que *provê* às nossas necessidades.

Essa crença não é estranha à nossa tradição americana, uma vez que abundantes referências e invocações à Providência são encontradas nos escritos e nos discursos públicos dos fundadores de nossa nação. Encontram-se também nos ensinamentos e obras de economistas com fé. O Pe. Bernard Dempsey, por exemplo, afirma que naturalmente qualquer ordem tendente a promover o bem comum dos homens “pressupõe uma teoria da providência divina e humana”.^{[175](#)}

Na verdade, essa ação ordenadora da Providência é tão óbvia, que até mesmo os autores e estudiosos laicos tentam explicá-la. Assim, quando os evolucionistas encontram ordem proveniente da desordem, eles a atribuem a um misterioso processo evolutivo de autogeração. Os socialistas atribuem equivocadamente a função da Providência ao Estado todo-poderoso. Economistas modernos descrevem desconcertantes processos econômicos de ordenação, empregando termos como “mão invisível,” “espíritos animais” ou “ordem emergente”; e ao fazê-lo, fabricam teorias defeituosas, que D. Stephen Long chama “uma falsa teologia da providência(...)pela qual os vícios podem ser milagrosamente transubstanciados em virtudes”.^{[176](#)}

Uma verdadeira teologia da Providência

Uma verdadeira teologia da Providência conduz ao nosso modelo orgânico. Podemos ver a ação ordenadora de Deus na sociedade, *provenho* às necessidades dos homens em sua interação social complexa e não planejada. Por exemplo, a Providência não só se preocupa com as nossas necessidades materiais, mas faz com que as sociedades sempre tenham suficientes agricultores, professores, soldados ou membros de outras profissões, para que possamos progredir juntos na busca de nosso objetivo final. Trata-se de “uma interdependência mais elaborada, baseada na diversidade de habilidades reais e

potenciais com que a Providência dota os indivíduos, por serem criados para viver em sociedade”.¹⁷⁷

Assim, podemos definir a Divina Providência como “o plano concebido na mente de Deus, segundo o qual dirige todas as criaturas para o seu fim próprio”.¹⁷⁸

Trabalhando com a Providência

Essa mesma Providência que dirige com propósito e benevolência o curso dos negócios de cada homem, também o faz provendo aos assuntos das famílias, sociedades e nações. Nossa tarefa é trabalhar com a ação da Divina Providência. Levando sempre em conta o livre-arbítrio do homem, Deus requer a cooperação inteligente de suas criaturas na realização de seus projetos. Ele espera que usemos os recursos que coloca à nossa disposição. Também nos ajuda a discernir o modo de utilizar as capacidades e talentos com que nos dotou, e dos quais a sociedade precisa para funcionar bem. E nos dá a sua graça e os dons sobrenaturais para nos ajudar nessa cooperação.

É inconcebível que uma ordem econômica, seja ela qual for, deixe de reconhecer a Providência, uma vez que é precisamente a ação ordenadora de Deus que ajuda a economia a atingir seu fim de prover às necessidades do homem. Uma ordem de coisas que ignore a ação da Providência priva-se de seu mais precioso apoio e orientação.

Os governantes devem acima de tudo estar em sintonia com os desígnios da Providência, a fim de agir em conformidade com eles. Há quem acredite que governar consiste apenas em legislar e tomar decisões executivas. Não há dúvida de que ambas estas coisas são importantes. No entanto, afirmamos que a política saudável consiste primordialmente em discernir os caminhos da Providência. É o que se poderia chamar de discernimento profético, porque se esforça para ver, julgar e agir de acordo com os desígnios de Deus.

Se a nossa crise é produto da estrutura mecanicista de uma sociedade industrial freneticamente intemperante, a solução deve ser então buscada em um fundamento diferente. Por esta razão, apresentamos uma ordem orgânica que leva em conta a natureza humana, e que está em sincronia com a nossa maneira de funcionar. Com isso ela respeita as restrições impostas pela nossa natureza.

Essa ordem resolve os erros da modernidade acima citados: o materialismo, o individualismo e a utopia tecnológica. E ela o faz com unidade de princípios e uma imensa variedade de aplicações, tudo levado a efeito com uma espontaneidade reta e refrescante. Ao insistir numa ordem virtuosa e providencial, nos apartamos da tacanha concepção moderna de uma sociedade laica, que exclui de nossos horizontes o sublime. Ao cooperar com a graça de Deus e confiar na sua Providência, não só aperfeiçoamos a nossa natureza, mas a superamos.

¹⁷⁵ Dempsey, *Functional Economy*, 81.

¹⁷⁶ Long, *Divine Economy*, 211.

¹⁷⁷ Dempsey, *Functional Economy*, 22.

¹⁷⁸ Pietro Parente, Antonio Piolanti e Salvatore Garofalo, *Dictionary of Dogmatic Theology*, s.v. “Providence, Divine” (Milwaukee: Bruce Publishing, 1951), 234.

O CORAÇÃO E A ALMA DE UMA ECONOMIA



Photo/Felipe Barandiarán

A Partida da Diligência, Biarritz, por Abraham Solomon (1823-1862). O centro vital de qualquer economia deve estar permeado de relações sociais ricas e vibrantes que dão sentido e contexto à produção e ao consumo.

Capítulo 25

Revivendo o coração e a alma de uma economia

Dada a nossa abordagem orgânica da presente crise, não só insistiremos no papel secundário da economia na ordem social, mas também sustentaremos que as ordens social e econômica estão inextricavelmente entrelaçadas. Qualquer tratamento da crise atual deve abordar ambas as esferas.



*Photo/Felipe Barandiarán — A Família do Carpinteiro,
Johann Baptist Reiter (1813-1890).*

Uma sociedade orgânica está repleta de influências não econômicas tais como família, comunidade, religião e outras relações sociais que são fontes de imensa riqueza material e espiritual, que em grande parte não recebem compensação e desafiam a quantificação.

Karl Polanyi nota como antes dos tempos modernos “os motivos e as circunstâncias das atividades produtivas estavam inseridos na organização geral da sociedade”.¹⁷⁹ Assim sendo, deliberadamente propomos uma sociedade orgânica como parte da solução de um problema econômico, porque acreditamos que as atividades econômicas, acontecendo no contexto da sociedade, permitem anatural influência moderadora de instituições humanas – como o costume, a moral, a família ou a comunidade – para acalmar os mercados e impedir a intemperança frenética. Com efeito, essa ordem social orgânica é tão importante, que não hesitamos em considerá-la o coração e alma de uma economia.

Coração e alma

Esta conclusão deriva do fato de que, sendo os homens seres sociais, é adequado nos associarmos para produzir, trocar e desfrutar juntos aqueles bens considerados úteis ao bem comum e ao aperfeiçoamento da nossa natureza. Sendo assim, convém que entre nessas transações algo dos aspectos vivos e espontâneos de nossa natureza livre e

racional, bem como de nossos sentimentos. Isso é o que torna as ações econômicas imprevisíveis — elas dependem de disposições muito matizadas e das ações livres dos homens. A economia jamais poderá ser uma ciência exata como a Física, a qual lida com a matéria, que se move sempre de acordo com leis determinadas rigidamente pela natureza.

Entram sempre na economia fatores imprevisíveis, provenientes do coração e da alma dos homens. A ciência econômica pode definir normas que tornem possível criar riqueza com os meios ao alcance, mas não pode determinar o fim das ações humanas, as quais podem mudar o resultado das decisões para a criação da riqueza. Um economista é capaz, por exemplo, de determinar se uma fábrica *pode* ser construída em determinado lugar, em vista dos meios disponíveis. Mas o mesmo economista não pode determinar se ela *deve* ser construída, considerando todos os fatores políticos, sociais e morais que podem entrar na equação. Os economistas podem analisar tendências na produção e no consumo, mas não podem discernir a motivação do procedimento do consumidor. Não podem penetrar nas profundidades da alma humana, mas tão-só observar as consequências de certos atos comerciais e tirar conclusões limitadas. Contrariamente às leis das ciências naturais, as da economia envolvem seres humanos livres e racionais, consequentemente livres de determinismo.

Os economistas modernos tentam, em vão, minimizar ou eliminar de seus registros esses fatores não quantificáveis. É precisamente nesses elementos humanos que vamos nos concentrar.

“Um vasto mundo de auto-suficiência”

Devemos lembrar-nos de que a economia, nas suas origens antigas e mesmo etimológicas, nasceu em torno do aconchego da lareira da casa de família.^{[180](#)} Aristóteles foi o primeiro a estabelecer a distinção entre a auto-sustentação da família, de um lado, e de outro a produção lucrativa.

Nos tempos pré-modernos, uma economia de ambos os tipos sempre foi um acessório absorvido nas estruturas sociais e culturais da época. Como afirma o sociólogo Robert Nisbet, em todas as economias bem-sucedidas encontramos “associações e incentivos alimentados pelos processos não econômicos de parentesco, religião e diversas outras formas de relações sociais”.^{[181](#)}

Esses processos não econômicos deram origem ao que o historiador francês Fernand Braudel chama de “o vasto mundo de auto-suficiência,” que dominou longamente o Ocidente e persiste até hoje.^{[182](#)} Eles são fonte de imensas riquezas materiais e espirituais, na maioria das vezes não remuneradas, não registradas, ou que desafiam a quantificação. Acreditamos que esses vastos setores constituem o coração e a alma de toda a economia.

Definindo essas áreas

Tais setores se encontram por toda parte. O primeiro deles é a família, força dinâmica de atividade não remunerada, que provê gratuitamente seus membros com teto, alimentação, educação, afeto e cuidados de saúde. Também a Igreja, com seus atos litúrgicos, morais e religiosos, comunica indizíveis benefícios espirituais à comunidade. Seu código moral protege a nação. De modo gratuito, Ela dispensa cultura, caridade e instrução aos seus filhos e à sociedade como um todo.

Podemos recorrer a associações locais, culturais ou religiosas, geradoras de arte, espírito cívico e obras de caridade, que enriquecem a comunidade de modo impossível

de quantificar. Isso pode ser visto também em qualquer tipo de bairro orgânico ou comunidade étnica, cujos habitantes recebem os grandes benefícios da solidariedade e uma característica identidade local. Corriqueiras transações locais, permutas ou atos de boa-vizinhança constituem claramente valiosas ações que fortalecem a economia. Todas essas instituições e atividades têm impacto direto sobre a economia formal, alimentando-a e sustentando-a realmente. Isso é verdadeiro de modo particular na sociedade agrária, onde a terra, além de produzir gratuitamente seus frutos e gerar abundante riqueza, também cria um senso de auto-suficiência e uma forte vinculação com a propriedade.

Foco sobre a propriedade

Antes de se tornar uma mercadoria moderna, a propriedade privada possuía um forte valor intangível. A propriedade imobiliária, especialmente a terra, era um ponto de ancoragem ou santuário, a partir do qual uma família poderia se desenvolver. Onde existe um forte senso de propriedade, uma família robusta se difunde. Um elo íntimo entre possuidor e possuído torna-se evidente quando, por exemplo, uma casa ou propriedade se identifica com a família durante décadas ou gerações. Nesses casos, terra e propriedade se tornam entranhados nas relações sociais. Não são meros bens comerciais, mas se tornam parte da própria organização política e social, e conferem a seu dono as intangíveis qualidades de honra, autoridade e status.

Capital social

Essas relações intangíveis são tão importantes, que existe um florescente campo de estudos sociológicos focalizando o valor que elas dão à economia. Os sociólogos afirmam que intensas redes de relações humanas recíprocas produzem o que designam como *capital social*.

David Halpern define o capital social como uma rede social governada por normas e valores compartilhados, mantidos por meio de sanções.¹⁸³ É um tecido social que serve como um tipo de capital, por criar condições para a confiança. Embora não quantificável, essa rede enriquece e lubrifica a vida social, cívica e econômica, dando-lhe inegável valor. É também fonte de imensa segurança, adotando o que é conhecido e investigando o que pode constituir ameaça.

Quando essa confiança se esvai – e nos unimos a Halpern para afirmar que ela está desaparecendo – a base do comércio e da economia fica ameaçada, e o bem-estar geral da sociedade é perdido.

Fonte de calor humano e estabilidade

Todos esses setores proporcionam o elemento humano essencial que é tão importante para a economia e a torna tão matizada e imprevisível. Eles fornecem aqueles mecanismos essenciais de frenagem no interior da economia, que impedem o domínio da intemperança frenética.

É em tais esferas que residem o drama e a poesia da vida. Como a economia, a literatura nasceu no aconchego do lar, mas não tem lugar no livro de contabilidade. Se a esfera econômica informal tanto nos atrai atualmente, é porque temos saudades do calor humano existente nessas instituições sociais, não no nosso mundo mecanizado e super-racionalizado e na sua economia.

Estas considerações não constituem evocações nostálgicas do passado. Ao contrário, todos esses elementos dinâmicos – Igreja, comunidade, família e propriedade pessoal –

formam uma inestimável infraestrutura humana que de fato proporciona o capital moral, a saúde psicológica e a estabilidade, sobre as quais mesmo as nossas economias modernas devem ser construídas. Apesar de pouco notadas na vida econômica moderna, e ameaçadas de todos os lados, sua contribuição para a economia é incalculável, como catastrófica será sua extinção.

A importância desse setor

Nosso foco nessa grande economia “invisível” não nega de nenhum modo a necessidade nem a importância de uma economia formal na vida de uma nação. Apenas afirmamos que essas duas economias são entrelaçadas – a prosperidade de uma depende da outra. *A nossa principal preocupação deve centrar-se neste vasto e primário “mundo da auto-suficiência”.*

Isso porque, se essas instituições e setores falharem, o país definha. É o que se viu no trágico fracasso da experiência soviética, testemunho patente de uma desalmada economia planejada, que estrangulou deliberadamente esse setor “invisível” e pagou as consequências com a miséria.

Se agora quisermos retornar a uma economia sem intemperança frenética, grande parte da solução consiste na regeneração desse vasto setor que não aparece nos livros de contabilidade. É para essa tarefa que nos voltamos agora.

Procuraremos em vão regenerar uma economia, se não regenerarmos a família, a comunidade, e tantas outras instituições que são o seu coração e sua alma. De fato, com que fim prosperar, se tudo isso fenecer?

¹⁷⁹ Polanyi, *The Great Transformation*, 73.

¹⁸⁰ Economia: “MF *yconomie*, de ML *oeconomia*, do Grego *oikonomia*, de *oikonomos* “gerente do lar” – de *oikos* “casa” + *nemein* “gerenciar”: 1. arcaico: “a gestão da casa” ou “negócios particulares” e esp. “despesas” – *Webster’s New Collegiate Dictionary*, edição 1981, s.v. “economy”. Note-se que, no tempo de Aristóteles, o agregado familiar se refere com frequência a uma propriedade, e não exclui alguma produção econômica excedente.

¹⁸¹ Nisbet, *Quest for Community*, 212-13.

¹⁸² Fernand Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*, trans. Patricia M. Ranum (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977), 19.

¹⁸³ Ver David Halpern, *Social Capital* (Cambridge: Polity Press, 2005), 10.

Capítulo 26

Autonomia, autoridade, fluxo vital e subsidiariedade

Há princípios ordenativos de uma sociedade orgânica que são fundamentais para a compreensão das estruturas sociais tão importantes para o coração e a alma da economia. Eles explicam os processos naturais pelos quais os homens se associam e se governam a si mesmos. Eles possibilitam o grande número de estruturas e associações intermediárias que ajudam a criar uma atmosfera de confiança e solidariedade na busca do bem comum.

Escusado será dizer que estes princípios são muito diferentes daqueles da sociedade individualista e mecanicista que muito favorece a intemperança frenética. Se formos regenerar o coração e a alma da economia, devemos nos voltar para esses princípios ordenadores em que uma sociedade orgânica se baseia. Eles vão nos fornecer orientações sobre o caminho a seguir.

Princípio de autonomia

Começamos pelo princípio de autonomia. O homem é um ser racional dotado de livre arbítrio. Como tal, goza naturalmente de uma autonomia pessoal, através da qual exerce controle sobre si mesmo, sobre o seu caráter e sobre o mundo imediato ao seu redor. O individualista limita essa autonomia pessoal a um mero meio de construir para si um pequeno mundo separado e a busca da felicidade, enquanto numa ordem social orgânica o homem é um ser social que alcança seu pleno desenvolvimento na companhia dos outros.

Essa autonomia pessoal permite aos indivíduos projetar a marca de sua personalidade e talento sobre a família, a profissão e os círculos imediatos. Uma pessoa se realiza ao assumir a responsabilidade sobre um domínio: o pai e a mãe, na família; o agricultor, na fazenda; o professor, na sala de aula; o artesão, na oficina; o sacerdote, na paróquia. Dentro de seu domínio, grande ou pequeno, cada um governa de forma autônoma e de maneira a lembrar muito um soberano, com pouca interferência externa. Cada um o sente e exulta em ter um domínio e ser parte de sua tradição.

De modo similar o homem entra livremente em associação com outros, formando grupos e unidades sociais que exercem autonomia, e dos quais resultam estruturas de governo e autoridades. Como resultado, a família, a paróquia, a comunidade local, o grupo de trabalho, os agrupamentos culturais ou políticos, todos fazem parte do apetite insaciável do homem pela sua expressão social. Em uma ordem orgânica, eles constituem suportes essenciais para o aperfeiçoamento de nossa natureza social, enriquecendo a pessoa e toda a ordem social.

“Soberania parcelada”

Esse grande senso de autonomia permeou toda a Cristandade e deu origem a múltiplos níveis de autoridade. Nessa ordem, a autoridade não era absoluta nem centralizada, pois havia um “parcelamento de soberania” em toda a sociedade.¹⁸⁴ Cada qual assumia o controle de um domínio e se integrava, recorrendo aos grupos humanos superiores apenas quando necessário.

Onde tal autonomia reina, cada indivíduo adquire importância e encontra sentido no contexto de sua comunidade. É por isso que Lewis Mumford explica: “A ordem social medieval não poderia ser completamente mecanizada ou despersonalizada, porque baseada fundamentalmente no reconhecimento do valor último e na realidade da alma individual, valor e realidade que a relacionavam com grupos igualmente identificáveis e associações corporativas”.¹⁸⁵

Essa é uma ordem onde todos sabem como lutar com grande energia pelos seus legítimos direitos, contra uma ordem intrusa maior ou menor. Conquanto essa luta pelos direitos possa parecer muito intensa e até desordenada, trata-se na realidade de uma luta superficial, uma vez que tendente antes a consolidar que a destruir a ordem na sociedade. Uma nação onde todos lutam pelos seus direitos legítimos é uma nação forte, e não fraca.

Tal sistema descentralizado cria uma sociedade saudável, com autoridade pessoal em diversos níveis, onde abundam ainda aquelas associações significativas e intensas nas quais um indivíduo pertence simultaneamente a várias ordens, e é ao mesmo tempo soberano e súdito nos múltiplos contextos da comunidade.

Fluxo vital

Existe um princípio ordenativo complementar, encontrado no extraordinário dinamismo de todas as coisas vivas, a que chamamos “fluxo vital”.¹⁸⁶

O fluxo vital pode ser observado, por exemplo, no vigoroso crescimento das plantas ou nos enérgicos movimentos dos animais. Mas é especialmente no homem que vemos talentos e qualidades que podem desencadear enormes explosões de energia e entusiasmo. Talvez o exemplo humano mais expressivo seja a exuberância inocente da criança.

Esse movimento explosivo de expressão é muito diferente da intemperança frenética que resiste a restrições. Ao contrário, o fluxo vital funciona bem dentro dos limites da natureza, porque acolhe os esforços que visam a canalizar e aperfeiçoar suas energias exuberantes para fins úteis.

Dessa forma, o fluxo vital é a própria força propulsora de toda a criatividade e vigor que o indivíduo deve oferecer à sociedade. De fato, esse vigor é representado com frequência em quadros com cenas medievais rurais e urbanas, mostrando uma vida social extremamente intensa, em contraste com o vazio fantasmagórico das ruas de muitas cidades e subúrbios modernos.

Esse fluxo vital é observado por economistas e historiadores, que notam a vitalidade dos povos cujo desenvolvimento se deve a “algo mais” do que apenas os excelentes recursos naturais. O historiador econômico Carlo Cipolla observa que esse “algo mais é a vitalidade humana de toda uma sociedade, a qual vitalidade, tendo a oportunidade, entra em jogo e desencadeia [para usar a expressão de Joseph Schumpeter] a ‘resposta criativa da História’”.¹⁸⁷

Cipolla explica ainda como esse “algo mais” pode criar uma atmosfera de entusiasmo coletivo, exultação e cooperação. Isso pôde ser visto, por exemplo, no entusiasmo pela construção da catedral de Chartres, quando todas as pessoas se reuniam para puxar carroças carregadas de pedra e madeira. É essa vitalidade cheia de “fatores intangíveis e não mensuráveis” que torna “possíveis os milagres,” e cuja ausência “deprime quantitativa e qualitativamente a produção”.¹⁸⁸

Pio XII fornece ainda outra descrição do fluxo vital. Em contraste com a inércia das massas modernas, o Pontífice descreve esse fluxo vital como aquela “plenitude de vida,” aquela “energia vital” que “vive e se move” dentro de um povo. E descreve nos seguintes termos seu efeito sobre a sociedade: “Da exuberância de vida de um verdadeiro povo, a vida se difunde abundante e rica no Estado e em todos os seus órgãos, infundindo neles, com vigor incessantemente renovado, a consciência da própria responsabilidade e o verdadeiro sentido do bem comum”.¹⁸⁹

Conexão entre autoridade e fluxo vital

Em uma sociedade verdadeiramente orgânica, a força propulsora de qualquer grupo humano se encontra naquele vibrante fluxo vital que vem de baixo. O papel da verdadeira autoridade é interpretar, destilar e dirigir esse impulso que vem de baixo, e não impor-se e destruir a liberdade. Segundo Adolpho Lindenberg, “uma sociedade orgânica e diversificada acomoda com sucesso dois conceitos aparentemente opostos: autoridade e liberdade”.¹⁹⁰

Tomemos uma grande orquestra sinfônica. Os músicos dão mostra de fluxo vital na sua irreprimível paixão pela música. O maestro deve ter uma noção intuitiva, embora racional, daquilo que está dirigindo. E deve empunhar a batuta com uma compreensão tanto das habilidades dos membros da orquestra quanto da natureza de seus instrumentos. Seu papel é interpretar as aspirações boas deles, ordenar seus bons impulsos e eliminar os maus hábitos, de modo a executar uma grande sinfonia. O maestro exerce assim uma autoridade respeitadora do fluxo vital dos músicos.

Para ilustrar ainda mais este ponto, consideremos um jardineiro. Ele não pode forçar as plantas a crescer contra a sua natureza, apenas cria as condições para que seu fluxo vital as faça crescer naturalmente. Para isso, usa a adubação e a irrigação, além de remover as ervas daninhas e pragas que dificultam o seu progresso.

Um líder deve ser ainda como um pai, que estimula e apóia com firmeza o desenvolvimento espontâneo das qualidades de seus filhos e afasta deles o que possa ameaçar o seu bem-estar. Desta forma, a solidez do seu poder não vem apenas da força de seu braço, mas também da boa ordem da qual ele é a mais alta expressão.

O princípio de autoridade como coordenador

Essa interação complementar entre autoridade e fluxo vital difere completamente dos conceitos modernos de autoridade, apresentada como despótica e tirânica. Os líderes devem liderar com base em percepções sobre o que a sociedade precisa e para onde ela quer ir. Aqueles que manifestam o fluxo vital têm todo o direito de se defender, se forem forçados a agir de modo contrário. Ou os corpos sociais têm uma autoridade que nasce de uma coordenação interna desse tipo, ou a ordem se torna impossível.

Ao invés de mostrar apenas mão firme, a principal função de um governante é ser o coordenador de grupos sociais autônomos, um chefe de governantes menores. Ele não deve suprimir o fluxo vital de seu povo, mas incentivá-lo. Deve respeitar cada autoridade inferior e intervir pouco em seus assuntos. Foi assim que, com seus poderes limitados e delegação de autoridade, o monarca medieval soube destilar o melhor do fluxo vital inferior; e ao fazê-lo, tornou-se a sua manifestação mais sublime.

O historiador Roland Mousnier o confirma: “Normalmente o rei não interfere nos assuntos de seus súditos. Ele se contenta em zelar pela observação das boas regras e costumes que foram estabelecidos. Se a segurança pública está em jogo, ele pode intervir na esfera dos direitos de seus súditos, mas apenas temporariamente”.¹⁹¹

O padre Wilhelm Schwer, professor de teoria social cristã, escreve: “A autoridade não é um poder imposto a uma comunidade de fora para dentro; ela repousa sobre a vontade do grupo, representa-o, pensa e age em seu lugar. Através da autoridade, a sociedade se move em direção à sua meta e empenha-se pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento”. Ele prossegue: “São Tomás vê a autoridade como a inteligência animadora e ordenadora, a *vis regitiva* que supera a resistência das tendências individuais do ser humano e direciona a sua vontade para o bem comum, coordenando-a organicamente na estrutura do universo”.¹⁹²

Em algumas circunstâncias torna-se tão intenso o esforço de harmonização exercido pela autoridade, que ela deve assumir o papel de servo daqueles a quem dirige, deve dedicar-se desinteressadamente ao serviço do bem comum. Não é sem razão que o Papa reserva para si o título augusto de *Servus servorum Dei* – o Servo dos servos de Deus.

O princípio de subsidiariedade

Uma sociedade com autoridade e fluxo vital apresenta uma vida social imensamente rica. Cada unidade produz aquilo que é capaz de produzir, pelo costume e pelo bom-senso, fazendo uso de todas as suas riquezas, belezas e recursos. Cada família, grupo social, profissão, região e estado tende a se reunir sob suas respectivas lideranças naturais, para atender às necessidades inerentes à nossa natureza social. É apenas neste contexto que podemos observar a prática correta do princípio de subsidiariedade.

Por esse princípio, uma unidade social deve recorrer a uma unidade ou autoridade superior somente naqueles assuntos que ela seja incapaz de resolver. As sociedades superiores são *subsidiárias* em relação às menores, e existem para servi-las. “Uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-la em caso de necessidade e ajudá-la a coordenar a sua acção com a das outras componentes sociais, tendo em vista o bem comum”.¹⁹³

O Estado deve deixar à família as tarefas que lhe são próprias. A comunidade deve procurar a ajuda do Estado nos assuntos que ultrapassem as suas capacidades, como no caso da defesa. Organizações profissionais nacionais, estaduais ou municipais devem cuidar das questões próprias a cada uma delas.

Muitos, tanto na esquerda como na direita, têm simplificado o princípio de subsidiariedade para significar que todas as funções devem ser reduzidas quase que exclusivamente ao nível mais baixo possível. Não consideram o papel do fluxo vital e da autoridade, e gostariam de impor artificialmente a todos um tipo de economia ou de governo quase como o de uma aldeia. Uma tal “subsidiariedade” sem camadas dirigentes formadas por associações intermediárias,” é estéril por ter somente dois atores principais: a unidade social primitiva e o Estado todo-poderoso.

Nação de pequenas e vibrantes nações

É somente pela manutenção do delicado equilíbrio entre autoridade e fluxo vital que se formam os grupos humanos pequenos, médios e grandes. A partir desses grupos, um soberano deveria estruturar uma nação constituída de pequenas nações vibrantes – um maravilhoso mosaico de associações, parlamentos e hierarquias.¹⁹⁴ É da ordem desses grupos intermediários – pequenas nações vibrantes – que o Estado extrai seus próprios poderes de ordem, e os cidadãos recebem proteção contra os abusos do governo.

Essa ordem social é, na realidade, uma ordem de ordens. No entanto, cada ordem desta sociedade hierárquica quase aleatória se assemelha às demais, uma vez que cada

uma refina aquilo que recebe do fluxo vital da ordem inferior e o adapta à influência orientadora que recebe da ordem superior. Os indivíduos veem nos níveis acima e abaixo deles algo de si mesmos, que lhes permite pertencer simultaneamente e com orgulho a uma família, um clã, uma região e uma nação, sem renunciarem à sua individualidade.

Podemos até dizer que ela é também uma ordem providencial, uma vez que tanto a autoridade quanto o fluxo vital vêm de Deus, cuja Providência – sempre levando em conta o livre arbítrio do homem – dispõe as coisas para direcionar todas as criaturas rumo ao seu fim próprio. Quando os homens cooperam com a graça de Deus e respeitam tanto a autoridade como o fluxo vital, acabam por discernir os desígnios divinos e agir de acordo com eles.

Quando a sociedade está organizada dessa forma, cria naturalmente laços de solidariedade entre os homens. Por uma vasta gama de interações entre os indivíduos, eles tomam consciência da natureza que lhes é comum e manifestam mais facilmente a preocupação mútua e o apoio aos demais. Como resultado, esse princípio de solidariedade desperta nas almas o fogo da caridade em relação aos outros, e tempera o espírito irrequieto de intemperança frenética.



Tal é a sociedade moldada pela civilização cristã.

Com autonomia e autoridade, cada indivíduo não é um grão de areia governando a si próprio, mas age como um soberano local inserido na comunidade. Com fluxo vital, ele não é um participante passivo da sociedade, mas parte dinâmica de seu progresso. Com a subsidiariedade, tudo se encaixa em harmonia. É por isso que aspiramos por uma sociedade descentralizada, onde cada pessoa ou associação encontra a sua autônoma expressão orgânica em uma atmosfera de confiança mútua, lealdade e solidariedade semelhante a uma imensa família.

184 Marc Bloch, *The Growth of Ties of Dependence*, vol. 1 de *Feudal Society*, trans. LA Manyon (Chicago: University of Chicago Press, 1961), xvii. Bloch observa que o historiador Henri de Boulainvilliers (1658-1722) e o filósofo Montesquieu destacaram esse “parcelamento de soberania” descentralizado, nas pequenas e até mesmo nas menores autoridades locais, como uma característica central que define a sociedade feudal. É claro que tal soberania seria relativa e limitada nas pequenas unidades sociais, de acordo com o princípio de subsidiariedade.

185 Mumford, *Pentagon of Power*, 2:141.

186 Empregamos o termo “fluxo vital” tão-somente no sentido do dinamismo desse princípio vital encontrado em todas as coisas vivas. Nada tem a ver com conceitos aparentemente semelhantes como *élan vital*, um princípio criativo que Henri Bergson supunha imanente em todos os organismos e responsável pela evolução.

187 Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 117.

188 *Ibid.*, 118.

189 Pio XII, Radiomensagem de Natal de 1944 – “Discorsi e Radiomessaggi,” vol. VI. Obtido em http://www.documentacatholicaomnia.eu/01p/1939-1958,_SS_Pius_XII,_Radiomessagens_de_Natal,_PT.pdf

190 Lindenberg, *O Mercado Livre numa Sociedade Cristã*, 203-204.

191 Roland Mousnier, *Society and State*, vol. 1 of *The Institutions of France under the Absolute Monarchy 1598-1789*, trans. Brian Pearce (Chicago: University of Chicago Press, 1979), 665.

192 Schwer, *Catholic Social Theory*, 141.

193 João Paulo II, Encíclica *Centesimus Annus*, 1º de maio de 1991, nº 48. Obtido em http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html

[194](#) Ver Plínio Corrêa de Oliveira, Reunião da Comissão de Estudos Americanos, 25 de janeiro de 1988, Documentos Corrêa de Oliveira.

Capítulo 27

O espírito de família

É lógico que o coração e a alma da economia se encontrem em primeiro lugar na família. Não pode haver nenhuma ordem social orgânica sem esta unidade, a mais básica da sociedade,. Nenhuma outra instituição aplica como ela os princípios ordenadores de autonomia, autoridade, fluxo vital, solidariedade e subsidiariedade. Nenhum corpo social estabelece laços de solidariedade capazes de coibir tanto a intemperança do homem, impedindo-o de se tornar parte das massas. Nenhuma outra influência se estende mais longe em toda a sociedade.



Photo/Felipe Barandiarán — O Banquete de Casamento em Yport, Albert Auguste Fourie (1854-1937).

Um casamento é mais do que uma simples celebração social; é também um grande evento econômico. Ele sinaliza a entrada de uma nova entidade na economia que naturalmente favorece a produção e o consumo equilibrados, e vê as crianças como bênçãos e não como fardos.

A instituição mais básica

Apesar de o mundo moderno ter glorificado o indivíduo, não podemos nutrir ilusões. O homem isolado realiza pouco por si mesmo. É sobre o homem em associação com outros que uma civilização é construída.

Por isso a família é tão importante. A família é a primeira e mais básica unidade social, política e econômica, sem a qual o Estado deixaria de existir e a sociedade não seria capaz de se perpetuar.

É para essa a instituição que nos voltamos agora. Uma vez que tanto a sociedade quanto a economia começaram junto à lareira da família tradicional, é para esta, com o pai como cabeça e a mãe como coração, que devemos nos voltar para sermos regenerados.

O espírito de família

Não é somente a existência física da família que procuramos. Precisamos do espírito de família. Ou seja, a família é capaz de comunicar uma atmosfera de temperança e equilíbrio, que atenda de modo particular às nossas necessidades atuais. Ela o faz criando as condições psicológicas ideais para os indivíduos se desenvolverem.

A família ao mesmo tempo limita e desafia; socorre, mas faz exigências. Num clima de intensa afinidade, afeto e estabilidade, a pessoa pode desenvolver uma auto-suficiência colossal. Ao mesmo tempo, o indivíduo passa a ter grande dependência da família, recebendo dela apoio em suas deficiências e incentivos para se destacar.

Os membros da família compartilham qualidades, apetites, defeitos, paixões desordenadas. No entanto, a família – especialmente a numerosa – também é rica em soluções. O indivíduo se inspira nas tradições familiares; figuras do passado servem de modelo; e os traços corretivos ou de contrabalanço das duas linhas familiares refreiam os seus defeitos. A família é o lar das virtudes morais e sociais. Desta forma, a família é uma verdadeira escola de temperança, oferecendo uma formação prática que o ensino teórico é incapaz de fornecer.

A harpa maravilhosa

A família proporciona temperança. Governando os apetites naturais do homem de acordo com a reta razão, a família restringe os anseios de prazeres e deleites que mais poderosamente atraem o coração humano. Ela não só refreia as paixões, mas permite ao homem apreciar devidamente maravilhas e deleites legítimos.

Para usar a metáfora de Plínio Corrêa de Oliveira, podemos comparar a nossa experiência do mundo com uma harpa dotada de um universo maravilhoso de notas, criadas por Deus para serem apreciadas pelos homens. A qualidade das notas depende de como cada um de nós toca a sua própria harpa.^{[195](#)}

Quando caímos em intemperança, somos dominados pelo estresse, nervosismo ou obsessões que distorcem e deformam o som das notas. A família introduz elementos de temperança e de controle, que nos permitem tocar corretamente as notas e ouvir todas as maravilhosas harmonias que nossas harpas têm para oferecer. Esse “tocar” temperado da harpa, em conformidade com o plano de Deus, é por onde cada um descobre as verdadeiras alegrias da vida, e finalmente desenvolve um apetite do Céu.

A estabilidade das gerações

Devemos ser muito claros sobre o que queremos dizer com “família”. Ao falar de família tradicional, cumpre vê-la como algo mais do que apenas a soma dos membros vivos, composta de pai, mãe e filhos. Ao longo da História, a família sempre foi entendida como a unidade de toda a linhagem de antepassados e descendentes.

Foi apenas com o Iluminismo que esse conceito universalmente admitido foi posto em causa. Jean Jacques Rousseau leva o seu individualismo tão longe que chega a sustentar que as crianças “permanecem apegadas ao pai apenas enquanto precisam dele para a sua preservação. Tão logo essa necessidade cessa, o laço natural se dissolve”.^{[196](#)} Tais visões formam a base da modernidade, onde a família é cada vez mais considerada mera convenção, e o indivíduo feito para reinar soberanamente.

Nosso modelo não se refere a essa mutilação moderna, segundo a qual a família se dissolve na idade adulta ou com a morte. Pelo contrário, nas palavras de Mons. Henri Delassus, a família é “una e contínua,” contendo toda a “linhagem dos antepassados e dos descendentes que virão no futuro”.^{[197](#)}

Preservando a continuidade da família

É por isso que nos tempos pré-modernos a família tomou medidas para assegurar uma continuidade que atravessou os séculos. Seus membros tornaram-se depositários, que não só compartilharam o mesmo sangue pela hereditariedade, mas uma comum herança espiritual e material que cada geração deve manter como um patrimônio sagrado a ser protegido e aumentado.

Independentemente da classe social, a família cristã desenvolveu naturalmente muitas variedades de instituições, como a primogenitura e o morgadio, de modo a que os bens e propriedades da família pudessem ser preservados indivisos. Na maioria dos casos, o principal herdeiro tinha a grave obrigação de preservar o patrimônio familiar, manter viva a memória do passado da família, dotar irmãos e irmãs, cuidar dos pais e parentes no infortúnio, garantir o sustento dos descendentes. Desta forma, a família serviu como poderosa e carinhosa rede social de segurança, proporcionando muitos dos serviços que mais tarde caíram na alçada do frio e distante Estado moderno.

Tais conceitos tornam a família mais que uma simples relação, ela é uma instituição que une personalidades, propriedades, nomes, direitos, princípios e histórias. Marido e mulher são responsáveis uns pelos outros e pela sua família, a tal ponto que o divórcio se torna inconcebível. Pelo fato de a família promover o bem estar de toda a sociedade, é do interesse do Estado favorecer essa noção de família e sua continuidade, não a sobrecarregando com impostos sobre a herança.^{[198](#)}

Esse conceito de continuidade também pode se aplicar às profissões que “correm no seio da família”. A partir disso, podemos observar verdadeiras dinastias de carpinteiros, professores, soldados, médicos ou estadistas, que levam a tradição e os talentos da família rumo à perfeição.

Finalmente, a continuidade e a unidade transmitidas pelas tradições cristãs são expressas nos sentimentos, na moral e nos costumes da família. Afirmar Pio XII: “Porém o que mais vale é a herança espiritual, transmitida não tanto por esses misteriosos liames da geração material, quanto pela ação permanente daquele ambiente privilegiado que constitui a família”.^{[199](#)}

Esta impressionante estabilidade e continuidade deve ser a nossa meta.

A família como fator de equilíbrio econômico

É natural que nos voltemos para a família como remédio para os nossos problemas econômicos. Importa recordar que o casamento é mais do que uma simples celebração social; ele é também um grande evento econômico. Ele assinala a entrada na economia de uma nova entidade, favorecedora natural da produção e consumo equilibrados. Por sua própria natureza, a família expande a economia pela celebração de uma nova vida, pois as crianças são bênçãos, e não fardos. A família como entidade econômica tende a criar padrões de produção e consumo diferentes dos padrões individualistas de hoje.

Pedro Kriedte et al. observam: “A característica central da ‘racionalidade’ subjacente à economia familiar é o fato de a sua atividade produtiva não ser governada principalmente pelo objetivo de maximizar o lucro e alcançar um excedente monetário”.^{[200](#)} Ao contrário, eles afirmam que com a família “a produção foi dominada pelo desejo dos produtores de consumir e satisfazer às suas necessidades”.^{[201](#)}

Assim, a família tradicional é capaz ao mesmo tempo de grandes atos de trabalho e de lazer. Quando necessário, ela se une e trabalha arduamente para obter grande produção. Uma vez satisfeitas suas necessidades, a família tradicional sabe como

temperar seu trabalho árduo com o consumo equilibrado, que favorece uma intensa vida social. O calendário medieval, por exemplo, estava cheio de dias santos e horários de trabalho sazonais, que permitiam tempo amplo – muitas vezes o correspondente à metade do ano – para o lazer, a celebração e o culto, que contribuem para o desenvolvimento integral do homem.²⁰²

A industrialização acelerou o ritmo de vida e minou os padrões de consumo e produção da economia familiar. Com o colapso da sociedade tradicional e do trabalho em casa, os trabalhadores afluíram às novas fábricas em busca de emprego. Inicialmente o sistema de fábricas (com máquinas que não podiam ficar ociosas) introduziu horários de trabalho longos, suprimiu feriados religiosos e arregimentou trabalhadores com salários de subsistência. Embora esse sistema tenha acabado por produzir mais abundância e aumentar a renda do trabalhador, também introduziu novos padrões de consumo e produção, que favoreceram o espírito irrequeto de intemperança frenética.

Família e dinheiro

Enquanto unidade social básica, a família tradicional é também uma força econômica. Sua economia é conhecida mais pela auto-suficiência e utilização limitada de dinheiro. A mãe não cobra para preparar as refeições, o pai não é pago para manter a casa. Embora de grande valor, tais tarefas não fazem parte do mercado. Dentro da família tradicional, o dinheiro desempenha um papel limitado e, no espírito da subsidiariedade, tende a ser um meio para satisfazer aquelas necessidades que só podem ser preenchidas fora da família..

Permeação do espírito de família

Quando essa família tradicional for restaurada como instituição, veremos seu espírito permear toda a sociedade. Sir Alexander Gray nota que a motivação implícita de todas as relações econômicas medievais pode ser encontrada neste pensamento: “Somos irmãos e devemos nos comportar como irmãos, respeitando cada um os direitos dos outros e sua posição na vida”.²⁰³

Quando todos são irmãos em vários graus pelo sangue, e irmãos espirituais pelo batismo, as estruturas temperantes da tradição familiar protegem os homens da concorrência selvagem e do frenético “processo de destruição criativa”. A influência predatória da usura é diminuída, porquanto nos momentos de necessidade muitos recorrem à família.

A família tradicional oferece igualmente soluções para o problema da concentração da riqueza. Ela é a unidade que produz e concentra uma riqueza incrível. Ela, entretanto, também distribui constantemente riqueza a seus filhos diretamente por herança e, indiretamente a outras famílias pelo casamento. Tais circunstâncias promovem a acumulação saudável e gradual da riqueza.

Leão XIII fala da família como matriz social, afirmando que ela “pode ser considerada como o berço da sociedade civil, e é em grande medida dentro do círculo da vida familiar que o destino dos Estados é promovido”.²⁰⁴ Assim vemos o espírito de família espelhado nas associações, corporações e comunidades, cuja origem foi de fato a família. E é por isso que a sociedade medieval deu tanta importância a esses corpos intermediários — eles eram extensões da família.

Na Assembleia Nacional da Revolução Francesa, um delegado irado clamou pela abolição das corporações e de outras sociedades intermediárias em favor do Estado

onipotente, reconhecendo que “no momento em que se entra em uma corporação ou em uma sociedade particular, deve-se considerá-la como uma família. Mas o Estado deve deter o monopólio de todos os afetos e de toda obediência”.²⁰⁵

Esses corpos intermediários não constituem verdadeiras famílias, mas associações com características e fins próprios. Entretanto são receptivos ao espírito temperante da família, a qual irradia para fora sua benfeitoria influência permeando corporações de ofício, universidades e outros corpos intermediários com laços tênues, parecidos com os da família. Mesmo as vilas e cidades pequenas podem adquirir uma atmosfera de família ampliada, porquanto todos se tornam de alguma forma relacionados. Finalmente, podemos dizer que esse espírito de família tem tanta capacidade de absorver e integrar todos em uma região, que até elementos de fora acabam por participar de uma mesma mentalidade e de um mesmo temperamento e afeto familiar. Podemos dizer que uma pessoa do Sul, por exemplo, participa da grande “família sulista” ou, estendendo mais essa analogia, à nossa grande família americana.

O espírito de família e o Estado

Esse espírito de família permeou o Estado verdadeiramente cristão, o qual assumiu imagens e costumes por cujo intermédio “as pessoas logo começaram a conceber o Estado como uma espécie de família”.²⁰⁶ O Estado cristão veio a ser governado com um grande afeto de tipo familiar e até mesmo por famílias.

Esse sentimento de afeto é na verdade um elemento muito importante de união para o Estado. Constituições, leis e instituições podem ser elementos unificadores indispensáveis, mas o mais importante de tudo é um afeito de tipo familiar, sem o qual o Estado está condenado a dividir-se contra si próprio.

Infelizmente, muitos Estados modernos se gloriam de suas divisões. São divididos por partidos políticos, facções, ou por uma intensa concorrência econômica. Deveriam, ao contrário, almejar a glória de unir os grupos sociais, facções e partidos. Na civilização cristã, todos se esforçavam de alto a baixo para criar alianças familiares. Casamentos uniam famílias, indústrias, regiões e nações. Todos procuravam perpetuar e permear a sociedade com o sentimento de família. O resultado foi um verdadeiro patriotismo, que não era senão esse sentimento de família e o amor comum pela terra natal, tornado mais evidente e aplicado a todos de um mesmo país.

Nota sobre as corporações de ofício

Antes de terminar este estudo sobre o espírito de família, acrescentamos uma palavra sobre as corporações de ofício ou empreendimentos cooperativos. Alguns pedem o “retorno das corporações de ofício” ou estruturas equivalentes, como parte da solução dos nossos problemas de trabalho e econômicos de modo geral. Não vendo essa prioridade em nossa proposta, estes podem se surpreender.

Embora não nos opondo teoricamente à ideia, ressaltamos que tal restauração pressupõe um retorno ao espírito de família. As corporações de ofício antigas foram erguidas com base em intensas relações pessoais, como a existente entre o mestre e o aprendiz, as quais só podem ser entendidas no contexto do espírito de família. Uma corporação ou cooperativa desprovida desse espírito não vai regenerar o trabalho ou fornecer as soluções de que precisamos.

As corporações de ofício e o espírito de família

Embora as corporações em si mesmas não fossem famílias, complementavam muitas das suas funções. Eram associações de natureza providencial, que cuidavam dos interesses espirituais e temporais de seus membros, oferecendo pensões aos velhos, aos doentes e às viúvas, bem como fundos para os enterros. Vemo-las cuidar de filhos de membros falecidos, ao mesmo tempo que encomendavam missas pelo eterno repouso de suas almas. Ajudavam também os membros pobres com empréstimos e assistência médica.

Em suas operações, os membros trabalhavam juntos como irmãos, regulando seus ofícios, partilhando as matérias-primas, estabelecendo férias amplas e fomentando estreitas relações entre os colaboradores. As corporações se auto-governavam, criando suas próprias regras para regular a concorrência entre as diversas corporações, como também estabelecendo padrões de qualidade que impediam a intrusão do governo local ou central. Se não fosse por seu espírito de família, essa extensa auto-regulação poderia ter-se transformado facilmente em um ataque sufocante contra a livre empresa.

As corporações eram também associações profundamente religiosas, cujas confrarias celebravam com grandes festejos o dia de seu santo padroeiro. Mantinham capelas em suas igrejas paroquiais, realizavam trabalhos de caridade e participavam de cerimônias públicas. A participação na “procissão da cidade em honra do santo padroeiro ou da Virgem Maria – escreve Carlo Cipolla – era tão importante quanto a discussão de salários e de produção, ou até mais importante”.²⁰⁷

Quando as corporações estavam impregnadas do espírito de família, eram fonte de temperança no interior da sociedade. Constituíam mecanismos de frenagem para manter em equilíbrio os capitães da indústria da época, eram amortecedores contra o poder do governo intrusivo.

Perda do espírito de família

Pelo fim da Idade Média, as corporações de ofício começaram a perder esse espírito de família. Também sucumbiram à intemperança frenética e perderam a solicitude fraterna de uns para com os outros. Desapareceu o fervor religioso, tão essencial à temperança. Perderam a flexibilidade de tipo familiar e adotaram um rígido e excessivo controle sobre seus membros e sobre a tecnologia do ofício.

O historiador Joel Mokyr relata que “pode muito bem ter acontecido que no século XVI as corporações das cidades começaram a sufocar o progresso tecnológico, para proteger sua posição de monopólio e interesses particulares”.²⁰⁸ Algumas corporações tornaram-se extremamente ricas, entrando no ritmo frenético da economia monetária.

Mesmo nesse estado, as corporações ainda mantinham algo do espírito de família. Os inimigos da ordem cristã viram naqueles restos as brasas de um fogo que podia se reacender. Por essa razão a Revolução Francesa, e outros governos mais tarde, proibiram impiedosamente as corporações de ofício.

Nos tempos modernos, muitos têm proposto que repitamos o sucesso das antigas corporações, ainda que sem o espírito de família. Alguns confundem o espírito de caridade cristã com o da “fraternidade” socialista, e propõem caricaturas do modelo de corporações, pelas quais os trabalhadores se uniriam em conselhos laicos para organizar a produção ou formar equipes autogestionárias. Socialismo corporativo, corporativismo (especialmente na sua forma fascista) e outros movimentos do gênero acabariam colocando as corporações sob o controle do Estado.

Por estarem muito mais próximas do trabalhador, tais corporações de ofício sem o espírito de família podem potencialmente controlar a produção e as vidas de seus

membros muito mais intensamente do que um governo socialista distante. Ou o mestre da corporação se comporta como um pai, ou facilmente se torna um tirano.

É por tudo isso que qualquer retorno às corporações deve ser feito com muito cuidado.

Mesmo em seu estado atual, a família é tão importante que tudo deve ser feito para protegê-la, pois é a semente de uma restauração futura. Ao mesmo tempo, alguns poderiam objetar que uma proposta para se voltar ao espírito de família cristão é sem sentido, por tratar-se de um trabalho que depende da graça e se estenderia por várias gerações. E poderiam alegar que tal proposta não pode fornecer soluções que são necessárias agora.

Admitimos desde logo que essa regeneração não é possível imediatamente. A própria criação de uma família constitui um longo e contínuo processo. Pelo mesmo motivo não se pode criar de modo instantâneo uma corporação imbuída do espírito de família. Além disso, a construção de um verdadeiro espírito familiar abrangendo toda uma comunidade envolveria um intenso processo de fusão de famílias, mentalidades e temperamentos ao longo de gerações. Sem tais bases, o simples fato de famílias – mesmo muito tradicionais e cristãs – se reunirem em uma localidade ou vila não assegurará uma comunidade real.

É preciso encontrar uma solução muito mais imediata.

195 Plínio Corrêa de Oliveira, Reunião da Comissão de Estudos Americanos, 1º de março de 1989, Documentos Corrêa de Oliveira.

196 Rousseau, *Social Contract*, em *Rousseau*, vol. 38 de *Great Books of the Western World*, 387. Tais ideias rousseauianas, que parecem reduzir as relações familiares às dos animais, circularam amplamente na época da fundação de nossa nação. Por exemplo, figuras como Thomas Jefferson afirmaram que cada geração tem de criar-se de novo, uma vez que a terra pertence sempre à geração atual. Refletindo a forte influência de Rousseau, Jefferson afirma: “Assim, toda constituição e toda lei expira naturalmente no final de 19 anos. Se for aplicada por mais tempo, é um ato de força, e não de direito”. Richard K. Matthews e Elric M. Kline, “Jefferson Un-Locked: The Rousseauian Moment in American Political Thought,” in *History, on Proper Principles: Essays in Honor of Forrest McDonald*, eds. Stephen M. Klugevitz e Lenore T. Ealy (Wilmington, Del.: ISI Books, 2010), 141-42.

197 Henri Delassus, *L'Esprit Familial dans la Maison, dans la Cité, et dans l'État* (Cadillac, França: Éditions Saint-Remi, 2007, p. 99).

198 Neste sentido, Pio XI afirma: “Devem sempre permanecer intactos o direito natural de propriedade e o que tem o proprietário de legar dos seus bens. São direitos estes, que ela [a autoridade pública] não pode abolir” (Encíclica *Quadragesimo Anno*, 15 de maio de 1931. Obtido em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html).

199 Pio XII, “Alocução de 1941 ao Patriciado e à Nobreza Romana,” em *Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII* (Tipografia Poliglotta Vaticana, 1941), 363-66. Apud Plínio Corrêa de Oliveira, *Obtido em Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana*, PDF, p. 59.

200 Kriedte, Medick, and Schlumbohm, *Industrialization before Industrialization*, 41.

201 Ibid., 65.

202 Ver Juliet B. Schor, *The Overworked American: The Unexpected Decline of Leisure* (New York: Basic Books, 1991), 47. A professora Schor informa que os camponeses medievais trabalhavam em média 120 dias por ano; os trabalhadores servis, 175, e os mineradores, 180.

203 Alexander Gray, *The Development of Economic Doctrine* (New York: John Wiley and Sons, 1965), 35.

204 Leão XIII, encíclica *Sapientiae Christianae* (1890), n°. 42.

205 Dempsey, *Functional Economy*, 123. Originalmente citado em *Social Justice Review* (Mar. 1941): 383.

[206](#) Georges Duby, ed., *Revelations of the Medieval World*, vol. 2 de *A History of Private Life* trans. Arthur Goldhammer (Cambridge: Harvard University Press, Belknap Press, 1988), 17.

[207](#) Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 94.

[208](#) Mokyr, *Lever of Riches*, 77.

Capítulo 28

O incompreendido vínculo feudal

Uma solução imediata deve ser encontrada além da família. Embora seja fonte de enorme força vital para o indivíduo, a família não é uma sociedade perfeita, e sozinha ela é insuficiente. Um regime em que as famílias estejam separadas e dispersas não pode habitualmente sustentar-se diante das incertezas da vida. Para se desenvolverem plenamente, as famílias e os indivíduos necessitam recorrer aos talentos, serviços e proteção de pessoas fora da família. Precisam ir além da família e se envolver em relações intensas, que ampliem seus horizontes e expandam seus meios de ação por toda a sociedade.

Isso é especialmente verdade em períodos de crise, quando a magnitude dos problemas, tão maiores que uma família e os seus recursos, torna evidente a sua insuficiência. Essa situação é agravada em nossos dias pelo isolamento auto-imposto pelo individualista. Isolando-se, ele se tornou ainda mais limitado na busca de soluções.

Sociedades perfeitas e imperfeitas

Dizemos que a família é uma sociedade imperfeita, não no sentido de que tenha defeitos, e sim numa perspectiva sociológica, pois depende de outras unidades sociais para existir e funcionar. Assim, ela exige órgãos superiores para garantir a paz e a ordem, a justiça e a proteção do direito, a segurança e a defesa. Outras sociedades também imperfeitas, no sentido sociológico, são municípios, empresas e organizações profissionais.

Ainda no sentido sociológico, o Estado é uma sociedade perfeita, uma vez que é completo em sua própria esfera e não depende de outra sociedade para cumprir as suas funções. Da mesma forma, a Igreja é uma sociedade sobrenatural perfeita, pois contém em si todo o necessário para realizar as suas funções. A Igreja e o Estado são as únicas sociedades realmente perfeitas.

O de que precisamos

Na atual conjuntura, precisamos de fortes laços semelhantes aos familiares, porém ainda mais extensos. Tais laços devem permear de alto a baixo a sociedade e criar relações sociais recíprocas, que ofereçam proteção, confiança e liderança. Devem também dar origem a numerosas associações intermediárias, e tudo isso feito de modo rápido.

Essas necessidades podem ser preenchidas por meio de um vínculo que constituiu tanto o fundamento da ordem social cristã medieval como a plena expressão de seu espírito de família – o vínculo feudal.

Entendendo um vínculo incompreendido

O que afirmamos acima pode parecer chocante. Obviamente, não propomos o retorno a determinada aplicação histórica, nem insinuamos que esta seja a única relação possível nessas circunstâncias. Simplesmente afirmamos que esse vínculo, tantas vezes mal compreendido, revelou-se extremamente útil em situações semelhantes no passado e poderá sê-lo também agora na busca de soluções para os nossos tempos.

Fiel às suas origens orgânicas, o vínculo feudal era uma relação altamente adaptável, não uma fórmula rígida. Mesmo o conceito de “vínculo feudal” deve ser entendido em um sentido muito amplo. Podemos dizer, de modo simplificado, que se tratava de um relacionamento mutuamente benéfico dentro do estado de direito. No contexto de uma intensa relação semelhante à familiar, o mais forte procurava serviço no mais fraco, e ao mais fraco buscava proteção no mais forte.

Definindo o incompreendido vínculo feudal

O vínculo feudal era um dentre vários de uma ampla gama de relacionamentos mutuamente benéficos, que uniam os indivíduos em sociedade de alto a baixo, dentro do Estado de direito. Caracterizava-se por uma das partes procurar proteção, e a outra buscar serviços. Muitas vezes envolvia a distribuição de terras e cargos em troca desses serviços. Era um vínculo intensamente flexível e pessoal para além da família contudo dentro de um contexto semelhante ao familiar. Era um sagrado vínculo cristão, permeado pela caridade e construído na confiança e responsabilidade mútuas, gerando formas estáveis de comunidade e liderança. Tais vínculos deram origem a suas próprias estruturas, protocolos e hierarquias adaptados aos tempos.

O vínculo feudal envolvia ampla variedade de aplicações, que iam desde os mais formais vínculos de vassalagem e fidelidade até os diferentes laços de proteção, aprendizagem ou inquilinato. A diversidade desses laços orgânicos era tal, que desafia os esforços dos estudiosos de hoje para defini-los com precisão. É por isso que qualquer tratamento geral do tema deve limitar-se às características básicas do vínculo em si, não se detendo nos diversos sistemas feudais que ele gerou.

Ao mesmo tempo, não podemos imaginar essa relação fora da realidade que existiu naqueles tempos difíceis e turbulentos. Por vezes ela poderia impor obrigações e restrições pesadas sobre as partes, e prontamente admitimos que houve problemas e abusos, como em todas as coisas neste vale de lágrimas.

No entanto, não podemos admitir a crítica extremada dos que reduzem esse vínculo somente aos seus abusos, equiparando-o a um tipo de banditismo organizado. Tais críticos o retratam habitualmente como uma relação unilateral e absoluta, destituída de fundamento jurídico. Esquecem-se de mencionar que esse vínculo trouxe ordem para a sociedade, oferecendo “proteção em troca de serviço, numa base contratual”. É o que afirma M. Stanton Evans, acrescentando: “Esta observação é feita por todas as autoridades da época, apontando que os acordos feudais eram recíprocos na sua natureza, e tinham de ser respeitados por ambas as partes”.²⁰⁹

Assim, nossa tarefa é ir além dessas distorções. Descreveremos as características desse vínculo, em seguida veremos se os seus princípios unificadores podem ser adaptados aos propósitos atuais.

Um vínculo prático e flexível

A primeira característica estava no fato de que *o vínculo feudal era uma ligação flexível, especialmente em tempos de crise*. Surgiu durante um período de caos e de invasões bárbaras, antes dos séculos IX e X, quando as famílias e os indivíduos eram esmagados pelos obstáculos quase intransponíveis para a sobrevivência em meio à desordem. Podemos comparar o surgimento do vínculo feudal com a situação resultante de um naufrágio. Os sobreviventes não podem mais funcionar isoladamente como indivíduos ou famílias, devem forjar logo novas relações para sobreviver.

Nascido da necessidade, desespero e improvisação, este vínculo de dependência mútua surgiu inesperadamente, proporcionando estabilidade, liderança e direção. Era um vínculo extremamente criativo que fez as coisas rapidamente e encontrou soluções práticas inimagináveis, em um nível local, numa época de decomposição da autoridade central, agitação social e estagnação econômica. É o que afirma Joseph Strayer: “O governo feudal(...)era flexível e adaptável, e em condições favoráveis gerou novas instituições com rapidez surpreendente”.²¹⁰

Uma relação de tipo familiar

O vínculo feudal era uma relação extremamente pessoal, imbuída do espírito de família. Na verdade, a instituição começou quando famílias desesperadas puseram-se ao serviço de líderes locais, que as lideraram na luta pela sobrevivência das invasões bárbaras e dos conflitos sociais. O historiador Franz Funck-Brentano observa que assim forma surgiu uma relação “cujos membros se identificavam uns com os outros, como os de uma mesma família quando há causa de alegria ou de tristeza”.²¹¹

Ao contrário das frias relações burocráticas que ligam o homem moderno a estruturas corporativas e governamentais abstratas, o vínculo feudal era extremamente pessoal. No generalizado vínculo feudal de vassalagem, por exemplo, o vassalo se colocava livremente sob a proteção de seu senhor, a quem tratava com todos os sentimentos e deveres de um filho para com um pai ao qual devia afeto, conselhos, serviço e fidelidade. Por sua parte, o senhor era como um pai, obrigado a lhe dar proteção, ajuda, segurança e meios de subsistência. Em suas grandes necessidades, cada parte era forçada a pedir ajuda e recursos que iam além dos de sua própria família. O resultado foi um laço tão forte, que muitas vezes “era comparável ao da solidariedade no grupo de parentesco, e frequentemente mais forte”.²¹²

No mal compreendido vínculo feudal há uma aplicação extremamente prática do princípio de subsidiariedade: de um lado, o indivíduo recorre à autoridade superior em suas necessidades; de outro, o superior delega o governo de terras e distribui cargos àqueles em seu serviço. A soberania torna-se desta forma parcelada em todos os níveis, e assim se forma uma nação de vibrantes pequenas nações.

Vínculo generalizado de alto a baixo

O vínculo feudal era um vínculo generalizado. Ressaltamos que essa intensa relação de tipo familiar e hierárquico existiu nos mais variados graus, em todos os níveis da sociedade medieval, e não apenas entre os senhores feudais. Qualquer pessoa podia ao mesmo tempo ser servo e senhor. Esses vínculos múltiplos estabeleceram efetivamente o padrão de unificação da sociedade, ultrapassando os meros laços familiares e de clãs.

O historiador francês Marc Bloch afirma que o vínculo feudal realmente permeou toda a cultura medieval, do “mais alto ao mais humilde,” abraçando todas as classes e agrupamentos. Além disso, menciona que essa relação pela qual alguém se tornava o “homem” de outro está entre as expressões “mais largamente usadas ou mais abrangentes” durante o período medieval.²¹³ O historiador Roland Mousnier confirma que laços de fidelidade ligaram de alto a baixo os homens entre si, até o advento da Revolução Francesa.²¹⁴

Ao contrário do conceito de Hobbes, de uma “guerra de todos contra todos,” aquela era uma sociedade cheia de associações ligando cada homem com outros homens.

Estabelecendo amizade, não ódio

Embora houvesse exceções, o *vínculo feudal tendia a gerar laços de grande amizade*. Aqueles que prestavam tal juramento, segundo nota Bloch, eram tratados como “amigos,” a ponto de “amigo” e “vassalo” serem considerados sinônimos. Havia uma verdadeira interligação de vidas, uma interpenetração de interesses e ideias.

Em geral, os vínculos feudais eram laços de profundo sentimento, com base no afeto mútuo e na livre escolha de alguém que se colocava sob a proteção de outro. Não constituíam mero contrato econômico, mas um dom de si, pelo qual o indivíduo dava devotado serviço, conselho e grande dedicação. O superior retribuía com afeto, confiança, sustento e promoção. Preocupava-se com o bem-estar do outro, ajudava a encontrar e dotar casamentos, dava proteção. Era um relacionamento verdadeiramente paternal, onde o maior percebia as oportunidades e promovia o crescimento e desenvolvimento do menor. Assim como um pai não vê seu filho como rival, o maior não via o menor como concorrente.

Nesse clima de confiança e segurança fluíam tocantes manifestações de afeto recíproco, a ponto de estarem dispostos a morrer um pelo outro ou pela família do outro, recordando desta forma o ensinamento de nosso Divino Salvador: “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida pelos seus amigos” (Jo 15,13).

Essa mesma solicitude pode ser encontrada até nos mais fracos e mais primitivos vínculos de tipo feudal, como os dos servos ou inquilinos. Mousnier relata muitos casos onde um senhor local aparece como grande chefe de família e protetor da comunidade. “Os senhores escolhiam criados e criadas — recrutados entre os camponeses — para padrinhos e madrinhas de seus filhos. Os senhores testemunhavam os contratos de casamento dos aldeões; tornavam-se padrinhos dos filhos dos camponeses e se juntavam a eles nos festivais da aldeia”.²¹⁵ Mousnier explica ainda como eles aconselhavam as autoridades locais, intercediam pelas respectivas comunidades perante o Estado, protegiam-nas contra as tropas invasoras, e davam abrigo aos camponeses e a seu gado em tempos de perigo. Também aliviavam a fome da comunidade em tempos de escassez.²¹⁶

Responsabilidade mútua

Era um vínculo de responsabilidade mútua. A força desse vínculo feudal leva James Westfall Thompson a observar que “jamais foi concebida uma forma mais intensamente pessoal de governo do que o feudalismo, cujo princípio fundamental era a responsabilidade mútua”.²¹⁷ Ou seja, não era um vínculo unilateral de submissão, mas uma ligação altamente pessoal, na qual ambas as partes deveriam cumprir os termos de um acordo de parceria, com obrigações e limites estabelecidos.

A partir dessa forte vinculação, algo de inteiramente novo foi criado, integrando antigas noções bárbaras de lealdade pessoal com uma ordem cristã inspirada no Evangelho e no desejo de caridade cristã. O resultado foi uma nova porém ampla rede de relações pessoais hierárquicas e de associações, cujos fios entrecruzados teceram um formidável tecido social em todos os níveis da sociedade.

Acima de tudo, esse vínculo criou uma classe de líderes – verdadeiras e numerosas elites, que se viram obrigadas a governar e promover o bem comum. Elas serviram ainda para interpretar, destilar e dirigir o impulso do fluxo vital de quem solicitava ajuda. Além disso, esse sistema encontrou uma solução para os indivíduos e famílias atormentados por problemas que ultrapassavam sua capacidade de resolver.

Enquanto as duas partes desse vínculo permaneceram unidas, vivendo lado a lado e compartilhando as vicissitudes da vida, essa sociedade mostrou-se quase indestrutível.

No entanto, quando esse vínculo foi rompido e as duas partes foram separadas, como nos tempos dos reis absolutistas, surgiram inimizades que prepararam o terreno para a revolução e a luta de classes.

Um vínculo social e sagrado

O vínculo feudal era também um vínculo sagrado. Na cerimônia de vassalagem, os dois elementos de proteção e serviço eram simbolicamente prometidos pelo superior, que colocava suas mãos sobre as mãos juntas do outro. A isso se acrescentava um ato de fidelidade, em que as partes juravam, sobre os Evangelhos ou relíquias dos santos, serem fiéis uma à outra. Cristo e seus santos serviam como testemunhas para garantir o seu cumprimento.

Esses atos transcendiam assim as meras vantagens materiais, porque a própria salvação das almas dos contratantes dependia do cumprimento de suas obrigações feudais. Naquela idade de fé, as duas partes tomavam a sério seu ato de fidelidade, compreendendo que haviam assumido um compromisso, e este deveria ser cumprido com toda a honestidade. Por esse acordo, cada um dava ao outro direitos e elementos para se defenderem contra abusos e quebra de contrato. O rompimento do vínculo feudal por qualquer das partes era considerado uma felonía, um ato desonroso, o qual liberava as partes dos seus juramentos de fidelidade e lhes dava o direito e até o dever de resistir.

Esse vínculo de confiança mútua torna-se inconcebível sem a virtude da Fé. Isso explica por que ele é tão mal compreendido em nossa era laica. Esse vínculo espiritual só pode existir numa população impregnada pelas virtudes cardeais (prudência, justiça, temperança e fortaleza) e pelas virtudes teológicas (fé, esperança e caridade).

Encontrando soluções para os problemas

Em sentido amplo, e em suas características mais básicas, era esse o vínculo feudal. Apesar de suas deficiências humanas, era um vínculo flexível e criativo dentro de uma relação de tipo familiar. Era um vínculo que permeava de alto a baixo toda a sociedade, produzindo laços de amizade e mútua responsabilidade. Era um vínculo sagrado fundado sobre as raízes de uma unidade religiosa. Nele encontramos a aplicação equilibrada de autonomia, autoridade, fluxo vital, solidariedade e subsidiariedade, tão essenciais a uma ordem orgânica. Nesse vínculo se encontra o elemento humano, ausente na economia moderna de intemperança frenética.

Podemos também julgar esse vínculo pelos seus frutos. A Europa emergiu das ruínas da Antiguidade e das invasões bárbaras com uma infraestrutura social, militar e econômica espontaneamente desenvolvida, altamente descentralizada e autofinanciada, nascida desse forte vínculo de tipo familiar e de uma união religiosa, capaz de adaptar-se rapidamente em meio ao caos.

Alguém poderia perguntar se a solução que propomos se baseia no vínculo feudal. Respondemos que isso depende de como essas características básicas poderiam ser adaptadas às circunstâncias presentes.

É fora de dúvida que estamos enfrentando o mesmo tipo de desintegração abrupta de nosso tecido social, que exige algum tipo de relacionamento unificador. Ouvimos a queixa de que nossa sociedade está se desfazendo, com um fosso crescente entre os bem-sucedidos e os menos favorecidos. Porém, para resolver os nossos problemas,

ainda não temos nada de semelhante ao vínculo feudal que possa preencher essa lacuna e unir a todos numa causa comum para resolver os nossos problemas.

Igualmente, se as famílias ficaram esmagadas pela desintegração da sociedade na época pré-feudal, quanto mais os individualistas isolados de hoje estão sujeitos a serem oprimidos pelas múltiplas crises de nosso tempo. Em face dessa desintegração social que nos ameaça, não é fora de propósito procurar uma solução “feudal” que nos reconduza à ordem.

[209](#) Evans, *The Theme Is Freedom*, 169.

[210](#) Joseph R. Strayer, *Western Europe in the Middle Ages: A Short History* (New York: Appleton-Century-Crofts, 1955), 75.

[211](#) Franz Funck-Brentano, *The Middle Ages* trans. Elizabeth O'Neill (New York: G. P. Putnam and Sons, 1923), 11.

[212](#) David Herlihy, ed., *The History of Feudalism* (New York: Walker, 1971), 69.

[213](#) Bloch, *Growth of Ties of Dependence*, 1:145.

[214](#) Ver Mousnier, *Society and State*, 1:99.

[215](#) Mousnier, *Society and State*, 1:528.

[216](#) Mousnier conclui, “Este é um aspecto da vida nas *seigneuries* que deixou necessariamente menos traços nos registros que os arrendamentos e os empréstimos, e que requer um estudo sistemático” (ibid., 529).

[217](#) James Westfall Thompson, *Economic and Social History of the Middle Ages: 300-1300* (New York: Frederick Ungar, 1959), 2:705.

Capítulo 29

Uma nação de heróis

À primeira vista pareceria que não dispomos dos elementos para formular uma solução “feudal” em face da crise iminente. Como já vimos, o individualismo tem contribuído muito para isolar o homem moderno, dizendo-lhe que não precisa depender dos outros na busca da felicidade. Outro obstáculo ainda é que as pessoas com liderança na sociedade são incentivadas, em nome de um populismo equivocado, a negar seu papel de elite. Podemos também mencionar a diminuição do senso de comunidade, no qual as relações recíprocas de tipo familiar poderiam acontecer. O desmonte da nossa união cooperativa criou um estado de paralisia, que desestimula o vínculo social.

Além disso, enfrentamos a tarefa aparentemente impossível de encontrar não somente alguns líderes, mas coortes de líderes e de heróis, que de alto a baixo na sociedade chamem a si a tarefa árdua de se dedicar ao bem comum. Portanto, as circunstâncias não poderiam ser mais contrárias aos nossos projetos. Embora esses obstáculos possam parecer insuperáveis, cumpre lembrar que um colapso semelhante de liderança e comunidade suscitou no passado os flexíveis laços feudais, pelos quais os homens se uniram, improvisaram e ousaram encontrar soluções orgânicas.

Suscitando “vínculos feudais”

Acreditamos que a nossa própria falta de liderança, comunidade e direção poderá também suscitar “vínculos feudais”. Tal poderá acontecer se, à medida que a crise atual aumentar de intensidade, admitirmos as nossas insuficiências e abandonarmos nossas noções individualistas. Então, nossa natureza social e nossas necessidades concretas nos obrigarão então a olhar para além de nós mesmos e de nossos círculos imediatos e procurar outros com quem nos possamos unir para resolver os problemas que ameaçam deglutir-nos.

Quando nossos mitos individualistas ruírem, descobriremos as matérias-primas para a nossa “solução feudal”. Como nas épocas pré-feudais, abriremos os olhos para as estruturas subsistentes e encontraremos apoio nos sofridos restos de comunidade que perdurarem em nossa cultura. Mais importante, encontraremos apoio naquelas figuras remanescentes, naqueles que dão o tom, nas elites verdadeiras, com experiência, recursos e habilidades para fazer as coisas acontecerem e já desempenham alguma função de liderança social.

Veremos ao mesmo tempo o surgimento de novos grupos de pessoas de escol, que se destacam e sobressaem pela excelência, em todos os níveis da sociedade. Elas serão chamadas a cumprir o seu dever de ir além do próprio interesse e procurar representar o que suas comunidades ou grupos sociais têm de melhor.

Quando todos esses fatores confluírem em meio à crise, podem muito bem dar ensejo ao começo de uma solução feudal, diferente de qualquer outra do passado. Mas não basta simplesmente recorrer a figuras feudais e estruturas comunitárias, sejam elas novas ou velhas. Não queremos que se apele para o contrato social de nossa união cooperativa, e sim para aqueles intensos laços de tipo familiar que levarão o país a se unir no sacrifício e aglutinar-se na sociedade, para enfrentar os grandes desafios que ameaçam o bem comum.

Figuras representativas

Nossas necessidades são diversas daquelas dos tempos feudais. Não estamos à procura dos chefes militares que chamaram a si a tarefa de resistir às invasões bárbaras. Em vez disso, procuramos quem assuma a incumbência mais sutil de se tornar aquilo que alguns sociólogos denominam “figuras representativas”. Não diferentemente das figuras feudais do passado, elas resultam tanto da sociedade quanto dos seus próprios esforços.

Como Alasdair MacIntyre escreve, tais figuras “são, por assim dizer, os representantes morais de sua cultura, devido à maneira pela qual ideias morais e metafísicas ou teorias adquirem por meio deles uma existência encarnada no mundo social”.²¹⁸



Photo/American TFP Archive

Um personagem representativo é uma pessoa que traduz os ideais em ação e dá o tom para um grupo social. Um exemplo é o do Venerável Pierre Toussaint (1766-1853), um cabeleireiro cuja sabedoria e santidade deram o tom para senhoras da alta sociedade da cidade de Nova York a quem ele serviu.

As figuras representativas tomam os princípios, qualidades morais e virtudes que suas comunidades necessitam e almejam, e os traduzem em programas concretos de vida e cultura. Elas transformam rapidamente pensamento em ação, doutrina em realidade, tendências em moda. Em nosso caso concreto, isso quer dizer que na sociedade em crise essas figuras devem se empenhar para aglutiná-la e moldá-la, a fim de formular a própria essência de uma rica vida social.

Robert N. Bellah e outros definem bem: “Uma figura representativa é uma espécie de símbolo. Por meio dela podemos reunir, centrada em uma imagem, a forma como as pessoas em um determinado ambiente social se organizam, dando sentido e direção às suas vidas”.²¹⁹

O que é uma figura representativa

Figura representativa é uma pessoa que percebe os ideais, princípios e qualidades desejados e admirados por uma comunidade ou nação, e os converte em programas concretos de vida e cultura. Pessoas famosas como o general George Patton, ou menos conhecidas como abnegados membros do clero, professores dedicados ou líderes comunitários desinteressados, dão o tom em suas comunidades, aglutinam e moldam a sociedade. A cultura moderna desestimula a ideia de figuras representativas, propõe figuras falsas e sem representatividade, que correspondem à imagem de nossa sociedade massificada.

Ninguém ousa chamá-lo feudal

Tais figuras sempre têm surgido naturalmente na sociedade, por isso acreditamos que esse projeto pode ser realizado. Na verdade *isso já se deu*, pois a nossa própria história está cheia de figuras semelhantes a George Washington, nascidas de muito sacrifício, frequentemente em momentos de crise.

Em escala nacional, podemos identificar estadistas famosos, generais, soldados, figuras religiosas, artistas, professores, empresários, e tantos outros que encarnaram e destilaram essas admiráveis e sólidas virtudes que construíram nossa grande nação. Podemos encontrar também figuras locais, como extraordinários líderes urbanos, agricultores, comerciantes, chefes de polícia e outros, que fizeram o grande sacrifício de entrar no serviço público autêntico, tratando seus funcionários como família ou tomando sobre si problemas dos outros.

E, por que não dizê-lo? Vemos não apenas indivíduos, mas também famílias que, ao longo de gerações, têm contribuído muito para a glória de nossa nação e de suas comunidades e formaram aquilo que ninguém se atreve a chamar pelo nome: um quadro de elites tradicionais que é vagamente feudal.²²⁰ Ainda hoje alguns dos seus nomes ressoam em posições de liderança e confiança.

De alto a baixo

Em face da crise atual, existe um grande número de pessoas com qualidades de liderança, e que têm sido fabulosamente bem-sucedidas em suas atividades. Há também uma abundância de pessoas que precisam de ajuda e orientação para lidar com os enormes problemas que enfrentamos. O que falta é uma forma de unir os dois grupos. Precisamos restaurar uma cultura que incentive a formação de laços recíprocos e o surgimento de figuras representativas que unifiquem o país e enfrentem a crise. Falta-nos uma liderança natural, em lugar da obsessão moderna por uma cultura reivindicatória de direitos e voltada para o Estado.

Se tais figuras representativas floresceram no nosso passado, devemos novamente desejar e incentivar o surgimento desses abnegados por toda parte, de alto a baixo. Tal sociedade de heróis reintroduziria na economia os elementos humanos que temperam e acalmam o espírito irrequieto de intemperança frenética. Cada um representaria em seu campo “um ideal, um ponto de referência e foco, que dá viva expressão a uma visão da vida”.²²¹

Esse reconhecimento criaria condições para cada família ou associação ter membros “lendários”. Cada uma contaria assim com grandes personagens, cujos feitos extraordinários, perfeições ou obras elevariam toda a família ou grupo. Seus feitos seriam então contados e recontados para as gerações seguintes. Veríamos formarem-se

verdadeiras coortes de figuras lendárias em todos os níveis da sociedade. Tais heróis são como o fermento, que cresce sem planejamento especial, o produto incrivelmente fecundo de mentes voltadas para o Céu, rumo à perfeição.

Alguns objetariam que incentivar o surgimento de tais “heróis” poderia também criar elites e líderes maus. Como em todas as coisas humanas, isso pode acontecer. Mas é preciso não esquecer que num sistema orgânico, esses líderes são muito mais um produto da sociedade que os suscita do que a imposição de uma classe ou casta isolada. Há uma conexão orgânica entre os líderes e a sociedade, que forma um todo. As figuras verdadeiramente representativas partilham as vicissitudes da vida ao lado daqueles que elas representam. Quando as pessoas são virtuosas, a sociedade produz em geral elites virtuosas.

Para além da mera virtude

Para serem verdadeiramente representativas, essas figuras não podem ser apenas bons administradores. Devem praticar não só a virtude comum, mas o valor extraordinário observado nos que se sacrificam pelo bem comum. Este valor se encontra especialmente nos que amam o próximo por amor de Deus, na prática da caridade cristã.

Poderíamos usar a comparação com os Dez Mandamentos — que devem ser praticados por todos — e os conselhos evangélicos voluntários (pobreza, castidade e obediência) — apenas para aqueles que buscam maior perfeição. Nossas figuras representativas devem praticar não só a virtude cívica comum, mas procurar um grau maior dessa virtude com o mesmo desprendimento, abnegação e perfeição dos que seguem os conselhos evangélicos. A sociedade tem uma intuição natural para reconhecer essas figuras autênticas, o que ajuda a explicar sua capacidade de atração. Por isso figuras como militares dedicados, líderes religiosos abnegados, professores devotados e estadistas desinteressados constituem a matéria-prima com a qual se fazem os heróis e as lendas.

Acima de tudo, essas figuras representativas servem para dar o tom e harmonizar a sociedade. Por sua influência, moldam a demanda, as modas e as tendências do dia ainda mais eficazmente do que a propaganda.

O papel das elites verdadeiras na sociedade

“A humanidade nunca teria atingido o estado atual de civilização sem o heroísmo e a abnegação de uma elite. Cada passo adiante rumo a uma melhoria das condições morais foi uma conquista de homens que estavam prontos a sacrificar seu próprio bem-estar, sua saúde e suas vidas por uma causa que consideravam justa e benéfica. Fizeram o que consideravam seu dever, sem se incomodar se eles mesmos se tornariam vítimas. Essas pessoas não trabalharam para obter recompensas, serviram sua causa até a morte” (Ludwig von Mises, *Bureaucracy*, [New Haven: Yale University Press, 1944], 78).

Plínio Corrêa de Oliveira comparou a sociedade com um carrilhão.²²² Este é um instrumento musical composto de pelo menos 23 sinos grandes de bronze fundido, muitas vezes suspensos em torres e dispostos para tocar uma melodia. Para aplicar a sua metáfora, o carrilhão é a sociedade ou unidade social, e cada pessoa um dos sinos. A figura representativa pode ser comparada ao *bordão* ou sino principal, cuja nota mais

grave dá o tom para os outros sinos secundários e mantém o carrilhão afinado. A partir do toque inicial do bordão, os sinos menores ressoam e encontram o seu próprio tom.

As “almas *bordão*”

“Dar o tom” significa que essas figuras representativas percebem as aspirações e o fluxo vital de seus grupos sociais, e usam essa percepção para orientar e harmonizar os que os circundam, por meio de conselho, direção e liderança. Sua principal função é criar ressonância e grande harmonia no interior de grupos sociais. Por isso é que famílias, grupos, regiões, e até mesmo épocas históricas, têm suas “almas *bordão*” que harmonizam a sociedade; e a nota que emitem leva as demais a ressoarem com alegria no grande concerto conhecido como História.

Assim, no cumprimento de suas funções em todos os níveis da sociedade, essas figuras representativas conseguem fundir “suas personalidades individuais com as exigências públicas dessas funções,” uma realização que lhes permite “delimitar determinadas sociedades e épocas históricas”.²²³

O papel de “alma *bordão*” traz consigo uma grande responsabilidade. Se essas pessoas forem levadas a sério, podem tornar-se anjos salvadores socorrendo os outros. Mas se falharem em dar o tom certo, os outros vão achar especialmente difícil superar seus desafios e provações, o que bem poderia mudar o curso da História.

Encontrando essas almas

Ressaltamos mais uma vez que as “almas *bordão*” surgem de modo natural e são encontradas em toda a sociedade. Seu papel não depende necessariamente de grande virtude ou alto cargo. Às vezes, por meio de sua capacidade de influenciar os outros, pessoas sem qualquer cargo público ou status são capazes de perceber o modelo que a Providência quer para uma família, cidade ou região, e podem inspirar outros nesse sentido. Tal foi o caso, por exemplo, do Venerável Pierre Toussaint (1766-1853), um cabeleireiro escravo. Sua sabedoria e santidade deram o tom para todas as senhoras da alta sociedade que ele servia em Nova York. Na maioria dos casos, são figuras com verdadeira autoridade, como São Luís IX, Rei de França ou Sir Winston Churchill, o qual, embora não fosse santo, inspirou o melhor da nação inglesa e assim deu o tom para toda uma época histórica.

Tal narração histórica – tão irritante aos ouvidos igualitários modernos – leva-nos a concluir que um número relativamente pequeno de “almas *bordão*” pode conduzir ao florescimento ou à decadência de sociedades. Podemos fazer perguntas fascinantes sobre a História, olhando para figuras do passado e ponderando o seu papel na ascensão ou na queda das nações. Devemos fazer perguntas não menos fascinantes no presente tempo de crise.

Em nossa era industrial, os grandes carrilhões foram silenciados e substituídos pelo som de sinos eletrônicos artificiais, buzinas ou sirenes. Ressoam assim muitos “sinos” falsos e dissonantes. Onde estão aqueles que hoje deveriam dar o tom para a nossa sociedade? Será que não podemos despertar as “almas *bordão*,” para que nos ajudem em nossa busca de soluções?

Como isso poderia ser feito

É possível despertar as almas *bordão*. No entanto, é preciso primeiro reafirmar que nossa proposta coloca tais pessoas no contexto do “vínculo feudal,” discutido anteriormente, onde as recíprocas relações sociais geram estabilidade e liderança. Não

buscamos impor as estruturas feudais ou hierarquias do passado, pois os laços do tipo feudal, por sua natureza, geram estruturas próprias, protocolos e hierarquias adequados aos tempos. A nós caberá descobrir o que nos for adequado.

Em segundo lugar, cabe lembrar que, historicamente as figuras representativas sempre existiram e desempenharam papel essencial, sobretudo em tempos conturbados como o nosso. Tais figuras existem hoje, mas uma cultura hostil as impede de tomar o centro do palco. Não nos cabe criá-las, mas reconhecê-las e apoiá-las. Essas figuras não devem negar seu papel, mas abraçá-lo, sacrificando-se pelo bem comum. Porque quando isso não é feito, falsários e oportunistas tomam o seu lugar. Uma parte do nosso problema é que abraçamos essas figuras *não representativas*, que tanto dominam a nossa cultura de massa: estrelas da mídia, celebridades e políticos sem princípios.

Suscitando os nossos heróis

1. Devemos encontrar as nossas próprias fórmulas “feudais,” não as do passado.
2. Devemos rejeitar as figuras não representativas atuais: celebridades, estrelas da mídia e políticos sem princípios.
3. Devemos conectar-nos com os heróis existentes entre nós e estimulá-los.

Pelo contrário, devíamos conectar-nos com os heróis que estão entre nós. Temos que romper com o modelo individualista, que nos isola em nossos pequenos mundos auto-absorventes. Devemos estar abertos ao ressurgimento de relações sociais recíprocas (que não precisam ser contratuais ou comerciais), através das quais possamos recorrer à influência dessas figuras verdadeiramente representativas, sejam estadistas, empresários, professores ou líderes religiosos, que por sua vez devem ter a coragem de se mostrar à altura da ocasião. Devemos estar atentos ao som do sino *bordão* que dá o tom. Ousemos desejar novamente uma sociedade com plêiades de figuras lendárias vindas de todos os setores, para criar uma nação de heróis.

Essas medidas simples prepararão o clima para que nossas figuras representativas se apresentem e ajudem a harmonizar a nossa nação e providenciar o fornecimento de soluções orgânicas com base nos elementos disponíveis. Algumas dessas figuras podem ser remanescentes de elites tradicionais inseridas em nossas próprias comunidades, outras ainda estão por surgir das fileiras da sociedade. Se a nossa sociedade está se desfazendo, como alguns afirmam, é porque nenhuma figura representativa se apresentou para nos aglutinar.

Em nossa sociedade materialista, temos apelado para grandes técnicos, empresários e engenheiros para atender às nossas necessidades. Em nossa cultura de celebridades, temos apelado para atores, estrelas do rock e figuras do esporte para nos entreter. Não é fora de propósito pensar que nesta hora de grande necessidade podemos apelar para as nossas figuras representativas. Se as desejarmos, elas virão. E se essas figuras não surgirem, devemos então cair de joelhos e implorar a Deus para que sua Providência nos envie santos e heróis virtuosos, para nos livrar das calamidades presentes. Da mesma forma que, na sua misericórdia, Ele enviou os profetas e seu próprio Filho unigênito para atender às súplicas de Israel, Ele enviará novos Carlos Magnos, Joanas d’Arc e outras figuras providenciais para salvar o seu povo.

[218](#) MacIntyre, *After Virtue*, 28.

[219](#) Bellah et al. outros, *Habits of the Heart*, 39.

[220](#) Isto tem sido chamado de o paradoxo americano: uma nação aristocrática num Estado democrático. Ver Corrêa de Oliveira, [Nobreza](#).

[221](#) Bellah et alii, *Habits of the Heart*, 39.

[222](#) Ver Plínio Corrêa de Oliveira, Comissão de Estudos Americanos, Reunião de 31-7-1989, Documentos Corrêa de Oliveira.

[223](#) Bellah et al., *Habits of the Heart*, 40.

Capítulo 30

Uma noção verdadeira do Estado cristão

Pode parecer estranho que, quando todos falam contra o Estado gigantesco, esmagador e intrusivo, possamos propor o Estado – embora cristão – como parte da nossa solução orgânica. A sabedoria popular decretou que “o Estado é o problema, não a solução”. E alguns afirmam que devemos no máximo tolerá-lo como um mal necessário, do qual pouco de bom se pode esperar. Tais atitudes hostis advêm de muitos só conhecerem o Estado inchado e disfuncional de hoje, e em consequência terem noções confusas sobre o que constitui a sociedade, a nação, o Estado e o governo. Assim, vamos começar por clarificar essas noções.

Fazendo distinções

A sociedade começa com agrupamentos informais de indivíduos, famílias e associações intermediárias, dedicados principalmente a promover seu próprio bem individual. Quando essa coleção de unidades sociais se amalgama num todo claramente distinto, nasce uma nação. A nação forma uma unidade cultural, social, econômica e política, incapaz de ser incluída ou federada em qualquer outra. O objetivo desta nova unidade social já não é apenas promover o bem individual de cada membro, e torna-se a promoção do bem comum de todos. Esse bem comum assegura a paz da comunidade, permite a coexistência virtuosa entre seus membros e favorece o seu bem material e espiritual.

O Estado é a organização política e a ordem da nação; seu papel é salvaguardar o bem comum e facilitar a vida virtuosa em comum. Portanto ele pressupõe um povo, associações intermediárias, território e poder político organizado. O governo é o sistema político e de instituições pelo qual o Estado é administrado e regulado.

O fim do Estado — a ordenação do bem comum — é qualitativamente diferente da soma dos bens dos indivíduos. É por isso que o Estado, enquanto a forma da vida política, tem “uma supremacia da missão e poder, portanto uma dignidade intrínseca, a qual é adequadamente expressa pela palavra *majestade*”.²²⁴ Não há sociedade *natural* mais perfeita do que o Estado, que é um elemento necessário ao bom funcionamento da sociedade. No entanto, o Estado orgânico da nossa proposta não poderia ser mais contrário ao Estado moderno.

Contraste entre Estado moderno e Estado orgânico

O Estado moderno realiza seu papel instituindo um todo-poderoso sistema burocrático de normas legais, para proteger e regular os interesses privados de seus cidadãos. Pio XI observa que o Estado moderno assumiu funções e tarefas esmagadoras antes mantidas por associações intermediárias. O resultado foi que “enfraquecida e quase extinta aquela vida social outrora rica e harmonicamente manifestada em diversos gêneros de agremiações, quase só restam os indivíduos e o Estado”.²²⁵

O Estado orgânico, pelo contrário, cumpre seu papel salvaguardando os princípios fundamentais da moral, da civilização e da ordem pública, que normalmente são vividos e defendidos por suas muitas unidades sociais – família, corporação de ofício, cidade, universidade – ou por uma série de associações privadas que compõem a rica vida social de uma nação.

Uma ordem subsidiária

No Estado que propomos, o princípio de subsidiariedade é praticado em alto grau. Como resultado, o Estado respeita as unidades sociais individuais orientadas para o bem comum e lhes reconhece certos direitos, funções e privilégios que asseguram sua própria autonomia, ou mesmo direitos quase soberanos.

Assim, cada região desenvolve suas próprias leis consuetudinárias e suas tradições. Cada corporação de ofício, universidade ou associação religiosa mantém seu próprio modo de autogoverno e de auto-regulação. O resultado é um mosaico de autoridades locais, exercendo em todos os níveis poderes exclusivos delas. David Herlihy fala em uma “espécie de parceria no exercício do poder,”²²⁶ uma “jurisdição e autoridade compartilhadas,” o que fazia do Estado medieval uma federação de entidades sociais autônomas, cada qual adequada às suas próprias necessidades, cada qual com imensa riqueza cultural e social, cada qual gerando verdadeiras coortes de figuras lendárias.

O Estado – protetor da ordem geral

Como poder supremo de última instância, o Estado orgânico dá unidade e estrutura a essa federação. Longe de assumir o monopólio do poder supremo, como no Estado moderno, o Estado orgânico não esmaga nem reduz à subserviência esses grupos menores. Pelo contrário, é o mantenedor e protetor da ordem geral da qual eles dependem. Longe de concentrar autoridade, esse Estado incentiva sua ampla distribuição, reconhecendo a autoridade tal como existe em grupos menores, para que cada um possa realizar mais facilmente as suas próprias funções.

O Papa Pio XI salienta o papel subsidiário do Estado: “Deixe pois a autoridade pública ao cuidado de associações inferiores aqueles negócios de menor importância, que a absorveriam demasiado; poderá então desempenhar mais livre, enérgica e eficazmente o que só a ela compete, porque só ela o pode fazer: dirigir, vigiar, urgir e reprimir, conforme os casos e a necessidade requeiram”.²²⁷

Como resultado desse “parcelamento de soberania,” não pode haver massas como as modernas, pois não há uma autoridade única e monolítica. Cada indivíduo conserva um caráter único, sujeito a esses níveis de autoridade superpostos que ao mesmo tempo definem e correspondem a uma especial identidade, função e posição na sociedade.

Assim, Joseph Strayer explica: “Essa divisão [medieval] da autoridade tornou o absolutismo impossível. Nem o poder ilimitado do imperador romano, nem o poder igualmente ilimitado do Estado moderno soberano, poderiam existir em tais circunstâncias”.²²⁸

Referindo-se a esse Estado orgânico medieval, M. Stanton Evans observa: “Como documentos abundantes demonstram, *foi a época da Idade Média que alimentou as instituições de governo livre, em contraste com as ideias e os costumes dos antigos*. Inversamente, foi a rejeição da doutrina medieval no Renascimento que colocou todas as liberdades ocidentais em perigo, levando à autocracia na Europa e à prática despótica na era moderna”.²²⁹

Permanecendo dentro dos limites

Quando o poder soberano do Estado permanece dentro dos seus limites, menos força e dinheiro se tornam necessários para mantê-lo. Por exemplo, há pouca necessidade de enormes orçamentos, uma vez que grande parte dessa federação de associações autônomas se encontra em mãos privadas ou semi-privadas. O renomado medievalista

Henri Pirenne escreve sobre o caráter de autofinanciamento: “Talvez a característica mais marcante do Estado feudal tenha sido sua falta quase absoluta de finanças. Nele o dinheiro não desempenhava nenhum papel”.²³⁰

Carlo Cipolla observa que na Europa medieval as despesas administrativas do Estado eram poucas e simples, porque “muitas tarefas administrativas continuaram sendo realizadas por nobres. Em decorrência do princípio de *noblesse oblige*, eles não recebiam salário pelas suas atividades”.²³¹

Exemplos marcantes desse autogoverno são os juízes de paz da Inglaterra. Há cerca de 600 anos eles realizam sem compensação a maior parte do trabalho judicial na Inglaterra e no País de Gales, e até hoje são chamados “grandes não remunerados”.

O historiador Roland Mousnier escreve sobre a França pré-revolucionária: “Os ofícios jurados, como as outras corporações do reino, colaboravam com o rei no governo, legislação e administração. Além de sua função econômica específica, exerciam em nome do Estado um número crescente de funções públicas, por sua iniciativa e sob sua supervisão”.²³²

Registra o mesmo autor a existência na França de 70 a 80 mil tribunais senhoriais, que administravam justiça pública (embora não suprema) *à custa do senhor local*. E constata que, no conjunto, “esses tribunais proporcionavam justiça equitativa, barata, acessível e rápida”.²³³

Podemos mencionar também que as comunidades de aldeia, governadas por seus próprios costumes, aliviavam o Estado de uma parte importante da tarefa da administração local, ao assumirem consideráveis funções auto-reguladoras, especialmente as ligadas aos privilégios comunais. Tudo isso sem custo para o Estado e sem o pesado fardo da burocracia.

Observa Cipolla: “Tudo considerado, devemos admitir que certamente a parcela da receita auferida pelo setor público em toda a Europa aumentou a partir do século XI, mas é difícil imaginar que, salvo em determinadas épocas e lugares, o poder público tenha alguma vez conseguido extrair mais do que cinco ou oito por cento da renda nacional”.²³⁴

Figuras representativas e o Estado

No Estado orgânico há pouca necessidade de um governo grande uma vez que a autoridade compartilhada está expressa em todos os lugares. Em tal atmosfera, as figuras representativas em todos os níveis sociais desempenham o seu importante papel.

Na verdade, esse modelo de Estado baseia-se muito mais nas relações humanas do que em contratos monetários. Governa mais por influência do que pelo mando. Penetra profundamente na sociedade, servindo-se do prestígio moral daqueles a quem delega seus poderes. Integra a cultura, expressando-se em termos muito humanos de cerimônia, pompa e fantasia.

Essa forma de governo intensamente pessoal confere grande unidade à sociedade, que repousa sobre os ombros largos e o prestígio de suas figuras representativas e de sua autoridade parcelada. Assim, um Estado como esse torna-se um grande bem e não um mal necessário, uma vez que une e protege os indivíduos e os grupos, para que possam viver juntos com grande autonomia e liberdade.

O Sumo Bem

Aristóteles e autores católicos a partir de Santo Agostinho sempre consideraram o Estado a forma mais alta e mais importante de união social *terrena*, pelo fato de cuidar do bem comum de todos os seus membros. Por isso mesmo, muitos chegam até a sacrificar a própria vida pela sua continuidade. Um Estado assim facilita a prática das virtudes sociais e políticas de justiça, devotamento, fidelidade e sacrifício pelo bem comum. Propriamente falando, é esta estrutura de governo que faz dele peça-chave do coração e alma da economia.

O Estado orgânico confere pois unidade, direção e propósito à sociedade: abrangendo, nunca absorvendo; delegando, nunca concentrando; incentivando, nunca sufocando.

O Estado assim concebido constitui uma bênção para a comunidade, de cuja prosperidade e bem-estar ele é guardião. Uma vez que os homens só podem alcançar a perfeição moral em conexão orgânica com a comunidade, é seu dever legal e moral pertencer à comunidade governada pelo Estado orgânico. É a esta ideia de Estado que devemos retornar.

²²⁴ Corrêa de Oliveira, *Nobreza*, 89. “Majestade” vem do latim “*major*”, que significa “maior”. Usamos o termo para significar a missão maior do Estado, de exercício do poder soberano e da autoridade, e sua dignidade correspondente, e não no sentido de um Estado absoluto e todo-poderoso, tão idealizado nos tempos modernos.

²²⁵ Pio XI, Encíclica *Quadragesimo Anno*, 15 de maio de 1931. Obtido em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html

²²⁶ Herlihy, ed., *History of Feudalism*, 207. “A natureza do governo feudal – afirma Herlihy – excluía toda possibilidade de um verdadeiro absolutismo” (ibid).

²²⁷ Pio XI, *Quadragesimo Anno*.

²²⁸ Strayer, *Western Europe in the Middle Ages*, 4-5.

²²⁹ Evans, *The Theme Is Freedom*, 150.

²³⁰ Henri Pirenne, *Medieval Cities: Their Origins and the Revival of Trade*, trans. Frank D. Halsey (Princeton: Princeton University Press, 1952), 225.

²³¹ Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 48.

²³² Mousnier, *Society and State*, 1: 472.

²³³ Ibid., 528.

²³⁴ Cipolla, *Before the Industrial Revolution* 47. O autor explica: “Na metade do século XIX, na maior parte dos Estados europeus, os gastos públicos ainda representavam somente de dois a seis por cento da renda nacional” (ibid., n).

Capítulo 31

O papel da Igreja

Ao definir o Estado como estrutura presente no coração e na alma da economia, não hesitamos em abordar o papel essencial da Igreja nesta ordem orgânica. Em nossa perspectiva declaradamente católica, é natural que nos refiramos especificamente à Igreja Católica. Tanto mais que a Igreja esteve na origem dessa ordem orgânica e inspirou suas estruturas. Assim, ao descrever como efetivamente a Igreja cumpriu esse papel, tornamos clara a razão pela qual ela deve ser parte do coração e da alma dessa ordem sócio-econômica; mesmo sabendo que esta posição é negada pelos atuais laicistas radicais.

Como ocorre com a ideia do Estado, encontramos concepções populares errôneas quanto ao papel da religião na sociedade. Há os que eliminariam completamente a religião dos assuntos sociais e econômicos, transformando-os em matéria privada de indivíduos isolados. Para outros, a Igreja como instituição é – ou pelo menos deveria ser – uma comunidade puramente espiritual de amor, cheia de mistério sacramental e fraternidade, mas sem projeção na rotina diária da produção econômica e do consumo. Outros ainda a imaginam como uma instituição sequiosa de poder e desejosa de absorver o Estado; e que deve, portanto, ser contida dentro de sua própria esfera.

Essa confusão sobre como resolver os papéis da Igreja e do Estado está na raiz da guerra cultural que tanto divide os Estados Unidos. É essencial, por conseguinte, tratarmos diretamente desta questão, por sua extrema importância em qualquer ordem orgânica.

Fins e metas específicos

Precisamos primeiramente entender que a Igreja e o Estado são sociedades perfeitas independentes, com fins e metas específicos. Cada uma é juridicamente competente para fornecer todos os meios necessários e suficientes à realização de sua finalidade; cada uma é soberana em sua própria esfera.

A Igreja tem como fim imediato e específico promover a vida sobrenatural e a salvação das almas, e como objetivo secundário e indireto ajudar o bem comum da sociedade temporal. O Estado tem como fim específico e imediato promover o bem comum, e indireta e secundariamente ajudar os homens a praticar a virtude e alcançar assim a felicidade eterna.

A Igreja cumpre seu propósito salvaguardando a ordem moral sobre o que é certo e o que é errado, mantendo o culto divino e dispensando aos homens os meios sobrenaturais da graça. O Estado alcança seu fim garantindo a harmonia e a paz interna e externa da sociedade, através de uma ordem jurídica externa, favorecendo condições para a criação de riqueza e proporcionando uma defesa comum.

Papéis claramente definidos

Com papéis tão claramente definidos, é evidente que a Igreja não procura dominar ou absorver o Estado, como alguns liberais podem alegar. Na verdade, mais frequentemente é o Estado que tem procurado absorver ou dominar a Igreja. Governantes tirânicos de todos os tipos têm tentado sujeitá-la a seu poder,

estabelecendo igrejas controladas pelo Estado, que as transforma em departamentos subservientes, e seus ministros em capelães de corte.²³⁵

Ao longo de sua gloriosa história, a Igreja Católica sempre resistiu a tais tentativas, insistindo em sua liberdade e independência. Recusou-se a renunciar à sua missão espiritual de santificação, culto e pregação do Evangelho, a ponto de sofrer perseguição.

Uma comunidade visível de fiéis

Embora reconheçamos que a esfera da Igreja é essencialmente espiritual, este fato não altera a realidade de que ela é uma comunidade visível de fiéis. Ela é uma força viva, uma instituição hierarquicamente organizada que projeta sua imensa influência na sociedade e na História.

Ela se encontra por toda a parte – nas profissões, na família e no Estado – onde o cristão trabalha pela sua salvação obedecendo às Leis de Deus. Baseada em vinte séculos de sabedoria, deve desempenhar papel ativo no mundo, pela aplicação de normas morais às circunstâncias históricas concretas, ajudando a orientar a vida espiritual e social dos cristãos.

Assim, a Igreja não pode retirar-se para um canto abstrato e vazio da sociedade, tornando-se mero suporte psicológico para as almas fracas, sem conexão com o nosso mundo industrializado e globalizado.

Uma mensagem universal

Não. A Igreja é sempre antiga e sempre nova. É mais velha que as nações, contudo não está limitada ou sob a jurisdição de nenhum povo. É ao mesmo tempo supranacional e sobrenatural, unindo o humano e o divino. É ao mesmo tempo o Corpo Místico de Cristo e uma instituição hierárquica. Ela está no mundo, mas não é do mundo. Tem mensagem e missão universais, aplicáveis a todos os tempos e lugares, que ultrapassam de longe a pobre amplitude do globalismo de nossos dias.

É essa Igreja de caráter universal que insiste em seu papel na sociedade para promover o culto divino, ensinar a lei moral e os dogmas necessários à santificação.

Definindo papéis

Desta forma, a Igreja reconhece claramente como própria da esfera temporal uma enorme gama de atividades e costumes que pertencem ao desenvolvimento natural do homem em sociedade. Entre esses estão as funções de governo, a ordem jurídica, a defesa comum, a mecânica da economia e o bem-estar geral da nação. Em todos os assuntos puramente temporais, a jurisdição do Estado sobre os cidadãos é suprema.

No entanto, em questões morais que podem envolver pecado, a Igreja afirma seu direito de intervir nos assuntos temporais. Incumbe-lhe falar contra a injustiça e a imoralidade, prejudiciais a todos na sociedade. A Igreja também se empenha em atividades de caridade e obras de misericórdia para aliviar o sofrimento, especialmente entre os pobres.

Além disso, importa reconhecer que algumas atividades são compartilhadas por ambas as esferas uma vez que envolvem atos morais, que afetam tanto a santificação como o bem comum temporal. É inevitável que a Igreja e o Estado tenham relações mútuas no ordenamento jurídico. Por exemplo, é para o benefício de ambas as sociedades que a instituição da família deve ser protegida. É natural que as duas esferas trabalhem juntas nessas áreas compartilhadas. Ao contrário da doutrina liberal

moderna, entre ambas deveriam existir pontes de cooperação, e não cortinas de ferro de separação entre ambas.

Parte do coração e alma da economia

É nessas áreas compartilhadas que a Igreja se torna a parte mais importante do coração e alma da economia. Salvaguardando a lei moral, ela fornece um capital social incomensurável ao livre exercício do comércio. Sua caridade vincula os homens numa união mais alta, impedindo-os de perseguir somente fins temporais em que podem facilmente sucumbir à avidez de poder e de riquezas.

A Igreja exerce uma influência santificante sobre as estruturas da sociedade e da economia. Estabelece um alto grau de justiça, de modo a impedir que o Estado abuse de sua autoridade e desça ao nível do banditismo organizado. Como guardião do direito natural e divino, a Igreja ajuda o Estado a cumprir suas funções com maior perfeição. Onde a influência da Igreja está presente na sociedade, há uma ação beneficente sobre todas as coisas, o que impede a ruína da nação. Dando um exemplo histórico dessa influência positiva, M. Stanton Evans escreve: “No balanço final, é justo afirmar que *na história ocidental a instituição que mais se empenhou em promover a causa da arte constitucional de governar foi a Igreja Católica da Idade Média*. Isso resultou de sua constante prontidão, no espírito dos profetas hebreus, para desafiar o poder dos reis e imperadores caso transgredissem os ensinamentos da religião”.^{[236](#)}

O Estado cumpre melhor seu papel quando está imbuído do espírito cristão e trabalha junto com a Igreja pelo bem comum. Isto é especialmente verdadeiro para o Estado cristão que acabamos de descrever.

Leão XIII assim descreveu essa cooperação respeitosa entre a Igreja e o Estado:

“Tempo houve em que a filosofia do Evangelho governava os Estados. Nessa época, a influência da sabedoria cristã e a sua virtude divina permeavam as leis, as instituições e os costumes dos povos, todas as categorias e todas as relações da sociedade civil. Então a religião instituída por Jesus Cristo, solidamente estabelecida no grau de dignidade que lhe é devido, floresceu em todos os lugares graças ao favor dos príncipes e à proteção legítima dos magistrados. Então o Sacerdócio e o Império estavam unidos em *uma feliz concórdia e pela permuta amistosa de bons ofícios*. Organizada assim, a sociedade civil deu frutos superiores a toda a expectativa, cuja memória subsiste e subsistirá, registrado como está em inúmeros documentos que nenhum artifício dos adversários pode destruir ou obscurecer”.^{[237](#)}

Antagonismo liberal

Alguém poderia objetar que uma tão feliz concórdia tornou-se impossível, devido à história do nosso Estado laico. A isso respondemos que ecos vagos de um desejo de concórdia se encontram nos escritos dos Pais da Pátria. Apesar de suas crenças pessoais influenciadas fortemente pelo deísmo e pelo Iluminismo, entenderam o papel indispensável da religião para a prosperidade da nação.

Veja-se, por exemplo, o que declarou George Washington em seu Discurso de Despedida: “De todas as disposições e hábitos que levam à prosperidade política, a religião e a moralidade são apoios indispensáveis”.^{[238](#)} E John Adams escreveu ao Dr. Benjamin Rush em 1811: “A religião e a virtude são as únicas bases, não só do

republicanismo e de todo governo livre, mas da felicidade social, sob todos os governos e em todas as combinações da sociedade humana”.²³⁹

O Cristianismo favorece em alto grau o bem-estar do Estado

A ação benfazeja da Igreja é descrita por Santo Agostinho: “Os que dizem que a doutrina de Cristo é contrária ao bem do Estado dêem-nos um exército de soldados tais como os faz a doutrina de Cristo, dêem-nos tais governadores de províncias, tais maridos, tais esposas, tais pais, tais filhos, tais mestres, tais servos, tais reis, tais juizes, tais contribuintes, enfim, e agentes do fisco tais como os quer a doutrina cristã! E então ousem ainda dizer que ela é contrária ao Estado! Muito antes, porém, não hesitem em confessar que ela é uma grande salvaguarda para o Estado quando é seguida” (Epist. 138 [al. 5] ad Marcellinum, cap. II, n. 15. Apud Leão XIII Encíclica *Immortale Dei* — Sobre a Constituição Cristã dos Estados, 1º de novembro de 1885, nº 27).

Essas patrióticas alegações vão contra o trágico antagonismo hodierno entre Igreja e Estado. Essa hostilidade é produto de uma atitude liberal, que se recusa a reconhecer a Igreja como sociedade perfeita. Em sua forma mais extrema, baseia-se na ideia de Rousseau de que todos os direitos vêm do povo, que os delega ao Estado; e como consequência, a Igreja não teria direitos, exceto aqueles que lhe concede o Estado. Como tal, o Estado não teria obrigações para com a Igreja, que deveria viver uma existência separada e subordinada. Embora uma forma mais moderada possa ser menos intolerante com a Igreja, o curso lógico dessa atitude liberal conduz no final à hostilidade e ao confronto de nossos dias.

Uma posição verdadeiramente equilibrada consiste em cada sociedade perfeita (Igreja e Estado) reconhecer os direitos e a autonomia da outra, devendo cada qual cumprir em relação à outra as obrigações que surgem a partir desse reconhecimento. Esse reconhecimento deve gerar oportunidades de cooperação, não de exclusão.

A crise na Igreja

Alguém poderia objetar que a crise da sociedade moderna também teve seu efeito sobre a Igreja, o que nos impede de recorrer a ela. Em apoio dessa afirmação basta mencionar as palavras de Bento XVI — na condição ainda de Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé —, lembrando o sombrio pronunciamento em que Paulo VI lamenta ter a dissidência dentro da Igreja passado “da autocrítica à autodemolição”.²⁴⁰

Apesar de sua extrema gravidade, essa crise não atenua nem muda a doutrina católica sobre esses assuntos. Também não nos impede de recorrer aos ricos tesouros do Magistério tradicional da Igreja, como agora fazemos, a fim de encontrar soluções para os problemas de hoje. Ela nos incita a ter cautela no trato com aqueles que defendem os erros modernos. Acima de tudo, devemos confiar em Deus e na sua Providência, porque a Igreja tem resistido a muitas tempestades. Roguemos a Nossa Senhora que nos guie maternalmente, pois a Igreja há de arrostar também a presente tempestade.²⁴¹

Especialmente no presente momento de aflição, fariamos bem voltando-nos para essa esfera espiritual. É uma tolice considerar a Igreja prejudicial ao nosso

desenvolvimento. A economia devia olhar a religião um grande aliado. Quando a Igreja exerce seu papel de guia moral, toda a sociedade se beneficia da sua influência santificante e de guardiã da lei. Acima de tudo, encontramos nela a Mãe amorosa, sempre providente, solícita e atenciosa.

[235](#) Podemos citar o exemplo atual da China comunista, que tentou sem sucesso instalar a Associação Patriótica Católica Chinesa para substituir a Igreja Católica. Poderíamos também citar exemplos históricos, como o estabelecimento por Henrique VIII da Igreja da Inglaterra, a tentativa da Revolução Francesa de submeter a Igreja à sua Constituição Civil, e a subserviência da Igreja Ortodoxa Russa em relação aos czares.

[236](#) Evans, *The Theme Is Freedom*, 152.

[237](#) Leão XIII, Encíclica *Immortale Dei* (1885), nº 28.

[238](#) George Washington, “Farewell Address,” em *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents*, ed. James D. Richardson (New York: Bureau of National Literature, 1897), 1:205.

[239](#) William J. Federer, *The Ten Commandments & Their Influence on American Law: A Study in History* (St. Louis: Amerisearch, 2003), 20.

[240](#) Cardeal Joseph Ratzinger e Vittorio Messori, *The Ratzinger Report: An Exclusive Interview on the State of the Church*, trans. Salvator Attanasio e Graham Harrison (San Francisco: Ignatius Press, 1986), 29. Podemos também citar a advertência de Paulo VI na alocução *Resistite Fortes in Fide*, de 29 de junho de 1972, de que “a fumaça de Satanás entrou no templo de Deus”. *Insegnamenti di Paolo VI*, Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. 10 pp. 707-709.

[241](#) Ver TFP Committee on American Issues, [*I Have Weathered Other Storms: A Response to the Scandals and Democratic Reforms That Threaten the Catholic Church*](#) (York, Pennsylvania, Western Hemisphere Cultural Society, 2002).

PAIXÃO PELA JUSTIÇA



Photo/Felipe Barandiarán

Vitral, Igreja de Notre Dame la Grande, Poitiers, França. São Luís IX ficou conhecido por sua sabedoria e justiça ao administrar a justiça a todos os que lhe traziam casos, em sessão aos pés de um grande carvalho em Vincennes.

Capítulo 32

Uma ordem econômica orgânica: Paixão pela justiça

A ordem social orgânica que descrevemos serve de base para qualquer modelo econômico orgânico. No interior de suas unidades sociais e nos seus relacionamentos encontram-se aquelas restrições essenciais para moderar as paixões favorecedoras da intemperança frenética, que tanto nos oprime. Existe aquele elemento humano, que falta na mentalidade mecanicista introduzida pela Revolução Industrial.



Photo/Felipe Barandiarán — *Balanças em um mercado*, vitrais do século XV, Catedral de Tournai, França.

Uma paixão pela justiça pela qual cada um recebe o que lhe é devido ajuda a economia, criando condições para a confiança e a temperança.

Passemos agora à análise da própria ordem econômica orgânica. Tomaremos como referência as instituições e princípios unificadores dessa ordem como eles existiram na Cristandade. De acordo com a nossa concepção orgânica, trata-se de um modelo econômico que se adapta à natureza das coisas. Ou seja, considera o homem não como *homo economicus*, o homem que vive em função do dinheiro, mas sim como *homo sapiens*, ou “sábio” – aquele que “possui ou expressa sabedoria”.

Paixão pela justiça

Ocupa papel central em nossa posição a ideia de que a paixão pela justiça é a base de qualquer modelo econômico orgânico. A busca da justiça impede a economia de se

tornar um meio para o homem alimentar suas paixões egoísticas ou desenfreadas ou envolver-se nos negócios com intemperança frenética.

Para a mentalidade medieval, a economia não se resumia à mera mecânica de troca de mercadorias, na qual os livros contábeis registram indiferentemente transações de carência e ganância, necessidade e luxo, virtude e vício. Como vimos, as transações econômicas geram relações que envolvem também ações morais e éticas.

“O objeto da economia propriamente dito – observa Odd Langholm – são os hábitos, costumes e modos de pensar dos produtores, consumidores, compradores, vendedores, mutuários, financiadores e todos os que se envolvem em transações econômicas”.²⁴² Por conseguinte, o pensamento econômico medieval foi especialmente absorvido por uma paixão pela virtude cardeal que deve reger as transações econômicas — a justiça. Sir Alexander Gray afirma: “Se procurássemos uma palavra para cobrir todas as fases do ensino econômico medieval, ela provavelmente seria encontrada na ideia de *justiça*”.²⁴³

As exigências da justiça na economia

São Tomás de Aquino define a virtude da justiça como “dar a cada um o que lhe é devido”.²⁴⁴ Em matéria econômica, a justiça comutativa é o tipo particular de justiça que garante que nas transações uma parte dará à outra o que lhe é devido em estrita igualdade. Por exemplo, quando o preço que alguém paga por uma maçã corresponde ao valor dela.²⁴⁵

É por esta justiça que nós possuímos propriedade. Embora a terra tenha sido feita para ser compartilhada por todos, surgiu a necessidade de propriedade privada devido à nossa natureza decaída; de tal modo que, cuidando daquilo que é estritamente nosso, preservamos a paz e a harmonia da sociedade. Pois, como Aristóteles assinala, se a propriedade for comum, “surgirão queixas entre os que desfrutam muito mas trabalham pouco, e os que desfrutam menos mas trabalham mais”.²⁴⁶

É por esta justiça que somos donos dos frutos do nosso trabalho, sejam eles salários, emolumentos, lucros ou propriedade. Esta é a base da livre iniciativa, pois cada um tende a fazer o uso mais eficiente dos seus próprios recursos quando devidamente recompensado pelos seus esforços. Isto, por sua vez, será benéfico ao bem comum. Santo Alberto Magno afirma que “todos são por natureza inclinados a dar mais atenção àquilo que é seu do que ao que é comum; de modo que, se algo é mais bem cultivado, cresce também a boa fruição, na qual todos estão interessados”.²⁴⁷

Preço justo e mercados

Essa busca de justiça era a razão pela qual a ideia de preço justo para produtos essenciais constituía um dos conceitos centrais da economia medieval. Ela considerava que as coisas tinham valor com base em um padrão de justiça. É por agir de acordo com este padrão que evitamos fraudar ou tirar vantagem dos outros nas transações. Da mesma forma havia grande solicitude em pagar salário justo, a fim de os trabalhadores serem devidamente remunerados, pois “o trabalhador é digno de seu salário” (Lc 10,7).

A justiça garante o livre fluxo dos mercados, protegendo-os de seus grandes inimigos: monopólio, especulação, usura, propaganda enganosa, escassez induzida e outras práticas que produzem fraude ou obstruções no comércio. Como resultado, o Estado cristão protege os mercados com regras claras e leis severas, de modo que possam dar-se naturalmente a concorrência saudável, o livre consentimento nos

contratos e a transparência nas trocas. Ao mesmo tempo, o Estado evita as interferências indevidas nos mercados ou a tributação excessiva. Tudo isso deve ser regido por um grande senso de justiça.

Langholm escreve: “A moderna concepção mecanicista de mercado como força supra-pessoal, que estabelece as condições às quais o permutador individual deve submeter-se, era estranha aos mestres medievais. Seu quadro de referência era um universo moral que obrigava qualquer comprador ou vendedor a agir em função do bem comum, e por conseguinte aceitar os termos da troca, independentemente da vantagem que as forças do mercado lhe concediam”.²⁴⁸

Os benefícios e perigos do comércio

Embora essa ideia medieval de justiça possa soar totalmente utópica aos ouvidos modernos, tal conceito, como veremos, não inibe o comércio; pelo contrário, favorece-o enormemente.

O comércio é um grande bem para a sociedade, pois distribui produtos das áreas de abundância para as de escassez; armazena estoques nas épocas de fartura, a fim de vendê-los nos tempos de carência. Ele facilita o consumo, levando as mercadorias aos mercados apropriados. Portanto, é justo que os comerciantes aufram lucros proporcionais aos seus esforços e habilidades.

O homem medieval reconheceu que, como em todas as profissões, também o trabalho do comerciante apresenta seus perigos. Embora seus serviços sejam indispensáveis ao bem-estar da sociedade, ele enfrenta muitas vezes a tentação especial de fraude e avareza. Ele é colocado em situações nas quais pode ser levado a falsificar pesos e medidas, vender mercadorias defeituosas, cobrar preços excessivos de estranhos e muitas outras práticas enganosas colocam em perigo sua alma, destroem a confiança e arrastam a economia para baixo.

A prática da justiça é portanto necessária, de modo que o comerciante, além de cuidar amplamente do próprio bem-estar, possa também tornar-se um servidor voluntário do bem público, como todos deveriam ser em suas respectivas profissões. Afirmo o moralista medieval Alexandre Ariosto: “A finalidade da profissão de comerciante não deve ser o acúmulo de riquezas, mas o sustento de sua família, a ajuda aos pobres, o serviço à comunidade”.²⁴⁹

Portanto, o que controla o comércio não é o mercado, mas a justiça, que exige a restituição em caso de fraude, cria confiança mútua e segurança, reduzindo assim os custos das transações. Em nossas considerações sobre a economia orgânica encontraremos a marca da justiça por toda parte. Ela liga o comércio a ações morais em prol do bem comum, distanciando-o do egoísmo exagerado e do ganho a curto prazo. Ela se torna um mecanismo de frenagem, que traz equilíbrio onde quer que esteja presente, impedindo os mercados desenfreados de evoluir rumo ao que poderia mais tarde transformar-se em intemperança frenética.

A mão da prudência

Embora essa paixão pela justiça seja o fundamento de uma boa economia, ela sozinha não é suficiente. A justiça pode muitas vezes tornar-se rígida e rude. Outra virtude cardeal deve entrar em cena, para mitigar as exigências da justiça e aplicá-las racionalmente na vida diária. Essa virtude é a prudência.

A prudência é a virtude pela qual o homem aplica nas suas ações a reta razão.²⁵⁰ Em sua forma natural, introduz na economia aquelas normas de experiência, bom senso e

equilíbrio que a tornam humana, flexível e prática. Por esta razão, a prudência é também chamada de sabedoria prática.

Ao contrário da falsa noção moderna, a economia medieval não era vinculada a um conjunto rígido de regras morais e dogmáticas. Antes, o que havia era um salutar conjunto de normas equilibradas e razoáveis, sempre respeitosas das exigências da justiça, mas também consciente da fragilidade da nossa natureza humana.

Jóias de sabedoria

Nos manuais teológicos e morais, bem como nas sumas que orientavam os atos econômicos da época medieval, há jóias de sabedoria e prudência, que consideravam calmamente as necessidades flexíveis do homem. Por exemplo, a justiça geralmente definia como preço justo aquele pelo qual um bem é comumente vendido no mercado no momento de sua venda. Pela prática da prudência, os moralistas ajustavam essa definição teórica às circunstâncias concretas.

Era geralmente admitido que o preço justo não podia basear-se no valor intrínseco de uma coisa, já que coisas de imenso valor para nós, como o ar ou a água, são abundantes, contudo baratos. A prudência entendia que o valor comercial de algo depende de uma multiplicidade de fatores. Na verdade, já era geralmente reconhecido nos tempos medievais que o preço justo não poderia ser um montante preciso, mas apenas aproximado, com base no salário, risco, utilidade, costume, e especialmente na procura.^{[251](#)}

O propósito de determinar o preço justo *não era* servir como um sistema de controle de preços absoluto, imposto aos comerciantes. Era antes um padrão de justiça, pelo qual as autoridades podiam julgar as transações em caso de dúvida ou fraude. Usando esse padrão, as disputas podiam ser resolvidas, e as restituições por ganhos ilícitos serem feitas. Ele permitia que cada fator que afetasse o preço fosse considerado e pesado, para garantir a saúde do mercado.^{[252](#)}

Além disso, o preço justo não distorcia a natureza do mercado livre, nem privava o homem de sua capacidade de negociação. Na verdade, as normas deixavam os comerciantes livres para pechinchar e negociar dentro de uma margem do preço justo, sem ofender as exigências da justiça. Além disso, produtos básicos eram protegidos pelo preço justo, enquanto os artigos de luxo não gozavam dessa proteção.

Os moralistas trataram da obrigação que tinham os comerciantes de apontar defeitos maiores nas próprias mercadorias, a fim de evitar fraude. Por outro lado, o comerciante não era obrigado a destacar defeitos *óbvios*, pois poderia privar a si mesmo do preço justo, se os enfatizasse. Em outra situação, ele podia vender um produto ao preço do dia, mesmo sabendo que nova remessa chegaria no dia seguinte, o que faria cair o preço. Não precisava informar disso o comprador, uma vez que não cometia nenhuma injustiça cobrando o preço do dia. Quando não havia um preço habitual para determinado produto, o vendedor se aconselhava com um homem prudente, um comerciante experiente ou um sacerdote, a fim de saber o justo preço que poderia cobrar. Outras vezes, o costume fixava como preço justo o que sempre se praticara.

Tais normas flexíveis e simples fizeram seu caminho em mil costumes e leis econômicas, que se adaptaram à frágil natureza humana e às circunstâncias locais, para que o homem pudesse mais facilmente praticar a justiça. Tal prudência conduz a mercados com pouca interferência externa. Langholm conclui: “Um mercado local funcionando mais ou menos normalmente proporciona a sua própria justiça, ainda que os preços variem”.^{[253](#)}

Esse mercado auto-regulado também exigia um esforço, como observa o Pe. Bernard Dempsey:

“A principal diferença entre o *justo preço* da Escolástica e o *preço natural* clássico é que os liberais acreditavam que a sua Providência deísta estabelecia mercados justos automaticamente, através da magia da competição, por mais que os homens tentassem torná-los injustos. Já os membros das corporações medievais acreditavam que os homens eram filhos tanto de Adão quanto de Deus, e que a realização dos desígnios da Providência requeria a aplicação diligente da razão humana assim como a cooperação com a graça divina”.²⁵⁴

Essa intensa busca, e o esforço pelo equilíbrio, caracterizavam todos os aspectos da economia e do pensamento medieval. A historiadora Diana Wood afirma essa “mídia, no sentido de equilíbrio da justiça, era baseada não na precisão, mas em uma razão mais flexível e no bom senso. Era uma questão mais de virtude do que de econometria”.²⁵⁵

É óbvio que, para a nossa economia mais complexa, deveríamos desenvolver nossas próprias normas de prudência. Desse modo, a prudência se torna um componente flexível e sempre presente da economia orgânica, servindo como influência moderadora. Ela evita a intemperança frenética, ao mesmo tempo promovendo e facilitando livremente o comércio.

A qualidade da misericórdia

Por fim, a caridade exerce uma influência moderadora sobre a economia. Naturalmente, a caridade não pode governar as transações econômicas uma vez que, para uma economia funcionar segundo a justiça, cada parte deve receber estritamente o que lhe é devido. Insistir em que a caridade faça parte da teoria econômica seria colocar o caridoso em posição de desvantagem e entregar o mercado nas mãos dos despiados ou desonestos.

No entanto, encontramos a constante advertência de moralistas e teólogos, de que os fogos da avarizia poderiam ser extintos com a prática da caridade para com o próximo. O comerciante era sempre instado a praticar o dever cristão da esmola. Devia dispendir parte de seus ganhos honestos para aliviar o sofrimento dos pobres, mas nunca era determinado como isso devia ser feito. Por vezes os comerciantes instituíam Deus como sócio, e inscreviam seu Nome nos livros contábeis mencionando “o percentual do lucro líquido a que o ‘Senhor Deus’ tem direito, como representante dos pobres”.²⁵⁶

Além disso, notemos que em meio a transações puramente econômicas havia sempre a preocupação de proporcionar justiça, especialmente aos pobres. O preço justo e o salário justo refletiam uma preocupação especial com eles. Havia uma condenação dos comerciantes que monopolizavam o mercado, explorando desse modo a vulnerabilidade dos pobres que deviam comprar deles.

Em sua sabedoria simples, São Boaventura diz que a caridade misericordiosa está de alguma forma contida na virtude cardeal da justiça: “Se não se ama o próximo, não é fácil fazer-lhe justiça”.²⁵⁷

Necessidade da caridade

Mais ainda, a caridade é necessária, porque aperfeiçoa e garante a prática da justiça na sociedade. Porque, embora a justiça possa diminuir conflitos e desuniões, só a caridade

pode trazer verdadeira união de corações e mentes. Segundo William Thomas Gaughan, “sem caridade, os melhores regulamentos feitos por homens bem-intencionados, no interesse do bem comum, redundam em nada”.²⁵⁸

Essa era a visão de Santo Antonino ao ensinar que a caridade regula as afeições e a vontade dos homens, “vinculando-os numa fraternidade que é uma unidade verdadeira e perfeita. A entrada da caridade na ordem social torna possível aos homens sacrificarem-se em prol do bem comum. A caridade nos ajuda a amar o próximo como a nós mesmos. Traz-nos à mente a nossa origem comum, a nossa redenção por Cristo, a nossa santificação através do Espírito Santo”.²⁵⁹

Assim, embora a caridade não seja em si mesma um princípio econômico, serve facilmente de lastro em meio ao tumulto da intemperança frenética.

Essas virtudes se encontram em todas as instituições que regem uma economia orgânica. A questão fica em aberto quanto à forma como a justiça e suas virtudes associadas podem ser manifestadas, aplicadas e postas em prática. Como veremos agora, isso se faz através, dos costumes, das leis e das consciências.

²⁴² Odd Langholm, *The Legacy of Scholasticism in Economic Thought: Antecedents of Choice and Power*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 183.

²⁴³ Gray, *Development of Economic Doctrine*, 35.

²⁴⁴ São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, II-II, q. 58, a. 11.

²⁴⁵ Ver *ibid.*, II-II, q. 61.

²⁴⁶ Odd Langholm, *Economics in the Medieval Schools: Wealth, Exchange, Value, Money and Usury According to the Paris Theological Tradition 1200-1350* (Leiden: E. J. Brill, 1992), 172.

²⁴⁷ *Ibid.*, 174.

²⁴⁸ Langholm, *Legacy of Scholasticism*, 85.

²⁴⁹ Odd Langholm, *The Merchant in the Confessional: Trade and Price in the Pre-Reformation Penitential* (Leiden: Brill, 2003), 192.

²⁵⁰ Ver São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, II-II, q. 47, a. 4. “A prudência consiste não só no pensamento, mas em sua aplicação à ação, que é o fim da razão prática” (*ibid.*, a. 1, ad. 3).

²⁵¹ O manual do confessor, de Godescalc Rosemond, enumera oito maneiras pelas quais o preço justo pode ser determinado: “Em primeiro lugar, recorrendo à estimativa comum dos comerciantes que negociam com o mesmo bem ou bens similares; em segundo lugar, ao preço pelo qual o artigo em questão é geralmente vendido; em terceiro lugar, ao trabalho, habilidades, cuidados e despesas incorridas no transporte; em quarto lugar, ao risco; em quinto, ao volume e à variedade de tais bens ou à sua escassez; em sexto, à melhoria e armazenagem; em sétimo, à sua utilidade para a comunidade; e em oitavo, aos estatutos legais e costumes”. Langholm, *Merchant in the Confessional*), 98.

²⁵² Alejandro Chafuen observa que o preço justo sempre foi muito mais um juízo moral rigoroso do que uma norma legal. A faixa de preço justo legal era muito mais ampla do que a do preço justo moral. Esta é mais uma prova de que a teoria dos preços não era rígida e inflexível. Ver Alejandro A. Chafuen, *Faith and Liberty: The Economic Thought of the Late Scholastics* (Lanham, Md.: Lexington Books, 2003), 86.

²⁵³ Langholm, *Economics in the Medieval Schools*, 582.

²⁵⁴ Dempsey, *Functional Economy*, 100.

²⁵⁵ Diana Wood, *Medieval Economic Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 2002), 209.

²⁵⁶ Raymond de Roover, *San Bernardino of Siena and Sant'Antonino of Florence: The Two Great Economic Thinkers of the Middle Ages* (Cambridge: Harvard University Printing Office, 1967), 15.

²⁵⁷ Langholm, *Economics in the Medieval Schools*, 155.

[258](#) William Thomas Gaughan, *Social Theories of Saint Antoninus from His Summa Theologica* (Washington, D.C.: Catholic University of America Press, 1950), 104.

[259](#) *Ibid.*, 109.

Capítulo 33

“Reencontrando” a lei

Entre as instituições geradas pela paixão medieval de justiça encontra-se o estado de direito. É a justiça legal que inclina os homens a prestar à sociedade o que lhe é devido em vista do bem comum.

O estado de direito é também um importante componente da nossa ordem econômica orgânica. Não podemos conceber uma economia ou ordem sem lei. Ao mesmo tempo, não devemos pensar em termos de leis e regulamentos modernos, mas antes em costumes e leis que brotam de uma ordem orgânica. Nossa tarefa é voltar àquela lei segura, baseada nessa paixão pela justiça. Uma economia sólida nos convida a retornar às nossas raízes e a “reencontrar” a lei.

O costume: lei não escrita e passada adiante

Historicamente, somos herdeiros de um sistema desenvolvido a partir do direito consuetudinário medieval e da *common law*, cujas origens podemos encontrar em usos e costumes populares transmitidos desde tempos imemoriais pela tradição.^{[260](#)}

Costumes são aquelas regras, muitas vezes não escritas, que resultaram da acumulação gradual de conhecimento, experiência e sabedoria. Na economia, não era a regulamentação estatal, e sim os costumes que regiam transações simples e uniam agricultores, artesãos e comerciantes na labuta pelo bem comum. Essas regras não escritas, testadas e comprovadas, se entrelaçavam de tal maneira no próprio tecido social e econômico, que transformavam as pessoas em verdadeiros legisladores.

São Tomás de Aquino considera o costume superior à lei escrita, “porque regula a conduta dos homens através de seus próprios hábitos mentais,” requerendo assim menor coerção da autoridade externa.^{[261](#)}

Lei consuetudinária: não criada, mas encontrada

Por vezes não bastava o costume não escrito, e foi necessária uma legislação escrita para cuidar das situações mais complexas. Toda lei exige um legislador, uma autoridade executiva e o reconhecimento desta pelos governados. Neste caso, as pessoas ainda faziam o costume, mas este se tornava lei quando o governante cumpria seu papel de “encontrar” a lei, não o de fazê-la. Sua tarefa era investigar, articular e descobrir o que “a lei encontrada significava”.^{[262](#)}

Para o homem medieval, a lei se encontrava nos vários lugares onde Deus a estabelecera: na opinião pública, na consciência comum, no testemunho do costume, nas antigas constituições e no senso jurídico do povo. Tudo era parte da mesma lei imutável, embora manifestada de múltiplas e diferentes maneiras, pois todos lutavam para “preservar o direito próprio à sua ordem, à sua cidade ou à sua casa”.^{[263](#)}

Isto não quer dizer que essa lei “imutável” estivesse estagnada. Quando novos fatos e situações pediam inovação, a lei era ajustada, mas isso não se fazia na agitação da novidade. Pelo contrário, sem contradição, a verdadeira lei ia constantemente sendo “reencontrada,” esclarecida e purificada de injustiças, obscuridades, mal-entendidos e esquecimentos. Em sua unidade, o direito medieval avançou sem revolução nem evolução, mas por uma constante regeneração.

A lei mudava mediante o consentimento

O governante era obrigado a “encontrar,” sancionar e fazer cumprir a lei oriunda de tempos imemoriais. A lei não lhe pertencia. Para ajudar nesse processo de descoberta, ele devia buscar o consentimento dos que eram afetados por ela, tendo muitas vezes de recorrer a assembleias ou conselheiros. O resultado foi o nascimento de uma das instituições medievais mais originais: o governo representativo.

Desconhecida tanto da Grécia antiga quanto de Roma, a representação surgiu porque a lei medieval estabelecia a consulta entre governante e povo. Decisões importantes deviam ser tomadas coletivamente, impondo-se o consentimento e reconhecimento público para qualquer mudança de costume, segundo a máxima “o que toca a todos deve ser aprovado por todos”.²⁶⁴ Fiel a este espírito de consulta, a jurisprudência medieval deu origem mais tarde a todos os níveis de entidades representativas, como o Parlamento britânico, que continua até os nossos dias.

A lei era soberana

Todos estavam sujeitos a essa lei imutável, fossem governantes ou governados. Na Idade Média, o rei era uma criatura da lei, que ele jurava proteger. Sustentava-se que “a lei faz o rei” (*lex facit regem*). Ele não era o criador da lei, seu poder não estava acima da lei, e consequentemente não podia mudá-la de modo arbitrário. Com efeito, escreve Robert Nisbet: “Nenhum entendimento legal era mais difundido no período medieval do que a declaração de que o governante estava submetido à lei”.²⁶⁵

De fato, se a lei fosse violada pelo governante, os indivíduos tinham o direito de resistir e de serem liberados de seus juramentos de fidelidade. Podiam até recorrer à força, pois de acordo com o credo jurídico comum da Idade Média, “opor a força ao uso da força pelo rei era não só permitido, mas em certas circunstâncias até obrigatório”.²⁶⁶

Esse processo legislativo de “descobrir a lei” de baixo para cima tornava a lei soberana em relação a governantes e governados e protegia as pessoas, cientes de sempre poderem invocá-la e responsabilizar a autoridade. Essa igualdade perante a lei era a base do estado de direito e governo limitado, o que deu ao Ocidente uma grande vantagem sobre as demais civilizações.

Desenvolvimento natural do direito consuetudinário

Havia também a *common law* – um conjunto de precedentes judiciais e costumes, no qual regras abstratas foram extraídas ao longo de séculos de casos específicos, costumes, decretos parlamentares, cartas patentes e outras fontes. A *common law* preservava a continuidade da tradição, e ao mesmo tempo se adaptava às condições novas na vida da comunidade. M. Stanton Evans observa que “a *common law* criava enorme obstáculo ao *funcionamento incontrolado do poder no Estado*. Pois, se a lei cresceu através do costume e da tradição durante longos períodos, não foi obra de nenhum indivíduo e não pode ser alterada a critério de alguém”.²⁶⁷

Podemos mencionar também o renascimento do Direito Romano, que estabeleceu princípios legais universais, ordenou a *common law* e definiu vigorosamente os direitos individuais e de propriedade. Frequentemente as adaptações medievais do Direito Romano definiam explicitamente aquilo que o costume sustentava de modo implícito, ao fornecer “um conjunto de categorias em que novas ideias podiam se adequar, e um vocabulário pelo qual podiam ser descritas”.²⁶⁸

Embora tenha se prestado por vezes a abusos pelos legistas, o Direito Romano nunca dominou completamente o direito europeu medieval. A Igreja teve um papel de liderança no seu renascimento, ao adotá-lo no seu próprio Direito Canônico. Dentro do mesmo espírito orgânico do direito consuetudinário, o que prevaleceu na sociedade temporal foi a coexistência harmônica, se bem que às vezes contenciosa, do Direito Romano e do direito consuetudinário, do Direito Canônico e do Direito comercial, denominado *jus commune* ou “lei da terra”. Esse arranjo flexível enfraqueceu-se gradualmente, tendo sido por fim varrido pela imposição generalizada da lei civil codificada após a Revolução Francesa.

Uma lei superior

O que tornava uma lei obrigatória e imutável era a existência de uma confiança sagrada que a ligava a uma lei maior. Baseava-se na convicção de que a fonte de toda lei – consuetudinária, comum ou romana – era Deus e sua Lei eterna.²⁶⁹

“Lei eterna,” “lei divina,” “lei moral” ou “lei natural” são termos usados para descrever uma bússola moral objetiva, que torna a ordem social possível. Ela é a mesma para todos os povos, tempos e lugares.²⁷⁰

São Tomás de Aquino afirma que a lei eterna é o plano racional através do qual toda a criação é ordenada pela Sabedoria de Deus. Isto pode ser percebido na sociedade pela simples razão, através da lei natural, tão bem sintetizada nos Dez Mandamentos.²⁷¹

De fato, na Idade Média toda lei era literalmente ligada à lei moral objetiva, que tornava todos os direitos subjetivos igualmente sagrados e valiosos.²⁷² A máxima “lei injusta não é lei” (*lex injusta non est lex*) era universalmente aceita. Por sua parte, a Igreja considerava a lei divina e a lei natural como universalmente obrigatórias, vinculantes em consciência, insistindo para que os governantes as colocassem em prática, mesmo quando em conflito com o direito consuetudinário.

A lei natural é a mesma em toda parte e obriga a todos os homens em todos os tempos

A vinculação da lei americana com a lei superior data de antes da independência, como pode ser visto nesta referência do renomado jurista inglês Sir William Blackstone: “Esta lei da natureza, sendo coeva com a humanidade e ditada pelo próprio Deus, é sem dúvida superior a qualquer outra em obrigatoriedade. É obrigatória em todo o globo, em todos os países e em todos os tempos. Nenhuma lei humana tem qualquer validade, se contrária a esta; e as que são válidas derivam deste original, mediata ou imediatamente, toda sua força e toda sua autoridade”. (*Commentaries on the Laws of England*. Oxford: Clarendon Press, 1765, 1:41).

Assim, todos estavam unidos em uma ordem objetiva legal, com amplos meios de proteção. Apelando para a Igreja, para a lei superior e para o nome de Deus, qualquer um podia reivindicar seu direito de oposição a leis ou decretos injustos. Pois tanto súditos quanto governantes se submetiam a essa ordem superior, cujos preceitos podiam ser invocados.

Assim, uma lei mais alta sempre esteve inscrita nos primeiros documentos e discursos medievais. Isto pode ser visto, por exemplo, no *Liber Judicialis* do rei Alfredo, o Grande, que começava com os Dez Mandamentos e prosseguia com outros preceitos mosaicos.

Nosso sistema legal norte-americano herdou uma forte tradição de lei superior. Em inúmeros documentos e leis, a marca dos Dez Mandamentos está profundamente arraigada, a ponto de a separação se tornar quase impossível.²⁷³ Embora manchada por erros do Iluminismo e distorções da noção tomista de lei natural, nossa tradição jurídica estava contudo firmemente ligada à ideia de lei mais alta.²⁷⁴

Como uma floresta antiga que se rejuvenesce continuamente, assim também era a lei – sempre velha e sempre nova. Nascida dos costumes e hábitos das pessoas, ela era encontrada, não criada. Uma vez estabelecida, podia ser alterada somente com o consentimento do povo. Restringindo o poder do governo, a lei vinculava a todos e os tornava responsáveis. Guiada por uma lei mais alta, imutável, a lei preservava uma ordem moral objetiva.

Nascida de uma paixão pela justiça, essa lei pode ser restaurada. A chave é o retorno a uma lei mais alta, válida para todos os tempos, povos e lugares. Na verdade, tal lei é facilmente encontrada, pois está escrita em nossos corações (cf. Rom 2,15). É mais fácil arrancar nossos corações do que apagar essa lei universal neles impressa.

Assim, se pudessemos voltar à nossa tradição de uma lei mais alta, “encontraríamos” novamente a lei e a ordem econômica de que tanto precisamos.

²⁶⁰ Russell Kirk afirma: “Na realidade, a base da legislação americana, ainda aplicada em inúmeros casos, é constituída pelas leis consuetudinárias que começaram a desenvolver-se na Inglaterra novecentos anos atrás”. Kirk, *Roots of American Order*, 371.

²⁶¹ Thomas Gilby, *The Political Thought of Thomas Aquinas* (Chicago: University of Chicago Press, 1958), 173.

²⁶² Frederick B. Artz, *The Mind of the Middle Ages, A.D. 200-1500: An Historical Survey* (Chicago: University of Chicago Press, 1980), 278.

²⁶³ Friedrich Heer, *The Medieval World, Europe 1100-1350*, trans. Janet Sondheimer (New York: Praeger Publishers, 1969), 12.

²⁶⁴ O velho adágio “*quod omnes tangit ab omnibus probetur*” fazia parte do código de Justiniano, e foi introduzido no direito canônico por Graciano. Foi amplamente aplicado na sociedade medieval: “Durante o século XIII, era convicção geral que o reino era preservado pelo direito consuetudinário e pelo constitucional. O rei era uma espécie de agente fiduciário, cujo dever era salvaguardar as leis. Quase não havia estatuto importante em que ele omitisse a declaração de que havia consultado o conselho e recebido parecer favorável; em outras palavras, que ele estava de acordo com as convicções legais da comunidade”. Gilby, *Political Thought of Thomas Aquinas*, 285.

²⁶⁵ Nisbet, *Twilight of Authority*, 154.

²⁶⁶ Fritz Kern, *Kingship and Law in the Middle Ages: The Divine Right of Kings and the Right of Resistance in the Early Middle Ages; Law and Constitution in the Middle Ages*, trans. S. B. Chrimes (Oxford: Basil Blackwell, 1968), 83.

²⁶⁷ Evans, *The Theme Is Freedom*, 80.

²⁶⁸ Joseph R. Strayer, *On the Medieval Origins of the Modern State* (Princeton: Princeton University Press, 1973), 25.

²⁶⁹ “O único ‘soberano’ na alta Idade Média era o próprio Deus, e todos os homens estavam abaixo d’Ele e de sua Lei”. Ellis Sandoz, *A Government of Laws: Political Theory, Religion, and the American Founding* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1990), 35.

²⁷⁰ Uma prova do caráter universal da lei natural pode ser encontrada nas expressões de Cícero *lex naturæ, non scripta sed nata lex, lex cælestis, lex divina* (“lei natural, não escrita, mas inata, lei celeste, lei divina”), que foram adotadas por filósofos e canonistas cristãos.

²⁷¹ São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I-II, q. 91, a. 1-2.

[272](#) O homem medieval não via necessidade de separar quaisquer direitos fundamentais específicos em uma constituição para além do poder do governante, uma vez que toda lei era considerada sagrada e intocável. De fato, até o final do século XVIII, o termo “constituição” era entendido como o conjunto de leis, instituições e costumes em vigor desde tempos imemoriais. “Somente as atividades dos Estados absolutistas que sucederam aos Estados medievais e representativos, e que impiedosamente usurparam direitos privados, explicam a demanda de direitos fundamentais constitucionalmente protegidos” – Kern, *Kingship and Law*, 186. Podemos também referir-nos à bem conhecida definição de constituição, do visconde Bolingbroke, escrita em 1735: “Por Constituição queremos dizer, sempre que falamos com propriedade e exatidão, aquele conjunto de leis, instituições e costumes derivados de certos princípios *fixos* da razão (...) que compõem o sistema geral pelo qual a comunidade concordou em ser governada”. C. Bradley Thompson, “The Revolutionary Origins of American Constitutionalism,” in Klugewicz and Ealy eds., *History, on Proper Principles*, 5.

[273](#) *The Ten Commandments & Their Influence on American Law*, de William J. Federer, é uma compilação exhaustiva de textos que mostram como cada um dos Mandamentos influenciou historicamente no desenvolvimento do direito nos Estados Unidos. Isto pode ser visto, por exemplo, em leis que proíbem o perjúrio ou a poligamia.

[274](#) Sir William Blackstone (1723-1780), cujos *Commentaries on the Laws of England – 1765-1769* fazem dele a autoridade máxima em *common law*, tanto a americana como a inglesa, defende de forma inequívoca uma lei mais alta. Semelhantes opiniões encontram-se também nas obras de Sir Edward Coke (1552-1634), que influenciaram fortemente a legislação norte-americana.

Capítulo 34

Os dois tribunais

Pode-se ver facilmente que a base das ordens econômica e política era a paixão medieval pela justiça, contida na lei. Embora não fosse perfeita, a firme adesão a uma lei superior ajudava a diminuir as fraudes e garantir a segurança da propriedade e das transações futuras.

O conceito medieval da supremacia do direito, vinculando governantes e governados, protegia as pessoas e seus negócios contra o governo arbitrário. Assim, um tribunal de justiça, com base no costume e na lei “encontrada,” foi estabelecido de forma diferente de qualquer outro. Imbuído de prudência e caridade, tornou a economia mais flexível e humana. Já não vigorava a natureza selvagem dos mercados antigos, que levava os romanos a lamentar: “O homem é o lobo do seu semelhante” (*homo homini lupus*).

O tribunal da justiça

Esse tribunal deu lugar a uma atmosfera de confiança e segurança, desconhecida de muitos povos. Por exemplo, quando os católicos derrotaram os turcos em Lepanto (1571), ficaram surpresos ao descobrir vários navios carregados de tesouro entre os que foram capturados. Parece que os almirantes muçulmanos levavam consigo seus bens, por não terem lugar de confiança onde depositá-los.²⁷⁵

Acima de tudo, o tribunal medieval adotava normas morais voltadas diretamente contra os perigos do comércio: avareza, fraude, monopólio e especulação. Insistia não só na operação eficiente de uma empresa, mas também na sua justiça.

A assistência da Igreja

Era então considerado normal que, como guardião da lei moral, a Igreja assistisse o tribunal da justiça, emitindo normas objetivas que o ajudassem concretamente a identificar e denunciar injustiças na economia. Era natural que a caridade, pela qual todos os cristãos se tornam irmãos em Cristo, servisse para acalmar as paixões desagregadoras da avareza, tão comuns na prática comercial.

A atmosfera de justiça resultante, temperada com prudência e coroada pela caridade, ajudou a criar condições para a impressionante ascensão do Ocidente. Também ajuda a explicar o crescimento exponencial da criatividade e do engenho, que marcou a Idade Média, só perdendo impulso com a retração econômica do Renascimento. No entanto, só o tribunal da justiça não basta para explicar inteiramente tal atmosfera.

Um segundo tribunal

As leis e os costumes não satisfaziam por si sós a paixão medieval de aperfeiçoamento da justiça. O tribunal da justiça era acertadamente limitado aos atos externos que ameaçavam o bem comum. Os atos privados e pecaminosos dos homens deviam ficar fora de sua jurisdição legal.

No entanto, existia um segundo tribunal do qual poucos historiadores falam. Ele operava a maravilha de julgar a consciência privada do homem, sem destruir-lhe a liberdade ou a reputação. Em sua busca voluntária de perfeição, o homem acusa a si próprio nesse tribunal, perante o divino Juiz.

Odd Langholm observa que o teólogo medieval Guilherme de Rennes fez a distinção entre o tribunal externo da lei e o tribunal interno da consciência. Neste último tribunal, “a Igreja, representada pelo sacerdote no confessional, possuía as chaves, que deram também a ela o poder de julgar e absolver seus membros secretamente, de acordo com as normas mais severas da lei de Deus”.²⁷⁶

Aperfeiçoamento da justiça

Estando direcionado para todas as formas de pecado, esse tribunal ocupava-se também dos pecados que impediam o progresso econômico, como os que dificultavam as compensações e os acertos de conta. Ou seja, os homens percebiam os perigos de pecado existentes nesses assuntos, e os expunham a seus confessores. Submetiam-se assim livremente a um código de justiça mais rígido, de maneira que até mesmo seus atos privados, acertadamente fora da jurisdição da lei, podiam ser julgados. Agindo desse modo, criavam um clima ainda maior de virtude, no qual as transações se tornavam mais seguras, as restituições mais bem feitas, a paz de consciência mais completamente restaurada.

Comparecendo perante o tribunal da consciência para julgar esses atos econômicos, o penitente se submetia à justiça divina e libertava-se da escravidão da avareza. Pois, embora a avareza leve a pecados contra o próximo, ela produz também um efeito corrosivo sobre o caráter, ocasionando grande desordem nas afeições e perturbando a paz de espírito. A avareza leva os homens a desprezar as coisas de Deus e afastar-se de sua amorosa Providência.

Uma doutrina penitencial

A Igreja respondeu às necessidades desse tribunal com uma rica literatura econômica, que desenvolveu normas prudenciais e critérios para julgar a troca justa, o furto, a restituição e outras matérias. Por essa razão, o pensamento econômico medieval frequentemente se encontra em tratados escolásticos de teologia, sermões populares e manuais de confessores. Havia literalmente centenas de manuais de confessores tratando dessas questões pessoais econômicas com foco na justiça. Com sucessivas reedições, definiam uma doutrina e uma tradição penitencial.²⁷⁷

Não podemos obviamente afirmar que todos os medievais se submetiam a esse segundo tribunal. Conquanto não possamos quantificar os efeitos concretos dessa tradição penitencial na economia medieval, o fato de tais manuais terem sido muitas vezes reeditados e amplamente utilizados atesta um clima que produzia confiança e segurança de um lado, temperança e moderação de outro. Enquanto este tribunal funcionou, serviu de lastro para manter em equilíbrio a economia, os mercados e a sociedade.

A perda do equilíbrio

Durante o Renascimento houve um declínio da paixão pela justiça. Mais tarde, algumas correntes dentro da Reforma (especialmente as calvinistas) ajudaram a abrir as comportas da avareza, sustentando que a acumulação de riqueza já não constituía obstáculo à salvação. Essas correntes, juntamente com interesses comerciais, passaram a reconhecer o vício da avareza como a virtude social e econômica do interesse próprio. Com esse colapso, a intemperança frenética tornou-se quase inevitável.

Observa Odd Langholm: “Esta doutrina levou, entre outras coisas, a uma busca de reconhecimento através de uma incessante, frenética acumulação de riqueza pela

riqueza, a qual, embora não intencionalmente, forneceu a base do capitalismo moderno”.²⁷⁸



Photo/American TFP Archive
São João Bosco (1815-1888)

Temor de Deus e preço justo

Uma preocupação pelo segundo tribunal está presente na seguinte conversa entre São João Bosco e um simples ferreiro que apoiava as suas obras:

Ferreiro: O senhor sabe qual é a minha maior preocupação?

São João Bosco: Certamente deve ser a de viver e morrer na graça de Deus.

Ferreiro: Não, eu não estou preocupado com a morte, mas tomo o cuidado de estar preparado para quando ela vier. Minha maior preocupação é a seguinte: sou ferreiro e fico muito perturbado quando, depois de terminar um trabalho, tenho que decidir sobre o preço que devo cobrar. Quando lanço o valor no livro, eu me pergunto: Será que o bom Deus vai escrever a mesma quantia? Se eu cobrar mais, não será isso uma acusação contra mim? Para estar seguro, cobro sempre 20% abaixo do valor normal”.

(Giovanni Battista Lemoyne, *The Biographical Memoirs of St. John Bosco*, ed. Diego Borgatello, New Rochelle, N.Y., Salesiana Publishers, Inc., 1965, 1:230).

Obviamente, nem todos os comerciantes podem ou devem tomar tal posição. esse desconto não pode ser uma norma válida para todos os comerciantes. No entanto, o fato de que esse simples e bem sucedido ferreiro, e muitos outros como ele, tenha mostrado uma grande preocupação pela justiça, só pode ter criado uma atmosfera que favorece o comércio em geral.

Esvaíram-se assim as estruturas da prudência e da caridade, que antes temperavam as exigências da justiça. Esta ficou reduzida à segurança da propriedade e dos contratos,

que realmente constituíam a base de uma incrível prosperidade material. Mas a economia voltou às suas formas selvagens, com a ideia hobbesiana de uma “guerra de todos contra todos,” ou com o seu equivalente moderno de “um cão devora o outro”.

Devemos voltar à paixão pela justiça. Essa paixão deve levar-nos a cuidar de nosso interesse pessoal por aquilo que nos é devido. E a justiça legal exige que, por meio de bons costumes e da lei, demos ao bem comum o que lhe é devido.

Mas há nesse uma perfeição especial da justiça que é encontrada nesse segundo tribunal no qual o homem se submete perante o divino Juiz a um código de justiça mais estrito. É nele que a justiça brilha com fulgor especial, tornando impossível a intemperança frenética. Nesse clima de impressionante honestidade, confiança e consideração pelo próximo, encontramos os fundamentos da verdadeira prosperidade.

[275](#) Ver Stark, *Victory of Reason*, 72.

[276](#) Langholm, *Merchant in the Confessional*, 43.

[277](#) Em seu livro *The Merchant in the Confessional: Trade and Price in the Pre-Reformation Penitential Handbooks*, o economista norueguês Odd Langholm analisa 90 desses manuais de confissão. A partir dessa análise brilhante, ele deduz a doutrina econômica prática que se encontra no pensamento escolástico.

[278](#) Langholm, *Merchant in the Confessional*, 263.

Capítulo 35

A questão do dinheiro

A justiça suscita a lei e serve de base ao dinheiro. Ao tornar mais fácil a cada um receber mais exatamente nas transações aquilo que lhe é devido, o dinheiro facilita a prática da justiça comutativa. Assim, para voltar a uma economia sólida e orgânica, é mister definir as condições pelas quais o dinheiro cumpre melhor a sua finalidade e o seu propósito. Para fazê-lo, atentemos para a definição básica de São Tomás de Aquino, de que o dinheiro foi “inventado pela arte do homem para a conveniência da troca e como medida de coisas vendáveis”.^{[279](#)}

Uma criação da lei

O dinheiro é realmente uma invenção. O que o torna universalmente aceito é um acordo ou convenção que os usos e costumes consagraram, tendo em vista a troca de bens e serviços.

Um sistema monetário é estabelecido quando reconhecido por lei. Por isso o dinheiro é denominado *numisma* (daí *numismática*), significando lei ele; é uma criação da lei. A moeda torna-se dinheiro pela autoridade do Estado ou do governante, que impõe a sua aceitação, e por sua vez a aceita como pagamento de impostos. A moeda pode ser emitida ou alterada por lei; moedas e cédulas velhas podem ser tiradas de circulação e inutilizadas.^{[280](#)}

Uma estrutura monetária estável, do mesmo modo que um sistema legal estável, é um componente extremamente importante para a economia de mercado. Por isso um governo responsável – o qual existe para o bem comum – deve limitar o dinheiro e a oferta de moeda, manter estável o seu valor e evitar a falsificação. Esta responsabilidade governamental pelos sistemas monetários tem sido universalmente reconhecida ao longo da História. A nossa própria Constituição concede explicitamente ao Congresso o poder de “cunhar moeda, regular o seu valor e o valor de moeda estrangeira”.^{[281](#)}

Uma medida de valor

O dinheiro é uma “medida das coisas vendáveis,” ou seja, o meio usado para medirmos o valor delas. Por exemplo, avaliamos as coisas em número de dólares, que nos servem como ponto de referência por ser a nossa moeda corrente. É dever do Estado – que também mantém os padrões de pesos e medidas – manter o dinheiro, dentro do possível, como uma medida estável de valor. Isto porque, quando o valor da moeda corrente é alterado, os termos de todos os contratos também são afetados, em detrimento do justo comércio e do bem comum. Para tal efeito, o Estado deve assegurar especialmente a estabilidade política, que garante o valor do dinheiro ao longo do tempo, uma vez que o comércio precisa ter garantia de estabilidade futura para planejar e prosperar. Além disso, deve garantir para si as funções de determinação e emissão de sua moeda, uma vez que estas são atributos da soberania, e quem as exercer dirigirá não só todas as operações econômicas, mas também as da nação. Qualquer entrega desses poderes correria facilmente o risco de colocar o país nas mãos de um governo-fantasma de manipuladores.

O dinheiro como meio de troca

A finalidade primária do dinheiro é servir como meio de troca. A partir do momento em que se possa determinar o valor de um bem em termos de dólares, por exemplo, o comércio pode começar. O dinheiro torna-se então uma reivindicação imaterial e legal e um direito de compra, socialmente reconhecido e transferível.²⁸²

Um dos modos de realizá-lo é pela troca de mercadorias, ficando as contas zeradas como se fazia nas feiras medievais, e se faz no setor bancário moderno. Tais práticas diminuem a necessidade de grandes quantidades de dinheiro.

O dinheiro como meio de troca é mais comumente expresso por uma moeda física, a fim de facilitar o comércio. Desde a Antiguidade os Estados emitiram moedas sob várias formas estabelecidas por convenção e fixadas por lei. Convém que a moeda seja de boa qualidade, tenha durabilidade e beleza, para tornar-se mais desejável e respeitada, portanto mais confiável. Por isso as autoridades sempre usaram na sua fabricação altos padrões de desenho ou materiais de qualidade, como os metais nobres. No entanto, acreditamos que o dinheiro não deve monopolizar tais metais a ponto de privar a sociedade do seu uso como símbolos artísticos de excelência.

O dinheiro deve ser confiável

Um conceito orgânico de dinheiro não pode basear-se só na autoridade. Algo do fluxo vital do povo deve entrar no seu uso. O valor do dinheiro ser encontrado em seu valor nominal legal, mas sem a confiança do público ele facilmente falhará ou cairá em desuso. Ou seja, o valor de uma moeda é especialmente definido pelo seu valor extrínseco, baseado nos costumes e nas convenções do público. Como resultado, embora o dólar tenha o mesmo valor nominal em todos os lugares, sua avaliação pelas pessoas variará muito e conferirá poder de compra diferente, dependendo do tempo e do lugar.

O padre Luis de Molina, da Escolástica Tardia, observa: “Nas trocas de dinheiro, devemos levar em conta não o valor que está na sua natureza, mas a estimativa desse valor”. Do mesmo modo, seu colega neo-escolástico Frei Tomás de Mercado especifica que o mais importante na troca de dinheiro não é o seu valor de metal ou norma legal, mas “o valor extrínseco, que é acidental e depende de estima”.²⁸³

O dinheiro deve ser adequado

O dinheiro seguro deve ser prático e servir comodamente ao homem nas suas operações de troca. Ele foi inventado para facilitar e preservar a vida da comunidade, tornando as transações mais fáceis e mais justas. Ele resolve embaraçosos problemas da troca direta, substituindo grandes mercadorias por pequenos símbolos de valor e medida, postos a serviço da comunidade.

O dinheiro se torna um fardo para a comunidade quando é super ou subvalorizado, e quando existe em demasia ou insuficiência. Perde então a sua qualidade de facilitar a troca, e também a confiança do público. Torna-se oneroso, pois a comunidade passa a servir ao dinheiro, quando está na própria natureza do dinheiro servir ao homem.

Muitas moedas surgiram precisamente para facilitar a troca. Na linha da inovação, podemos mencionar o nosso dinheiro de emergência colonial da Pensilvânia do século XVIII, nascido de uma grande escassez de moedas de ouro e prata. Emitida pelas autoridades coloniais, a “libra da Pensilvânia” – um papel-moeda bem regulado – circulou com grande estabilidade e facilidade.²⁸⁴ Houve também formas imaginativas de cancelamento de dívida, como a *vara talhada*, popular especialmente na Inglaterra.

Amplamente utilizada nos tempos medievais, a vara de avelaneira, na qual se faziam talhos para significar quantias em dinheiro, serviu como ferramenta do Tesouro para a arrecadação de impostos. Seu uso contínuo perdurou até 1826.

Atendendo a necessidades locais

Na linha de soluções orgânicas medievais, não havia um sistema monetário unificado. A maior parte do dinheiro provinha de sistemas monetários locais, onde o dinheiro era ajustado em função da localidade e das suas necessidades. Fizeram-se algumas cunhagens de moedas nacionais com projeção internacional, a fim de facilitar grandes transações estrangeiras. Para a sua comodidade, as pessoas chegavam a usar várias moedas para compra. O dinheiro era extremamente flexível e prático.

Não é de surpreender que o dinheiro medieval tenha dado mostra desse caráter orgânico flexível. Assim como a soberania era “parcelada” para formar uma nação de pequenas nações vigorosas, não era incomum na época medieval que um soberano autorizasse outras autoridades locais a cunhar moedas em separado, para a comodidade das suas respectivas populações.

A França medieval, por exemplo, tinha muitas cunhagens independentes disseminadas por todo o país, todas elas com diferentes pesos, denominações, ligas e tipos.²⁸⁵ Mesmo em países com uma única unidade monetária, o dinheiro tendia naturalmente a adaptar-se às necessidades da comunidade, quando em contato com a realidade econômica concreta.²⁸⁶ A economia funciona melhor quando a moeda é autorizada a adaptar-se às taxas monetárias, ao custo da mão-de-obra e aos níveis de preços peculiares a lugares e culturas, sem interferência externa.

Unidade e diversidade

É muito característico da época medieval que, de uma imensa diversidade de cunhagens, aparecesse uma fonte estável de unidade. Havia dois tipos de dinheiro. O primeiro, extremamente estável, foi chamado de abstrato ou “fantasma,” já que não possuía forma física. Esta unidade geralmente não era cunhada, mas existia na mente como uma medida de valor ou como transações em livros de contabilidade do grande comércio internacional. O mais comum desses dinheiros da Europa medieval eram as várias versões de uma unidade de libra.

O segundo tipo de dinheiro era uma grande variedade de moedas locais e nacionais, que existiam como meios de troca em função de determinada moeda corrente. Para colocar em termos atuais, seria como se existisse um conjunto de dólares estáveis e valiosos, que quase nunca fossem cunhados, e cujo valor raramente mudasse. Haveria também uma variedade de moedas correspondentes aos *pennies* (um centavo), *nickels* (cinco centavos) e *dimes* (dez centavos), ou outras moedas fracionárias que variassem de valor de acordo com as condições locais, de tal modo que 120 moedas de um centavo pudessem ser iguais a um dólar em um lugar e iguais a 80 centavos em outro.

Liberdade para desenvolver e adaptar-se

Embora essa desconcertante variedade de sistemas monetários possa parecer impraticável para as mentes modernas, havia suas vantagens. A primeira era que, ao reduzir o dinheiro a proporções razoáveis, eliminava a necessidade de complexos sistemas de regulação e controle pelo Estado e por bancos centrais. Nesse sistema descentralizado e favorecedor da subsidiariedade, cada sistema monetário – internacional, nacional ou local – cuidava de seus próprios mercados. Isso reduzia

também o perigo de manipulação e a ineficiência das moedas; pois, se o sistema se tornasse oneroso e impraticável para uma população, poderia ser facilmente substituído por um concorrente operando nas redondezas.

Em segundo lugar, e mais importante, era permitido às pessoas movidas pela paixão de justiça comutativa expressar-se livremente em sua própria moeda ou nos seus sistemas monetários. Através de usos e costumes, a moeda adquiria o conteúdo, a forma, a quantidade e o valor que melhor serviam ao povo de uma área.²⁸⁷ Além disso, esse mesmo costume relegou o dinheiro ao seu devido lugar secundário, num regime de serviços, obrigações e benefícios.

Forçar as nações a aderir a um único padrão monetário em uma economia mundial é impor-lhes um sistema que não pode ajustar-se às necessidades locais. É como forçar as pessoas a falar mal uma língua mais universalmente usada, mas diferente da língua ou dialeto com que se expressam melhor. Além do mais, quando um membro de tais uniões monetárias vacila, todos sofrem, o que causa sofrimentos injustos às nações mais pobres e coloca encargos imerecidos sobre as mais ricas.²⁸⁸

A moeda medieval permanecia ao mesmo tempo estável e adaptável. Em tempos de grande crise ou de emergência, podia ser inflada ou desinflada para distribuir o ônus da crise por toda a população. Em tempos normais, à medida que a economia se desenvolvia, o dinheiro também se adaptava adequadamente, ainda que lentamente e de forma gradual, adicionando ou alterando um sistema já existente e profundamente enraizado nos costumes do povo, de modo que a mudança era quase imperceptível.

Ao descrever o dinheiro medieval, nosso objetivo não é aplicar fórmulas idênticas nos dias de hoje, mas sim apontar meios pelos quais o dinheiro pode retornar à ordem. Procuramos um conceito de dinheiro pelo qual ele não mais rege a sociedade, mas torna-se de novo servo do homem, encontrando maneiras de facilitar a comodidade da troca. O dinheiro deve voltar a ser estável como medida de valor das coisas vendáveis, e não um instrumento a ser manipulado. No contexto da sociedade orgânica, ele deve ser uma expressão da adaptação da cultura de um povo em sua busca apaixonada de justiça.

²⁷⁹ São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I-II, q. 2, a. 1.

²⁸⁰ São Tomás defende esta visão quando afirma: “Mas, se a situação dos seres humanos que usam a riqueza é alterada (por exemplo, se agradasse a um rei ou a uma comunidade que as moedas não tivessem nenhum valor), o dinheiro não teria valor e nada ofereceria para as necessidades da vida”. São Tomás de Aquino, *Commentary on Aristotle's Politics*, trans. Richard J. Regan (Indianapolis: Hackett Publishing, 2007), 53.

²⁸¹ Constituição dos EUA, artigo I, Seção 8. Citando a Constituição americana, Milton Friedman observa: “Não há provavelmente nenhuma outra área da atividade econômica em relação à qual a intervenção do governo tenha sido tão uniformemente aceita”. Milton Friedman, *A Program for Monetary Stability* (New York: Fordham University Press, 1980), 8.

²⁸² O dinheiro representa um crédito sobre a comunidade econômica. Ele é criado e emitido da mesma forma como uma pessoa faz uma promessa ou cria uma relação contratual. Também nos lembramos da definição de Georg Simmel: “Todos os outros objetos têm um conteúdo específico a partir do qual deriva o seu valor. O dinheiro deriva seu conteúdo a partir de seu valor, que é o valor transformado em uma substância, o valor das coisas sem as próprias coisas”. Simmel, *Philosophy of Money*, 121.

²⁸³ Chafuen, *Faith and Liberty*, 63.

²⁸⁴ Richard Lester afirma que durante os 52 anos em que a Pensilvânia usou o papel-moeda padrão anterior à Revolução Americana, ela era “mais estável do que o nível de preço americano durante qualquer período sucessivo

de 50 anos”. Richard A Lester, “Currency Issues to Overcome Depressions in Pennsylvania, 1723 and 1729,” *Journal of Political Economy* 46 (junho de 1938): 325.

[285](#) Ver A. M. Innes, “What Is Money?” *Banking Law Journal* (May 1913): 377-408.

[286](#) Podemos também citar a nossa própria unidade colonial de moeda corrente, a libra, cujo valor em *shillings* variava muito nas colônias.

[287](#) Podemos ver essa grande variedade de dinheiro no Japão pré-moderno. Em 1871, o iene foi oficialmente adotado como unidade monetária básica. O governo suspendeu a troca das notas dos clãs, que eram o papel-moeda que os senhores feudais tinham emitido e utilizado desde os fins do século XVI. Na época, estimou-se haver um total de 1.694 denominações de dinheiro dos clãs. Elas tinham sido emitidas por 244 clãs, 14 gabinetes de magistrados e nove arrendatários do xogunato durante o período Tokugawa (1603-1867). Ver *Encyclopædia Britannica* 2009 Deluxe Edition, verbete “yen”.

[288](#) Isto pode ser visto na insatisfação de muitos países europeus, que querem voltar para sua própria moeda, uma vez que o euro levou a abusos por parte de alguns e tornou-se um fardo excessivo para os outros.

Capítulo 36

Dinheiro e crédito

Devemos discutir ainda outra função do dinheiro, chamada por Aristóteles “reserva de riqueza”. Envolve a capacidade do dinheiro de manter seu valor ao longo do tempo, e portanto garantir a estabilidade do comércio. Talvez seja a mais problemática de todas as funções do dinheiro.

O fato de algumas moedas pré-modernas conterem metal precioso bastava para garantir seu valor futuro. Os indivíduos procuravam naturalmente acumulá-las, e até mesmo fazer reservas. No entanto, como no decurso do tempo o dinheiro ganhou estabilidade, as moedas começaram a assumir a função de armazenar riqueza, mesmo as de menor ou nenhum valor intrínseco. Tornaram-se evidentes os benefícios de transformar essas poupanças acumuladas em capital para a concessão de crédito.

Um fator de desequilíbrio

Em si, nada há de errado com a poupança de dinheiro, a formação de capital ou sua extensão como crédito. O que constitui problema é a expansão maciça do crédito, que ajuda a transformar o dinheiro de meio em fim, podendo facilmente desequilibrar a economia.

Então o dinheiro, que deveria servir naturalmente como elemento intermediário para comprar o elemento final, que é o bem ou serviço, serve o objetivo oposto. O comerciante obsessivo entra com facilidade em especulação, usando quaisquer mercadorias como elemento intermediário para chegar ao objetivo final, que passa a ser o de acumular cada vez mais dinheiro.

Esse mesmo desequilíbrio pode ser observado na alavancagem do capital, resultando em um sistema que prospera com crédito fácil e emissão de dívida. Por sua vez, isso facilita o risco e dificulta a contenção. Ao invés de ser uma reserva estável de valor, o dinheiro se torna uma ferramenta da intemperança frenética.

Hostilidade universal ao juro

Ao longo da História, vemos a concessão de crédito e a cobrança de juros entrarem como fatores de desequilíbrio. Não é sem razão que houve em todas as épocas e sociedades uma hostilidade universal à cobrança de *qualquer juro*, classificada como usura em tempos antigos. Catão e Sêneca comparam a usura ao assassinato, porque ela devastou as civilizações da Antiguidade. Notamos também nos tempos medievais uma oposição generalizada à usura, liderada principalmente pela Igreja Católica. Mas a Igreja não estava sozinha nessa oposição, pois Max Weber observa: “A proibição canônica dos juros(...)tem um paralelo em quase todas as éticas religiosas no mundo”.²⁸⁹

Muito se tem escrito sobre a oposição pré-moderna à cobrança de *qualquer juro*. Muitos afirmam falsamente que essa oposição prejudica o progresso econômico, porém não reconhecem que o impulso dessa oposição era voltado para as elevadas taxas de juros e o alto risco, empréstimos ao consumidor que atingiam os mais vulneráveis na sociedade. Esses críticos não vêem a usura através dos olhos dos santos medievais, que a denunciaram como o flagelo que “sempre tritura e consome os ossos dos pobres”.²⁹⁰

Restos dessa hostilidade se estenderam até os tempos modernos. Para dar um exemplo, citemos o comentário surpreendente de um dos Pais da Pátria, John Adams, que denuncia o crédito como a causa de tanta loucura, acrescentando que quem descobrisse uma maneira de aboli-lo para sempre “mereceria uma estátua em sua memória”.²⁹¹ A partir do início do século XX, a resistência popular ao crédito para o consumidor foi gradualmente superada pela compra a prestações, pelos cartões de crédito e outros esquemas de consumo, que ajudaram a criar a nossa atual cultura creditícia.

Sabedoria das normas da Igreja sobre o crédito

O longo e áspero debate sobre o crédito nos tempos pré-industriais foi amplamente dominado pela proibição da usura pela Igreja. Basta dizer que a Igreja reconheceu o desenvolvimento das condições econômicas dos tempos e definiu as amplas oportunidades de investimento, bem como os generosos títulos extrínsecos através dos quais o juro moderado podia ser cobrado.²⁹²

O resultado foi uma política de crédito que na realidade ajudou, e não o obstruiu, o desenvolvimento econômico. Escreve John Noonan: “A regra, da maneira como foi aplicada, não sufocou o comércio. Em alguma medida ela regulamentou o curso de crédito”. Além disso, observa esse autor que essa regra até estimulou “uma utilização de investimentos de risco partilhado maior do que poderia ter ocorrido”.²⁹³

A posição da Igreja também recebeu o inesperado apoio de John Maynard Keynes, que a havia rejeitado anteriormente a atitude da Igreja em relação ao crédito como absurda, considerado os títulos extrínsecos do juro como “uma fuga prática de uma teoria tola”. Numa análise posterior, Keynes mudou de opinião e reconheceu a sabedoria nos esforços dos escolásticos com relação aos juros, uma vez que suas formulações permitiam que “a taxa de eficiência marginal do capital fosse elevada, ao mesmo tempo que empregava as normas, os costumes e a lei moral para manter baixa a taxa de juros”.²⁹⁴

Podemos também acrescentar que a atitude da Igreja para com a usura era amplamente apoiada pela maioria dos que não estavam clamando por crédito na ordem medieval pré-industrial. “Não havia uma colisão aguda entre a doutrina da Igreja e a política pública do mundo dos negócios”,²⁹⁵ observa o historiador R. H. Tawney. A economia pré-moderna não era monetária e não requeria enormes desembolsos de capital.

O historiador Charles Beard observa: “Antes da Revolução Industrial as comunidades eram mais auto-suficientes, e a concorrência entre os trabalhadores locais era muito limitada. Eram desconhecidas as vastas fortunas acumuladas por indústrias manufatureiras, e *havia pouca demanda de capital antes do surgimento do sistema de fábricas*”.²⁹⁶

Observamos também que essa mesma atitude em relação ao dinheiro e ao crédito impediu a formação de enormes bolhas especulativas. Em sua extensa história sobre a especulação financeira e as bolhas, Edward Chancellor salta a Idade Média, já que nada tinha a relatar. E observa que “a cultura da Europa medieval *era hostil à especulação financeira*, tanto por razões práticas como ideológicas”.²⁹⁷

Uma campanha agressiva

Tudo isso mudou com o advento da Revolução Industrial. É curioso que, embora muitos considerassem apropriado condenar severamente a Igreja por sua proibição, poucos criticaram os promotores de uma sociedade cada vez mais comercial, impulsionada pela intemperança frenética, que favorece enorme expansão de crédito para o financiamento de riscos cada vez maiores, com consequências muitas vezes trágicas.

Na verdade, a Revolução Industrial do século XIX produziu um sistema financeiro com explosão de oportunidades de crédito, a tal ponto que os novos mercados monetários tornaram todo o dinheiro essencialmente gerador de juros, de acordo com os títulos extrínsecos permitidos pela Igreja.²⁹⁸

Esses mesmos mercados monetários criados pela Revolução Industrial facilitaram também o estabelecimento oficial do sistema bancário de reservas fracionárias, pelo qual um banco pode multiplicar seu dinheiro emprestando mais do que possui em caixa. Desta forma, o crédito desenfreado e fácil tornou-se um elemento permanente nas economias modernas. Isso alimenta a especulação, a inflação e a exploração, levando a alavancagem do crédito a extremos absurdos, em detrimento final da economia. Podemos traçar as consequências dessa explosão de crédito não só através dos sucessos financeiros, mas também dos destroços de bolhas, falências e bancarrotas que poluem as páginas da história econômica moderna, com bilhões e agora trilhões de dólares de perdas. É esse mesmo crédito que possibilita a montanha de dívidas do consumidor e as hipotecas, que levam tantos a viver além de seus meios. Esse crédito facilita naturalmente o maciço déficit orçamentário dos governos.



Photo/American TFP Archive

Na economia moderna, o crédito fácil alimenta a intemperança frenética.

Enfrentando um dilema

A procura de solução na área do crédito nos coloca no seguinte dilema: Se admitirmos que os mercados monetários modernos cobrem juros moderados em certos títulos extrínsecos, nenhum argumento razoável será capaz de evitar nova explosão de crédito e enorme endividamento, como ocorre atualmente. Por outro lado, se condenarmos a cobrança de todo e qualquer juro, enfrentaremos a perspectiva de sufocar as legítimas necessidades das nossas economias complexas e desenvolvidas.

Isso nos permite ver facilmente que o problema não é o crédito em si, mas a intemperança frenética com a qual ele é utilizado para romper com as restrições normais e lançar-se na busca de algum ganho rápido e fácil ou do sonho de felicidade do consumidor. Se não for enfrentado esse espírito irrequieto de intemperança frenética, todo esforço será em vão.

Um sistema de justiça

Por isso insistimos em uma economia guiada pela justiça, e não pelo dinheiro e pelos mercados. O regime do dinheiro torna o atual sistema de moeda e crédito inevitável; o regime da justiça torna-o impossível.

Há certas coisas que uma sociedade governada pela justiça não permite. Ela não vive além de seus meios. Sobrecarregar as gerações futuras com despesas do presente é uma ofensa aos preceitos mais básicos da justiça. Ela não permite a deliberada concessão excessiva de crédito nem a sua aceitação por pessoas que não dispõem de meios para pagar. A justiça tempera o crédito e os gastos, uma vez que não desejamos aquilo que não nos convém. A justiça exige que não se levante dinheiro para conceder empréstimos ou financiar certos tipos de especulação e manipulação financeira, com fundos que na verdade não existem.

Em outras palavras, a justiça cria as condições para uma economia ordenada e temperante, a qual será assim livre para operar de acordo com as suas próprias normas de prudência.

Usura e caridade não se misturam

Por isso insistimos também em uma economia influenciada pela caridade, esse hábito que nos predispõe a amar a Deus sobre todas as criaturas, e a nós mesmos e ao próximo por amor de Deus. Santo Antonino ensina que, ao colocar o bem maior acima do menor, a caridade regula a afetividade e a vontade do homem, dando-lhe uma verdadeira hierarquia de valores. Desta forma, a chama da caridade serve para reprimir a paixão por lucros infrenes e consumo descontrolado.

Isto se aplica especialmente a uma sociedade de consumo, a qual multiplica tanto as oportunidades de crédito quanto as ocasiões de ruína e falência. Onde a caridade impera não encontramos a atmosfera de “um cão devora o outro” dos mercados que usam o crédito para aumentar lucros a todo custo e acima de todas as coisas. Prevalecendo uma verdadeira hierarquia de valores, não se vê a busca sem rumo da felicidade material, que leva tantos consumidores a viver além de seus meios. Não existe a oferta e aceitação de grandes somas de crédito que sobrecarregam com dívida maciça os indivíduos de poucos recursos.

Assim, a mentalidade medieval achava difícil conciliar a usura – causa de tanto sofrimento – com ideia de caridade cristã e de fraternidade, que devem prevalecer na Cristandade. Não é justo os cidadãos se devorarem uns aos outros, exclamou Santo Antonino sobre os agiotas. Santo Alberto Magno, São Bernardino e tantos outros afirmam que em nenhuma circunstância deve um cristão tirar proveito de seu próximo. São Tomás de Aquino chama a usura de mal, porque “devemos tratar cada homem como o nosso próximo e irmão, especialmente nas condições evangélicas, às qual todos somos chamados”.^{[299](#)}

Empréstimos ao irmão e ao próximo

Tal maneira de pensar não nega a necessidade de empréstimos ocasionais, especialmente em tempos difíceis. Nem mesmo proíbe outros empréstimos com juros moderados – por exemplo, os que envolvem atividades comerciais – de acordo com os títulos extrínsecos permitidos pela Igreja, acima referidos.

Tal atitude vai ainda mais longe. Busca alternativas baseadas em modelos de caridade, que moderam as condições em que os empréstimos se tornam onerosos aos irmãos e evitam que eles sejam sobrecarregados com uma dívida constante. Assim as famílias cristãs auxiliam seus membros em necessidade. Inúmeras associações intermediárias, tais como as corporações, proporcionavam empréstimos sem juros a seus membros ou aos pobres. A Igreja montou suas próprias organizações de ajuda financeira, como os *montepios*, que emprestavam dinheiro em troca de objetos deixados em penhor, visando proteger dos agiotas as pessoas pobres em grande necessidade.

Escreve o historiador Henri Pirenne: “O flagelo das dívidas, que na Antiguidade grega e romana tão duramente afligia as pessoas, foi poupado à ordem social medieval, e pode muito bem ser que a Igreja tenha contribuído em grande medida para esse resultado feliz”.³⁰⁰

Infelizmente, não podemos dizer o mesmo sobre os dias de atuais.

Caridade para com todos

Acima de tudo, os atos de caridade provaram ser o maior escudo contra a usura. A Igreja liderou o caminho e estimulou todos a oferecer doações em dinheiro e bens aos que se encontravam em grande necessidade. Lemos como os ricos distribuíam grandes quantias aos pobres. Havia constantes admoestações anexadas aos estatutos de inúmeras associações e corporações medievais, incitando a dar esmolas aos pobres. Os serviços aos necessitados deviam ser prestados gratuitamente.

O historiador Franz Funck-Brentano escreve: “Assim se viu desenvolver a grande virtude da Idade Média: o *amor*. Nunca o preceito divino e humano *Amai-vos uns aos outros* penetrou mais profundamente nos corações(...). E o principal resultado deste amor é a generosidade em dar”.³⁰¹

Se quisermos uma economia sadia, devemos nos opor ao abuso da função do dinheiro como reserva de valor, que torna possível o nosso mundo de crédito desenfreado. Não negamos a necessidade do crédito para ajudar a construir economias. O que criticamos é a explosão de crédito que facilita o espírito de intemperança frenética.

É uma explosão que nenhum regulamento ou lei pode conter, pois a paixão desenfreada tentará sempre contornar a regulamentação. Eis por que devemos recorrer àquela paixão pela justiça, que restabelece o direito. Eis por que devemos ser consumidos pelo fogo da caridade, que aperfeiçoa a justiça e une todos os corações.

²⁸⁹ Weber, *Spirit of Capitalism*, 201.

²⁹⁰ John T. Noonan, Jr., *The Scholastic Analysis of Usury*, Cambridge: Harvard University Press, 1957, 78. Noonan também observa que durante a Idade Média o capital era em geral escasso, e mesmo com toda a pressão moral sobre os credores, as autoridades haviam sido geralmente incapazes de diminuir abaixo de 35% a taxa de juros cobrada pelos agiotas públicos. Ver *ibid.*, 294.

[291](#) Forrest McDonald, “The Founding Fathers and the Economic Order,” in *History, on Proper Principles*, eds. Klugewicz and Ealy, 265.

[292](#) Conquanto condenasse rigorosamente a cobrança de qualquer coisa acima e além do capital, a Igreja definiu as circunstâncias em que isso podia ser permitido. São os chamados títulos extrínsecos para a cobrança de juros. Os títulos mais comuns são quando o emprestador está em perigo de perder o lucro sobre seu capital emprestado (*lucrum cessans*) ou não pode emprestar dinheiro sem se expor a uma perda ou privação de um ganho (*damnum emergens*). Outros títulos incluem empréstimos feitos a inimigos, juros como donativo, juros como pena (*pæna conventionali*), juros em caso de atraso, e casos semelhantes.

[293](#) Noonan, *Scholastic Analysis of Usury*, 195.

[294](#) John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Amherst, N.Y.: Prometheus Books, 1997), 351-52.

[295](#) R. H. Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism: A Historical Study* (New York: Harcourt, Brace, 1926), 38.

[296](#) Charles Beard, *The Industrial Revolution* (Westport, Conn.: Greenwood Press Publishers, 1975), 48.

[297](#) Chancellor, *Devil Take the Hindmost*, 6. (ênfase nossa)

[298](#) Uma vez que os mercados monetários colocam qualquer pessoa que não esteja utilizando depósitos remunerados “em perigo de perder um ganho” – *lucrum cessans*, um dos títulos extrínsecos do juro — isto foi julgado uma razão especial, entre outras, para autorizar a cobrança de juros moderados.

[299](#) São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, II-II, q. 78, a. 1, ad. 2.

[300](#) Pirenne, *Medieval Cities*, 125.

[301](#) Funck-Brentano, *Middle Ages*, 164.

Capítulo 37

O lastro do dinheiro

O dinheiro não pode ser criado de forma arbitrária. Ao Estado só é permitido dar o consentimento para emitir dinheiro quando houver necessidade real.

Em uma economia dominada por uma paixão pela justiça, todo o dinheiro deve ser garantido por bens e serviços. Um modo pelo qual o dinheiro permanece geralmente estável é quando a quantidade em circulação se mantém na proporção do valor dos bens e serviços. Com efeito, escreve o padre Bernard Dempsey: “A oferta fixa de dinheiro, ou um suprimento apenas alterado de acordo com critérios objetivos e calculáveis, é condição necessária para que o dinheiro tenha valor justo e significativo”.³⁰²

Determinando a oferta de dinheiro

Em uma economia orgânica não existe fórmula exata para determinar a quantidade correta de oferta de dinheiro, uma vez que ela depende de muitos fatores. Deve-se considerar a taxa pela qual o dinheiro circula. As pessoas podem também preferir amedrontar grande parte de sua riqueza em propriedade pessoal ou imobiliária, em vez de dinheiro sonante, o que por sua vez diminui a necessidade de dinheiro. Há certas extensões de dinheiro, tais como títulos de crédito, cheques, câmaras de compensação, permutas ou outros substitutos, que também diminuem a necessidade de emissão de moeda.

A oferta de moeda é mantida quando o governo faz novas emissões para substituir o que se perdeu através do desgaste. Também pode aumentar o estoque de dinheiro para apoiar o crescimento da economia. Tal dinheiro se lastreia no prestígio do Estado para transmitir parte de seu valor; e pode exigir senhoriação, ou seja, um pequeno lucro como pagamento pelo fornecimento de um meio de troca para o público. Isto é especialmente verdadeiro com moedas de pequeno valor, como a nossa própria cunhagem americana, realizada pelo Estado como um serviço ao público e em proveito do Tesouro.

Lastro do dinheiro

Quando grandes infusões de dinheiro são necessárias em épocas de crise, grandes investimentos ou reconstrução, o dinheiro precisa encontrar uma “cobertura” para garantir a confiança do público. É preciso impedir a inflação da moeda vinculando-a a um valor futuro.

Historicamente a emissão desse dinheiro tem sido coberta de diversos modos, como terras, ativos do governo, metais e mercadorias; outras vezes por meio de receitas de futuros impostos, títulos e empréstimos. Em tempos de guerra, moedas fiduciárias circularam e conservaram surpreendente valor com base unicamente no comovedor patriotismo do povo.

Tudo isso faz parte da flexibilidade do dinheiro, nascida do engenho dos homens que o inventam para uma melhor prática da justiça e serviço do bem comum.

Estabelecendo normas de justiça

A partir dessas considerações, alguém poderia finalmente perguntar que plano monetário oferecemos no atual tempo de crise. Em lugar de propor um esquema

concreto, seja-nos permitido definir primeiro as normas de justiça que devem caracterizar o sistema que desejamos para que tenhamos uma moeda sólida, de ampla oferta e valor estável. Rejeitemos a tentação de alavancar o dinheiro, o que tanto favorece o crédito desenfreado, expansão e especulação.

O dinheiro deve voltar a cumprir suas funções primárias como medida de valor, meio estável de troca e reserva temperante de riqueza. Que o Estado volte a emitir dinheiro, e que ele não gere ou aumente o débito. Que o dinheiro sirva como meio conveniente de troca. Que ele goze da confiança das pessoas e seja uma verdadeira expressão de sua cultura.

Nenhum sistema monetário pode suprimir a ganância, já que sempre haverá gananciosos neste vale de lágrimas. Se deixarmos funcionar os dois tribunais de justiça, não veremos a manipulação do dinheiro, a intemperança frenética e a busca incansável de oportunidades de lucro, que tanto destroem a integridade do dinheiro e dos homens.

Quando a justiça impera, a prudência coloca naturalmente em prática sistemas de normas simples, cheias de bom senso, sabedoria e flexibilidade. A caridade se torna então mais capaz de aperfeiçoar a justiça e de servir ao homem em suas necessidades.

Qual sistema?

Aos que insistem em nos perguntar qual sistema específico preferimos, responderíamos que muitos sistemas funcionaram no passado: moedas locais, nacionais e internacionais, dinheiros fantasmas, varas de registro e sistemas de senhoriagem. Muitos meios têm sido usados com êxito para registrar o valor do dinheiro – metais, couro, papel, livros, e até sistemas eletrônicos. Muitas coisas têm servido para garantir o dinheiro e mantê-lo estável.

Contanto que as normas de justiça acima sejam cumpridas, pouco importam o sistema ou os sistemas utilizados. É melhor deixar tais decisões aos diversos usos e costumes a partir dos quais os homens sempre criaram dinheiro para a melhor prática da justiça.

Alguém poderia finalmente objetar que isto dificilmente poderia ser chamado uma solução econômica. Ela não oferece sistemas práticos e teorias monetárias necessárias para nos proporcionar dinheiro saudável. Constitui mera manobra para fugir de uma solução real.

A base de uma boa moeda

Responderíamos a isso que, embora deliberadamente ignorada por muitos economistas, uma consideração importante vai além da teoria monetária. A história tempestuosa do dinheiro comprova que o mau dinheiro aparece com mais frequência não devido a má teoria monetária, mas a atos humanos despóticos ou manipuladores.

Embora uma boa teoria monetária seja essencial, importa insistir sobre um fato que deveria ser óbvio: as boas ou más ações dos homens na sociedade são o que realmente determina o curso da economia e a solidez do dinheiro. Em última análise, o homem que apela para o dinheiro para a melhor prática da justiça, deve também apelar para as virtudes correlatas que essa justiça exige.

Na realidade, a integridade de qualquer moeda baseia-se na confiança da autoridade que a emite. Quando a autoridade busca a justiça, o dinheiro goza do poder e do prestígio do cargo posto a serviço do bem comum. Não hesitamos em afirmar que o nosso próprio sistema “capitalista” não teria prosperado se não fosse pelas virtudes naturais “burguesas” de homens e autoridades.

Quando a autoridade não governa com justiça, trai a confiança do povo e ignora o primado da lei, não existe sistema monetário que não possa ser contornado ou teoria monetária que não possa ser pervertida na busca de ganhos ilícitos. Não temos nenhuma dúvida de que a origem da atual crise está não só numa política monetária doentia, mas também nos atos imoderados de incontáveis homens e autoridades cuja intemperança frenética conduziu à ruína o nosso sistema.

Em vão se discorre sobre política monetária saudável fora da virtude. As lições da História mostram que, onde líderes virtuosos e reis santos governam, uma moeda sólida e uma saudável política monetária florescem. Lemos que quando a moeda francesa foi enfraquecida pelas guerras e políticas dos reis no século XIV, o povo clamava e ansiava pelo “dinheiro forte” do bom rei São Luís. Neste sentido, o melhor lastro do dinheiro é a virtude, especialmente a virtude sobrenatural. Ela ofusca de longe o brilho do ouro.

Se buscarmos uma regra geral que nos oriente na crise atual, então que seja esta: cada povo constrói o sistema monetário que reflete os seus valores. Nosso sistema atual reflete o regime do dinheiro e o conjunto de valores que a intemperança frenética nos impõe. Se quisermos retornar à ordem, devemos substituir o atual regime do dinheiro por outro regime. Devemos adotar um novo conjunto de valores, do qual surgirá um remédio monetário orgânico.

[302](#) Bernard W. Dempsey, *Interest and Usury* (London: Dennis Dobson, 1948), 210.

UMA TEMPERANÇA EQUIVALENTE

Capítulo 38

Um conjunto diferente de valores

Para combater a intemperança frenética deve haver uma temperança equivalente. A finalidade e o sentido desta temperança é o estabelecimento de uma ordem interna no homem e na sociedade, a partir da qual surgem a serenidade e a harmonia. ³⁰³

Essa solução é contrária à dos socialistas ou progressistas, segundo os quais a única maneira de conter uma economia “selvagem” é uma igualmente selvagem regulamentação, que no entanto restringiria todo o comércio. Seria o equivalente a usar uma camisa de força para fazer cessar uma coceira persistente, em vez de um bálsamo. O que precisamos é enfrentar o verdadeiro problema da coceira.

Pouco adianta estabelecer um sistema monetário baseado na justiça ou na caridade, se o estado temperamental dos homens os leva a envolver-se em empreendimentos frenéticos numa situação em que o dinheiro está destinado a desempenhar papel dominante em nossas vidas. Esse regime do dinheiro e seu conjunto de valores são lenha na fogueira da intemperança frenética. A única maneira de combater esse regime intemperante é opor-lhe um regime que promova a temperança.

Um retorno ao regime da honra

Esse choque de dois regimes não é tão novo assim. Ao longo da História, dois lados, duas perspectivas econômicas, dois estilos de vida se têm oposto um ao outro em constante combate. De um lado o regime do dinheiro, com um conjunto de valores laicos, que inclui quantidade, funcionalidade, eficiência e utilidade. Ele tende a reduzir tudo a termos de interesse próprio, matéria e produção. No outro lado, outro regime com seu conjunto próprio de valores, que se opõe ao regime do dinheiro.

Temos certa dificuldade em dar um nome a este regime oposto ao do dinheiro. Para descrevê-lo, muitos autores usam termos como “moral,” “status” ou “humanitário”. E citam a virtude, a tradição ou o prestígio como seus atributos. No entanto, a onda avassaladora de mudanças operadas pela nossa sociedade industrial corroeu de tal modo o significado desses termos, que se tornou difícil encontrar uma palavra que caracterize inteiramente esse regime.

Cremos que *honra* é a palavra que melhor o descreve, pois permanece menos maculada pelo igualitarismo brutal da modernidade. Honra se associa a uma autêntica estima por tudo quanto é excelente, numa atmosfera social de respeito, afeto e cortesia. Ela paira acima do estritamente material, funcional e prático.

Ao usar a palavra *honra* – e não *prestígio*, por exemplo – evitamos o equívoco dos que confundiriam nossa ordem com vanglória, vaidade ou orgulho. Ao contrário, honra transmite a ideia de valores que não podem ser comprados ou vendidos, espalha a atmosfera de tranquilidade e temperança que desejamos.

Resposta mais eficaz contra o regime do dinheiro

O regime da honra é uma resposta adequada ao regime do dinheiro, por definir um estilo de vida que leva naturalmente os homens a estimar e buscar as coisas excelentes. Ele introduz no mercado um conjunto de valores que inclui qualidade, beleza, bondade e caridade. Este regime está aberto à influência tranquilizadora das virtudes cardeais, que injetam equilíbrio e bem-estar psicológico na sociedade e na economia.

Este regime é tão poderoso que quando a honra é disseminada em todos os níveis da sociedade, o dinheiro perde o seu atrativo. Certas profissões – professor universitário ou militar, por exemplo – são sustentadas muito mais pela verdadeira honra do que pelo dinheiro. Quando impera a honra, a influência do dinheiro diminui, as instituições são zelosas de sua reputação, as famílias defendem seus nomes, a cultura floresce.

Riquezas e honra

Ao afirmar o regime da honra, não menosprezamos de forma alguma as riquezas, os bens ou o dinheiro. Afirmamos apenas que eles não devem dominar a cultura.

Também não defendemos uma economia primitiva ou empobrecida, desprovida de luxo e esplendor. Onde a honra impera, os homens fazem uso abundante dos bens materiais para que a vida em sociedade se torne digna, reta e agradável ao corpo e à alma. Tende-se a acumular mais riqueza em bens do que em dinheiro. O luxo torna-se uma expressão de bom gosto, e não medida de honra.

Em contraste, quando o regime do dinheiro domina, as riquezas se tornam a medida suprema da vida. Decaem os princípios e convicções, permitindo à mídia reinar soberana e tornar atraente a procura e exibição de luxos extravagantes. Este regime cultiva um cosmopolitismo superficial e insípido, caracterizado pela decadência da cultura e do bom gosto.

Transcendendo a economia moderna

Talvez a maior vantagem do regime da honra seja que muitos problemas modernos relativos ao dinheiro e ao crédito são simplesmente contornados ou transcendidos.

Um regime de honra favorece, por exemplo, a acumulação calma de riqueza e o crescimento ordenado. Como resultado, não se observam as velocidades artificiais da Revolução Industrial, incitando a sociedade a produzir freneticamente ou consumir loucamente. Assim, a economia já não exige injeções maciças de empréstimos, capital e outros instrumentos financeiros que dominam a economia moderna.

De modo análogo, o regime da honra muda profundamente a economia, modificando a demanda de bens. Seu conjunto de valores substitui de modo efetivo o consumismo de hoje. A produção tende a ser menos padronizada em uma sociedade que valoriza os relacionamentos mais que o dinheiro, a qualidade mais que a quantidade, a beleza mais que a utilidade. Os padrões de demanda dessa sociedade dão aos produtores todo o incentivo para produzir bens de maior durabilidade, valor permanente e qualidade artesanal. A publicidade natural difundida pela boa reputação do produtor significa para o consumidor muito mais do que a publicidade comercial de insatisfação induzida.

O caráter e não o capital

O maior produto do regime da honra é a construção do caráter. O próprio homem é o ponto central da produção, onde suas insondáveis riquezas de alma podem se desenvolver. Quando o regime da honra domina a economia, produz dentro de cada alma o que Richard Weaver apresenta como “a formação do caráter, a perfeição do estilo, a realização da distinção no intelecto e na imaginação”.³⁰⁴

Nesse conjunto de valores o homem é definido pelo que realmente é, não pelo que tem. Seus padrões de produção e consumo são determinados por um claro senso de identidade, de quem encontrou aquele lugar e aquela vocação que o levam a sentir-se membro da sociedade. Ele não é o “homem-massa,” sempre olhando para outros na procura de rumos. Ao contrário, ele se sente tão seguro em suas convicções, que chega

a ter uma situação ou posição na sociedade, o que quer dizer que ele não se intimida facilmente pela opinião pública, não é levado por modismos ou atraído pela fortuna rápida. Ou seja, o regime da honra favorece um tipo diferente de economia, definido muito mais pelo caráter do que pelo capital.

No regime da honra cada um cultiva uma profissão que aumenta a própria dignidade, enfatizando a respeitabilidade da sua profissão em lugar da rentabilidade. Por exemplo, o agricultor tradicional é visto muito mais como um homem de bom senso e juízo do que como gerente eficiente do solo. O artesão é muito mais um artista do que um mero fabricante de bens. No advogado ou no médico, valorizamos o homem de sabedoria, muito mais do que o especialista competente que ganha muito dinheiro.³⁰⁵

Inserindo honra na sociedade

Pode-se perguntar como restaurar o regime da honra. A isso podemos responder: Impregnei a sociedade com princípios, ideias e valores morais e a influência do regime do dinheiro diminuirá muito.

Quando a conduta humana é governada por princípios norteadores, o dinheiro torna-se incapaz de comprar a lealdade. Quando a sociedade é abençoada com uma vida intelectual rica e equilibrada, ela mostra “apreço muito maior por tudo quanto diz respeito à Religião verdadeira, à verdadeira filosofia, à verdadeira arte e à verdadeira literatura, do que pelo que se relaciona com o bem do corpo e o aproveitamento da matéria” – ou seja, o regime do dinheiro.³⁰⁶ Em uma sociedade moralizada, a capacidade do dinheiro para facilitar o pecado cai em ouvidos moucos.

Podemos destacar também o papel das verdadeiras elites nessa tarefa. Por sua preocupação com o bem comum, essas figuras representativas estão em posição natural para preservar, defender e difundir os princípios, as ideias e os valores morais cristãos. Se fiéis à virtude, à cultura, ao refinamento e à educação advindos naturalmente de suas tradições, podem servir de modelo para toda a sociedade. Se na sociedade houver em todos os níveis abundância de figuras representativas que valorizem e encarnem todas as coisas contrárias ao duro regime do dinheiro, sua influência favorecerá muito o retorno do benfazejo regime da honra.

Uma restauração moral

Em suma, a derrubada do regime do dinheiro exige uma regeneração moral centrada em um conjunto de valores mais altos, que são os da civilização cristã. Na verdade, através de seus ensinamentos, de sua liturgia e de seu exemplo moral, a Igreja insere princípios, ideias e valores morais no tecido social, inspirando os homens não ao lucro, mas a um ardente amor de Deus, por onde todas as coisas giram em torno do Primeiro Mandamento.

Sob a sombra da Cruz, a Igreja triunfou sobre o duro regime do dinheiro e lançou os fundamentos do regime da honra.

Nossa tarefa agora é descrever a proporção e a ordem do regime de honra e depois os ideais que devem inspirar esse regime. Sem uma mudança de valores, todos os esforços serão vãos e não teremos a correspondente temperança, necessária ao combate da intemperança frenética. As consequências de não voltar ao regime da honra são terríveis.

Como observa Edmund Burke: “Quando a um povo faltam o comércio e manufaturas, e permanece o espírito de nobreza e de religião, o sentimento supre a falta e nem sempre de modo deficiente”.³⁰⁷

Se prevalecer finalmente o regime do dinheiro , chegaremos à completa miséria moral. É o que indica o mesmo Burke: “Mas se o comércio e as artes se perdessem num experimento para testar em que medida um Estado pode manter-se sem esses velhos princípios fundamentais, que espécie de coisa deve ser uma nação de rudes, estúpidos, ferozes e, ao mesmo tempo, pobres e sórdidos bárbaros, destituídos de religião, honra, ou orgulho varonil, nada possuindo no presente e nada esperando no porvir?”.³⁰⁸

A escolha é claramente nossa.

³⁰³ São Tomás discute sobre esta característica restritiva da temperança dizendo que ela “livra o homem de coisas que seduzem seu apetite para não obedecer à razão” (*Summa Theologica*, II-II, q. 141, a. 2).

³⁰⁴ Weaver, *Visions of Order* 29.

³⁰⁵ Ver Plínio Corrêa de Oliveira, “[Dinheiro não é o valor supremo](#),” *Folha de S. Paulo*, 9 de maio de 1971.

³⁰⁶ Plínio Corrêa de Oliveira, [Revolução e Contra-Revolução](#), Parte II, Cap. III, 3.

³⁰⁷ Burke, “Reflections on the Revolution in France,” in *The Works of Edmund Burke*, 1:490.

³⁰⁸ Ibid.

Capítulo 39

Tendendo à auto-suficiência

Retornando ao regime da honra, prepararemos o ambiente para que uma grande temperança desça como chuva suave sobre a economia. Não poderia ser de outra forma, pois a temperança é a virtude pela qual o homem governa seus apetites e paixões naturais de acordo com as normas prescritas pela razão e pela fé. Assim, podemos dizer que a temperança dá origem naturalmente a uma economia orgânica, porquanto nos ensina a desejar o que é adequado para nós, conduzindo naturalmente ao equilíbrio, à proporção, e especialmente a uma tendência à auto-suficiência, que vamos agora descrever.

Voltar-se para dentro

Mapeando o caminho desta economia até suas raízes, notamos a preocupação dominante de voltar-se para dentro de si mesmo, por onde a pessoa provê às suas próprias necessidades. Essa tendência começa com o indivíduo e se estende à família, à comunidade e à nação.

A origem desse voltar-se para dentro vem do desejo natural do homem de expressar sua personalidade e originalidade. Para fazê-lo, extrai de si e desenvolve vigorosamente as qualidades que Deus lhe deu e as possibilidades que o tornam único e inconfundível na ordem da criação.³⁰⁹

Esse voltar-se para o interior de si mesmo contrasta agudamente com a noção moderna de individualismo, pela qual os indivíduos se fecham no mundo de seu próprio interesse, em seguida voltam-se para fora e se tornam parte das massas, a fim de evitar um isolamento completo.

Ao contrário, quando as pessoas expressam sua individualidade em uma ordem orgânica, elas mergulham profundamente dentro de si, como meio de desenvolver a autoconfiança. Isso lhes permite destacar-se e definir-se na sociedade de forma inequívoca. Eles têm princípios, certezas, independência e dignidade. Não fazem parte das massas nem são escravas da opinião pública.

Tais pessoas têm os meios para perceber o sentido de suas vidas e de sua inserção na sociedade. Elas se servem de pequenas unidades sociais, especialmente da família, para ajudar o reto desenvolvimento de sua personalidade e, em troca, comunicam algo da sua personalidade aos grupos sociais a que pertencem.

Estendendo ainda mais essa noção de voltar-se para dentro, podemos dizer que, como entidades morais, os grupos sociais também podem procurar uma expressão similar de seu caráter único. Aldeias, paróquias, instituições, academias e famílias têm a capacidade de extrair de si e desenvolver suas próprias qualidades, que brotam da riqueza pujante de seus membros. A partir desse desenvolvimento, cada grupo social encontra seu próprio caminho, podendo dar origem mais tarde a culturas e civilizações.

Uma aplicação econômica

Esta noção não pode deixar de ter aplicações econômicas. Sendo naturalmente dotado de inteligência e livre arbítrio, o homem tende por suas próprias faculdades espirituais a extrair de si todas as qualidades necessárias para prover ao seu bem-estar. Isto, por sua vez, dá origem a expressões únicas de auto-suficiência.

Desde o início da em torno da lareira da casa, o homem voltou-se vigorosamente para dentro, buscando sustentar a família. Da mesma forma, desenvolveu associações intermediárias de parentesco, comunidade e fé, voltando-se para dentro e procurando incrementar o bem-estar material e espiritual de seus membros. Associações maiores, como cidades, regiões, e até mesmo nações, formavam círculos concêntricos de preocupações e partilhavam esse desenvolvimento interior e essa auto-expressão, onde cada grupo cuidava do que era seu, recorrendo a uma instância superior apenas quando necessário, de acordo com o *princípio de subsidiariedade*.

Surpreendente auto-suficiência

Essa grande tendência a desenvolver-se e cuidar do que é próprio resulta em um grau surpreendente de auto-suficiência, que penetra todos os níveis da sociedade. Dá origem à temperança e à alegria de viver com seus próprios meios, tanto em nível individual quanto comunitário.

Nos tempos medievais, por exemplo, as famílias, os grupos intermediários e os Estados não só proviam amplamente a si próprios, mas asseguravam o futuro com os estoques de alimentos, armas e suprimentos.³¹⁰ Esta auto-suficiência permitia grande independência e criatividade individual, sem comprometer a riqueza ou a unidade do conjunto, nem resultar em isolamento ou discórdia.

Lewis Mumford ilustra bem esse princípio, descrevendo os bairros e distritos da cidade medieval como “um amontoado de pequenas cidades, cada qual com certo grau de autonomia e auto-suficiência, cada uma formada de modo natural a partir de necessidades e finalidades comuns, de maneira tal que só enriquecia e complementava o todo”.³¹¹

Ao mesmo tempo, deve-se observar que essa auto-suficiência econômica era relativa. Dado que as associações familiares e intermediárias não são sociedades perfeitas, precisam de outras para atingir seu fim. Mesmo o Estado, que é uma sociedade perfeita no sentido de que se basta a si próprio, goza de uma auto-suficiência apenas relativa, uma vez que também precisa participar da comunidade das nações. O comércio equilibrado torna-se necessário dentro desse contexto.

A formação de regiões

Essa auto-suficiência econômica conduz facilmente a um localismo saudável, pois esses movimentos interiores se vinculam a uma comunidade e um lugar. Ela conduz necessariamente à formação de regiões, nas quais as pessoas se reúnem e praticam a temperança de viver com os recursos à mão.

Assim, a região é formada pela relação íntima entre um povo e um lugar. Cada região tem a sua própria vegetação, topografia, maravilhas naturais, vizinhanças e mistérios. Às vezes parece haver lugares que a Providência abençoou com características harmônicas, como que esperando pelos habitantes. Outras áreas selvagens exigem mais esforço para povoar e desenvolver.

Ao se estabelecerem nas terras, as famílias vão descobrindo gradualmente as características da área. Curiosamente, assumem algumas das características da região, e pode-se dizer que a região passa a refletir um pouco a mentalidade das famílias. Um terreno acidentado leva muitas vezes à formação de um povo resistente, enquanto um clima mediterrâneo ensolarado pode resultar em habitantes com disposições alegres. Um povo disciplinado tende a organizar a sua região de maneira disciplinada. Verdadeiras comunidades e regiões se formam em circunstâncias fortuitas, nas quais as

famílias sentem a felicidade de estar em casa, ancoradas em determinado local, seja uma área rural, uma cidade ou um bairro.

A região torna-se assim o verdadeiro lar dos seus lares. Tão grande é essa relação, que alguns afirmam figurativamente que os limites físicos irregulares de uma região são mais definidos pela extensão do amor que lhe dedicam uma família, clã ou povo do que pelas suas características geográficas.

O elemento humano: a preferência natural

Logo, os moradores se tornam sensíveis a um lugar, desenvolvem preferências naturais pelo ambiente onde nasceram ou se criaram: panorama, clima, terra e alimentos. Preferem a sua própria região, mesmo em relação a outras com melhores recursos.

Em consequência, acabam por entender que a sua região é feita para eles, e eles para a sua região. Ela lhes oferece grande variedade de delícias supremas, que nenhuma outra pode oferecer. As regiões têm possibilidades indefinidas de desenvolvimento para os que se esforçam em lhes descobrir o potencial oculto.

A região é como uma torre que proporciona aos seus habitantes uma melhor perspectiva para ver melhor as coisas deste mundo e, por comparação, estimar o seu valor. Tal visão não exclui a apreciação, uso ou apreço por coisas de fora. No entanto, a preferência natural pelo que é próprio leva uma pessoa a não cobiçar os excelentes produtos de outras regiões, ainda que estes sejam melhores.

Os alimentos regionais expressam a cultura local

Antes da padronização de tantos produtos alimentares, floresceu grande variedade de alimentos regionais, e uma gama muito ampla de sabores podia ser apreciada. Os consumidores locais podiam, por exemplo, apreciar as sutis diferenças de sabor entre a manteiga de grama e a manteiga de feno, entre o queijo de maio e o queijo de São Miguel, que só podiam ser encontrados em sua pequena região (Ver Joan Thirsk, “The Rural Economy,” in *Our Forgotten Past: Seven Centuries of Life on the Land*, ed. Jerome Blum [London: Thames and Hudson, 1982], 89).

O debate sobre a produção “local”

Assim como preferimos naturalmente a terra natal que conhecemos, também a nossa natureza humana tende a sentir-se confortável com os bens que conhecemos. Produtos “caseiros,” “feitos à mão” ou de “artesanato local” são essas “coisas conhecidas,” que nos permitem perceber o toque pessoal e humano com a marca familiar do lugar e das pessoas que os produzem. Essa preferência é tão forte, que ainda hoje a indústria da publicidade utiliza imagens do “caseiro” para vender mercadorias feitas em fábricas.

Dentro do contexto de auto-suficiência e de um regionalismo saudável, a produção se torna a expressão de um povo, mais do que a mera fabricação mecânica de bens, refletindo a cultura de uma localidade. Esses reconfortantes toques humanos melhoram de tal modo os mercados, que somos levados a perguntar se o mundo não seria muito mais rico em qualidade e cultura, se fosse muito mais local e muito menos global em sua produção e nos mercados.

Obviamente, nem tudo pode ser produzido localmente, nem sugerimos que haja apenas a produção artesanal. Muitas coisas (como aviões ou equipamentos eletrônicos, por exemplo), por sua própria dimensão ou complexidade são mais adequadas para a fabricação em larga escala. Há grande variedade de produtos que não podemos imaginar fora das atuais estruturas de produção. Mas este fato não deve nos levar à

posição desequilibrada segundo a qual quase tudo deve ser produzido em massa, em escala global, e que a produção local deve ser reduzida a uma produção artesanal pitoresca, de pouca importância econômica.

Devemos notar também que a produção local nem sempre é limitada a uma pequena área, mas estende-se para fora em círculos concêntricos, dependendo dos mercados e dos recursos. Não podemos esperar que uma pequena aldeia, por exemplo, mantenha a fabricação de pianos. Neste caso, o mercado “local” corresponderia mais a uma região, um estado ou mesmo a toda a nação.

Quando o regime da honra prevalece, cria condições para a valorização e a demanda por esses produtos locais, garantindo a sua ampla e eficiente produção. E os consumidores passam a ver com muito orgulho e lealdade tais produtos, expressão de seu pleno desenvolvimento e identidade.

Pressupostos da produção local

Precisamos definir claramente o que entendemos por produção local, uma vez que produção “local” passou a significar coisas diferentes para pessoas diferentes. Há os que transformaram a produção “local” em uma causa ecológica, uma alternativa saudável ou uma plataforma política. Tais iniciativas “locais” pouco têm a ver com um localismo saudável. De fato, sem um conjunto especial de circunstâncias, nem sequer os produtos artesanais ou plantações caseiras enriquecem necessariamente a cultura local.

O principal pressuposto de uma autêntica produção local é uma inter-relação estreita entre produtores, habitantes e localidade. Impõe-se aquele voltar-se para dentro, pelo qual um povo usa os seus próprios recursos locais para fazer produtos adequados aos seus gostos e orientados para a perfeição da sociedade.

Neste sentido, *a demanda deve influenciar muito mais a produção do que a produção determinar a demanda*. Ajustando constantemente aos gostos locais os materiais disponíveis, produtor e consumidor devem tornar-se “co-criadores” de bens. Por exemplo, um agricultor pode cultivar o que julgue ao mesmo tempo mais adequado para seu solo e mais valorizado pelos seus clientes. A culinária local se desenvolve quando seus *chefs* ajustam constantemente pratos locais e ingredientes nativos, para refletir o gosto da população local.

Podemos citar como exemplo certos queijos de ovelha das regiões selvagens e espinhosas da Córsega, cobertas de alecrim, tomilho, folhas de samambaia, sementes de erva-doce, salgados ou bagas de zimbro.³¹² Nas almas profundamente cristãs dos artesãos que fazem esses queijos finos, encontramos uma paixão pela perfeição, que leva à busca do queijo ideal através da interação constante, ao longo de gerações, entre os seus fabricantes e a população local. Por isso a produção local é um processo de destilação, por meio do qual as pessoas experimentam a alegria espiritual de ver o produto de sua criatividade em conjunto, com os materiais à mão.

A produção local se enriquece ainda mais quando as famílias refinam seus produtos ao longo de gerações, levando à reputação de qualidade que fornece uma publicidade natural, tornando-os motivo de orgulho local. Desta forma, uma área fica “conhecida” pelos seus vinhos particulares, pelas suas frutas ou pelo seu artesanato.

Papel especial dos recursos locais

A localidade também desempenha papel especial na riqueza dos produtos. Deus dotou cada lugar com grande diversidade de riquezas e recursos, muitos dos quais escondidos.

Em sua Providência, colocou as coisas lá principalmente para serem descobertas e usadas pelas pessoas da localidade, a fim de ajudá-las em sua busca de perfeição. É adequado, portanto, que as regiões descubram e usem seus próprios recursos para produzir magnífico conjunto de produtos. Dessa forma, torna-se uma verdadeira obra de arte apresentar tudo o que a região tem de melhor.

Ao contrário da economia moderna e da sua lei de vantagem comparativa, não deveríamos admitir automaticamente que uma localidade não atenda a uma necessidade específica. Os fabricantes de queijo da Córsega, acima citados, não se resignaram a importar do continente francês um queijo “melhor,” como poderia acontecer hoje. Em vez disso, procuraram entre os recursos locais – aparentemente tão escassos – e conseguiram produzir queijos de ótima qualidade.

É claro que os produtos locais nem sempre poderão prover a todas as nossas necessidades, mas a necessidade é muitas vezes a mãe da invenção engenhosa. As necessidades locais podem obrigar o homem a empreender grandes esforços de criatividade e habilidade para extrair recursos e produzir itens de extraordinária originalidade, que conferem riqueza e diversidade cultural a uma área. Neste sentido, as possibilidades de produção local são praticamente ilimitadas.

Por exemplo, para dar sabor ao gin, certos moradores usavam o perfumado zimbro. Depois destilaram o óleo de zimbro da madeira e de folhas de diversas espécies, usando-o em perfumes e medicamentos. É assim que se criam diferentes alimentos, tecidos, artes e estilos arquitetônicos locais. Mesmo quando alhures haja disponíveis alternativas melhores e mais bem estabelecidas, isso não deve impedir os produtores locais de desafiar esses produtos com as suas próprias criações originais, nem os consumidores locais de preferir – e portanto comprar – os produtos da sua própria região.

Até a própria localidade pode entrar nos produtos. Por exemplo, os artesãos medievais incluíam muitas vezes animais, plantas e cenas da vida diária locais em suas obras de arte, conferindo-lhes uma qualidade pitorescamente distinta, familiar, cheia de calor humano. Escreve Lewis Mumford: “O trabalhador que tivesse caminhado em um dia santo pelos campos ou bosques próximos, voltava para sua escultura de pedra, seu trabalho em madeira, sua tecelagem ou fundição de ouro com uma rica colheita de impressões, a serem transferidas para a sua obra”.³¹³ O oleiro podia perceber as cores locais e usá-las ao vitrificar seus pratos, o escultor em pedra podia observar um rato do campo e esculpi-lo em sua coluna. Tais produtos eram verdadeiramente locais.

Essa mútua interpenetração de pessoas e lugares cria as condições para uma cultura rica. Assim como a abelha colhe o néctar das flores locais para produzir seu mel original, assim também a criatividade de um povo toma os materiais de uma localidade e os transforma em produtos que são expressões personalizadas de sua própria criatividade, cultura e mentalidade, e não as dos outros.

Necessidade de estabilidade

Precisamos mais uma vez enfatizar que esse localismo pressupõe uma vida familiar estável, que propicie amor à reflexão, à tradição e à identidade local. Esse localismo pressupõe um desejo de desenvolvimento pleno, que leva os homens a buscar uma produção refinada ao longo do tempo, na qual a demanda não é regulada pela publicidade, mas por pessoas zelosas dos produtos que refletem a sua própria identidade. Pressupõe ainda uma produção ampla e até mesmo em grande escala, a fim

de garantir abastecimento adequado. Deve haver elites locais pujantes e estáveis que possam destilar o melhor de uma área.

Por tudo isso afirmamos existir uma riqueza temperante e agradável nesse tipo de produção local, que não encontramos no comércio anônimo globalizado e na produção em massa. Ao mesmo tempo, notamos que essa mesma riqueza não pode ser encontrada em vários produtos modernos “locais” ou “orgânicos,” mesmo quando produzidos por agricultores e artesãos locais. Embora aplaudamos e encorajemos o renovado e recente interesse pela produção local e orgânica, ela só dará resultados se existirem laços estáveis entre produtor, cliente e localidade, especialmente se essa produção se estender além de uma única geração.

Com a Revolução Industrial e a produção em massa, a intemperança desajustou os mercados e rompeu as relações intensas entre produtor, consumidor e localidade. As pessoas foram induzidas a desejar produtos baratos e abundantes de todo o mundo, menosprezando os bens produzidos conforme o seu próprio temperamento e mentalidade. Os homens modernos se precipitaram freneticamente nesse consumo global, cobiçando bens projetados por outros e mostrando pouco apreço pelos próprios.

Nestes tempos em que os padrões de consumo globais estão falhando, importa buscar a temperança de uma auto-suficiência saudável. Devemos ter como ideal aquele “voltar-se para dentro,” pelo qual optamos pela riqueza qualitativa de prover aquilo que é nosso, rejeitando a pobreza quantitativa da produção global em massa.

[309](#) Ver São Tomás de Aquino, *Summa Contra Gentiles*, II, 45; *Summa Theologica*, I, q. 47, a. 2; I, q. 50, a. 4.

[310](#) “Ao longo de toda a Idade Média, cada pessoa que não fosse um mendigo armazenava em sua própria casa reservas substanciais de grãos, carne salgada, sal, velas, etc. O que os particulares faziam, o Estado também fazia. No período feudal, havia o costume infalível de manter amplas reservas para emergências nas casas senhoriais. No período seguinte, as autoridades comunais, ao mesmo tempo que se preocupavam em não permitir acumulação excessiva por parte de especuladores privados, faziam estoques, principalmente de grãos, para serem revendidos em tempos de emergência a um preço baixo”. C.M. Cipolla “The Italian and Iberian Peninsulas,” in *Economic Organization and Policies in the Middle Ages*, vol. 3 de *The Cambridge Economic History of Europe*, ed. M. M. Postan (London: Cambridge University Press, 1963), 402. Cipolla também observa que “o arsenal nas mãos dos cidadãos e as armas de propriedade dos poderes públicos (...) representavam uma quantidade bastante considerável de riqueza” (Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 104).

[311](#) Mumford, *City in History*, 310.

[312](#) Ver, por exemplo, estes queijos da Córsega: Pecorino, A Filetta, Montatimu, Brin d’Amour, e Fleur du Maquis.

[313](#) Mumford, *City in History*, 297-298.

Capítulo 40

Comércio protegido e mercados livres

Alguém poderia objetar que o nosso conceito de auto-suficiência se torna naturalmente protecionista. De fato, é inegável que as economias pré-modernas tenderam a proteger os mercados locais. Em seu zelo pela independência material, os governantes e as cidades tomaram medidas para desencorajar a concorrência exterior, exercendo uma espécie de moderado “protecionismo” medieval visando tanto concorrentes regionais quanto estrangeiros.



Photo/American TFP Archive — Tapeçaria baseada em uma pintura de Francesco Guardi (1712-1793).

Comerciantes vendem seus produtos em Veneza. Os Doutores da Igreja afirmam claramente a necessidade do comércio internacional.

Antes de responder a essa objeção, observamos que em geral esse “protecionismo” não era excessivo. Alguns estudiosos afirmam que seus efeitos foram exagerados. Segundo Fernand Braudel, inúmeros pedágios são frequentemente citados como barreiras de proteção que desencorajavam o comércio e emperravam o transporte, mas eles raramente ultrapassavam em um único rio, por exemplo, um valor consideravelmente inferior a meio por cento do valor da mercadoria.^{[314](#)}

Os funcionários tendiam a acolher e facilitar a importação de bens e desencorajar a exportação desnecessária de recursos locais valiosos; nunca bloquearam totalmente os mercados. Além disso, os pedágios colocavam as despesas da infraestrutura do transporte sobre aqueles que a usavam, e não sobre a população em geral. Raymond de Roover nota que “o protecionismo certamente ainda não tinha nascido”. E cita exemplos, declarando que o suposto “peso esmagador dos pedágios na Idade Média” estava “longe de ser excessivo”.^{[315](#)}

A necessidade do comércio internacional

Ao defender o localismo saudável e suas consequências protetoras, pode parecer que estamos condenando o comércio internacional. Muito pelo contrário.

Os Doutores da Igreja demonstram claramente que as leis natural e positiva sustentam a necessidade de comércio, seja nacional ou internacional, uma vez que negar suprimentos às pessoas seria uma violação da Regra Áurea de fazer aos outros aquilo que gostaríamos que nos fizessem. Parece haver certo descomedimento em afirmar que todas as comunidades devem sobreviver apenas com os recursos ao seu alcance. A razão indica que o comércio é benéfico para a sociedade, que padece de várias carências.

Além disso, o fato de Deus não distribuir todos os recursos igualmente torna o comércio necessário. As matérias-primas, tais como pedras preciosas ou minerais raros, são universalmente procuradas, embora se concentrem em determinadas regiões. Alguns remédios ou produtos locais são necessários para a saúde e o bem-estar geral dos povos. Acima de tudo, a escassez de alimentos básicos e de outros produtos vitais em tempos de crise torna o comércio internacional essencial para aliviar o sofrimento e promover o bem comum.

O comércio internacional pode também favorecer fins culturais. O comércio que envolve artes plásticas, artesanato ou produtos de luxo é saudável porquanto facilita uma benfeitoria interpenetração de culturas. Esses produtos também são úteis aos detentores de posição de liderança ou às elites, cujas funções os obrigam a entender as diferentes mentalidades de outras nações. A adoção calculada de uma atitude cosmopolita facilita esse processo, sem prejudicar o caráter local distintivo das pessoas.

Assim, o comércio internacional pode e deve existir e ser tão amplo quanto comum, especialmente ao satisfazer necessidades básicas. No entanto, não deve dominar ou destruir a cultura e a produção local.

Protecionismo natural

Os Doutores da Igreja reconhecem que, assim como os governantes têm o direito de cobrar das populações impostos para o bem comum, também podem cobrar impostos de importação moderados para proteger a economia local.

As comunidades e as nações devem ter o direito de tomar uma atitude de autodefesa de sua cultura e sua economia, quando confrontadas com práticas comerciais intrusivas e especialmente injustas. Por amor à sua própria identidade, a população local pode ter uma suspeita razoável e saudável quanto à invasão de produtos globais ou estrangeiros.

Tais atitudes não precisam assumir caráter coercitivo, como tarifas ou taxas. Um meio muito mais eficaz de defesa é o protecionismo natural respeitoso do livre mercado, que no passado nasceu de um zelo pelo qual a população simplesmente preferia o produto local ao de fora, pela alegria de consumir o que lhe era específico, e com natural desconfiança em relação ao que não o era. Apoiadas por costumes saudáveis e pelas elites locais, as pessoas tinham a temperança de ficar dentro dos limites do que era uma expressão de suas almas, de sua cultura e mentalidade.

É compreensível, por exemplo, uma população preferir a bebida típica que consumiu durante mais de 500 anos e rejeitar a entrada de outra bebida comercializada que nada tem em comum com a sua cultura. Podemos simpatizar com a atitude de residentes bebericando seu nativo uísque escocês, enquanto no porto um navio cheio de vodka barata permanece rejeitado.

Uma defesa equilibrada

Qualquer defesa deve ser equilibrada, além de suficientemente flexível para incentivar a importação quando os produtos locais correspondentes estiverem em falta ou forem inadequados. Também deve ser bastante realista para entender que alguns produtos locais podem correr o risco de desaparecer através da concorrência. Em sua preferência entusiasmada pelo que lhes pertence, membros de uma comunidade local e suas figuras representativas devem, no entanto, estar prontos para apreciar ocasionais produtos de fora que possam oferecer legítima diversidade que ajuda a conferir um pouco de tempero à vida.

Ao mesmo tempo a comunidade deve evitar um falso cosmopolitismo, pelo qual os produtos de classe mundial são automaticamente adotados como sinais de uma “cultura superior,” sem respeito pela cultura e pelos gostos locais. Por exemplo, a adoção sistemática de vinhos finos franceses com a exclusão de vinhos locais, mesmo os muito bons, poria a sociedade na posição de procurar se aperfeiçoar de modo inorgânico, artificial e inautêntico.

Esse delicado equilíbrio não se encontra na interação indiscriminada das forças de mercado, mas antes no regime da honra e de seu conjunto de valores. Um mercado verdadeiramente livre não se encontra em uma interdependência total, mas quando os indivíduos e as famílias podem desenvolver suas próprias personalidades e potencialidades.

[314](#) Ver Fernand Braudel, *The Perspective of the World*, vol. 3 de *Civilization and Capitalism 15th -18th Century* trans. Siân Reynolds (New York: Harper and Row, 1984), 290-291.

[315](#) Raymond de Roover, *The Rise and Decline of the Medici Bank 1397-1494* (New York: W. W. Norton, 1966), 145.

Capítulo 41

A restauração da dependência

Embora a temperança nos ensine que cada homem é capaz de grande auto-suficiência, revela-nos também que somos seres contingentes. O fato de sermos dependentes de outros ajuda, e não atrapalha o nosso pleno desenvolvimento. Assim, a mesma pessoa que desenvolve hábitos admiráveis de auto-suficiência toma também a iniciativa de avaliar suas próprias insuficiências e tem coragem de procurar a ajuda de outros. É esse reconhecimento de dependência que nos une em comunidade e torna o comércio necessário.

O indivíduo dependente

Essa dependência é parte importante do nosso desenvolvimento pessoal, uma vez que não podemos nos aperfeiçoar sozinhos. Dependemos da comunidade – especialmente da família, das associações intermediárias e do Estado cristão – para suprir as nossas deficiências e alcançar assim a perfeição de nossa natureza essencialmente social. A comunidade é tão importante, que Heinrich A. Rommen escreve enfaticamente: “Qualquer tipo de isolamento da plena vida em comunidade significa para o indivíduo, em última análise, uma perda pessoal, uma automutilação, uma atrofia, um defeito na realização própria”.³¹⁶

Assim, somos dependentes por natureza. Observa o escritor inglês medieval Ralph de Acton: “Embora Deus pudesse ter feito todos os homens fortes, sábios e ricos, não desejou fazê-lo. Ao contrário, quis que alguns homens fossem fortes, outros fracos; alguns sábios, outros insensatos; alguns ricos, outros pobres. Pois se todos fossem fortes, sábios e ricos, um não teria necessidade do outro”.³¹⁷

Encontrando o equilíbrio

Tal conceito difere muito do homem individualista cuja autonomia o impede de reconhecer seus limites naturais e as fraquezas de sua natureza decaída. Considera-se um *self-made man*, que não deve nada a ninguém. Isso está bem expresso nos delírios de Jean-Paul Sartre, para quem “nenhum homem deveria ser dependente de outro homem”.³¹⁸ Ironicamente, este mesmo homem “autônomo” é totalmente dependente, não dos homens, mas dos sistemas modernos interdependentes nos quais está inserido.

Em uma sociedade orgânica, essa dependência é limitada e complementar. Podemos voltar à analogia imperfeita do ser vivo com células, tecidos, órgãos e sistemas interligados, que trabalham em conjunto para o bem comum. Da mesma forma, na sociedade essa dependência nos auxilia em nossa busca de auto-suficiência, proporcionando conforto, ajuda e orientação. Ela traz subsídios para as forças e as fraquezas dos indivíduos, que podem ser contrabalançadas e complementadas por outros, criando assim uma sensação de plenitude, segurança e bem-estar em toda a comunidade ou grupo social. Já citamos os laços feudais e familiares, como exemplos do enriquecimento que a dependência proporciona à sociedade, ao mesmo tempo que protege a individualidade.

Economicamente, a dependência tem efeito similar. Essa interação harmônica entre auto-suficiência e dependência cria uma economia na qual as habilidades são complementares, e não competitivas. Na verdade, essa dependência envolve muitas

vezes um grande sacrifício, especialmente nos casos em que as partes devem se ajustar constantemente às fraquezas humanas. Podemos citar, como exemplo extremo, a dependência dos deficientes mentais, cujo cuidado demanda muita paciência, virtude e moderação dos próprios desejos. Essa virtude beneficia toda a sociedade e introduz um elemento humano nas relações sociais e econômicas. Essa atitude contraria a visão mecanicista da sociedade, onde quaisquer defeitos ou dependências são julgados ineficientes, esforçando-se para eliminá-los a todo custo.

A capacidade de lidar com dependências requer o amor ao próximo como a si mesmo, e este requer fervor religioso. Quando esse fervor decai na família e na comunidade, a dependência mútua é substituída por rivalidades que levam à fricção, e mais tarde ao ódio. A expressão econômica desse ódio pode ser encontrada na concorrência feroz e no desejo de mando, comuns nas cidades rivais do Renascimento italiano, e posteriormente na prática da intemperança frenética.

Dependência e caridade

Quando essa dependência é praticada com o fervor da caridade cristã, testemunhamos uma excelência no amor ao próximo que ultrapassa o mero exercício da paciência e da indulgência. Ela significa também admirar nos outros aquilo que nós mesmos não possuímos. A caridade inclui o nosso comprazimento com as qualidades e riquezas dos outros e o regozijo pelas qualidades com que outros complementam as nossas deficiências. Essas qualidades são reflexos da perfeição divina, e a nossa alegria ao admirá-las é análoga à que teremos ao contemplar a Deus, que suprirá todas as nossas imperfeições. Em última análise, a admiração dos outros leva-nos a maior amor de Deus.

Quando a dependência se une à caridade, não há apenas a alegria de dar, mas também a de receber. A civilização cristã estava cheia de dependências enriquecedoras, permitindo que todos pudessem receber ajuda sem humilhação e prestá-la com humildade.

Isso dá origem a relações temperadas e isentas de interesse próprio, que levam a um julgamento objetivo das pessoas. Todos passam a admirar e homenagear aqueles que merecem, a ter piedade e ajudar os que necessitam, a regozijar-se com os que estão em situação similar. Dentro dos limites da nossa natureza decaída, essa visão objetiva torna a sociedade humana sumamente agradável, graças à atmosfera de confiança criada por esses relacionamentos. Essas almas temperantes são como que almas irmãs, ao lado das quais a *fraternité* da Revolução Francesa não passa de uma paródia inútil.

Assim, os necessitados recebem esmola sem sentir vergonha; o artesão recebe o aprendiz como um membro da família; e o rei solicita a opinião de seu conselho com a máxima atenção. Todos buscam a graça de Deus, com súplica humilde e amorosa.

³¹⁶ Rommen, *State in Catholic Thought*, 136-137.

³¹⁷ G. R. Owst, *Literature and Pulpit in Medieval England: A Neglected Chapter in the History of English Letters & of the English People*, 2nd ed., (Oxford: Basil Blackwell, 1961), 561.

³¹⁸ Braudel, *The Wheels of Commerce*, vol. 2 de *Civilization and Capitalism 15th-18th Century*, 514.

Capítulo 42

Discutindo a produção e a padronização

Resta-nos abordar várias questões relacionadas com a intemperança frenética, que criticamos acima. Uma delas é a padronização em massa, que caracterizamos como fator de criação de uma sociedade massificada. Como vimos, torna-se necessária certa padronização para garantir produção adequada, daí não ser realista insistir em que toda a produção deve adaptar-se ao indivíduo. Mas deve também ser evitado o extremo oposto de afirmar que todos os produtos podem ser padronizados indiferentemente sem prejuízo para o indivíduo.

Os limites da padronização

A padronização afeta cada um de modo diferente, pois cada indivíduo é único. Nossa tendência natural é consumir produtos que correspondem ao nosso desenvolvimento físico, psicológico e moral. Por isso, enquanto alguns podem ter restrições a um produto padronizado específico, outros não as têm. Para dar um exemplo muito simples, um casaco comprado feito pode ser confortável para alguns por causa de sua compleição física; mas o mesmo casaco pode ser desconfortável para outros.

Queremos observar que quando somos expostos a grandes quantidades de produtos produzidos em massa, há um ponto em que nos sentimos nós mesmos “padronizados” e “massificados”. Ou seja, importa avaliar o grau de padronização que podemos aceitar, sem prejuízo de nossa personalidade. Precisamos determinar a medida além da qual não podemos ceder um centímetro, sob pena de prejudicar o nosso desenvolvimento. Isto pode ser visto no caso de modas e caprichos que se tornam obsessivos, ou que levam muitos a agir de forma contrária ao seu bem-estar ou à sua personalidade. Cumpre ter respeito e auto-estima suficientes para, sentindo uma perda de personalidade, tomar medidas visando diminuir a influência da padronização.

O objetivo da produção

Para se entender melhor esse problema, olhemos para o objetivo da produção. Nós produzimos para satisfazer uma necessidade. Esse objetivo pode ser atingido pelo fornecimento do mínimo necessário para suprir uma necessidade física, mas nem sempre será suficiente para satisfazer certos desejos humanos, que variam de pessoa para pessoa, nem para atender aos apetites espirituais de beleza, excelência ou refinamento. Tais desejos correspondem à ânsia constante do homem por descobrir maneiras de melhorar a sua situação.

Por exemplo, precisamos comer e qualquer alimento pode satisfazer a essa necessidade. No entanto, alegra-nos especialmente saborear uma comida deliciosa e bem apresentada, que atenda aos nossos gostos. Precisamos vestir-nos para proteger o nosso corpo, mas sentimos prazer especial em usar roupas de bom gosto, que nos caiam bem, ao invés de roupas feias ou mal ajustadas. Esse prazer corresponde ao mais elevado objetivo espiritual da produção, que confere ao produto os toques intangíveis que agradam à alma e contribuem para a prática da virtude.

Em outros termos, geralmente falando, existe uma dimensão física e outra espiritual em qualquer necessidade, a qual varia de intensidade de uma pessoa para pessoa. Na

medida em que ambas as dimensões são satisfeitas, a produção cumpre a sua finalidade.

A ênfase da produção moderna

Notamos que a moderna produção em massa coloca maior ênfase na dimensão física, em detrimento da dimensão espiritual. Não afirmamos que ignore completamente a espiritual, pois muitas vezes adiciona aos produtos alguns elementos de bom gosto e beleza. No entanto, os aspectos espirituais tendem a diminuir à medida que aumenta a padronização. Arte, beleza e qualidade são os elementos com maior probabilidade de serem sacrificados no altar da eficiência.

Máxima eficiência, apelo mais amplo ao consumidor e economia de escala são os principais objetivos da produção em massa. A máquina torna-se o meio predileto de produção, uma vez que pode repetir incessantemente o processo produtivo. O resultado é a padronização. Segundo Tibor Scitovsky, “a monotonia do trabalho de produção em massa bate totalmente com a monotonia do seu produto”.³¹⁹

Poe meio dessa padronização em massa, estabelecemos um vasto sistema de mercado que é sem dúvida cômodo, abundante e barato. No entanto, nesse processo sacrificamos aquele toque humano que dá tanto prazer e enriquece a alma. Há certas coisas que o dinheiro não pode comprar, e que se perdem no processo de padronização. Embora existam produtos personalizados fora desse sistema, os consumidores de massa geralmente ajustam seus gostos aos produtos desses cômodos mercados. Amortecem assim os seus próprios apetites espirituais, aceitando simplesmente o que lhes é oferecido.

Dimensão espiritual e tecnologia

Acreditamos que isso não precisava ter acontecido. Se a intemperança frenética não tivesse entrado nos mercados, o espiritual e o material poderiam ter permanecido unidos. Efetivamente, quando a dimensão espiritual se torna o elemento principal da produção, pode acabar satisfazendo e ordenando também as nossas necessidades materiais.

Isto pode ser constatado, por exemplo, no desenvolvimento tecnológico. É simplesmente falso dizer que a tecnologia clama por maior padronização. Na produção pré-moderna, notamos que a ênfase no aspecto espiritual curiosamente não funcionou em detrimento do aspecto físico. Pelo contrário, desafiou o desenvolvimento da tecnologia a atender tanto às necessidades físicas quanto espirituais.

Tomemos, por exemplo, o desenvolvimento do arco gótico, do arcobotante e do vitral. Todos eles são invenções práticas desenvolvidas para auxiliar na busca espiritual primordial da beleza, do simbolismo e do significado que seriam expressos na catedral gótica mais alta, mais bem iluminada e de melhor acústica. Eles envolvem também proezas de incrível ousadia tecnológica, especificamente desenvolvidas pelo talento medieval para atender a essas necessidades estéticas.

Escreve Lynn White: “Os técnicos dos séculos XII e XIII, longe de serem tradicionalistas, estavam criando um conceito totalmente novo de arquitetura, mais dinâmico que estático. Em suas catedrais, vemos uma fusão sublime de alta espiritualidade e tecnologia avançada”.³²⁰

A dimensão espiritual na vida cotidiana

Essa mesma união da dimensão material com a espiritual não se limitava a projetos altamente especializados como as catedrais, mas podia ser também vista nos produtos da vida cotidiana. A dimensão espiritual introduziu novo valor, cultura e calor às coisas mais comuns. Sobre essa produção, escreve Lewis Mumford: “Nenhum artigo, mesmo de uso diário e banal, era considerado acabado se não levasse alguma marca inconfundível do espírito humano em sua pintura, modelagem ou moldagem”.³²¹

Riqueza cultural de uma produção local altamente desenvolvida

O conceito de satisfação das necessidades materiais e espirituais estendeu-se a todos os campos nos tempos pré-industriais. James J. Walsh escreve: “Esta mistura do útil e do belo é por si só uma diferença suprema entre as gerações do século XIII e as nossas. O Sr. Yeats, renomado poeta irlandês, despedindo-se há alguns anos dos Estados Unidos, disse a um grupo de amigos que nenhum país pode considerar que está realizando um progresso real em sua cultura, enquanto os próprios utensílios de cozinha não forem tão bonitos como úteis. Tudo que é meramente útil é horrível, e quem lidar impunemente com tais coisas não tem verdadeira cultura”. (*The Thirteenth, Greatest of Centuries*, New York: Fordham University Press, 1946, 113)

O historiador Carlo Cipolla observa que produtos simples tornavam-se verdadeiras obras de arte, e explica que “a beleza e a perfeição de muitos produtos de artesanato pré-industrial europeu dão a impressão incontornável de que o artesão do tempo encontrava satisfação e senso de dignidade em seu trabalho, os quais, infelizmente, estão ausentes nas alienantes linhas de montagem do complexo industrial moderno”.³²²

Produção integrada

Devemos enfatizar que tudo isso foi feito sem comprometer a eficiência dos mercados da época. Ao concentrar-se na mais importante dimensão espiritual, a produção pré-moderna manteve, com os meios disponíveis, admirável equilíbrio entre as necessidades espirituais primárias e as relacionadas com a quantidade, a eficiência, a economia e a tecnologia, tão necessárias à produção.

Isso foi possível porque, como Richard Stivers observa, “as inovações tecnológicas foram integradas na cultura existente” e “situadas nas relações estéticas, éticas e religiosas”.³²³ Ou seja, a produção pré-industrial estava integrada exatamente nas instituições culturais que temperam a economia e impedem a intemperança frenética e a padronização em massa.

Consumo equilibrado

Essas mesmas “relações estéticas, éticas e religiosas,” refletidas na produção, constituem também a base do consumo equilibrado. Elas ajudam a formar uma cultura que nutre a virtude da temperança, por onde o consumidor tem um senso de proporcionalidade que o leva a desejar o razoável e o equilibrado.

Ainda mais importante, os indivíduos desenvolvem hábitos virtuosos, que encontram sua expressão na demanda por bens que fortalecem sua personalidade e sua criatividade. Por exemplo, uma pessoa resistente e econômica pode procurar ou adaptar produtos duráveis que reflitam resistência e economia. Da mesma forma, um indivíduo mais voltado ao artístico pode exprimir com artigos de maior brilho ou luxo sua habitual apreciação por coisas belas.

O consumo equilibrado adquire maior riqueza quando o indivíduo desenvolve hábitos de consumo na estrutura protetora da família, associações e comunidade. Com os elementos à mão, pode desenvolver uma demanda por produtos que ampliam os horizontes e enriquecem os gostos. Desta forma, uma intensa vida social cria padrões de demanda que encontram sua expressão na culinária regional, nos estilos arquitetônicos, na música e nas artes.

Se voltarmos a um consumo equilibrado, reataremos o elo quebrado entre o produtor e o consumidor. Esses mercados temperantes seriam liderados muito mais pelo consumidor do que pelo produtor, dando origem a uma procura que regula tanto a quantidade quanto a qualidade da produção. Deixando de ser massificado, o consumo impediria a padronização em massa.

Nosso atual problema não reside no sistema que desenvolvemos – altamente eficiente, abundante e barato, o mais avançado do mundo – mas no fato de tê-lo feito de modo desequilibrado. Com a Revolução Industrial, rompemos sem necessidade com a longa tradição de um sistema econômico dentro do contexto mais amplo da nossa cultura. Concentrando-nos em padrões de eficiência, separamos o produtor do consumidor, a quantidade da qualidade, a funcionalidade da beleza. Com padronização em massa, sacrificamos os valores intangíveis da cultura e do calor humano, que dinheiro algum pode comprar.

Nosso desafio não é voltar a uma economia primitiva, mas desenvolver um sistema avançado, barato e eficiente, com produção e consumo equilibrados. Nos tempos pré-industriais, como vimos, a economia tornou-se fonte de grande inovação tecnológica, e ao mesmo tempo de elevado crescimento espiritual e cultural. Sem intemperança frenética, um novo sistema equilibrado poderia, como antes, produzir bens diversificados, amplos e – por que não? – até mesmo baratos. Acima de tudo, o retorno a uma ordem equilibrada respeitaria a dimensão espiritual do consumo, tão frequentemente desatendida, e restauraria os mecanismos naturais de frenagem que temperam a economia e evitam a padronização em massa. Voltaríamos a uma produção que enriquece e deleita a alma, diametralmente oposta ao que Tibor Scitovsky denominou “economia sem alegria,” na qual as necessidades humanas básicas não são atendidas e a produção em massa produz empobrecimento espiritual.³²⁴

³¹⁹ Tibor Scitovsky, *The Joyless Economy: An Inquiry into Human Satisfaction and Consumer Dissatisfaction* (New York: Oxford University Press, 1976), 249.

³²⁰ White, *Machina Ex Deo*, 63.

³²¹ Mumford, *Technics and Human Development*, 1:253. Podemos também notar, por exemplo, que os colecionadores puristas de antiguidades consideram 1830 como a última data que define o antigo, porque a partir daí as peças passaram a ser produzidas cada vez mais em massa por máquinas, portanto sem aquela marca de calor humano.

³²² Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 91.

³²³ Stivers, *Illusion of Freedom*, 30.

³²⁴ Ver Scitovsky, *Joyless Economy*, 11.

Capítulo 43

Uma economia de escala proporcional

Temos criticado o gigantismo como fator que conduz à intemperança frenética. Se queremos que o nosso modelo tenha qualquer validade, devemos abordar esta importante questão.

Muitos diagnosticaram corretamente os problemas ligados ao gigantismo e apelaram para uma economia local em “escala humana”. Mas assim como alguns identificam o ser “local” com proximidade, outros erroneamente confundem escala humana com pequenez. Alguns chegam até a impor limites arbitrários à indústria ou à propriedade da terra, em nome da “escala humana”. Discordamos dessa percepção e, para evitar qualquer confusão, usaremos o termo *economia de escala proporcional* para indicar uma economia que corresponda à grande variedade de capacidades existente na natureza humana.

A razão é que o problema do gigantismo decorre de sua grande desproporção, e não do mero fato de ser grande. Mesmo a pequenez pode ser desproporcional. Assim, devemos abordar o problema da desproporção, que nos causa desconforto e desorientação.

A variável intensidade do nosso instinto de sociabilidade

A causa do mal-estar em face da desproporção provém do nosso instinto de sociabilidade. Somos seres sociais, portanto temos a tendência natural para estabelecer relações e criar ambientes que nos facilitem conhecer tudo quanto nos rodeia. Elementos desconhecidos ou incognoscíveis nos inquietam e nos fazem sentir como estranhos em terra estrangeira.

Nosso poderoso instinto de sociabilidade pede que conheçamos e sejamos conhecidos com graus de intensidade diferentes. Como resultado, tendemos naturalmente a conhecer nossas famílias e nossos parentes com grande intimidade e facilidade. Em grau menor, conhecemos nossos vizinhos ou amigos chegados que vivem nas proximidades. Essa familiaridade se expande em círculos concêntricos até atingir grupos sociais maiores, como regiões, nações ou áreas de civilização. Dependendo de nossa função e projeção na sociedade, a necessidade de todas essas relações pode variar. Um diplomata, por exemplo, busca laços mais amplos do que um fazendeiro local.

Esse desejo instintivo de conhecer varia também de acordo com as circunstâncias. Algumas vezes ele é satisfeito através de relacionamentos intensos, como os de família; em outras, deleita-se com uma familiaridade envolta no mistério; não raro podem satisfazê-lo até laços vagos e distantes, como a pertencença a uma grande nação. Ele pode até mesmo pedir-nos para não desenvolver relações próximas demais, para evitar que a exagerada intimidade gere aversão, como se vê em cidades muito pequenas que se tornam antros de fofoca e intriga. Neste caso, a pequenez torna-se feia e desproporcional.

O que realmente torna esse instinto muito desconfortável é a ausência de um ponto de referência. O mero conhecimento de que existe algo ou alguém próximo, com o qual não podemos nos relacionar, nos deixa incomodados. Por isso a cegueira é tão

traumática, uma vez que o cego nunca pode se relacionar completamente com o mundo que o circunda.

O bem-estar da cidade medieval

A sociedade pré-moderna tendia naturalmente, de modo quase involuntário, a satisfazer esses diferentes graus de familiaridade. As cidades medievais eram exemplos dessa relação equilibrada com a vizinhança, porquanto “cada instituição necessária, cada amigo, parente ou colega era um vizinho próximo, a poucos passos de distância”.³²⁵

Cada residente sentia-se totalmente parte da cidade, mas cada quarteirão era um mundo em si mesmo, com a sua própria igreja, seu mercado de fornecimento local, seu abastecimento de água, os quais davam a toda a cidade um sentimento íntimo cheio de calor e proporção. O contato frequente entre o agricultor e o consumidor, na feira ao ar livre, acrescentava mais um elemento de familiaridade com o ambiente rural. Além disso a cidade abria uma janela para o mundo exterior, oferecendo mercadorias de comerciantes de fora ou notícias de viajantes em trânsito.

Embora não seja possível o retorno à cidade medieval, podemos imaginar que até mesmo grandes cidades como as nossas poderiam desenvolver bairros diferentes, com seus próprios padrões de consumo, modas e costumes dentro do contexto geral da cidade. Isso é o oposto do espírito cosmopolita dos nossos dias, que mistura tudo e tende assim a frustrar os diferentes graus de familiaridade exigidos pelo instinto de sociabilidade.

Cidade e campo

Podemos aplicar os mesmos critérios de sociabilidade à relação entre as áreas urbana e rural. Os habitantes de uma cidade que correspondesse à escala proporcional conheceriam o contexto rural e econômico dentro do qual ela existe.

De fato, o campo imediato abastecia a cidade com alimentos e matérias-primas. Em parte por conhecer seus próprios contornos, nenhuma cidade cresceu a ponto de impedir que as pessoas se tornassem de algum modo familiarizadas com a área agrícola que a cercava e lhe dava sustentação.³²⁶

É também por isso que em todas as grandes épocas sempre houve lugares de retiro no campo, como castelos, vilas, vivendas, casas de campo, sítios, chácaras ou pequenas hortas, aos quais as pessoas da cidade podiam acudir e refamiliarizar-se com o campo. Por seu lado, agricultores se beneficiavam de suas visitas periódicas à cidade, onde tinham a oportunidade de escapar da aspereza de sua vida diária e desfrutar do efeito civilizador da cidade.

Obscureceu-se hoje em nós a diferença entre cidade e campo, a ponto de a maioria dos que vivem em seus retiros suburbanos não conhecerem nem uma nem o outro. De novo, eliminamos os pontos de referência da escala proporcional, que nos ajudariam a entender o mundo. Fomos relegados a um mundo sem contexto, no qual alimentos e matérias-primas vêm de todas as partes do globo, pouco importando quem somos ou onde vivemos.

Formação de tipos humanos

As relações em escala proporcional também são importantes na formação de grupos sociais e de uma identidade pessoal. Nosso instinto de sociabilidade nos leva a envolver-nos em relacionamentos com os outros, e a desenvolver assim a nossa própria

identidade. Fazemos isso comparando-nos com os demais, vendo e amando as legítimas semelhanças e diferenças que nos ligam com grupos sociais.

Assim, por exemplo, quando um indivíduo chamado John Smith se vê refletido na grande família Smith, observa e desenvolve em si mesmo certas qualidades, apoiado em qualidades análogas que vê em outros membros da família. A partir dessa elaboração nasce tipo humano. Ele é um Smith, e como tal identifica-se com muito orgulho com o modo de ser da família Smith, mantendo embora a sua individualidade.

O mesmo processo se repete quando muitas famílias são relacionadas umas com as outras como num clã ou vilarejo. A pessoa observa qualidades mais genéricas, porém análogas, comuns a todos, e identifica-se com esse grupo. Nascido de um instinto legítimo de sociabilidade, esse processo de identificação continua escala acima, incluindo regiões e nações. Todas são relações de escala proporcional, pois fazem a pessoa sentir-se confortável dentro do que é conhecido.

Isso também explica o mal-estar causado pela imigração maciça e desproporcional, uma vez que introduz artificialmente uma situação que destrói pontos de referência e supera a capacidade de uma sociedade absorver organicamente novos elementos numa cultura unificada. A imigração proporcional é sempre um desenvolvimento saudável na sociedade, porque nela injeta nova vida e qualidades, enriquecendo o todo sem destruir os pontos de referência culturais.³²⁷

Economia local, mas diferenciada

Seguindo os mesmos princípios, a economia opera em escala proporcional quando facilita o nosso conhecimento daquilo que nos rodeia. Assim, a família — a mais primária unidade econômica — é a mais íntima e agradável das relações econômicas de escala proporcional. Em seguida vem a produção local, que proporciona ao conforto familiar produtos ajustados aos gostos da localidade.

Os defensores da economia em “escala humana” tendem geralmente a não ir além da área local, condenando assim a sociedade a uma estagnante pequenez. Afirmamos que a economia de escala proporcional também inclui o trato econômico, que aumenta a nossa capacidade de conhecer e desfrutar de nossa região, da nação ou de uma área de civilização.

O comércio deve ter acima de tudo um ponto de referência, e esse é o grande problema do gigantismo, e também do falso localismo, pois nenhum dos dois serve para nos ajudar a conhecer o nosso entorno. Seja uma indústria gigantesca ou um individualista no seu pequeno pedaço de terra, nem uma nem outro tem ligação com as pessoas ou lugares, tendendo a igualar lugares e consumidores.

O grande também é bonito

Nossa capacidade de conhecer as coisas além daquilo que é local ou pequeno nos leva a afirmar que também a grandeza pode ser proporcional. Devemos, é claro, rejeitar as proporções monstruosas. No entanto, não se pode negar que a natureza nos dá exemplos de enormes montanhas, grandes planícies ou imensos oceanos, que transmitem a ideia de uma vastidão proporcional que nos encanta sem desorientar.

Da mesma forma, devemos considerar que empreendimentos econômicos também podem transmitir a ideia de grandeza e esplendor, sem desorientar e perturbar a economia. Cumpre rejeitar a noção igualitária de que todos os homens são iguais em suas habilidades de lidar com a economia ou com o governo, e portanto devem ser limitados a pequenas unidades econômicas ou de governo. Alguns têm grande

capacidade para tratar com multidões de pessoas, como pode ser visto no caso dos papas ou dos grandes governantes. Outros ainda podem gerenciar com capacidade e habilidade empresas grandes, e até mesmo muito grandes. Limitar tais homens a pequenas parcelas de propriedade desperdiça as suas qualidades e sufoca seus desejos de aperfeiçoar a sua natureza. Se desenvolverem suas habilidades na devida proporção e com temperança, não hesitamos em afirmar que o grande pode também ser bonito.

Já comentamos que é mais fácil para um governo confiscar pequeno número de grandes propriedades do que grande número de propriedades pequenas. Poderíamos também concluir que, numa situação de propriedades exclusivamente pequenas, elas podem ser destruídas aos poucos, uma vez que nenhuma delas dispõe, separadamente ou em conjunto, dos recursos ou de liderança para enfrentar um grande inimigo, ao contrário das propriedades são maiores. O arranjo ideal é uma representação proporcional e harmoniosa de grandes, médias e pequenas propriedades que formam uma unidade, permitindo mútua proteção.

Tamanho ótimo

A ideia de economia de escala proporcional é reforçada por alguns economistas modernos, os quais defendem a teoria do “tamanho ótimo,” rejeitando a noção de que as empresas devem crescer indefinidamente para serem rentáveis.³²⁸ Ao contrário, sustentam que há pontos em que uma empresa pode se tornar pequena demais ou grande demais para operar com eficiência.

Essa teoria postula que, dependendo da natureza do negócio, as empresas tendem naturalmente a atingir o tamanho em que sua eficiência é máxima, e devem permanecer nele. Muitas vezes elas crescem além do tamanho ideal, quando favorecidas por um monopólio ou semi-monopólio, por acesso privilegiado a créditos ou por favores do governo, tudo o que é promovido num regime de intemperança frenética e tendem a gerar burocracias ineficientes.

Podemos concluir que a escala proporcional depende de muitos outros fatores além do tamanho. Enquanto houver pontos de referência que nos ajudem a familiarizar-nos com o nosso ambiente, podemos dizer que algo tem escala proporcional. Assim, uma pessoa pode identificar-se com uma cidade pequena, com uma grande nação ou com a própria Igreja Católica, que é universal — todas elas são relações *sociais* de escala proporcional. Uma pessoa pode gerir uma pequena fazenda, uma fábrica local ou uma grande propriedade — as quais são todas relações *econômicas* de escala proporcional. A escala proporcional varia também em decorrência da desigualdade imensa existente entre os homens, tornando quase impossível definir a escala proporcional em termos precisos, devido à grande diversidade de capacidades.

Por conseguinte, o cultivo da escala proporcional na sociedade e na economia requer grande equilíbrio e virtude. Isto requer de nós uma avaliação dos diferentes graus de tamanho e familiaridade, o que só é possível pela prática das virtudes cardeais, especialmente da temperança. É para essa escala proporcional que devemos retornar.

³²⁵ Mumford, *City in History*, 313.

³²⁶ O delicado equilíbrio entre o campo e a cidade foi mantido por um padrão de “muitas cidades pequenas e aldeias subordinadas, ativamente associadas com suas cidades vizinhas, amplamente distribuídas no território,” e não por

enormes e concentradas cidades industrializadas (ibid., 314).

[327](#) Ver São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I-II, q. 105 a.3.

[328](#) Ver Lindenberg, *O Mercado Livre numa Sociedade Cristã*, 151-152.

Capítulo 44

A fortaleza ausente

Tendo examinado em profundidade as outras três virtudes cardeais, cabe mencionar agora a fortaleza. Na verdade, nossa busca da temperança, prudência e justiça seria inútil, se não houvesse firmeza e vigor de caráter que nos desse a coragem de enfrentar a atual crise e levar adiante nosso retorno à ordem.

Necessidade da fortaleza

A fortaleza é a virtude pela qual os apetites e as paixões são guiados pela alma racional com coragem e constância.³²⁹ Ela nos ajuda a enfrentar os maiores perigos, a resistir à intensa perseguição, a transpor os obstáculos que se opõem à consecução de nossos objetivos.

A virtude da fortaleza é aperfeiçoada pelo *dom da fortaleza*. Este dom do Espírito Santo um hábito sobrenatural que fortalece a alma, e nos dá um vigor incansável e uma energia sobre-humana na prática da virtude. Ele desperta em nós a esperança inabalável da vitória final e nos habilita a sofrer dores extremas com paciência e alegria, tornando-nos heróis nas coisas grandes e pequenas. Por esse dom, podemos superar completamente toda tibieza no serviço de Deus.

Da fortaleza deriva a magnanimidade, virtude que nos inclina a realizar atos grandes e esplêndidos, dignos de honra. Também faz parte da fortaleza a virtude da magnificência, que nos leva a realizar projetos grandes e magníficos sem desanimar diante de sua magnitude, dificuldade ou despesa. Estas são virtudes companheiras, incompatíveis com a mediocridade, e que pressupõem almas nobres e elevadas.

Devido à grande crise por que passamos, torna-se evidente a necessidade de fortaleza para enfrentar a tempestade que se aproxima.

Como adquirir a fortaleza necessária e ausente

Alguns obstáculos impedem a aquisição da fortaleza necessária e ausente. Acreditamos que o principal obstáculo sejam as barreiras culturais que conspiram contra essa virtude essencial.

A primeira barreira é a noção de uma utopia tecnológica capaz de vencer o infortúnio; outra é o regime do dinheiro, que propõe o estilo de vida fácil e confortável de um paraíso material, que procura excluir a ideia de sofrimento, pecado e tragédia. O regime do dinheiro promove um otimismo ilusório e esfuizante de que podemos alcançar a felicidade perfeita neste mundo, sem encontrar qualquer contrariedade.

Infelizmente, neste vale de lágrimas a realidade acaba sempre por contradizer essas noções de um mundo ilimitado e perfectível. Quanto mais fingimos que nossas vidas são isentas de tragédia, tanto mais a tristeza nos persegue. Em que pesem nossos desejos ilusórios por uma solução fácil e feliz para os nossos problemas, a única solução real é enfrentá-los com fortaleza.

Continuamente engajados na luta

Assim, a crise atual pode muito bem nos servir de oportunidade para adquirir a virtude da fortaleza, pois ela arranca o véu dessas ilusões modernas, tantas vezes retratadas por

Hollywood. Permite-nos entender que devemos estar sempre engajados na luta contra o infortúnio, que é a nossa herança devido ao pecado original.

Além disso, também devemos estar continuamente empenhados na luta por uma reta ordem sócio-econômica, porquanto sempre haverá quem se oponha à Lei de Deus e trabalhe em sentido contrário, minando a família, o casamento e todas as demais instituições que constituem o coração e a alma de uma economia.

Queiramos ou não, no momento em que deixarmos de lutar pela nossa cultura cristã, estaremos nos preparando para a derrota. A menos que a sociedade esteja imbuída com a fortaleza necessária para enfrentar essa grande luta, todos os nossos esforços serão em vão.



Photo/American TFP Archive — *Uma interpretação do “Cavaleiro do Credo”, de Emmanuel Fremiet (1824-1910).*

Uma sociedade cristã orgânica precisa do espírito de abnegação, fortaleza e dedicação que caracterizavam os cavaleiros medievais.

O necessário espírito de cruzado

Em geral, os medievais compreendiam o papel da fortaleza para a manutenção da cultura cristã. Não tinham ilusões quanto a suas próprias fraquezas e vícios, e viam a necessidade de enfrentar as desordens e os males que sempre nos afligirão neste vale de lágrimas. Invocando a Deus, arrancavam de si mesmos em diferentes graus a força para opor-se ao pecado, à tragédia, à desgraça, e para defender a sociedade que amavam.

Essa mentalidade logicamente produziu pessoas que, pelo seu espírito de sacrifício e dedicação, levaram a prática da fortaleza ao mais alto grau. Isso pode ser visto no dedicado espírito de cavalaria do cruzado, que deixava tudo para enfrentar o sofrimento, a separação da família, até mesmo a prisão ou a morte, a fim de defender a Cristandade contra os inimigos declarados da Fé. Podemos também citar os membros

das Ordens monásticas, cujo amor à penitência e à oração era tal, que fizeram de sua vida uma verdadeira cruzada espiritual.

Praticantes da fortaleza eram as figuras representativas da sociedade – aquelas “*almas bordão*” – que fizeram o grande sacrifício de dar o tom e serem modelos para toda a sociedade. Porque essas figuras praticaram em alto grau a fortaleza, toda a sociedade foi permeada por esta virtude, que por sua vez serviu de suporte para aquela ordem orgânica.

A fortaleza estava ausente quando a intemperança frenética entrou na economia moderna, não havendo coragem para contê-la através de um freio tradicional e moral. A fortaleza era necessária para resistir aos efeitos nocivos das transformações trazidas pela Revolução Industrial, que trouxe uma grande produção mas também ajudou a moldar o homem-massa. Mais do que nunca, precisamos agora de fortaleza para enfrentar uma crise econômica sem precedentes.

[329](#) São Tomás de Aquino cita Cícero (Retórica II), que afirma: “A fortaleza é o enfrentamento deliberado de perigos e o suportar as fadigas” (*Summa Theologica*, II-II, q. 123, a. 9). “Será chamado corajoso aquele que é destemido diante de uma morte nobre e de todas as emergências que envolvem a morte; e assim o são, no mais alto grau, as emergências da guerra” (Aristóteles, *Nicomachean Ethics*, trans. W. D. Ross, in *The Works of Aristotle: II*, vol. 9 of *Great Books of the Western World*, 361).

Capítulo 45

Preparando o palco

Acabamos de descrever uma ordem orgânica, seus princípios unificadores, instituições e economia. No entanto, a mera descrição — por atraente que seja — não garante que esses elementos serão adotados. A parte mais difícil de nossa exposição vem adiante. Em meio ao conforto e à complacência da vida cotidiana, devemos convencer o homem moderno a ir além de seu interesse pessoal e fazer o grande sacrifício de retorno à ordem.

Os homens agem quando forçados pelas circunstâncias externas. Por exemplo, quando uma tempestade os obriga a procurar o abrigo mais próximo. A tempestade serve como catalisador para a ação, mas esse tipo de ação tem seus perigos, uma vez que não tem um objetivo claro a não ser afastar-se rapidamente do problema.

Acreditamos que na presente conjuntura a força das circunstâncias externas converge sobre a nação e, queiramos ou não, está preparando o terreno para algum tipo de mudança maior, que nos obrigue a buscar alternativas. Há três circunstâncias que podem forçar essa grande mudança.

Colapso econômico

A primeira circunstância é o perigo muito real de um colapso econômico de proporções gigantescas.

Essa grave perspectiva já está, por si só, levando muitos a ponderar a situação e repensar suas premissas. Quando essa crise eclodir com toda a sua intensidade, não há dúvida de que nos forçará a agir com a maior urgência.

A experiência do passado nos mostra que o nosso País esteve à altura das circunstâncias diante de grandes perigos, especialmente em tempos de guerra e de crise. Esperamos ser dignos do presente desafio, buscando as soluções orgânicas que discutimos. Ainda assim, o perigo de um colapso também deve ser motivo de grande preocupação, pois o enérgico movimento para nos distanciarmos do problema pode tentar-nos a agarrar qualquer solução socialista que nos seja oferecida na hora da aflição.

Fracasso da nossa união cooperativa

A segunda circunstância é o fato de nossa união cooperativa se achar em crise. Ela já não fornece suas soluções usuais, o que nos obriga a buscar alternativas.

Nossa união cooperativa tem sido a estrutura através da qual sempre vimos resolvendo os nossos problemas. Enquanto floresceu, ninguém questionou seriamente a sua capacidade de atender às nossas necessidades. Estávamos contentes por desfrutar da liberdade de perseguir e satisfazer nossos desejos em uma atmosfera de conforto e abundância.

À medida que a situação se agrava, esse modelo de cooperativa começa a falhar, e até mesmo a nos prejudicar. Há grande frustração na busca de nossa costumeira felicidade material, e o resultado é um grande vazio a ser preenchido. Isso nos move à ação, mas gera ao mesmo tempo esperanças e preocupações.

Tensão interna

Finalmente, uma terceira circunstância que prepara o terreno para mudanças é a tensão interna resultante da presente polarização. Ela está chegando a um ponto em que o centro não se sustenta mais, levando-nos à penosa tarefa de elaborar novo consenso em plena tribulação.

Temos observado – e muitos analistas políticos concordam – que os Estados Unidos estão divididos em dois. Enquanto um se define pela vacilante união cooperativa, o outro se agrupa em torno da disposição para sacrificar-se por Deus, pela família e pela pátria. O resultado desse entrelaço de mentalidades depende das ações seremos forçados a empreender.

A força das circunstâncias está pressionando. Queiramos ou não, seremos obrigados a tomar medidas em face da atual crise. A questão já não é *se* mudaremos, e sim *quando* mudaremos e *qual rumo* tomaremos.

Como em todas as épocas de grande mudança, grandes serão os perigos. Devemos nos perguntar se a nossa decisão será bem escolhida. Nosso rumo futuro não pode basear-se em impulsos que nos levem a agarrar qualquer coisa para fugir da situação. Deve basear-se na deliberação de ideias e princípios sólidos. Deve basear-se numa visão articulada de uma ordem orgânica.

Eis chegado o momento de refletir e debater ideias sobre o curso a seguir. Se aproveitarmos este momento para articular princípios, ideias e valores morais em torno dos quais possamos nos aglutinar, estaremos em condições muito melhores para arrostar a tempestade e retornar à ordem. Alternativas socialistas que agora são levantadas tornam ainda mais urgentes tais considerações.

Esta visão das coisas exige a ousadia de transcender os padrões “não heróicos” do nosso materialismo. Desafia-nos a imaginar novas maneiras de superar a intemperança frenética, que tanto mal fez à nossa economia. Neste período de debate, nossa tarefa fundamental consiste em articular uma visão da vida por meio da qual possamos encontrar aquelas soluções orgânicas que nos permitam forjar um novo consenso sobre o qual construir o nosso futuro.

A BUSCA DE UM SENTIDO

Capítulo 46

Retornando à fonte

À medida que uma grande tempestade se avoluma no horizonte, o perigo comum nos obriga a buscar uma visão da vida capaz de unificar a nação. Acreditamos que tal visão não se inspirará em reformas econômicas, políticas, financeiras ou programas governamentais. A questão continua sendo onde encontrar as ideias que inspirem nosso retorno à ordem.

Em nossos tempos de crise, agiríamos corretamente recorrendo à fonte da nossa cultura cristã, na esperança de redescobrir aqueles valores espirituais que nos geraram. Devemos mirar para além de nossa visão materialista e voltar ao que Johan Huizinga classifica como “valores maiores e mais altos do que a mera gratificação do desejo e da ânsia de poder. Esses valores se encontram no domínio do espiritual, do intelectual, do moral e do estético”.^{[330](#)}

Nessa busca espiritual, devemos evitar invenções idealizadas por grandes filósofos ou complexos esquemas de sociólogos. Devemos também rejeitar as ideologias rígidas de pensadores modernos que construíram sistemas ideais sem qualquer nexo com a realidade, e com grande prejuízo para a humanidade. Pelo contrário, devemos abraçar ideais, princípios e valores que sempre serviram para inspirar e unir os homens. São ideais conectados com a realidade, e que se manifestam nos diferentes costumes, tradições e modos de vida de um povo.

Visão horizontal da sociedade

Retornando à fonte dos nossos valores, envolvemo-nos numa verdadeira busca de sentido e unidade, que não é a visão moderna dispersa das coisas, tão característica da nossa época de individualismo. Para empregar uma metáfora, podemos dizer que o presente modelo sócio-econômico se assemelha a uma linha horizontal desenhada numa folha de papel: ela dispersa a nossa atenção, sem um ponto único de foco; estende-se para fora; é plana e sem qualquer hierarquia de interesses.

Esse modelo corresponde a uma visão horizontal da sociedade. É a imagem de um modelo que favorece a intemperança frenética, a expansão dos mercados e as redes gigantescas, obcecadas pelo progresso externo e pela expansão horizontal ou domínio das finanças, sem qualquer foco central. Lawrence Friedman escreve que essa “sociedade urbana e industrial da mídia massificada” é uma “sociedade horizontal,” cheia de vínculos superficiais entre iguais.^{[331](#)}

Visão vertical da sociedade

Nossa volta à fonte pede uma perspectiva vertical. Pressupõe uma visão vertical do universo, na qual as coisas são vistas através de outro prisma. Para estender a nossa metáfora, podemos comparar o modelo que buscamos com uma linha vertical desenhada no papel. Essa linha atrai a nossa atenção para um único ponto à medida que progride para cima, do mesmo modo como as linhas verticais da torre de uma igreja atraem nosso olhar na direção da cruz em seu topo.

Essa visão vertical nos convida a elevar nossas mentes, com o propósito singular de procurar valores transcendentais, e por fim ao próprio Deus. R. H. Tawney descreve essa visão como a “teoria de uma hierarquia de valores, que abrange todos os interesses

e atividades humanas em um sistema cujo ápice é a religião,” como oposta à moderna “concepção de compartimentos separados e paralelos, entre os quais é preciso manter um equilíbrio, mas que não têm nenhuma conexão vital uma com a outra”.³³²

Essa visão vertical confere grande unidade de propósito a uma sociedade. Essa unidade — que pode também ser nossa — existiu na Cristandade. R. W. Southern escreveu sobre a Idade Média: “Houve períodos da história europeia nos quais se fez um progresso mais rápido em algumas direções, e com maior variedade de gênios individuais, mas nunca houve um período que tenha mostrado tão grande variedade de realizações a serviço de um único objetivo”.³³³

O bom, o verdadeiro e o belo

A inspiração dessa visão se encontra no interior do próprio homem. Ela corresponde aos desejos mais fundamentais do coração humano. Ela provém da nossa constante busca de tudo quanto é bom, verdadeiro e belo. Esse impulso é algo que ocorre naturalmente em nós e que põe em ação movimentos poderosos em nossas almas, que nos impele ao sacrifício.

Aristóteles fala daquilo que ele denomina *kalon*, isto é, a nossa preocupação apaixonada por tudo quanto é elevado, digno e nobre. Era algo que ele reconhecia como universalmente presente no cerne espiritual de cada ser humano. Essas aspirações mais elevadas dos seres racionais e livres são “capazes de dedicação, devoção, e até mesmo de sacrifício em prol de causas que percebem como sendo justas, e que portanto participam de um valor transcendente ou eterno”.³³⁴

De igual forma, na Sagrada Escritura São Paulo nos convida a olhar para esses mesmos ideais: “Tudo que é verdadeiro, tudo que é nobre, tudo que é justo, tudo que é puro, tudo que é amável, tudo que é de boa fama, tudo que é virtuoso e louvável, eis o que deve ocupar vossos pensamentos” (Fil. 4,8).³³⁵

Quando os homens buscam esses altos padrões de perfeição, beleza ou excelência, dão origem a uma visão da vida que inspira civilizações. Basta olhar para as nossas raízes cristãs, a fim de ver a sua eficácia confirmada. A História dá amplo testemunho dos atos abnegados de santos, heróis e mártires que colocaram os ideais cristãos acima de tudo. Sua influência permeou a cultura, estabeleceu o regime da honra e deu à luz toda uma civilização.

No entanto, há mais.

“Omne delectamentum in se habentem”

Quando procuramos o que é elevado, digno e nobre, encontramos inevitavelmente o sobrenatural e o divino, que estão no píncaro de toda a beleza e constituem a verdadeira fonte da civilização cristã. *Omne delectamentum in se habentem*, diz a liturgia da bênção do Santíssimo Sacramento. Também desta visão podemos dizer que ela “contém toda a doçura”.

Ao abraçar o sobrenatural, encontramos a Deus e Sua graça que comunica a vida sobrenatural às nossas almas e faz nossos ideais brilharem com mais esplendor. A graça aperfeiçoa a natureza e abre para a realização de nossos ideais novas possibilidades além do meramente humano. Embora não possamos quantificar a ação da graça na História podemos observar os atos de abnegada virtude que trouxeram transformações admiráveis à sociedade. Por exemplo, encontramos os frutos da graça nos atos nobres, dignos e elevados das pessoas que suportam o sofrimento com alegria e dignidade, que triunfam com humildade e tratam os outros como irmãos, com veneração e respeito.

Podemos observar os efeitos da graça que ilumina a razão a qual, guiada pela luz da Fé e por um Magistério infalível, cria as condições culturais ideais para uma sociedade orgânica.

Voltando à fonte da nossa civilização cristã, obteremos essa assistência divina, e assim nossos esforços se tornarão proporcionais aos desafios da tempestade iminente.

Em suma, à medida que um número crescente de pessoas abandona a falida cultura materialista, que adotou como padrão o comum, o útil e o ordinário “não heróico,” devemos voltar-nos para essa fonte cristã, a fim de regenerar a nossa cultura. É esta busca de sentido e de unidade que vamos agora explorar. A partir desta fonte, veremos seus frutos refletidos no lar, na praça pública, no mercado e no santuário.

[330](#) Johan H. Huizinga, *In the Shadow of Tomorrow* (New York: W. W. Norton, 1936), 40-41.

[331](#) Friedman, *Horizontal Society*, 60.

[332](#) Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism*, 8.

[333](#) R. W. Southern, *Western Society and the Church in the Middle Ages* (London: Penguin Books, 1970), 43.

[334](#) Thomas L. Pangle, *Leo Strauss: An Introduction to His Thought and Intellectual Legacy* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006), 93.

[335](#) North American Bible Revised Edition.

Capítulo 47

A busca do sublime

Retornando a uma visão transcendental e sobrenatural da sociedade, toca-mos em questões que vão ao âmago das aflições modernas. Atendemos assim aos desejos das coisas espirituais, de há muito suprimidos pela *acedia* da nossa cultura materialista. Nos engajamos na busca um sentido fora das frustrações do interesse próprio e da grande infelicidade, que agora zombam de nós em meio à nossa prosperidade.

Acima de tudo, essa visão da sociedade põe em marcha dentro da alma humana uma força propulsora natural e dinâmica, que prende a nossa imaginação e nos leva a agir.

Uma busca de plenitude

Essa força propulsora encontra-se no nosso grande desejo de plenitude, ou seja, de sentir total satisfação ou completude. Em virtude de nossa natureza ao mesmo tempo material e espiritual, a mera segurança material não nos satisfaz. Em nossa busca de perfeição, nós naturalmente procuramos também a satisfação espiritual. Nossas almas são fortemente atraídas para tudo que nos move na direção da plenitude. Nós nos regozijamos nesta plenitude e nunca nos cansamos de ir ao seu encalço.

Isto pode ser observado nos sentidos. Nossos olhos foram feitos para ver, mas o que mais nos atrai são os belos objetos. Quando ouvimos, nosso maior prazer está em ouvir as mais belas harmonias. O sentido do olfato encontra grande satisfação em perfumes requintados. Até mesmo as crianças de tenra idade, em suas reações primárias, fogem do que é comum para ir atrás do que brilha e deslumbra. Tendemos naturalmente à plenitude mais expressiva dos nossos desejos legítimos.

O objeto deste crescente e universal desejo humano tem um nome: ele é chamado de sublime.

Definindo o sublime

O sublime consiste naquelas coisas de transcendente excelência, em face de cujas magnificências as almas se sentem intimidadas. Ele provoca aquilo que Edmund Burke corretamente considera “a emoção mais forte que a mente é capaz de sentir”.³³⁶

Ao longo da História o homem tem sido atraído por panoramas extraordinários, obras de arte, música, ideias ou feitos heroicos, com razão chamados sublimes. Não é o mero aspecto físico dessas coisas que nos inspira. É antes uma apreciação racional de qualidades espirituais de incomparável magnificência, vastidão ou grandeza, que cativam a alma e aceleram sua busca da plenitude.

Foi uma valorização de coisas sublimes que serviu de inspiração à civilização cristã, e que agora nos deve inspirar. Uma cultura voltada para o sublime eleva aqueles que de outra forma se deteriam em coisas puramente normais e comuns. O sublime nos atrai maravilhados para fora de nós mesmos, e assim se opõe aos vícios egoístas interiores que nos levam à desgraça.

Como músicos que se dedicam a uma música sublime, as pessoas que buscam e amam o sublime de maneira lógica e habitual são capazes de grande abnegação e sacrifício ao seu serviço. Dessa dedicação decorreram as obras-primas e os feitos épicos da História.

Civilizações sublimes

Como sucede com os indivíduos, também as civilizações e culturas podem procurar e apreciar o sublime. Isso acontece quando qualquer grupo social elabora e aprecia em conjunto, de modo subconsciente, obras esplendorosas de arte e arquitetura, realizações políticas ou devoções religiosas.

Quanto mais os membros de unidades sociais apreciarem conjuntamente o sublime, tanto maior será a cultura ou a civilização. Por nossa conta e risco, podemos ignorar a influência do sublime, como observa Johan Huizinga: “A História presta bem pouca atenção na influência desses sonhos de uma vida sublime sobre a civilização e as formas de vida social”.³³⁷

O sublime não se encontra somente nas artes ou nos objetos; as maiores obras-primas da cultura estão nos grandes homens e nas elites. A capacidade popular de admirar e produzir modelos sublimes e heróis representa o coroamento de uma civilização. Robert Nisbet exemplifica: “Na *Iliada*, na *Eneida* ou no *Beowulf* os feitos do herói representam a mais alta exemplificação dos valores sagrados da sociedade; ele os realiza, mais do que os transformar”.³³⁸

Aspectos sobrenaturais

Embora o sublime possa ser considerado a partir de uma perspectiva puramente natural e metafísica, sua expressão mais elevada é o sobrenatural. O conceito de Deus flui naturalmente do conhecimento das coisas sublimes. Deus nos criou com apetite pelas coisas sublimes, porque elas são suas obras-primas e falam muito d’Ele. Ao conhecê-las, somos convidados a conhecer, amar e servir ao Ser sublime por excelência, que é Deus.³³⁹

Ou seja, o grande *élan* ou força propulsora, que naturalmente sentimos ao encontrar o sublime em nossas vidas, nos impulsiona em última análise para um fim religioso. Nas palavras de Bento XVI, essas obras sublimes são “verdadeiras auto-estradas que conduzem a Deus, a suprema beleza”.³⁴⁰ Nesse sentido, amar o sublime na Terra é nos prepararmos para o sublime do Céu e da visão beatífica, quando teremos a plenitude verdadeira da nossa alegria contemplativa na contemplação do próprio Deus.

A busca de sentido

A civilização cristã não era somente voltada para as coisas sublimes, mas encontrava nelas um sentido. O homem medieval acreditava que a felicidade provinha da verdadeira compreensão da ordem do universo. Ele via o universo como um grande livro, que era entendido principalmente pelo seu simbolismo e sua ordem hierárquica.

Assim, com grande sentido prático nascido da observação e de um lazer ponderado, as pessoas daquele tempo procuravam o simbolismo e as relações que dessem sentido às coisas concretas que viam na criação. Por exemplo, ao considerar o fogo, as pedras preciosas ou o oceano, acreditavam que essas coisas bonitas falavam de excelências e maravilhas, que deviam ser apreciadas e encaixadas em uma ordem harmoniosa. A partir daí construíam verdadeiras catedrais de ideias harmoniosas que depois se refletiam nas estruturas reais que mais tarde edificaram para a maior glória de Deus.

Em última análise, desejavam o Céu. Mas a ideia que tinham do Céu era fundada em todas as maravilhas terrestres, que eles consideravam reflexos das maravilhas celestes. Assim, a verdadeira alegria da vida consistia na busca metafísica da perfeição absoluta nas coisas; isto é, uma espécie de tropismo pelo qual alguém busca naturalmente Deus ou a semelhança de Deus em todas as coisas. “Assim, todas as coisas elevam os

pensamentos para o eterno, sendo pensadas como símbolos do mais alto, em gradação constante, todas transfundidas pela glória da majestade divina” – escreve Johan Huizinga.³⁴¹

Nascido da admiração e do maravilhamento

Esse desejo propulsor em relação ao sublime desperta também em nós um sentimento de admiração. Aristóteles afirma que a admiração é o princípio da filosofia. E São Tomás ensina que a admiração é o desejo de conhecer, que vem quando primeiro contemplamos essa ordem, e então procuramos a sua causa primeira, a qual nos é desconhecida ou supera a nossa faculdade de compreensão.³⁴² Uma criança, por exemplo, contemplando as estrelas no vasto firmamento, sente admiração pela causa dessa grande maravilha. Longe de nos frustrar, esse desejo insatisfeito do conhecimento da causa mais alta desperta em nós uma alegre esperança de obter esse conhecimento que tanto desejamos. Segundo Josef Pieper, São Tomás ensina que “a primeira admiração que se sente constitui o primeiro passo no caminho que leva à visão beatífica”.³⁴³

Um universo inteligível

O resultado prático de tudo isso é a ordenação de uma sociedade de acordo com essa ordem transcendente. O mundo se torna assim inteligível, cheio de significado e propósito. Do maravilhamento e do sublime resultam as considerações filosóficas – como também as religiosas e estéticas – que constituem a base da civilização.

A busca do sublime não pode ser restrita à pura especulação ou à contemplação. O homem medieval a punha em prática, na tentativa de construir o mundo de acordo com ela. Olhando para as coisas na perspectiva simbólica, seu objetivo tornou-se não só organizar o bem-estar material, mas elaborar uma cultura, uma arte e uma civilização maravilhosas, baseadas na consideração dessas perfeições. O resultado foi uma vida com certa felicidade nesta terra, um antegoço da felicidade eterna no Céu.

Isso explica o intenso senso artístico e apreço pela qualidade desses tempos. Por causa de sua retidão e inocência, o homem medieval tinha alegria desinteressada ao ver qualquer coisa perfeita, bonita ou bem feita, ainda que não fossem suas. Esforçava-se por fazer e criar essas coisas, como forma de cercar-se de maravilhas terrenas através das quais pudesse imaginar as celestes.

O homem medieval fazia também análoga pesquisa em sua própria alma. Ele procurava discernir dentro de si o ideal dessas qualidades que pudesse desenvolver e então refletir essa ordem em sua alma. Ele agia sobre esse discernimento “construindo” de modo constante sua alma para torná-la cada vez mais conforme com essa semelhança ideal de Deus, que ele se sentia compelido a refletir.

Dando sentido à religião

Essa visão dá naturalmente grande significado à religião. Não se trata apenas do ensino dos dogmas ou do catecismo, mas de uma maneira de encontrar magnificência, sentido e felicidade já neste mundo. Ao contrário dos que julgam a religião como só ensinando resignada infelicidade nesta vida, o homem medieval achava incompreensível que este mundo não contivesse um sério antegoço da felicidade vindoura.

No entanto, essa noção de felicidade tinha caráter espiritual e sobrenatural, que se refletia em alguns aspectos materiais desta vida, e cuja base estava na alegria de

compreender o universo. Não era uma noção materialista, da qual procedem a tristeza e a ilusão por confiar em coisas perecíveis.

“Uma das maiores conquistas da Idade Média – escreve Robert Southern – foi o desenvolvimento detalhado dessa ideia de uma sociedade humana universal, como parte integral de um universo divinamente ordenado no tempo e na eternidade, no natural e no sobrenatural, na política prática e no mundo das essências espirituais”.³⁴⁴

Compensando as nossas fraquezas

A natureza desse prazer desinteressado provém também de sentirmos nossas próprias fraquezas e enfermidades. Isto, por sua vez, desperta em nós o desejo do repouso na contemplação de algo perfeito, e conseqüentemente de experimentar uma espécie de plenitude. Desta forma, ao invés do prazer pelo prazer, sentimos a alegria metafísica de estarmos ligados a uma ordem do ser que completa a nossa.

É nesse sentido de completude que o homem medieval construiu sua sociedade e imaginou a alegria da visão beatífica, na qual nos sentiremos ordenados de acordo com o exigido pelo nosso próprio ser. Também nos sentiremos integrados na ordem geral e perfeita do ser ao passarmos a contemplar e repousar naquela Perfeição absoluta que é o próprio Deus.

Pode-se perguntar para que serve o sublime, em meio a uma crise econômica de grandes proporções, e como pode a busca do sublime nos ajudar a encontrar uma solução.

A isso respondemos que construímos uma economia de mercado com a premissa de uma produção colossal, que no entanto nunca poderá nos satisfazer. Os bens puramente materiais sempre nos frustrarão, pois não podem satisfazer as exigências da nossa natureza espiritual; não podem satisfazer nossos anseios por bens eternos, cuja plenitude se encontra no próprio Deus.

Como resultado, colocamos as expectativas ilimitadas de uma ordem espiritual em uma ordem material limitada. Nessas circunstâncias, nunca produziremos bens suficientes pois estaremos sempre numa busca frenética de satisfação, por meio de uma demanda desenfreada, fragmentada em mil mercados diferentes. Esses desejos frustrados criam as condições para uma economia de intemperança frenética, para a nossa grande infelicidade.

Quão melhor seria se pudéssemos basear nossa economia na premissa de nossa procura do sublime. Tal economia depende muito mais da qualidade do que da quantidade dos bens produzidos. Ela procuraria impregnar nossa produção com a beleza e a perfeição pedidas pela nossa natureza, e isso daria unidade, ordem e propósito à economia. Ela despertaria em nós desejos apaixonados, embora temperantes, que nos ajudariam em nossa busca de plenitude.

Não há nenhuma razão para que essa economia voltada para o sublime não tivesse igualmente produção abundante e desenvolvimento. Não nos incluímos entre os que propõem a redução do consumo ou subconsumismo como solução “espiritual” para a crise de hoje. A própria natureza de uma economia voltada para o sublime tende à produção de coisas magníficas e grandiosas, como as catedrais medievais, que nos inspiram tanto respeito e admiração. Mas ao mesmo tempo o sublime não despreza as

pequenas maravilhas do artesanato, por exemplo, que encantam a alma com a sua simplicidade inocente.

O consumismo atual frustra os desejos, afogando-os no mar do materialismo. Com uma produção mais focalizada, o sublime poderia satisfazer às nossas aspirações, produzindo coisas que nos enchessem de admiração e esperança. Tal economia nos incitaria ao desejo do sacrifício por ideais mais elevados; e faria com que nos voltássemos para o eterno, onde nos sentiremos ordenados de acordo com a nossa natureza e dispostos a repousar na perfeição do próprio Deus.

336 Edmund Burke, “A Philosophical Inquiry into the Origins of Our Ideas on the Sublime and Beautiful” em *Works of Edmund Burke*, 1:48. Burke foi um dos primeiros autores modernos a tratar longamente do sublime. Estamos em completo desacordo com ele e com outros contemporâneos, quando interpretaram o aspecto esmagador do sublime como sendo de uma grandeza aterrorizante. Argumentaríamos que o sublime inspira admiração, maravilhamento e amor reverencial próprio da devoção católica, e não o terror refletido na severa perspectiva de Burke. Cf. *Encyclopædia Britannica 2009 Deluxe Edition*, s.v. “*aesthetics*”.

337 Johan Huizinga, *The Waning of the Middle Ages: A Study of the Forms of Life, Thought and Art in France and the Netherlands in the XIVth and XVth Centuries* (Garden City, N.Y.: Doubleday Anchor Books, 1954), 39.

338 Nisbet, *Twilight of Authority*, 92-93.

339 A base desta visão vem do fato de que Deus criou um universo inteiro para refletir-se a Si mesmo, já que criatura alguma poderia espelhá-lo suficientemente. Cada criatura reflete algo de bom, verdadeiro e belo existente em Deus. Quando contemplamos esta grande obra da criação, entendemos melhor a perfeição de Deus e experimentamos a grande alegria espiritual de compreender a ordem e o significado das coisas. Ver São Tomás de Aquino, *Summa Contra Gentiles*, II, 45; *Summa Theologica*, I, q. 47, a. 2.

340 Bento XVI, Audiência Geral, 31 de agosto de 2011, acessado em 16 outubro de 2012 http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2011/documents/hf_ben-xvi_aud_20110831_po.html.

341 Huizinga, *Waning of the Middle Ages*, 206.

342 Ver São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I-II, q. 32, a. 8.

343 Pieper, *Leisure*, 103.

344 Southern, *Western Society and the Church*, 22.

Capítulo 48

Quando os homens sonham

A busca do sublime entra em nossas vidas diárias, porque nos transforma em homens de grandes desejos.³⁴⁵ Desperta em nós exigências que precisam ser satisfeitas, e assim podemos afirmar que os ideais sublimes estão entre as coisas mais práticas que existem. Somos levados a colocar nossos sonhos em movimento na plataforma desses ideais.



Photo/Felipe Barandiarán — Adoração dos Magos, vitral da Catedral de Saint Patrick, Harrisburg, Pensilvânia.

Quando os homens sonham de forma prática e racional, maravilhas como a celebração da Cristandade e a representação do Natal se tornam possíveis. Unindo o Idealista e o Pragmático.

Por “sonho” significamos aqui o processo através do qual idealizamos nossos objetivos na sociedade. Para que isso aconteça, duas coisas são necessárias: os homens devem primeiro se unir para formar um consenso em torno de valores mais elevados. Em segundo lugar, dentro desse novo consenso, devem conceber novas maneiras de expressar e manifestar esses valores na vida diária.

Formando um consenso

O melhor exemplo de formação de um consenso é a família. Em meio às alegrias e sofrimentos da vida, a família é uma tal fonte de intensa coesão que até mesmo pessoas extrínsecas a ela, como os amigos íntimos, podem ser assimilados com alto grau de adesão e afinidade. Toda a família se enriquece a cada nova adição, a qual é tratada como mais uma estrela na constelação familiar.

Unidades de absorção como a família podem ser encontradas em outras unidades sociais, especialmente aquelas nas quais os indivíduos experimentam conjuntamente as vicissitudes da vida, tais como na vocação religiosa, na profissão, na escola ou na unidade militar.

O nascimento da sociedade a partir da unidade

Todas as relações humanas estáveis podem dar origem a esses vínculos poderosos, que lembram o intenso espírito de família. Na medida em que uma unidade social desenvolve essa ligação, contribui para a firmeza, resistência e qualidade do tecido social.

Além disso, quando alimentada pelos Mandamentos e conselhos evangélicos, essa sociedade natural adquire um brilho sobrenatural, não muito diferente do que se dá com uma pessoa que nasce e logo é batizada. Ela cria as condições ideais para um entrelaçamento de personalidades, e ao longo do tempo pode adquirir excelência, retidão e coesão extraordinárias.

Idealizando uma vida em conjunto

Nesse clima de coesão, e especialmente de graça, os membros de uma sociedade começam a idealizar suas vidas em conjunto. Alguns autores têm se referido a esse senso de perfeição imaginária em conjunto, como a criação de “*utopias*”. Julgamos que tal ação seria muito mais bem expressa em termos de como as unidades sociais criam seus próprios *mitos*, *lendas* ou *sonhos*.

Todos esses termos se referem à indispensável capacidade através da qual as famílias, as unidades sociais ou os povos concebem para si um futuro, levando em consideração tanto os meios práticos ao seu alcance quanto um ideal superior.

Irving Kristol escreve: “Não temos conhecimento de qualquer comunidade humana onde os homens não sonham. Ou seja, não conhecemos nenhuma comunidade humana cujos membros não tenham uma visão de perfeição – uma visão em que as frustrações inerentes à nossa condição humana são anuladas e transcendidas”.^{[346](#)}

“A sociedade ideal não está fora da sociedade real, faz parte dela. Longe de estarem divididas como dois polos que se repelem mutuamente, não podemos agarrar uma sem agarrar a outra,” afirma Émile Durkheim.^{[347](#)}

Segundo Richard Weaver, “sem o sonho metafísico é impossível pensar em homens vivendo juntos em harmonia por largo tempo . O sonho traz consigo uma avaliação, que é o vínculo da comunidade espiritual”.^{[348](#)}

O mesmo autor fala igualmente dos mitos como “grandes estruturas simbólicas que unem as imaginações de um povo, proporcionando-lhe bases de pensamento e ação harmoniosos”. Ele nota como esse mundo de valor e significado constitui uma estrutura atemporal “sempre, aqui e agora,” e a partir da qual, “o menor membro de uma cultura pode tomar algo emprestado para dignificar e dar coerência à sua vida”.³⁴⁹ A figura lendária de George Washington, por exemplo, serve como ponto de união de todos os valores nacionais por ele defendidos. Qualquer americano pode inspirar-se no exemplo dele, a qualquer momento de nossa história. De forma semelhante, símbolos e narrativas podem sustentar um ideal elevado, que confere à sociedade um estilo e um tom que se exprimem na moda, nos costumes, nas artes, na arquitetura, na culinária.

Natureza prática desses sonhos

Caso esses termos pareçam demasiado abstratos e inatingíveis, o historiador Lewis Mumford esclarece a questão enfatizando a natureza extremamente prática de nossos sonhos, distinguindo-os da fantasia ociosa. Ele define o sonho simplesmente como uma visão ideal, pela qual uma unidade social concebe “um ambiente reconstituído, mais adaptado à natureza e aos objetivos dos seres humanos que nele habitam do que o ambiente real”.³⁵⁰

Ou seja, assim que uma família ou unidade social começa por consenso a conceber sua própria maneira de ser, ou a fazer coisas com as quais espera melhorar ou aperfeiçoar a sua vida, estará a caminho da criação do seu próprio mito ou sonho. Mumford afirma com Anatole France que tais sonhos constituem o verdadeiro princípio de todo progresso. Sem eles, poderíamos ainda estar vivendo em cavernas como selvagens.³⁵¹

Assim, uma família pode idealizar uma forma particular de ser caridosa, outra de ser prudente, e ainda outra de ser austera. Cada família procura satisfazer essa profunda necessidade psicológica de idealizar seus próprios sonhos e organizar sua vida em conformidade com eles, pois “as coisas com as quais sonhamos tendem consciente ou inconscientemente a influenciar o padrão de nossas vidas diárias”.³⁵²

Não devemos temer que nossos sonhos não sejam sempre completamente realizáveis. Antes, eles devem servir para nos guiar na direção geral. Como a agulha magnética da bússola, que aponta em direção a um “norte” ideal e inatingível, nossos sonhos servem como guias para nos ajudar a navegar com segurança ao longo do caminho, como observa Mumford.

Se nossa época parece culturalmente empobrecida, não é por causa de nossos sonhos, mas sim por não termos sonhado o suficiente, ou não termos dado atenção aos nossos sonhos.

O logro das utopias

Alguém poderia objetar que tais conceitos não correspondem à realidade. Os homens procuram muitas vezes falsas “utopias” apenas para se desiludirem, o que dá fundamento à noção popular de que todos os sonhos são ilusões, ou mesmo fantasias perigosas.

Não vamos discutir tais alegações. Como tudo quanto diz respeito à natureza decaída do homem e à sua fértil imaginação, nossos sonhos podem levar a fracassos espetaculares, a encarnações nacionalistas e horríveis aberrações. Abandonado a si mesmo, o homem poderia realizar grandes feitos, mas seus sonhos incontrolados

correm com mais frequência o risco de se tornar utopias amargas, literalmente caminhos para “lugar nenhum”.

Pressupostos necessários aos sonhos

Tais riscos em nada diminuem a enorme importância dos sonhos para a sociedade. Antes, só dão ênfase à razão pela qual, em nosso pressuposto inicial, insistimos na sua realização equilibrada: uma atmosfera de intensa coesão da unidade social, especialmente quando acompanhada pela prática dos Mandamentos e no espírito dos conselhos evangélicos.

Os sonhos deixam de ser utopias que não conduzem a “lugar algum” na medida em que realizam essa unidade em torno de um ideal religioso. Adquirem então, com a ajuda da graça, o equilíbrio por meio do qual sua aparentemente evidente impossibilidade se torna possível.

“O mais audacioso sonho que se possa imaginar”

Foi esse tipo de sonho sustentado pela graça que a Igreja propôs, e que se espalhou por toda a Cristandade. Plínio Corrêa de Oliveira o caracterizou como o “mais impressionante, indiscutível e audacioso sonho que se possa imaginar”.³⁵³

O exemplo mais patente desse sonho audacioso é a celebração do Natal. Canta a Igreja: *Puer natus est nobis, et filius datus est nobis* — “Um menino nasceu para nós, um filho nos foi dado” (Is. 9,5).

Naquela noite inefável, quando nosso Salvador nasceu de Maria sempre virgem, uma imensa impossibilidade tornou-se possível: o Deus-homem nasceu. Do Céu desceram torrentes de graças, que aplanaram o caminho para o mais audacioso sonho humanamente concebido, porquanto se abriram diante de nós imensas possibilidades para que a graça viesse a desenvolver-se na Cristandade. Tornou-se possível a prática dos Mandamentos e dos conselhos, no interior de uma ordem que o mundo pagão julgava impossível.

Os ateus ou racionalistas podem sorrir diante de tais considerações. Não percebem que, cingindo-se ao seu raciocínio ateu, na melhor das hipóteses eles abraçam as “utopias” mais estreitas e falíveis do seu mundo desalmado e pragmático. Eles não percebem que perdem o melhor da realidade.

Tudo muda quando raciocinamos em função de um mundo criado por Deus, voltado para Deus, e no qual o próprio Deus, Seus anjos e Seus santos intervêm ativamente. Tal convicção nos torna capazes de um *élan* extraordinário, em que o espírito de fé pode se unir com realizações concretas e levar à realização neste vale de lágrimas de sonhos que são antecipações maravilhosas do Céu.

Unindo o idealista ao pragmático

Há infelizmente uma tendência moderna de dividir o mundo entre o idealista e o pragmático, o metafísico e o físico, o espiritual e o material, como se estivéssemos lidando com duas realidades diferentes.

Em uma sociedade que procura realizar seus sonhos, não há por que fazer tal separação. Tanto o ideal quanto a prática podem ser transformados em uma única realidade. Com efeito, os verdadeiros sonhos se realizam na base do que poderíamos considerar duas grandes forças motrizes ou dois poderosos impulsos de entusiasmo, que movem as almas nessa direção.

A primeira força propulsora, que constitui a própria essência de nossos sonhos. É aquele forte impulso para aquilo que excita a nossa sensação de espanto, admiração e maravilhamento, dando-nos a capacidade de conceber coisas maravilhosas e um desejo ardente de realizá-las. A civilização cristã deu amplos exemplos dessa capacidade criativa com sua magnífica liturgia, literatura, arte, arquitetura, e tantas outras maravilhas que estavam totalmente integradas na vida do comum das pessoas, permitindo-lhes viver suas vidas ordinárias de forma extraordinária.

Bom senso

Há uma segunda força propulsora que serve de contrapeso para que o primeiro impulso não degenera em fantasia perigosa. Ele percebe que nem tudo nesta terra de exílio é maravilhamento, e que devemos nos ajustar ao mundo tal como ele existe. Nasce assim nas almas equilibradas um verdadeiro entusiasmo pelo bom senso, que as ajuda a lidar com a realidade concreta. Esta força propulsora prática tempera a imaginação e a busca desordenada de novidades. Ela convida para uma avaliação realista dos elementos práticos a mão para se construir o futuro.

O equilíbrio que procuramos

Nenhuma das forças propulsoras exclui a outra. Pelo contrário, cada uma é inspirada pela outra. Somente a união harmoniosa de ambas produzirá a mesma visão superior e de bom senso, que permitiu aos santos resolver com sabedoria os problemas mais concretos e meditar com grande humildade sobre as considerações mais sublimes e elevadas.

Evitamos assim os dois extremos: os mundos de fantasia e os “paraísos” socialistas. Como as asas de um pássaro, essas duas forças propulsoras levantaram a civilização cristã em seu maior vôo, mantendo-a em equilíbrio e bom funcionamento. A chave do autêntico progresso na História consiste em manter esse delicado equilíbrio.^{[354](#)}

James Westfall Thompson pondera: “É certo que a Igreja combinou em grau impressionante o espiritual e o temporal, o ideal e o prático. Se sua cabeça estava no Céu, Ela sempre manteve os pés no chão”.^{[355](#)}

As grandes obras dos homens

Os grandes sonhos nascem das pessoas que se unem em torno de ideais sublimes. Quando abandonamos os nossos sonhos, colocamo-nos nas mãos de burocratas em um regime de mediocridade. Isso ocorre porque os grandes sonhos nunca são o trabalho de planejadores sociais, mas sim um esforço conjunto de grandes homens, verdadeiras elites e povos. Cada membro de uma comunidade vive e compartilha o mesmo sonho original, que os une a todos sob as bênçãos de Deus.

Cada qual entra com a sua contribuição para a grande obra de construção desse sonho coletivo, entretanto altamente prático, de idealizar uma vida melhor em comum. Deve haver algo da robustez, do vigor e da rudeza do povinho comum. Deve haver os vários graus de cultura, discernimento e sofisticação das camadas intermediárias da sociedade. Finalmente, é preciso que existam elites, as quais longe de impor seus pontos de vista sobre a população, refinem e interpretem o que vem de baixo, contribuindo assim para esse sonho que pertence a todos.

Quando uma sociedade tem a bênção de possuir grandes homens, poderíamos dizer que estes se tornam quase profetas do movimento rumo a um sonho. Na medida em que estejam profundamente enraizados em toda a sociedade, eles sentem para onde esta

deve ir e a conduzem nessa direção. Por vezes Deus envia almas geniais, como o rei São Luís IX, que aparecem quase como anjos em forma humana, pairando sobre as multidões, influenciando e dando ímpeto à sociedade e à economia. Essa é a verdadeira governança.

Alguns poderiam objetar que as condições naturais para reconstruirmos os nossos sonhos metafísicos não existem mais na sociedade moderna. Já não existe aquela atmosfera de coesão intensa na unidade social. Poucos são os esforços para a prática dos Mandamentos, e muito menos ainda dos conselhos evangélicos. A padronização e a massificação têm contribuído muito para furtar os nossos sonhos e substituí-los pela insípida uniformidade dos nossos dias.

Podemos superar esses obstáculos, abraçando mais uma vez aquele “sonho audacioso” que transformou o Ocidente. Se nos unirmos em torno desse mesmo ideal sobrenatural de um mundo voltado para Deus, isto servirá de catalisador para recriar as condições em que uma imensa impossibilidade se torne mais uma vez realidade. Resta a nós sonhar de novo.

[345](#) Cf. Elogio do Profeta Daniel (Dn 9,23), segundo a *Vulgata*.

[346](#) Kristol, *Two Cheers for Capitalism*, 153.

[347](#) Émile Durkheim, *The Elementary Forms of the Religious Life* trans. Joseph Ward Swain (London: George Allen and Unwin, 1915), 422.

[348](#) Weaver, *Ideas Have Consequences*, 18.

[349](#) Weaver, *Visions of Order*, 34.

[350](#) Lewis Mumford, *The Story of Utopias* (New York: Viking Press, 1962), 21.

[351](#) Ver *ibid.*, 22.

[352](#) *Ibid.*, 25.

[353](#) Plínio Corrêa de Oliveira, Reunião da Comissão de Estudos Americanos, 12 de outubro de 1989, Documentos Corrêa de Oliveira.

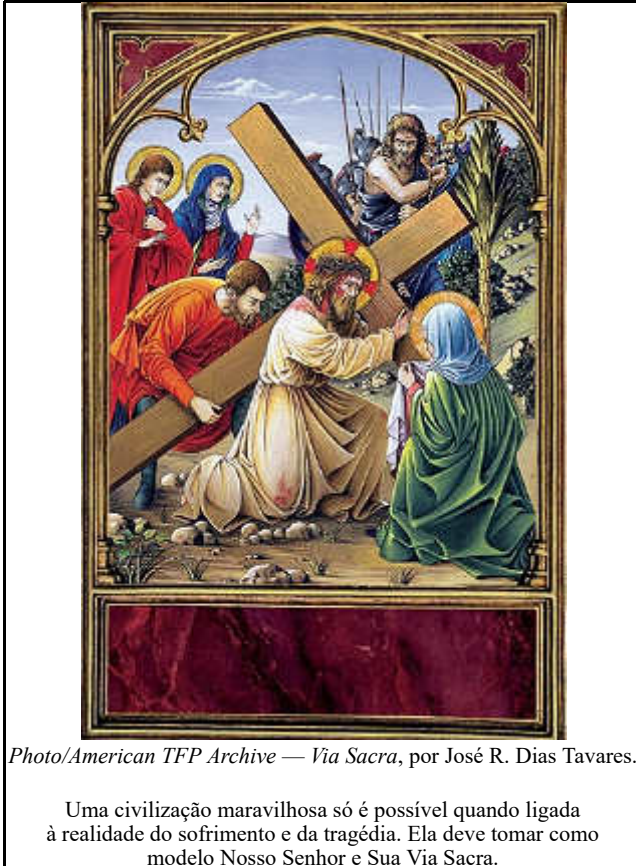
[354](#) Plínio Corrêa de Oliveira, Reunião da Comissão de Estudos Americanos, 13 de maio de 1988, Documentos Corrêa de Oliveira.

[355](#) Thompson, *Economic and Social History*, 2:648.

Capítulo 49

Uma sociedade segundo a “*Via Sacra*”

Para não sermos acusados de glorificar o passado, qualquer sonho de uma sociedade ideal não pode excluir a realidade de atribulações e sofrimento proveniente da punição divina aos nossos primeiros pais: “Tirarás dela (da terra) com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida” (Gn 3,17). Os sonhos se tornam fantasias nostálgicas e românticas, se não estiverem ligados à realidade do sofrimento e da tragédia. Devemos, portanto, levar a sério o modelo da Cruz.



Assim como a sociedade de consumo pressupõe o consumidor, a civilização cristã pressupõe o cristão. “Cristão” não era mero rótulo religioso. Pelo contrário, era o desenvolvimento do “tipo humano produzido por dez séculos de disciplina espiritual e cultivo intensivo da vida interior”.³⁵⁶ Ele era e é “outro Cristo,” inseparável de sua cruz.

O que caracterizava o homem da Alta Idade Média era a sua compreensão de que, uma vez soltas as paixões desordenadas, elas desencadeiam um governo tirânico sobre todas as coisas. Isso se aplicava à vida privada, mas podia também ser visto nas paixões bárbaras e desregradas dos povos invasores, que provocaram enormes estragos na Europa medieval.

Assim, o homem medieval percebia que a luta contra essas paixões desenfreadas devia desempenhar papel central na sua vida privada. Também entendeu que deve haver sempre na sociedade setores dedicados na linha de frente dessa grande batalha que, inspirados pela Fé, estão dispostos a lutar a qualquer momento, até a morte, para defender a sociedade como um todo.³⁵⁷ O cavaleiro medieval, por exemplo, realizou literalmente esse ideal, como de forma análoga o fizeram os monges civilizadores do Ocidente, com seu martírio interior.

Fazendo um sacrifício

Quando esses setores dedicados floresceram, seu espírito de constante abnegação e autocontrole penetrou toda a sociedade, dando o tom e ajudando todos a controlar e combater suas paixões desordenadas. Foi esse espírito que conteve gradualmente os bárbaros pela força das armas e os domou pela oração e a penitência, sob o olhar amoroso da Igreja.

Por isso Summerfield Ballwin sucintamente escreve que “foi a Via Sacra (...) que preocupava as mentes e os corações na Cristandade”.³⁵⁸ O perfume sublime desse espírito de abnegação permeou a economia, a arte e o pensamento, dando valor, significado e beleza a todas as coisas humanas.

Economia segundo a “Via Sacra”

As implicações econômicas desse espírito se refletiam particularmente em uma economia segundo a “Via Sacra,” na qual a necessidade de sacrifício e moderação no prover às necessidades humanas coincidia com o ideal ardente de buscar a Cruz de Cristo. O homem medieval procurava meios de oferecer sacrifício nas suas relações econômicas de cada dia.

Um modo imediato de o fazer era oferecer a Deus os melhores frutos do próprio trabalho. O agricultor, por exemplo, plantava o trigo pensando que seus melhores grãos poderiam ser transformados em hóstias para a Consagração. O vinicultor considerava sua maior honraria ter seu vinho usado na Missa. Os construtores davam o melhor de si para erigir magníficas igrejas, a fim de abrigar Nosso Senhor. Belos linhos e sedas adornavam os altares. Os membros da antiga corporação de marceneiros e entalhadores, sob o patrocínio de Santa Ana, “tinham como sua obra favorita a confecção de tabernáculos, onde Deus pudesse habitar em nossas igrejas”.³⁵⁹ A primeira e melhor maçã de um pomar podia ser colocada na mão da imagem da Virgem na igreja do vilarejo, como um gesto simbólico desse sacrifício.

Dessa forma, com sua oferenda, o homem “imolava” os melhores produtos de suas mãos ao serviço do Deus, que se imolou por nós.

Em busca da excelência

Tendo Cristo como modelo perfeito, essa economia segundo a “Via Sacra” serviu também à glória de Deus por despertar nos homens a busca apaixonada da excelência em si mesma.

Para o homem medieval, essa busca da excelência era uma árdua tarefa não muito diferente de uma “Via Sacra” que não levava ao lucro, mas a Deus. Ele acreditava que podia dar glória a Deus, fazendo Sua criação ainda mais excelente. O sacrifício do artesão ao fazer coisas bonitas ensinava toda a sociedade a amar as coisas excelentes, como um modo de conhecer e amar mais a Deus. Desta forma, na civilização cristã, até

mesmo as coisas mais modestas tendiam a ter certo esplendor, para que toda a criação pudesse cantar melhor a glória de Deus e elevar as almas a Ele.

Isso era visível no artesanato, que encetava suas tarefas árduas motivado por esse ideal superior. Richard Weaver afirma: “O operário trabalhava não apenas para ganhar o sustento, mas para ver esse ideal encarnado na sua criação”.³⁶⁰ O produtor de perfumes, por exemplo, era motivado por um desejo de produzir a fragrância mais excelente. Com grande alegria metafísica, fazia mais esforço e aceitava menos dinheiro, na tentativa de legar à humanidade um perfume melhor.

Recompensas da cruz

Quando tudo está impregnado por esse espírito metafísico, a sociedade como um todo não pode deixar de crescer em qualidade e excelência. O advogado elabora um sumário legal magnífico, enquanto o sapateiro procura fazer um sapato maravilhoso, por causa da beleza de suas ações. O artista – tão sensível a essa perspectiva – produz sua obra-prima e morre contente, apesar de não ser rico. De modo geral, até o mais modesto dos homens exercia seu ofício como se fosse uma arte, e chegava a ser grande apreciador da beleza.

De fato, escreve Lewis Mumford “a finalidade da arte nunca foi poupar trabalho, mas amar o trabalho, uma elaboração deliberada da função, forma e ornamento simbólico, para tornar a própria vida mais interessante”.³⁶¹ Na prática dessa arte, o trabalho torna-se uma verdadeira oração.

Tal economia requeria um árduo esforço, mas Deus recompensava esse sacrifício concedendo à sociedade o florescimento do que consideramos melhores coisas da vida: educação, livros, arte, música, caridade e cultura. Todas essas recompensas, afirma Ballwin, “eram na Idade Média, por assim dizer, a própria pavimentação da Via Sacra”.³⁶²

Essa produção artística encontra pouca ressonância em nosso mundo industrializado, baseado na intemperança frenética e no consumo desenfreado. No entanto, esse espírito de imolação e abnegação, encontrado na Via Sacra, é como o lastro de um navio ou o freio de um carro. Ele coloca as coisas em ordem e dá estabilidade à economia. Com esse lastro, a economia segundo a “Via Sacra” produziu resultados além de todas as expectativas e conferiu valor, significado e beleza a todas as coisas humanas. Com a graça de Deus, poderia fazê-lo novamente.

³⁵⁶ Dawson, *Religion and the Rise*, 9.

³⁵⁷ “A vida do homem sobre a terra é uma luta” (Jó 7,1).

³⁵⁸ Summerfield Ballwin, *Business in the Middle Ages* (New York: Cooper Square Publishers, 1968), 5.

³⁵⁹ D. Prosper Guéranger, *The Liturgical Year*, trans. Laurence Shepherd (Great Falls, Mont.: St. Bonaventure Publications, 2000), 13:192. Se Nossa Senhora foi o cibório de Cristo, Sant’Anna foi o seu tabernáculo.

³⁶⁰ Weaver, *Ideas Have Consequences*, 73.

³⁶¹ Mumford, *Pentagon of Power* 2:137.

³⁶² Ballwin, *Business in the Middle Ages*, 68.

Capítulo 50

O segredo da Idade Média

Embora a compreensão dos ideais elevados e sublimes que moviam a sociedade medieval possam ajudar-nos em nossa busca de soluções econômicas, tais considerações contam apenas uma parte da história. Nem esses ideais, nem os sonhos construídos sobre eles, dão uma explicação inteiramente adequada para o florescimento da Idade Média.

Mesmo a austera e árdua Via Sacra que serviu de inspiração para a luta contra as paixões desordenadas, seria por si só suficiente para inspirar a sociedade a empenhar-se na procura de excelência uma vez que o homem evita naturalmente o sofrimento e o grande esforço.

Entretanto, houve um elemento motivador que superou todos os obstáculos. O “segredo” da floração da Idade Média estava no fato de o homem medieval ter uma viva, admirativa e amorosa noção da pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo. Era uma compreensão muito palpável e pessoal de Suas divinas perfeições — Sua sabedoria, Sua bondade e Sua justiça — as quais permeavam e unificavam toda a sociedade.

Nosso Senhor como o ponto de referência

De fato, Nosso Senhor era o ponto de referência de todas as coisas. Johan Huizinga o afirma: “Sobre a figura da Divindade, cristalizou-se um majestoso sistema de figuras correlatas, todas com referência a Ele, porque o significado de todas as coisas deriva d’Ele”.^{[363](#)}

Não era apenas uma figura abstrata da Divindade o que tanto atraía o homem medieval. Tocava-o o fato de o Verbo – a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade – ter-se feito carne e habitado entre nós. De forma muito pessoal, o medieval levou a sério não só quem Ele é, mas tudo quanto ensinou e fez.

Como vimos, ainda podemos ouvir os ecos longínquos dessa generalizada percepção na graça do Natal. A véspera do Natal continua impregnada com noção medieval do nascimento de nosso Salvador onde, naquela noite santa e silenciosa, pode-se sentir a doçura e a perfeição que emanam do Divino Menino na manjedoura em Belém.

Esse mesmo sentimento de ternura era sentido viva e universalmente em relação à Paixão, Morte, Ressurreição e Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo, superando de longe qualquer devoção anterior, “obliterando os vestígios de uma severidade e reticência mais antiga,” que era parte da espiritualidade em desenvolvimento da Igreja primitiva da época patrística.^{[364](#)}

“É verdade que Santo Agostinho tinha um enorme o amor de Deus,” escreve o historiador Henry Osborn Taylor. “Era um amor fervorosamente sentido, fortemente fundamentado; ele apaixonava seu pensamento. No entanto não continha aquele terno amor a Cristo divinamente humano, que palpita nas palavras de São Bernardo e faz da vida de São Francisco um poema lírico”.^{[365](#)}

Expressões de ternura

Os sinais desse terno amor eram visíveis por toda parte pois o homem medieval procurava expressar, através de símbolos tangíveis, a infinita perfeição de Cristo. Na verdade, a única coisa que o amor busca é dar-se e comunicar as riquezas de que goza.

Assim, Taylor observa: “A mesma necessidade de compreender o infinito e universal através dos símbolos constituiu a inspiração da arte medieval. Ela edificou as catedrais, pintou seus vitrais, encheu seus nichos com estátuas, esculpiu modelos de profetas, gravou os tempos e as estações da Providência de Deus, cinzelou os vícios e as virtudes da alma e seu destino eterno, e ao mesmo tempo incrementou a liturgia com palavras e atos simbólicos”.³⁶⁶

Retidão medieval

Ser como Nosso Senhor Jesus Cristo foi o ideal que inspirou a Idade Média. O homem medieval desejava estar unido a Ele da forma mais completa possível, perder-se n’Ele.

O espírito medieval do *Anima Christi*

Embora não seja do período medieval, a oração *Anima Christi*, de Santo Inácio de Loyola, transmite o mesmo desejo intenso de união com Cristo que havia na Idade Média. Ele implora:

“Alma de Cristo, santificai-me
Corpo de Cristo, salvai-me
Sangue de Cristo, inebriai-me
Água do lado de Cristo, lavai-me
Paixão de Cristo, confortai-me
Ó bom Jesus, ouvi-me
Dentro de vossas chagas, escondei-me
Não permitais que eu me separe de Vós
Do espírito maligno, defendei-me
Na hora da minha morte, chamai-me
E mandai-me ir para Vós, para que com os vossos anjos
e santos vos louve, pelos séculos dos séculos. Amém”.

Esses sentimentos não eram apenas movimentos de amor, admiração e reverência. O homem medieval levou tais movimentos às últimas consequências. Ele o raciocinava que, embora pudesse ter vindo à Terra em toda a sua glória, brilhando diante das nações, Cristo escolheu o caminho mais duro, mais triste e mais terrivelmente difícil para realizar sua missão de nos salvar. Movida por suave compaixão, a mente medieval estava “plena dos conceitos de Cristo e da cruz”.³⁶⁷ Com inflexível retidão, observou que Nosso Senhor previu seus sofrimentos, não obstante abraçou a Cruz e aceitou-a, a ponto de elevar a súplica comovente: “Pai, se queres, afasta de mim este cálice; contudo, não seja feita a minha vontade, mas a tua” (Lc 22,42).

Aceitação do sofrimento

Encontramos aqui o segredo da sociedade segundo a “Via Sacra”. Com a mesma retidão, o homem medieval abraçou de modo lógico o seu próprio sofrimento, pondo especial atenção na parte mais difícil da sua situação. Isto está representado em muitos quadros e vitrais medievais, mostrando cada um engajado em seu ofício. Todos

trabalham com afinco, mas sem pressa, ansiedade ou preguiça. Carregam suas cruzes – a parte mais difícil da vida – com alegria e resignação, porque seu modelo é Cristo, que sofreu infinitamente mais por nós.

“Desta forma, todo sofrimento individual é apenas uma sombra do sofrimento divino, e toda virtude uma realização parcial da bondade absoluta,”³⁶⁸ observa Huizinga. O resultado dessa retidão no sofrimento foi que cada pessoa imaginou para si uma maneira de imitar a Cristo, tendo como objetivo a perfeição e santificação. Essa perfeição refletiu-se bem na qualidade dos seus trabalhos, obras-primas e monumentos.

Como tais considerações estão longe das atuais! As pessoas buscam a felicidade fugaz e fácil, fogem das dificuldades, perdem-se no riso frenético e procuram constantemente subtrair-se às responsabilidades. Em sua cegueira, não conseguem ver a retidão divina de Cristo, nem segui-lo no caminho doloroso da cruz.

Entretanto, foi essa perspectiva que trouxe o florescimento da Idade Média. O homem medieval não planejou a Idade Média, ele apenas desejou ser como Jesus Cristo. E a partir da realização desse desejo, a Idade Média nasceu e floresceu.

Este é o segredo da Idade Média, e também o nosso. Se ao menos pudéssemos ter uma ideia similar, via e amorosa de Jesus Cristo, seríamos levados a querer aquilo que os medievais quiseram e obteríamos o que eles obtiveram.

³⁶³ Huizinga, *Waning of the Middle Ages*, 202.

³⁶⁴ R. W. Southern, *The Making of the Middle Ages* (New Haven: Yale University Press, 1953), 233.

³⁶⁵ Henry Osborn Taylor, *The Medieval Mind: A History of the Development of Thought and Emotion in the Middle Ages* (New York: Macmillan, 1919), 1:360.

³⁶⁶ Ibid., 21. Henry Osborn Taylor vê esse movimento como um desenvolvimento poético daquilo que o homem medieval recebeu do Cristianismo da época patrística: “Assim, Santo e poeta, artista e artesão juntam-se então naquela apropriação do Cristianismo, que estava vivificando tudo quanto procedia dos Padres latinos, ponderando sobre ela, amando-a, vivendo-a, imaginando-a e transformando-a em poesia e arte” (ibid).

³⁶⁷ Huizinga, *Waning of the Middle Ages*, 190.

³⁶⁸ Ibid., 206.

Capítulo 51

Aplicando os princípios deste livro

Somos um povo prático. É natural que ao fim de uma longa discussão teórica muitos se sintam impelidos a perguntar o que fazer. Essa admirável praticidade, que constitui um traço importante do nosso caráter nacional, exige ação. Aproximando-nos da conclusão, parece portanto lógico apresentar uma lista de medidas concretas a adotar, para evitarmos o colapso iminente. Deveria haver também sugestões de ações urgentes a serem feitas, a fim de estabelecer a ordem orgânica que tão ardentemente desejamos.

Ironicamente, essa tarefa que nos pedem corre no sentido contrário ao da ordem orgânica que propomos. Como já observamos, a natureza dos remédios orgânicos é apresentar princípios de ação e permitir a sua mais ampla aplicação concreta possível. Medidas concretas dependem de circunstâncias concretas, que diferem amplamente de acordo com tempo, lugar e pessoa. Podemos, no entanto, apontar algumas orientações gerais, como subsídios para a aplicação do que temos visto.

Uma denúncia central e um exame de consciência

Existem algumas coisas que cada um pode fazer pessoalmente para retornarmos à ordem.

Nossa denúncia central foi dirigida a um irresponsável espírito de intemperança frenética, que está continuamente desequilibrando a nossa economia e procurando eliminar os freios para satisfazer as paixões desordenadas. Comparamos esse espírito a uma grande e interminável festa em um navio cruzeiro, que nos leva a gastar e consumir irresponsavelmente.

A primeira coisa a fazer é observar onde sucumbimos à intemperança frenética em nossas próprias vidas. Cabe a cada um de nós, por exemplo, ver como nos engajamos no consumismo desequilibrado, cheio de modas e modismos, que agita os mercados e derruba as barreiras de contenção e autocontrole. Cada um de nós deve olhar para a própria participação nessa frenética economia impulsionada por dívidas e créditos, que por sua vez alimenta a intemperança frenética.

Devemos perguntar-nos como consentimos em ser “massificados” pelos meios de comunicação, pela publicidade de massa e pelos mercados de massa, baseando nossos padrões de consumo e opiniões naquilo que achamos que os outros pensam. Podemos também esclarecer como queimamos incenso no altar da velocidade com horários apressados e vidas estressadas. Em que medida o frenesi das parafernalias tecnológicas entrou e dominou nossas vidas e nossos processos mentais? Como adotamos o estilo de vida materialista da cultura hollywoodiana, que nega o sofrimento e a tragédia?

Nosso exame de consciência deve considerar também o despótico regime do dinheiro, que promove um modo de encarar a vida em prejuízo dos valores sociais, culturais e morais. Cada um de nós deve examinar os pontos em que julgamos o dinheiro mais importante do que a família, a comunidade ou a religião. Mais concretamente, podemos nos perguntar até que ponto nos envolvemos em práticas comerciais frenéticas de alto risco e vulnerabilidade.

Nossa primeira tarefa é identificar essas e outras áreas nas quais a intemperança frenética nos afeta pessoalmente, e depois ter a coragem de ajustar nossas vidas em consequência. Faríamos bem, livrando-nos dessas situações, investimentos,

parafernália e atitudes que favorecem a intemperança frenética em nossas vidas pessoais. Para formulá-lo de modo sucinto: identificar as coisas que transformam nossas vidas numa grande festa, em seguida procurar formas originais para declarar que a festa acabou.

Explorando alternativas orgânicas

Delineamos igualmente os princípios positivos de ordem orgânica que se prestam a aplicações pessoais. Nossa segunda tarefa consiste em avaliar até que ponto aplicá-los em nossas vidas.

Os remédios orgânicos são acessíveis a todos. Alguns deles envolvem coisas muito simples, que vêm naturalmente ao homem. Podemos citar, por exemplo, qualquer medida que incentive a reflexão e a introspecção como algo a ser feito no sentido de um retorno à ordem. Há também a prática das virtudes, especialmente as cardeais, tendo em vista que simples atos virtuosos opostos ao regime do “vício egoísta” contribuem para uma ordem orgânica e para a sua paixão pela justiça.

Por pequena que seja, qualquer medida que fortaleça o corroído tecido social da família, paróquia, comunidade ou nação constitui um passo rumo a essa ordem orgânica. Devemos incentivar toda forma de liderança que expresse laços de confiança mútua. Devemos pensar em modos concretos — como nos vestimos, falamos, lideramos — pelos quais possamos verdadeiramente ser figuras representativas para aqueles que olham para nós. Isso nos levaria a descobrir maneiras de abraçar o dever, a responsabilidade e o sacrifício, e de rejeitar um individualismo egoísta e desviado. Em tal estrutura social, uma economia orgânica torna-se possível.

Como já vimos, uma ordem orgânica leva à mais plena expressão da individualidade das pessoas, satisfazendo às suas necessidades tanto materiais quanto espirituais. Aplicar os princípios orgânicos a esse desenvolvimento individual significa tomar medidas que favoreçam o regime da honra e seu conjunto de valores. Entre elas, podemos enumerar todos os meios concretos através dos quais promovemos o excelente e o duradouro, o cultivo do desenvolvimento intelectual saudável e do debate, ou a apreciação da beleza, da arte e de todas as coisas sublimes.

Depois de avaliar esses caminhos pessoais, devemos ter a coragem de ajustar as nossas vidas de acordo com eles.

Para além das avenidas pessoais

Esses caminhos, tanto positivos quanto negativos, constituem parte extremamente importante de qualquer retorno à ordem. Só temos aplaudir os que examinam suas vidas e empregam sua imaginação e criatividade, para fazer a aplicação mais concreta possível desses princípios gerais a suas vidas pessoais.³⁶⁹

No entanto, tais esforços pessoais não bastam. Não podemos limitar-nos a conceber formas pessoais de nos retirarmos deste mundo freneticamente intemperante e passar a viver nossas vidas de modo mais ordenado, orgânico e virtuoso. Isso não é possível simplesmente porque não podemos nos dar o luxo de abandonar a sociedade.

A presente crise representa não somente o fim de uma festa, mas a aproximação de uma grande borrasca, que ameaça a todos com um enorme colapso econômico. Seria ilusão achar que escaparemos do infortúnio deixando os barulhentos salões de baile do navio cruzeiro, e passando ao conforto de uma cabine bem ordenada. Se o navio afundar, nem os estilos de vida mais orgânicos serão poupados da ruína, ainda que estejam no isolamento mais completo da terceira classe.

Sozinho, nenhum de nós pode fazer coisa alguma proporcional à crise. A única resposta proporcional é um grande debate, envolvendo toda a nação, sobre como voltar à ordem. Somente um novo consenso nacional será capaz de unificar os americanos para enfrentar a tempestade. Ou concordamos entre nós sobre o curso que a nação deve tomar, ou não sobreviveremos à tempestade.

Compreendendo a crise

A terceira tarefa consiste em entender a crise e envolver-se no debate sobre o nosso futuro percurso. Não precisamos criar esse debate, ele já está sendo vivamente travado. Em todo o país, as pessoas estão confusas e perguntando por que a maior economia da história do mundo – nosso grande orgulho – está agora titubeante. Há dúvida e incerteza quanto ao futuro do “capitalismo” e a direção que devemos tomar. Alternativas (muitas das quais envolvendo o gigantismo estatal) estão sendo propostas.

Retorno à Ordem, e sua campanha correspondente, é a nossa contribuição para esse debate. Apresentamos uma perspectiva histórica que nos permite compreender as causas da crise, repensar nossas premissas, ir além dos modelos de intemperança frenética, que constantemente trazem dentro de si as sementes de novas crises. Como um farol em meio aos rochedos, procuramos proporcionar clareza em meio a esse caos. Juntamo-nos a outros grupos e indivíduos do movimento conservador, para assegurar aos norte-americanos que as raízes cristãs de nossa ordem econômica são sólidas, e é para elas que devemos voltar.

Nossa maior contribuição é ajudar os americanos de todas as categorias a se engajarem no debate, participar de uma verdadeira cruzada de ideias e princípios e empregá-los onde quer que a crise esteja sendo discutida – na família, no trabalho, na mídia, na igreja, na universidade. Nossa esperança é que aqueles que adiram a esta cruzada usarão todos os meios pacíficos para que essas ideias se incorporem às forças vivas da nação, de modo a conduzi-la a uma reação saudável.

Um apelo ao sacrifício

Há uma aplicação final dos princípios deste livro, que é a mais difícil. Não basta entender a crise, ou mesmo engajar-se no debate. O futuro pertence a quem acredita que vale a pena lutar pelo nosso país.

Nosso apelo, portanto, é ao sacrifício. É um apelo para nos distanciarmos da festa de intemperança frenética que cativa a tantos com modernos pães e circos – jogos, aparelhos e diversões. Ao mesmo tempo, pedimos aos compatriotas que renunciem a seus legítimos interesses e a busca da felicidade pessoal. Agora é hora de pensarmos no navio em perigo.

Para salvar o navio, duas coisas são necessárias. A primeira é que haja quem se eleve à altura da situação e reúna os elementos para lidar com a crise atual. Embora todos devessem envolver-se nesta tarefa, nosso apelo se dirige de modo especial às figuras representativas, aos líderes em todos os níveis da sociedade, que incorporam e unificam naturalmente as aspirações de suas famílias, grupos sociais ou comunidades. Neste momento de perigo, pedimos-lhes que levem a sério e utilizem os princípios orgânicos contidos neste livro como roteiro para reestruturar o país que a Providência nos chama a ser. Nossa esperança é que essas figuras representativas, como outros fizeram no passado, possam rapidamente reunir e inspirar uma nação de heróis, proporcional à tempestade que enfrentamos.

O segundo elemento é um ponto que restabeleça a unidade. Uma razão pela qual a presente crise se apresenta tão vasta é que não temos mais os pontos de referência que antes orientavam nossas ações. Como vimos, a paixão pela justiça ou a prática das virtudes cardeais não mais orientam a economia. Muitas instituições basilares do coração e alma da economia – a família, a comunidade, o Estado cristão, a Igreja – se encontram diminuídas. Sem o regime da honra, não existem mais aquelas normas de civilidade, boas maneiras, moral e decência que concorriam para o bom funcionamento das sociedades e das economias. Seria de admirar, em tais condições, que as pessoas estejam perplexas?

É hora de levantar um estandarte para aglutinar os que estão confusos diante da tempestade iminente. Que, a ordem — a ordem orgânica cristã — seja esse ponto de união. A amos que essa ordem, já testada e aprovada, corresponde bem às necessidades materiais e espirituais de nossa natureza, e que ela pode servir de ponto de união e referência na atual crise. Tal estandarte pode assegurar aos americanos que eles não estão sozinhos na sua crença de que os Estados Unidos não são uma cooperativa, mas uma nação pela qual vale a pena lutar.

A tempestade se aproxima. Cada um de nós tem um trabalho a fazer. Em nível pessoal, devemos procurar maneiras de nos livrarmos da intemperança frenética e adotar estilos de vida mais orgânicos e temperantes, como forma de preparação para a crise.

Ainda mais importante, devemos transcender as nossas vidas pessoais e considerar o efeito que essa tempestade terá sobre a sociedade em geral. Devemos esforçar-nos para compreender a natureza dessa tempestade, e juntar-nos à cruzada de ideias e princípios que nos permitirão a todos engajar-nos como pudermos no grande debate que vai decidir nossos rumos.

O que podemos fazer

1. Identificar as áreas em que estamos afetados pela intemperança frenética, e adequar nossas vidas em consequência.
2. Explorar as formas através das quais podemos aplicar às nossas vidas os princípios de uma ordem orgânica.
3. Entender a crise e envolver-nos no debate sobre o futuro da nação.
4. Elevar-nos à altura da ocasião e unir-nos em torno do estandarte de uma ordem cristã e orgânica.

O que importa acima de tudo, nesta hora de necessidade, é a disposição de nos sacrificarmos pela nossa querida nação e nos reunirmos em torno da bandeira de um retorno à ordem. Confiando na Providência, poderemos fazer nossas as palavras de George Washington, quando confrontado por uma grave e inevitável crise: “Levantemos um estandarte ao qual os sábios e honestos possam aderir. O acontecimento está na mão de Deus”.³⁷⁰

³⁶⁹ O site da campanha de *Retorno à Ordem* tem a página “Una-se ao debate,” onde os leitores compartilham aplicações concretas das ideias deste livro. Sugestões e outros recursos podem ser acessados em

www.ReturntoOrder.org.

[370](#) Spalding and Garrity, *A Sacred Union of Citizens*, 27.

Conclusão

O grande retorno à casa paterna

Apresentamos o espectro de uma grande crise que tem como causa imediata uma iminente quebra econômica que irá desencadear o colapso do nosso consenso nacional e do *American way of life*.



Photo/American TFP Archive — *A Volta do Filho Pródigo*,
Bartolome Esteban Murillo (1617-1682).

Nestes tempos de aflição e desordem, devemos nos voltar para um Pai cujo amor releva nossas deficiências e falhas e nos acolhe de volta à casa de braços abertos.

Embora essa crise vá causar-nos grandes estragos materiais, seu maior dano será espiritual. Se bem que tenhamos apresentado algumas orientações práticas sobre o que fazer diante da presente crise, é na esfera espiritual que reside o principal remédio. Sem uma grande conversão moral de algum tipo, não veremos o retorno à ordem que tanto almejamos.

É preciso que haja um grande despertar, relacionado com as questões espirituais fundamentais em jogo no nosso grande debate. De nada nos servirá sobreviver à presente tempestade, nem mesmo implementar nossos princípios orgânicos, se o fizermos com o mesmo espírito irrequieto que nos conduziu à presente aflição. Enquanto estivermos no quadro da intemperança frenética, sempre carregaremos as sementes da nossa própria destruição. O primeiro que devemos fazer é sair desse quadro. Deve haver uma transformação espiritual fundamental, que mude as nossas mentalidades e corrija os nossos hábitos.

Essa proposta não pode deixar de recordar a figura do Filho Pródigo. Tendo deixado a casa paterna para buscar a “intemperança frenética” de uma vida dissoluta, percebeu depois a gravidade do seu erro e quis retornar. Ao buscar uma solução, devemos seguir um caminho semelhante.

Reconhecer que erramos

Como o Filho Pródigo, nosso primeiro passo consiste em reconhecer que *erramos*. Seguimos um caminho que conduz à ruína, em meio ao barulho da grande festa da intemperança frenética.

Ao longo destas considerações, procuramos mostrar como erramos. Nosso erro não foi o de desfrutar a enorme abundância do nosso grande país, mas o fato de isso ter servido para fugir da temperança. Procuramos a velocidade e a agitação, quando deveríamos sentir prazer no recolhimento e na reflexão. Tentamos construir um paraíso materialista, quando nossa natureza anseia pelo sublime. Confiamos no regime do dinheiro para nos proporcionar conforto e alegria, apenas para ser afligidos por tristeza, estresse e ansiedade. Falharam os deuses do panteão secular moderno – individualismo, materialismo e utopia tecnológica, entre outros. À medida que nos aproximamos da grande crise, estamos abandonados num vácuo, sem direção clara ou conselho.

São Lucas nos diz do Filho Pródigo: “Depois de ter gastado tudo, houve uma grande fome em toda aquela região, e ele começou a passar necessidade” (Lc 15,14).

A hora atual deve nos dar uma pausa para refletir. Porque nós também esgotamos nossos recursos numa festa que pensávamos não ter fim. Nós também estamos à beira de um iminente e colossal desastre. Surgem no horizonte soluções ecológicas e socialistas radicais, que ameaçam jogar-nos nas pocilgas de uma abjeta miséria. Se nesta hora grave pudermos ao menos reconhecer que pecamos, isso nos ajudará a ter um coração contrito e humilhado.

Devemos ter saudades da casa paterna

Se isso se der, podemos dar o segundo passo do Filho Pródigo: *Ele tinha saudades da casa paterna*. Ou seja, não podemos chafurdar na perspectiva de uma grande miséria, nem tampouco ficar com pena de nós mesmos. Devemos olhar para além do colapso econômico e cultivar nossos anseios pela casa paterna.

Devemos lembrar-nos da casa de nosso pai – a rica ordem cristã da qual viemos. Eis a razão do nosso grande esforço para descrever essa ordem orgânica virtuosa, espontânea e providencial, em toda a sua calma e simples grandeza. Invocamos a memória das plêiades de santos e líderes legendários, que em todos os níveis da sociedade chamaram a si a árdua tarefa de defender o regime da honra. Ousamos sonhar com uma ordem na qual a economia se baseia na honra, e nossas leis se baseiam nos Mandamentos. Ressaltamos que nossa via deve ser a da Cruz, e Nosso Senhor Jesus Cristo o nosso ponto de referência.

É através desta avaliação realista e sem romantismo dos princípios cristãos perenes que procuramos despertar desejos intensos de saudade da casa de nosso Pai, que nos devem mover à ação.

Devemos enfrentar nossa cultura extraviada

“E, levantando-se, ele foi para seu pai” (Lc 15,20). Com estas simples palavras, São Lucas define o plano de ação do Filho Pródigo, que deve também ser o nosso.

No desejo de sair da crise, não adianta simplesmente isolar-se, afastar-se ou procurar outra festa frenética. Devemos levantar-nos contra a cultura que nos levou à ruína, deixar para trás o regime do dinheiro e desengajar-nos dele, tanto no plano individual quanto como nação. Com o coração contrito e humilhado, poderemos então procurar o objeto dos nossos desejos.

Quanto aos meios práticos que o Filho Pródigo usou para se levantar e voltar para a casa do pai, o Evangelho é curiosamente silencioso. De qualquer forma, isso não parece essencial à narrativa. Os anseios do filho o fizeram encontrar os meios, e do mesmo modo as soluções orgânicas podem ser encontradas e adaptadas às circunstâncias. É suficiente que esse choque nasça de uma forte rejeição e de um grande amor, para que apareçam os meios adequados.

Devemos corresponder ao amor do Pai

Há um aspecto final no grande retorno do Filho Pródigo à casa paterna que é ignorado, mas que contém o ponto-chave. Ouvimos que o filho ansiava por seu pai, mas é claro que o pai ansiava muito mais pelo filho. De fato, o pai olhava de longe a espera de notícias de seu filho e correu para encontrá-lo.

Assim, em nossas saudades da ordem cristã, que é a casa de nosso Pai, devemos considerar também as saudades de Deus, nosso Pai, e corresponder ao seu amor. Infelizmente, raros são tais sentimentos de bondade desinteressada em nossa época, que só promove os próprios interesses e vantagens. Mas o nosso plano deve incluí-los.

Devemos convencer-nos de que Deus deseja o nosso grande retorno à casa, muito mais do que nós. Ele observa de longe o menor sinal de nossa cooperação com as graças que gratuitamente nos concede. Quando vê um esforço de nossa parte, não se deixa superar em sua generosidade, sai ao nosso encontro e nos trata como se nunca tivéssemos errado. Ele mata o novilho cevado e ordena uma grande celebração. Nosso regresso à casa paterna torna-se grandioso por causa do Pai ao qual voltamos, e não por causa dos nossos próprios méritos ou esforços.

À viril solicitude do pai, devemos acrescentar o carinho maternal da mãe, que também deseja intensamente o nosso bem. Não é sem razão que a devoção à Santíssima Virgem tinha papel central na cultura da civilização cristã. A Ela se dirigiam as maravilhosas torres das catedrais medievais, o sublime canto gregoriano dos monges, e até mesmo os melhores frutos da produção econômica. Ao seu redor encontramos reunidos santos e pecadores, ricos e pobres, velhos e jovens, doutos e ignorantes. Parafraseando as palavras de São Bernardo, todos “recorreram à sua proteção, imploraram a sua assistência e reclamaram seu socorro”. E Ela, em seu enorme desejo de ajudar, “jamais deixou alguém desamparado”.

Ao longo destas considerações de natureza sócio-econômica fizemos referência à necessidade de cooperar com a graça de Deus, tornando-nos sensíveis à sua amorosa Providência, respondendo ao seu chamado ou discernindo profeticamente os seus desígnios. Aqui afirmamos a necessidade de uma aliança santa e sagrada com Deus e o recurso a Nossa Senhora.

O périplo do Filho Pródigo

Erramos.

Devemos ter saudades da casa paterna.

Devemos enfrentar nossa cultura extraviada.

Devemos corresponder ao amor de nosso Pai.

Não ter ilusões

Não podemos alimentar ilusões sobre esse caminho. Não negamos que esta conversão, como qualquer emenda importante da vida, deve ser radical.

Notamos, entretanto, que à medida que o iminente colapso se aproximar e a música da orquestra for baixando, outros se juntarão ao número já grande de americanos preocupados, que enfrentam nossa cultura e olham na direção da casa paterna – uma casa que no entanto nunca conheceram.

Causa comum

A História registra como as crises e adversidades têm o efeito de unir os homens em torno de uma causa comum. Na verdade, nenhum vínculo é tão forte como o que se forja quando as pessoas sofrem em conjunto. Isso se nota nas relações entre soldados durante a guerra ou na faina estudantil, que une para sempre os alunos.

Lutas comuns dão início muitas vezes a mudanças, que normalmente levariam gerações para se efetivarem. Podem dar origem a movimentos sociais, culturais ou religiosos dinâmicos, capazes de criar novas identidades, cimentar laços de solidariedade e forjar relações recíprocas fortes. Não é desarrazoado esperar que, diante da atual crise, soluções assim possam surgir. Para isso devemos confiar nas saudades do Pai e nas ardentes súplicas da Mãe, que nos chamam de volta ao lar.

O fator graça

É então que aquilo que parece impossível torna-se possível.

“Quando os homens resolvem cooperar com a graça de Deus,” escreve Plínio Corrêa de Oliveira, “são as maravilhas da História que assim se operam: é a conversão do Império Romano, é a formação da Idade Média, é a reconquista da Espanha a partir de Covadonga, são todos esses acontecimentos que se dão como fruto das grandes ressurreições de alma de que os povos são também suscetíveis. Ressurreições invencíveis, porque não há o que derrote um povo virtuoso e que verdadeiramente ame a Deus”.^{[371](#)}

Alguém poderia perguntar se o iminente colapso pode ser evitado. Respondemos a isso dizendo que o curso da História não é predeterminado, mas suas lições muitas vezes se repetem. Se quisermos evitar a crise, devemos concentrar agora nossos esforços no nosso grande retorno à casa paterna.

Como católicos preocupados com o futuro de nossa nação, neste momento em que a tempestade se aproxima, nosso apelo se dirige aos nossos compatriotas norte-americanos. Reconheçamos os erros do passado, que nos extraviaram para tão longe. Lamentemos a intemperança frenética que desequilibrou a nossa sociedade e a nossa economia. Cultivemos o desejo de voltar para a casa de nosso Pai e receber o abraço de nossa Mãe. Sobretudo, roguemos fervorosamente a Deus todo-poderoso para evitar ou mitigar os males que nos vieram por causa dos nossos erros. Não sendo isto possível, e se formos relegados a comer as bolotas dos porcos, levantemo-nos então de nossos infortúnios, como novos São Paulos, humilhados e castigados, para chamar nossa sociedade de volta para casa, de volta para a ordem.

Foi assim que nasceu a Cristandade. Tendo voltado humildemente à casa de seu pai, na esperança de se tornar servo, o Filho Pródigo foi exaltado como filho, além de todas as expectativas. Assim podemos nós também esperar um grande retorno semelhante à casa paterna.

Terminamos estas considerações invocando Nossa Senhora de Fátima, que apareceu em Portugal em 1917 e nos advertiu sobre o comunismo e outros erros dos nossos

tempos. Ela falou também da futura crise, e completou sua mensagem com uma promessa maravilhosa convidando-nos a viver numa ordem cristã na qual seu Imaculado Coração triunfaria.

³⁷¹ Plínio Corrêa de Oliveira, [*Revolução e Contra-Revolução*](#), Parte II, Cap. IX, 3.

Agradecimentos

Este é um livro nascido de grandes desejos no meio de grandes adversidades. Foi a paixão de ver este projeto completado que superou todas as provações e obstáculos, que pareciam conspirar contra a sua realização. Ao ser finalmente lançado, ele marca o ponto culminante dos esforços de muitos, que devem com toda justiça ser aqui mencionados, pois compartilharam da mesma paixão.

É justo que em primeiro lugar reconheçamos e agradeçamos ao Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, que previu há várias décadas a crise econômica que hoje assola os Estados Unidos e o Ocidente. Embora sendo brasileiro, com tocante solicitude por nossa nação, ele convidou a mim e a muitos outros para estudar a economia moderna, a fim de podermos mais tarde enfrentar esta crise dentro de uma perspectiva católica. Em 1986 ele formou para esse fim a Comissão de Estudos Americanos. Seu grande desejo de ver o sucesso deste projeto levou-o a fazer conosco reuniões regulares até 1991, durante as quais desenvolveu muitas ideias e conceitos que se entrelaçam na narrativa desta obra.

Minha gratidão também deve se estender aos primeiros membros da Comissão de Estudos Americanos da TFP, cuja dedicação preparou o terreno para este trabalho. Nesse grupo central, por seu incentivo e apoio, menciono especialmente Julio Loredó de Ízcue e Péricles Capanema Ferreira e Melo.

A gratidão é especialmente adequada em tempos difíceis. Esses estudos foram interrompidos pouco antes da morte de Plínio Corrêa de Oliveira, em 1995, sem que se visse nenhuma luz no final do túnel. Apesar de várias tentativas para reanimar a comissão, os obstáculos pareciam intransponíveis. Por esta razão, gostaria de agradecer de maneira muito especial a Luiz A. Fragelli, diretor da TFP americana, cujo apoio incansável durante esse período ajudou a ressuscitar os estudos e criar as condições para a formação de outra comissão que concluísse o trabalho. Foi ele quem me aconselhou a adotar um regime intenso de estudos, pelo que lhe sou grato. Também me beneficiei do incentivo de Caio Xavier da Silveira, sentido ao longo do caminho.

É com especial carinho e apreço que agradeço aos membros da TFP norte-americana que se juntaram a mim para formar a atual Comissão de Estudos Americanos (de 2006 até a presente data): Raymond E. Drake, Gary J. Isbell, Richard A. Lyon, Michael M. Whitcraft, C. Michael Drake e Benjamin A. Hiebert. Ao longo dos anos, este grupo extraordinário de irmãos tem servido como caixa de ressonância essencial das teses do livro. Eles forneceram sábios conselhos, comentários francos e um vital incentivo.

Tive também o privilégio de explorar o vasto reservatório de conhecimentos de membros veteranos da TFP ao redor do mundo, que revisaram este trabalho com cuidado e caridade. Cada um trouxe ao projeto seu próprio conhecimento e experiência de vida. Agradeço primeiramente ao Príncipe Bertrand de Orleans e Bragança por suas amáveis observações e conselhos. Agradeço ainda ao Dr. Adolpho Lindenberg e ao economista chileno Carlos del Campo, bem como a José A. Ureta Zañartu, Antonio Borelli Machado, Fernando Antúñez Aldunate, Mathias von Gersdorff, Mario Navarro da Costa, C. Preston Noell III, John R. Spann, e aos eruditos irmãos Gustavo e Luiz Solimeo.

Vários acadêmicos e escritores concordaram em rever as versões do manuscrito e oferecer sugestões. Animou-me o estímulo do Prof. Richard Stivers, cujos livros admiro, e cujo conselho tenho em grande estima. Agradeço a Forrest McDonald, a Robert H. Knight, ao tenente-coronel Joseph J. Thomas (professor de Liderança na

Academia Naval dos EUA) e ao Dr. Alejandro A. Chafuen, da Atlas Economic Research Foundation; ao Pe. Jerry Wooton e ao Dr. Kevin Schmiesing, do Instituto Acton, que ofereceram sugestões muito penetrantes e bem-vindas. Também lucrei com as observações do Prof. David Magalhães, da Universidade de Coimbra, em Portugal. Faço um agradecimento especial ao economista Gregor Hochreiter, da Áustria, com o qual tenho frequentemente discutido economia, e cujas explicações tornaram a “ciência sombria” um pouco menos sombria. Todos melhoraram o texto e tornaram menos aparentes suas deficiências, que são minhas.

O diretor da TFP americana Robert E. Ritchie tem sido incansável em seus esforços para difundir amplamente as ideias deste livro. Há ainda muitos outros – pesquisadores, editores, conferidores e revisores – que se juntaram para trazê-lo a lume. Agradeço a todos pelo apoio, entusiasmo e paciência.

Uma palavra muito importante de agradecimento deve ser reservada para muitos que não participaram no processo de redação deste livro. Sinto-me tomado de humilde gratidão diante da solicitude dos membros, simpatizantes e amigos da TFP que, embora não diretamente envolvidos neste trabalho, seguiram seu progresso, e cujos comentários, incentivos e orações desempenharam enorme papel em sua conclusão. Sua paixão pelos assuntos abordados no livro realmente me inspirou a continuá-lo. Especialmente verdadeiro neste sentido foi o apoio moral dos meus colegas da TFP, que me ajudaram de muitas maneiras. Não tenho palavras suficientes para agradecer-lhes.

Agradeço a todos que compartilharam os desejos ardentes e as adversidades que enfrentamos para a conclusão deste trabalho e rezam para que ideias e princípios nele contidos desempenhem seu papel no debate sobre o futuro de nossa querida nação.

John Horvat II
Spring Grove, Pennsylvania
8 de dezembro de 2012
Festa da Imaculada Conceição,
Padroeira dos Estados Unidos

Glossário

Acedia – Estado em que uma pessoa apresenta cansaço para as coisas sagradas e espirituais, que causam depressão, tristeza e até mesmo desespero.

Almas bordão – Pessoas com discernimento especial que orientam, harmonizam e “dão o tom” para aqueles que as rodeiam, através de conselho, direção e liderança.

Capital social – Qualquer rede social regida por normas e valores compartilhados, mantida por meio de sanções, que crie condições para a confiança, enriquecendo assim a vida social, cívica e econômica.

Corporações de ofício – Associações profissionais estruturadas à semelhança das famílias, que cuidavam dos interesses espirituais e temporais de seus membros. Elas eram corpos orgânicos e autogovernadas, que faziam suas próprias regras, controlavam a concorrência e definiam padrões de qualidade para os produtos de suas profissões.

Corpos intermediários – Associações tais como corporações de ofício, universidades, paróquias e comunidades, que se interpõem entre o indivíduo e o Estado e desempenham papel importante na formação e desenvolvimento dos membros da sociedade.

Dinheiro – Uma convenção estabelecida por lei para comodidade da troca, reserva de riqueza, e como medida de valor para todas as coisas vendáveis.

Divina Providência – O plano concebido na mente de Deus, segundo o qual Ele provê a todas as criaturas e as direciona para o seu fim próprio.

Economia de escala proporcional – Ordem na qual os tamanhos da atividade comercial favorecem o conhecimento que as pessoas têm de seus arredores e o estabelecimento de pontos de referência. Tais relações comerciais podem ser grandes, médias ou pequenas, e variam de acordo com as habilidades dos envolvidos.

Escolástica – Movimento intelectual na Europa (1100-1500) que formulou um corpo unificado de pensamento católico aplicável a todas as áreas da vida. Ele fez uso da filosofia aristotélica, de textos bíblicos, da literatura patrística e de juristas romanos. São Tomás de Aquino foi o seu principal autor. Um desenvolvimento posterior (chamado *Escolástica Tardia*) foi a Escola de Salamanca (1500-1650), na Espanha, a qual tratou de muitos assuntos econômicos.

Estado cristão – Organização política e ordenamento da nação segundo os princípios cristãos e o direito natural, destinada a salvaguardar o bem comum e facilitar a vida virtuosa em comum.

Estado de direito – Um estado de ordem na sociedade pelo qual os eventos humanos geralmente se regem em conformidade com um código legal.

Estados Unidos dos Dez Mandamentos – Refere-se à parte do público norte-americano que tem grande respeito por um código moral consensual vagamente

baseado nos Dez Mandamentos; e, como resultado, ainda preserva um nexos saudável com os valores morais.

Figura representativa – Pessoa que percebe os ideais, princípios e qualidades desejados e admirados por uma comunidade ou nação e os converte em programas concretos de vida e cultura.

Fluxo vital – A vitalidade humana exuberante e o dinamismo que se encontram em um verdadeiro povo, cujos talentos e qualidades desbloqueados se manifestam com enormes explosões de energia e entusiasmo, que podem ser canalizadas e requintadas para fins úteis.

Gigantismo – Uma tendência dentro da economia moderna, que favorece a expansão intemperante e incontrolável da produção e outros setores em proporções gigantescas, muitas vezes através de práticas comerciais desleais ou subsídios governamentais.

Individualismo – Deformação da individualidade, que leva o homem a fechar-se sobre si mesmo e tornar-se o centro de um mundo voltado para o interesse pessoal, e tendente a ignorar o caráter social do ser humano e seu papel na comunidade.

Intemperança frenética – Movimento irrequieto, explosivo e implacável no interior do homem moderno, que se manifesta na economia por 1) aversão às restrições legítimas; e 2) gratificação das paixões desordenadas.

Lei natural (Direito natural) – Sistema ético inerente à natureza humana e cognoscível pela razão, que ajuda o homem a agir corretamente segundo a finalidade dos atos humanos. A **lei natural** é a mesma para todos os povos, em todos os tempos e lugares.

Materialismo – Um desequilíbrio no mercado, que faz com que a produção e o consumo sejam dominados por uma fixação excessiva no prazer, conforto físico, utilidade ou quantidade. Não atende o lado espiritual ou metafísico da natureza humana, que tende para o bom, o verdadeiro e o belo.

Moeda – Todas as notas, papel-moeda e moedas emitidos pelo governo, que servem de moeda corrente e meio de troca, e constituem o suprimento de dinheiro físico de uma nação.

Nação – Comunidade de pessoas que compartilham uma mesma língua, cultura, descendência ou história, e que vivem sob o mesmo governo e suas leis.

Padronização do mercado – Um desequilíbrio dos mercados, pelo qual as mercadorias são produzidas em larga escala em detrimento da satisfação e da individualidade do consumidor.

Regime da honra – Conjunto de valores dominantes numa sociedade, que dá origem a um estilo de vida que leva naturalmente as pessoas a estimar e buscar as coisas excelentes. Este conjunto de valores inclui a qualidade, a beleza, a bondade e a caridade.

Regime do dinheiro – Mau uso do dinheiro, que o transforma de meio comum de troca em principal medida de todas as relações e valores. Ele instala um conjunto de valores em que dominam a utilidade, a eficiência e a quantidade.

Reta espontaneidade – Modo de agir na sociedade orgânica de acordo com os princípios, a lei natural e o Evangelho, respeitando o desenvolvimento não planejado da vida e promovendo o exercício do livre arbítrio, da criatividade e da adaptação.

Revolução – Termo usado pelo pensador católico Plínio Corrêa de Oliveira para descrever um único processo histórico, caracterizado por espírito de revolta contra os valores espirituais, religiosos, morais e culturais do Cristianismo. Há quatro fases neste processo: 1) *Renascença*, que preparou o caminho para a *Revolução Protestante* (1517); 2) *Revolução Francesa* (1789); 3) *Revolução Comunista* (1917) ; e 4) *Revolução Cultural* a partir dos anos sessenta (1968).

Sociedade orgânica – Ordem social orientada para o bem comum, que se desenvolve de forma natural e espontânea, permitindo ao homem buscar a perfeição de sua natureza essencialmente social através da família, de grupos intermediários, do Estado e da Igreja.

Sublime – Diz-se daquelas coisas cuja excelência provoca grande emoção, fazendo com que os homens sintam temor reverencial por sua magnificência ou grandeza. O sublime pode ser encontrado em panoramas extraordinários, obras de arte, ideias, atos virtuosos ou feitos heróicos de grandes homens.

Subsidiariedade, princípio de – Princípio social segundo o qual uma sociedade de ordem superior não deve interferir indevidamente na vida interna de uma sociedade de ordem inferior. Ao mesmo tempo, uma unidade social mais baixa deve resolver seus próprios problemas, só recorrendo a uma unidade ou autoridade superior nos assuntos que é incapaz de gerir.

Temperança – Virtude pela qual o homem governa seus apetites e paixões naturais de acordo com as normas prescritas pela razão e pela fé.

União cooperativa – Modelo sócio-econômico em que os cidadãos veem a sua nação como uma espécie de sociedade de ações, para a qual contribuem e da qual esperam benefícios e direitos.

Vínculo feudal – Um dentre vários de uma ampla gama de relacionamentos mutuamente benéficos, que uniam os indivíduos em sociedade de alto a baixo, dentro do Estado de direito. Caracterizava-se por uma das partes procurar proteção, e a outra buscar serviços.

Bibliografia

Acquaviva, Sabino S. *The Decline of the Sacred in Industrial Society*. Translated by Patricia Lipscomb. Oxford: Basil Blackwell, 1979.

Adams, Walter and James W. Brock. *The Bigness Complex: Industry, Labor, and Government in the American Economy*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2004.

Aquinas, Saint Thomas. *Commentary on Aristotle's Politics*. Translated by Richard J. Regan. Indianapolis: Hackett Publishing, 2007.

—. *The Summa Contra Gentiles*. Translated by the English Dominican Fathers. New York: Benzinger Brothers, n.d.

—. *Summa Theologica*. <http://www.newadvent.org/summa/>.

Aristotle, "Nicomachean Ethics". Translated by W. D. Ross. In *The Works of Aristotle: II*. Vol. 9 of *Great Books of the Western World*. Edited by Robert Maynard Hutchins, 339-436. Chicago: University of Chicago, 1952.

Artz, Frederick B. *The Mind of the Middle Ages, A.D. 200-1500: An Historical Survey*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

Augustine, Saint. *In epistulam Ioannis ad Parthos* (Homily 7 on the First Epistle of John). <http://www.newadvent.org/fathers/170207.htm>.

—. *Epist. 138 ad Marcellinum*. In *Opera Omnia*. Vol. 2, in J.P. Migne, *Patrologia Latina*.

Ballwin, Summerfield. *Business in the Middle Ages*. New York: Cooper Square Publishers, 1968.

Barrett, William. *Death of the Soul: From Descartes to the Computer*. New York: Doubleday Anchor Books, 1986.

Beard, Charles. *The Industrial Revolution*. Westport, Conn.: Greenwood Press Publishers, 1975.

Bell, Daniel. *The Cultural Contradictions of Capitalism*. New York: Basic Books, 1976.

Bellah, Robert N., Richard Madsen, William M. Sullivan, Ann Swidler, and Steven M. Tipton. *Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life*. Berkeley: University of California Press, 1985.

[Benedict XVI, General Audience](#), Aug. 31, 2011.

Berle, Adolph A. and Gardiner C. Means. *The Modern Corporation and Private Property*. New Brunswick, N.J.: Transaction, 2002.

Berman, Marshall. *All That Is Solid Melts into Air: The Experience of Modernity*. New York: Simon and Schuster, 1982.

Blackstone, Sir William. *Commentaries on the Laws of England*. Oxford: Clarendon Press, 1765.

Bloch, Marc. *The Growth of Ties of Dependence*. Translated by L. A. Manyoa. Vol. 1 of *Feudal Society*. Chicago: University of Chicago Press, 1961.

—. *Social Classes and Political Organization*. Translated by L. A. Manyoa. Vol. 2 of *Feudal Society*. Chicago: University of Chicago Press, 1961.

Bogle, John C. *The Battle for the Soul of Capitalism*. New Haven: Yale University Press, 2005.

Bookstaber, Richard. *A Demon of Our Own Design: Markets, Hedge Funds, and the Perils of Financial Innovation*. Hoboken, N.J.: John Wiley and Sons, 2007.

Brankin, Anthony J. "The Cult of Ugliness in America". *Crusade Magazine*, May-June 2001.

Braudel, Fernand. *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Translated by Patricia M. Ranum. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977.

—. *The Structures of Everyday Life, The Limits of the Possible*. Translated by Siân Reynolds. Vol. 1 of *Civilization and Capitalism 15th-18th Century*. Berkeley: University of California Press, 1992.

—. *The Wheels of Commerce*. Translated by Siân Reynolds. Vol. 2 of *Civilization and Capitalism 15th-18th Century*. Berkeley: University of California Press, 1992.

—. *The Perspective of the World*. Translated by Siân Reynolds. Vol. 3 of *Civilization and Capitalism 15th-18th Century*. New York: Harper and Row, 1984.

Brooks, David. *On Paradise Drive: How We Live Now (And Always Have) in the Future Tense*. New York: Simon and Schuster, 2004.

Burke, Edmund. "Reflections on the Revolution in France". In *The Works of Edmund Burke, With a Memoir*. New York: Harper and Brothers, 1846.

—. "Letter from Mr. Burke to a Member of the National Assembly; In Answer to Some Objections to His Book on French Affairs. 1791". In *The Works of Edmund Burke, With a Memoir*. New York: Harper and Brothers, 1846.

—. "A Philosophical Inquiry into the Origins of Our Ideas on the Sublime and Beautiful". In *The Works of Edmund Burke, With a Memoir*. New York: Harper and

Brothers, 1846.

Carr, Nicholas. *The Shallows: What the Internet Is Doing to Our Brains*. New York: W. W. Norton, 2010.

Chafuen, Alejandro A. *Faith and Liberty: The Economic Thought of the Late Scholastics*. Lanham, Md.: Lexington Books, 2003.

Chancellor, Edward. *Devil Take the Hindmost: A History of Financial Speculation*. New York: Plume, 2000.

Cipolla, Carlo M. *Before the Industrial Revolution: European Society and Economy, 1000-1700*. New York: W. W. Norton, 1976.

—. “The Italian and Iberian Peninsulas”. In *Economic Organization and Policies in the Middle Ages*. Vol. 3 of *The Cambridge Economic History of Europe*. Edited by M. M. Postan. London: Cambridge University Press, 1953.

Corrêa de Oliveira, Plínio. [*Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*](#), Livraria Civilização Editora, Porto, 1993.

—. [*Revolução e Contra-Revolução*](#). São Paulo: Artpress, 1982, 2ª edição – II Edição IntraText CT

—. [*“O dinheiro não é valor supremo,”*](#) Folha de S. Paulo, 9.5.1971.

—. 73 Reuniões com a Comissão de Estudos Americanos (1986-1991) e Reuniões de 21 de agosto de 1986 e 12 de março de 1991. Documentos Corrêa de Oliveira (Transcrição de gravações eletrônicas) American TFP Research Library, Spring Grove, Pennsylvania.

Cox, Harvey. *The Secular City: Secularization and Urbanization in Theological Perspective*. New York: Macmillan, 1966.

Dawson, Christopher. *Religion and the Rise of Western Culture*. New York: Sheed and Ward, 1950.

Delassus, Henri. *L'Ésprit Familial dans la Famille, dans la Cité, et dans l'État*. Cadillac, France: Éditions Saint-Remi, 2007.

Dempsey, Bernard W. *The Functional Economy: The Bases of Economic Organization*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1958.

—. *Interest and Usury*. London: Dennis Dobson, 1948.

de Roover, Raymond. *San Bernardino of Siena and Sant'Antonino of Florence: The Two Great Economic Thinkers of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Printing Office, 1967.

—. *The Rise and Decline of the Medici Bank 1397-1494*. New York: W. W. Norton, 1966.

Duby, Georges, ed. *Revelations of the Medieval World*. Translated by Arthur Goldhammer. Vol. 2 of *A History of Private Life*. Cambridge: Harvard University Press, Belknap Press, 1988.

Durkheim, Émile. *The Elementary Forms of the Religious Life*. Translated by Joseph Ward Swain. London: George Allen and Unwin, 1964.

Evans, M. Stanton. *The Theme Is Freedom: Religion, Politics, and the American Tradition*. Washington, D.C.: Regnery Publishing, 1994.

Federer, William J. *The Ten Commandments & Their Influence on American Law: A Study in History*. St. Louis: Amerisearch, 2003.

Friedman, Lawrence M. *The Horizontal Society*. New Haven: Yale University Press, 1999.

Friedman, Milton. *A Program for Monetary Stability*. New York: Fordham University Press, 1960.

Friedman, Thomas L. *The World Is Flat: A Brief History of the Twenty-first Century*. New York: Picador, 2005.

Funck-Brentano, Franz. *The Middle Ages*. Translated by Elizabeth O'Neill. New York: G. P. Putnam and Sons, 1923.

Gaughan, William Thomas. *Social Theories of Saint Antoninus from His Summa Theologica*. Washington, D.C.: Catholic University of America Press, 1950.

Gautier, Léon. *Chivalry*. Translated by Henry Frith. New York: Crescent Books, 1989.

Gilby, Thomas. *The Political Thought of Thomas Aquinas*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

Gimpel, Jean. *The Medieval Machine: The Industrial Revolution of the Middle Ages*. New York: Penguin Books, 1977.

Goldwater, Barry. *The Conscience of a Conservative*. N.p.: Bottom of the Hill Publishing, 2010.

Gray, Sir Alexander. *The Development of Economic Doctrine*. New York: John Wiley and Sons, 1965.

Greenspan, Alan. "[Remarks at the Annual Dinner and Francis Boyer Lecture of The American Enterprise Institute for Public Policy Research](#)," Washington, D.C., Dec. 5, 1996. Acessado 14 de outubro de 2012.

Guéranger, Prosper. *The Liturgical Year*. Translated by Laurence Shepherd. Great Falls, Mont.: St. Bonaventure Publications, 2000.

Halpern, David. *Social Capital*. Cambridge: Polity Press, 2005.

Hayek, F.A. "The Road to Serfdom". In *The Road to Serfdom: Texts and Documents, The Definitive Edition*. Vol. 2 of *The Collected Works of F. A. Hayek*. Edited by Bruce Caldwell. London: University of Chicago Press, 2007.

Heer, Friedrich. *The Medieval World, Europe 1100-1350*. Translated by Janet Sondheimer. New York: Praeger Publishers, 1969.

Heilbroner, Robert. *The Nature and Logic of Capitalism*. New York: W. W. Norton, 1985.

Henry, Patrick. "And I Don't Care What It Is": The Tradition-History of a Civil Religion Proof-Text. *Journal of the American Academy of Religion*, 49:1 (Mar. 1981): 35-49.

Herlihy, David. *The History of Feudalism*. New York: Walker, 1971.

Hobbes, Thomas. "Leviathan". In *Machiavelli, Hobbes*. Vol. 23 of *Great Books of the Western World*. Edited by Robert Maynard Hutchins, 39-283. Chicago: The University of Chicago, 1952.

Huizinga, Johan H. *In the Shadow of Tomorrow*. New York: W. W. Norton, 1936.

—. *The Waning of the Middle Ages: A Study of the Forms of Life, Thought and Art in France and the Netherlands in the XIVth and XVth Centuries*. Garden City, N.Y.: Doubleday Anchor Books, 1954.

Innes, A. M. "What Is Money?" *Banking Law Journal* (May 1913): 377-408.

João Paulo II. Encíclica [*Centesimus Annus*](#), 1º de Maio de 1991, n° 42.

Kennedy, Anthony M. *Lawrence v. Texas* 539 U.S. 558 (2003).

—. *Planned Parenthood of Southeastern Pennsylvania v. Casey* 505 U. S. 833 (1992).

Kern, Fritz. *Kingship and Law in the Middle Ages: The Divine Right of Kings and the Right of Resistance in the Early Middle Ages; Law and Constitution in the Middle Ages*. Translated by S. B. Chrimes. Oxford: Basil Blackwell, 1968.

Keynes, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Amherst, N.Y.: Prometheus Books, 1997.

Kindleberger, Charles P. and Robert Aliber. *Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises*. Hoboken, N.J.: John Wiley and Sons, 2005.

King, Mervyn. “Banking—. from Bagehot to Basel, and back again”. *BIS Review* 140 (2010): 1.

Kirk, Russell. *The Roots of American Order*. 3rd ed. Washington, D.C.: Regnery Gateway, 1991.

—. *Enemies of the Permanent Things: Observations of Abnormity in Literature and Politics*. New Rochelle, N.Y.: Arlington House, 1969.

Kirshner, Julius, ed., *Business, Banking and Economic Thought in Late Medieval and Early Modern Europe: Selected Studies of Raymond de Roover*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Klugewicz, Stephen M. and Lenore T. Ealy, eds. *History, on Proper Principles: Essays in Honor of Forrest McDonald*. Wilmington, Del.: ISI Books, 2010.

Kriedte, Peter, Hans Medick, and Jurgen Schlumbohm. *Industrialization before Industrialization: Rural Industry in the Genesis of Capitalism*. Translated by Beate Schempp. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

Kristol, Irving. *Two Cheers for Capitalism*. New York: Basic Books, 1978.

Lane, Robert E. *The Loss of Happiness in Market Democracies*. New Haven: Yale University Press, 2000.

Langholm, Odd. *Economics in the Medieval Schools: Wealth, Exchange, Value, Money and Usury According to the Paris Theological Tradition 1200-1350*. Leiden: E. J. Brill, 1992.

—. *The Legacy of Scholasticism in Economic Thought: Antecedents of Choice and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

—. *The Merchant in the Confessional: Trade and Price in the Pre-Reformation Penitential Handbooks*. Leiden: Brill, 2003.

Lasch, Christopher. *The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy*. New York: W. W. Norton, 1996.

Laslett, Peter. *The World We Have Lost— Further Explored*. 3rd ed. London: Routledge, 1983.

Lemoyne, Giovanni Battista. Vol. 1 of *The Biographical Memoirs of St. John Bosco*. Edited by Diego Borgatello. New Rochelle, N.Y.: Salesiana Publishers, Inc., 1965.

Leão XIII. Encíclica [*Immortale Dei*](#) — Sobre a Constituição Cristã dos Estados, 1º de novembro de 1885.

—. Encíclica [*Libertas Praestantissimum*](#), 20 de junho de 1888, nº 7.

—. Encíclica [*Quod Apostolici Muneris*](#).

—. Encíclica [*Sapientiae Christianae*](#), de 10 de janeiro de 1890.

Lester, Richard A. “Currency Issues to Overcome Depressions in Pennsylvania, 1723 and 1729”. *Journal of Political Economy* 46:3 (June 1938): 324-75.

Lichtenstein, Nelson, ed. *Wal-Mart: The Face of Twenty-First Century Capitalism*. New York: The New Press, 2006.

Lilley, Samuel. “Technological Progress and the Industrial Revolution 1700-1914”. In *The Industrial Revolution 1700-1914*. Edited by Carlo M. Cipolla, 187-254. New York: Harvester Press, Barnes and Noble, 1976.

Lindenberg, Adolpho. *O Mercado Livre numa Sociedade Cristã*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1999.

Locke, John. “An Essay Concerning Human Understanding”. In *Locke, Berkeley, Hume*. Vol. 35 of *Great Books of the Western World*. Edited by Robert Maynard Hutchins, 83-395. Chicago: University of Chicago, 1952.

—. “Concerning Civil Government, Second Essay”. In *Locke, Berkeley, Hume*. Vol. 35 of *Great Books of the Western World*. Edited by Robert Maynard Hutchins, 25-82. Chicago: University of Chicago, 1952.

Long, D. Stephen. *Divine Economy: Theology and the Market*. New York: Routledge, 2000.

MacIntyre, Alasdair. *After Virtue: A Study of Moral Theory*. 3rd ed. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press, 2007.

Marche, Stephen. “Is Facebook Making Us Lonely?” *The Atlantic*. May 2012.

Marx, Karl. “Capital”. Edited by Friedrich Engels. In *Marx*. Vol. 50 of *Great Books of the Western World*. Edited by Robert Maynard Hutchins, 1-411. Chicago: University of Chicago, 1952.

Marx, Karl and Friedrich Engels. “Manifesto of the Communist Party”. In *Marx*. Vol. 50 of *Great Books of the Western World*. Edited by Robert Maynard Hutchins, 413-34. Chicago: University of Chicago, 1952.

Matthews, Richard K. and Elric M. Kline. “Jefferson Un-Locked: The Rousseauian Moment in American Political Thought”. In *History, on Proper Principles: Essays in Honor of Forrest McDonald*. Edited by Stephen M. Klugewicz and Lenore T. Ealy, 133-165. Wilmington, Del.: ISI Books, 2010.

McDonald, Forrest. “The Founding Fathers and the Economic Order”. In *History, on Proper Principles: Essays in Honor of Forrest McDonald*, edited by Stephen M. Klugewicz and Lenore T. Ealy, 263-69. Wilmington, Del.: ISI Books, 2010.

- Minsky, Hyman P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New York: McGraw Hill, 2008.
- Mises, Ludwig von. *Bureaucracy*. New Haven: Yale University Press, 1944.
- Mokyr, Joel. *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress*. New York: Oxford University Press, 1992.
- Mousnier, Roland. *Society and State*. Translated by Brian Pearce. Vol. 1 of *The Institutions of France under the Absolute Monarchy 1598-1789*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- . *The Origins of State and Society*. Translated by Brian Pearce. Vol. 2 of *The Institutions of France under the Absolute Monarchy 1598-1789*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- Mumford, Lewis. *Technics and Human Development*. Vol. 1 of *The Myth of the Machine*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1967.
- . *The Pentagon of Power*. Vol. 2 of *The Myth of the Machine*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1970.
- . *The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1961.
- . *The Story of Utopias*. New York: The Viking Press, 1972.
- Nisbet, Robert A. *The Quest for Community: A Study in the Ethics of Order and Freedom*. San Francisco: ICS Press, 1990.
- . *The Social Bond: An Introduction to the Study of Society*. New York: Alfred A. Knopf, 1970.
- . *Twilight of Authority*. Indianapolis: Liberty Fund, 2000.
- Noonan, John T., Jr. *The Scholastic Analysis of Usury*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- Novak, Michael. *The Spirit of Democratic Capitalism*. New York: Touchstone, 1983.
- Owst, G. R. *Literature and Pulpit in Medieval England: A Neglected Chapter in the History of English Letters & of the English People*. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1961.
- Pangle, Thomas L. *Leo Strauss: An Introduction to His Thought and Intellectual Legacy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.
- Parente, Pietro, Antonio Piolanti, and Salvatore Garofalo. *Dictionary of Dogmatic Theology*. Milwaukee: Bruce Publishing, 1951.

Paul VI. Allocution *Resistite Fortes in Fide* (June 29, 1972). In *Insegnamenti di Paolo VI*. 10: 707-09.

Pieper, Josef. *Leisure: The Basis of Culture*. Translated by Gerald Malsbary. South Bend, Ind.: St. Augustine Press, 1998.

Pirenne, Henri. *Medieval Cities: Their Origins and the Revival of Trade*. Translated by Frank D. Halsey. Princeton: Princeton University Press, 1952.

Pio X, São. Motu Proprio *Fin Dalla Prima Nostra*. Sobre a Ação Popular Católica, 18 de dezembro de 1903, Petrópolis: Vozes

Pio XI. Encíclica *Quadragesimo Anno*. 15 de maio de 1931. Obtido em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html

Pius XII. [Alocução ao Patriciado e à Nobreza romana, 5 de Janeiro de 1941](#). In Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII. Vatican: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1940-1958.

—. Radiomensagem de Natal de 1944 Christmas Message”. In “Discorsi e Radiomessaggi,” vol. VI.

Polanyi, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Times*. 2nd ed. Boston: Beacon Press, 2001.

Postman, Neil. *Technopoly: The Surrender of Culture to Technology*. New York: Vintage Books, 1993.

Putnam, Robert D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster, 2000.

Ratzinger, Joseph Cardinal and Vittorio Messori. *The Ratzinger Report: An Exclusive Interview on the State of the Church*. Translated by Salvator Attanasio and Graham Harrison. San Francisco: Ignatius Press, 1986.

Reich, Charles A. *The Greening of America*. New York: Crown Trade Paperbacks, 1970.

Reinhart, Carmen M. and Kenneth S. Rogoff. *This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

Riesman, David, Nathan Glazer, and Reuel Denney. *The Lonely Crowd: A Study of the Changing American Character*. New Haven: Yale University Press, 1989.

Ritzer, George. *The McDonaldization of Society* 5. Los Angeles: Pine Forge Press, 2008.

Roberts, James A. *Shiny Objects: Why We Spend Money We Don't Have in Search of Happiness We Can't Buy*. New York: HarperOne, 2011.

Rommen, Heinrich A. *The State in Catholic Thought: A Treatise in Political Philosophy*. St. Louis: B. Herder, 1947.

Röpke, Wilhelm. *A Humane Economy: The Social Framework of the Free Market*. Chicago: Henry Regnery, 1960.

Rothkopf, David. *Superclass: The Global Power Elite and the World They Are Making*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008.

Roubini, Nouriel and Stephen Mihm. *Crisis Economics: A Crash Course in the Future of Finance*. New York: Penguin Books, 2010.

Rousseau, Jean Jacques. "The Social Contract or Principles of Political Right". In *Montesquieu, Rousseau*. Vol. 38 of *Great Books of the Western World*. Edited by Robert Maynard Hutchins, 387-439. Chicago: University of Chicago, 1952.

Russell, Bertrand. "A Free Man's Worship". In *Mysticism and Logic and Other Essays*. London: George Allen and Unwin, 1959.

Sandoz, Ellis. *A Government of Laws: Political Theory, Religion, and the American Founding*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1990.

Schor, Juliet B. *The Overworked American: The Unexpected Decline of Leisure*. New York: Basic Books, 1991.

Schumpeter, Joseph A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper Perennial Modern Thought Edition, 2008.

—. *History of Economic Analysis*. Edited by Elizabeth Boody Schumpeter. New York: Oxford University Press, 1986.

Schwarz, Barry. *The Paradox of Choice: Why More Is Less*. New York: Harper Perennial, 2004.

Schwer, Wilhelm. *Catholic Social Theory*. Translated by Bartholomew Landheer. St. Louis: B. Herder, 1940.

Scitovsky, Tibor. *The Joyless Economy: An Inquiry into Human Satisfaction and Consumer Dissatisfaction*. New York: Oxford University Press, 1976.

Simmel, Georg. *The Philosophy of Money*. Translated by Tom Bottomore and David Frisby. 2nd ed. New York: Routledge, 1990.

Smith, Adam. "An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations". In *Adam Smith*. Vol. 39 of *Great Books of the Western World*. Edited by Robert Maynard Hutchins. Chicago: University of Chicago, 1952.

Southern, R. W. *The Making of the Middle Ages*. New Haven: Yale University Press, 1953.

—. *Western Society and the Church in the Middle Ages*. London: Penguin Books, 1970.

Spalding, Matthew and Patrick J. Garrity. *A Sacred Union of Citizens: George Washington's Farewell Address and the American Character*. Lanham, Md.: Rowman and Littlefield, 1996.

Stark, Rodney. *The Victory of Reason: How Christianity Led to Freedom, Capitalism, and Western Success*. New York: Random House, 2005.

Stewart, Matthew. *The Management Myth: Why the Experts Keep Getting it Wrong*. New York: W. W. Norton, 2009.

Stivers, Richard. *Shades of Loneliness: Pathologies of a Technological Society*. Lanham, Md.: Rowman and Littlefield, 2004.

—. *Technology as Magic: The Triumph of the Irrational*. New York: Continuum Publishing, 2001.

—. *The Culture of Cynicism: American Morality in Decline*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1994.

—. *The Illusion of Freedom and Equality*. Albany: State University of New York Press, 2008.

Strauss, Leo. *Natural Right and History*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

Strayer, Joseph R. *On the Medieval Origins of the Modern State*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

—. *Western Europe in the Middle Ages: A Short History*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1955.

Tawney, R. H. *Religion and the Rise of Capitalism*. New York: Harcourt, Brace, 1926.

Taylor, Henry Osborn. *The Medieval Mind: A History of the Development of Thought and Emotion in the Middle Ages*. New York: Macmillan, 1919.

TFP Committee on American Issues. [*I Have Weathered Other Storms: A Response to the Scandals and Democratic Reforms That Threaten the Catholic Church*](#). York, Pa.: Western Hemisphere Cultural Society, 2002.

Thirsk, Joan. "The Rural Economy". In *Our Forgotten Past: Seven Centuries of Life on the Land*. Edited by Jerome Blum, 81-108. London: Thames and Hudson, 1982.

Thompson, C. Bradley. "The Revolutionary Origins of American Constitutionalism". In *History, on Proper Principles: Essays in Honor of Forrest McDonald*. Edited by Stephen M. Klugewicz and Lenore T. Ealy, 1-27. Wilmington, Del.: ISI Books, 2010.

- Thompson, James Westfall. *Economic and Social History of the Middle Ages: 300-1300*. New York: Frederick Ungar, 1959.
- Tocqueville, Alexis de. *Democracy in America*. Translated by Henry Reeve. Cambridge: Sever and Francis, 1863.
- Turkle, Sherry. *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*. New York: Basic Books, 2011.
- Walsh, James J. *The Thirteenth, Greatest of Centuries*. New York: Fordham University Press, 1946.
- Washington, George. "Farewell Address". In vol. 1 of *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents*. Edited by James D. Richardson. New York: Bureau of National Literature, 1897.
- Weaver, Richard. *Ideas Have Consequences*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- . *Visions of Order: The Cultural Crisis of Our Time*. Wilmington, Del.: Intercollegiate Studies Institute, 1995.
- Weber, Max. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Translated by Talcott Parsons. New York: Charles Scribner's Sons, 1958.
- White, Lynn, Jr. *Machina Ex Deo: Essays in the Dynamism of Western Culture*. Cambridge: MIT Press, 1968.
- Whitehead, Alfred North. *Science and the Modern World*. New York: Free Press, 1967.
- Wood, Diana. *Medieval Economic Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Wynne, John J., S.J., ed. *The Great Encyclical Letters of Pope Leo XIII*. New York: Benziger Brothers, 1903.
- Yzermans, Vincent A., ed. *The Major Addresses of Pope Pius XII*. St. Paul, Minn.: North Central, 1961.